



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**VAGNER SILVA RAMOS FILHO**

**“SÉCULO VIRGULINO”:**  
**O CANGAÇO NAS (CON)FUSÕES DA MEMÓRIA ENTRE**  
**CELEBRAÇÕES DE LAMPIÃO NO TEMPO PRESENTE**

**FORTALEZA**

**2016**

VAGNER SILVA RAMOS FILHO

“SÉCULO VIRGULINO”:  
O CANGAÇO NAS (CON)FUSÕES DA MEMÓRIA ENTRE  
CELEBRAÇÕES DE LAMPIÃO NO TEMPO PRESENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- R147" Ramos Filho, Vagner Silva.  
"Século Virgulino" : O cangaço nas (con)fusões da memória entre comemorações de Lampião no tempo presente / Vagner Silva Ramos Filho. – 2016.  
235 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.
1. Cangaço. 2. Nordeste. 3. Lampião. 4. Comemoração. 5. Patrimônio. I. Título.

CDD 900

---

VAGNER SILVA RAMOS FILHO

“SÉCULO VIRGULINO”:  
O CANGAÇO NAS (CON)FUSÕES DA MEMÓRIA ENTRE  
COMEMORAÇÕES DE LAMPIÃO NO TEMPO PRESENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Cristina Meneguello  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

À minha avó querida, Glezilda, pela radiante energia.

## AGRADECIMENTOS

A memória que evoco para atribuir sentido ao tempo de composição dessa dissertação carrega consigo os seus dilemas. Um dos principais talvez tenha sido lidar com o ser fugidivo, labiríntico e intempestivo que é o próprio tempo. Dentre as idas e as vindas, os encontros e os desencontros, as urgências e os atrasos, as certezas e as dúvidas inerentes ao percurso realizado, o certo é que essa experiência não teria sido possível sem a convivência com algumas pessoas que estiveram comigo em diferentes momentos no transcurso desse tempo de ritmos variados. Com plena satisfação, faço um justo agradecimento:

À minha família, por ser a base de onde extraio minha força maior e para onde pretendo devolver qualquer tipo de conquista. Agradeço, em particular, à minha mãe, Sylvania Rodrigues, por todo o esforço diário sem o qual eu não teria conseguido chegar até aqui; ao meu pai e xará, Vagner Silva Ramos, pela confiança constante em meus projetos; à minha irmã, Taynara Rodrigues, pela feliz parceria do dia a dia; à minha tia e madrinha, Suely Rodrigues, pela generosidade de ter me escolhido para ser o padrinho da sua filha, Bia, minha adorável priminha e afilhada; e, claro, aos meus avós, sobretudo, à minha avó, Glezilda Rodrigues, pela convivência sempre surpreendente; bem como aos seus netos, meus primos e primas, que tanto te amam - Natalia Brilhante, Matheus Rodrigues, Hanna Caroline, Ramires Rodrigues, Marcelo Brilhante, Diomedes Brilhante, Felipe Queiroz, Pamela Queiroz, Gabriel Pimentel, Vitor Queiroz e Jéssica Queiroz.

Aos meus amigos e minhas amigas de ontem e hoje, pela companhia ao longo dessa estrada da vida, da casa, da academia, da sala de aula, da rua, do virtual, do ao vivo, da música, do cafezinho, da boemia, do mundo, de todo lugar e do lugar nenhum. Esse cumprimento vai para os já citados, para os que virão e para os que aqui estão: Hildebrando Maciel, Rafael Saraiva, Aline Martins, Andrea Barroso, Raissa Rodrigues, Emanuel Sampaio, João Rodrigues, Gleyce Souza, Isaac Marx, Victor Mateus, Emerson Leandro, Joelson Junior e Neto Frazão (in memoriam).

Aos alunos e professores das escolas por onde passei, por me ensinarem nas mais diversas situações, cada um a seu modo, que a educação é o melhor caminho a seguir para a construção de um mundo mais justo. Faço uma menção especial aos estudantes que toparam embarcar comigo na Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB), principalmente aos que chegaram até a final do evento este ano, em nossa primeira participação, por me fazerem continuar acreditando que “algo só é impossível até que alguém duvide e acabe por provar o contrário” e por estarem inspirando seus amigos a seguirem essa mesma premissa que nos

embalou. Igualmente aos professores que me incentivaram tanto na vida discente quanto na docente, Regina Colares (in memoriam), Idel Freitas e Dino Bernadino, por me fazerem acreditar, lá no começo, que tudo isso poderia sim ser muito bom.

Aos amigos feitos pelos corredores da universidade, por dividirem comigo as alegrias e as agruras dessa aventura do saber histórico, Davi Macedo, Zé Lucas Fernandes, Carlos Marley, Juliana Basílio, Clarissa Franco, Daniel Alencar, Marliene Maiara, Lucas Assis, Fábio Martins, Pedro Paulo, Neto Almeida, Paulo Eduardo, Jormana Araújo, Renan Praciano, Diego Machado, Thiago Sales, Ana Carla Pereira, Bianca Freitas, Helton Filho, Adeliara Barros e Jéssica Souza. Também às muitas pessoas que ajudaram direta e indiretamente na dissertação, por terem contribuído de alguma forma disponibilizando seu tempo com concessão de entrevista, assessoria em instituições de pesquisa, conversas informais, acesso a acervos e variados estímulos: Abraão Batista, Francisco Zênio, Hamurábi Batista, Daniel Lins, Luitgard Oliveira Cavalcanti Barros, Angelo Osmiro Barreto, Marco Feitosa, Francisco Demontieux, Sérgio Azevedo Pereira e aos amigos Gil Xavier, Roberto Xavier e Cristiano Oliveira, o trio mais parceiro e dinâmico da xerox.

Aos mestres, com carinho, por tanta inspiração. Aos professores com os quais estudei na graduação e no mestrado em História na UFC e também aos de outras instituições que mantive diálogos significativos durante esta trajetória: Frederico de Castro Neves, Adelaide Gonçalves, Kênia Sousa Rios, Ana Carla Sabino, Mário Martins, Jailson Pereira da Silva, Ana Rita Fonteles, Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho, Antônio Fernando de Araújo Sá, Janice Gonçalves, Daniela Pistorello e Sônia Menezes. Agradeço especialmente aos professores da banca que têm importância fundamental na composição do estudo: ao professor Régis Lopes, por ter incentivado animadamente a pesquisa e pelas sugestões instigantes em torno dos muitos imbróglios da memória sertaneja em conversas desde a graduação; à professora Cristina Meneguello, que tive a oportunidade de conhecer já no mestrado, pela iluminação tanto no estudo das intrigantes temáticas dissonantes quanto na seara da educação pela idealização da revigorante ONHB, a qual ajudou a desencantar de vez esse trabalho; ao professor Antonio Gilberto Ramos Nogueira, Gil, orientador com sensibilidade aguçada para várias interfaces do patrimônio, por tantas oportunidades concedidas, por acreditar no trabalho desde o período em que não passava de uma compilação de ideias confusas, por indicações certas no momento adequado, por ter dado o suporte necessário para que se criasse aqui uma lógica histórica concisa e, sobretudo, pelo companheirismo de ter estado ao meu lado do início ao fim desta incursão.

Aos companheiros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória

(GEPPM-UFC/CNPq), lugar social ao qual devo minha formação mais intrínseca, composto pelo professor Gil (coordenador), Yazid Jorge, Josiane Vieira, André Nogueira, Carolina Ruoso, Karla Kristine, Israel Carvalho, Renato Freire, Renato Mesquita, Aterlane Martins, Daniel Barreto, Everaldo Dourado e demais amigxs. Agradeço ao GEPPM do compromisso crítico do estudo, da pesquisa e da extensão, mas também da leveza, da descontração e da confraternização que, ao serem combinados, trazem a potência adequada para o desenvolvimento de um trabalho a longo prazo de transformação social de cenários contrastantes que costumam revelar ao mesmo tempo os abalos estruturais que causam tristeza pela inevitável percepção de impotência diante de algumas situações e as resistências cotidianas que nos devolvem o sorriso da esperança de seguir em frente. Sou muito grato por ter participado de tantos projetos coletivos, como a “Trilha Urbana” pelo bairro do Benfica realizada com os calouros do curso todo semestre, do projeto “Intelectuais, Cultura e Memória” enquanto bolsista de Iniciação Científica e do “Curso de Extensão: História, Memória e Patrimônio - elementos para a formação profissional na cadeia patrimonial” que, dentre outros resultados, resultou em iniciativas de preserv(ação) no litoral “abandonado” dessa “Terra da Luz” (que o bom Cidadão Instigado já indagou: *Where is the land of light? I think this light is a lie...*). Que os trabalhos se ampliem cada vez mais.

Aos parceiros na luta do “Reforma Total, Fechamento Parcial”, por terem composto comigo coletivo homônimo na busca de reformas qualitativas nos principais equipamentos culturais do estado - Biblioteca Pública do Ceará, Arquivo Público do Ceará (APEC), Museu do Ceará e Academia Cearense de Letras - que foram concomitantemente fechados totalmente e/ou ameaçados de paralização no início de 2014 para uma reforma, em grande medida, sem planejamento efetivo, portanto, sem prazo de finalização. Sem vocês, que estão espalhados ao longo desses agradecimentos, a Biblioteca não teria sido parcialmente libertada de um coma induzido por diagnóstico equivocado. A luta da memória que iremos acompanhar através dos documentos públicos aqui utilizados traz, antes de tudo, uma árdua luta pelo acesso ao material lá conservado. Sou grato a todxs companheirxs que não esquecem que o direito à cultura não é um favor do Estado, é um direito cidadão. Além disso, ressalto que muitas das (con)fusões da memória que brotaram na análise surgiram da alucinante pesquisa empírica feita em virtude da iminência de fechamento da Biblioteca e do APEC a qualquer momento. Nesse caso, a sensação ao entrar em contato com vários “índices misteriosos que impeliam à redenção” foi a de que, contraditoriamente ou não, tínhamos ali em nossas mãos “uma frágil força para qual o passado dirigia um apelo e que não poderia ser rejeitada impunemente”.



À CAPES, pelo financiamento público dessa pesquisa que almeja trazer algum tipo de retorno para este mesmo público.

São memórias que suscitam sentimentos ambíguos. Diante das fortunas e dos infortúnios dessa trajetória, iniciada diante de descaso local com a documentação pública e encerrada em contexto nacional de intenso ataque aos direitos públicos democráticos que estouraram como bombas no cotidiano, mas que teve no seu entremeio muitas aventuras, saberes, descobertas, possibilidades, contatos, superações e demais experiências prazerosas de serem vividas e recordadas, concedo-me o direito de idealizá-las enquanto uma forma de aprendizado que, malgrado alguns dos eventos nenhum pouco desejados, pode alterar a sensibilidade para se perceber o papel basilar da história crítica numa sociedade que anseia por mudança, viabilizar a impreterível força para enfrentar tempos nos quais não se pode nunca temer e fortalecer a energia necessária para reivindicar o que há de melhor, porque o novo... O novo sempre vem!

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente.

(Walter Benjamin)

## RESUMO

A pesquisa aborda o debate público em torno da cultura da memória do cangaço no tempo presente. O cangaço, fenômeno de banditismo vivenciado entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX na região do Nordeste brasileiro, acabou há décadas, mas sua memória sobreviveu em diversos meios culturais. A dilatação do movimento de ressignificação dessa controversa memória, entendida como produto de “passado que não quer passar” regional por carregar em seu cerne o dilema do lembrar ou esquecer, suscita intensa indagação, sobretudo referente às diferentes valorações que a tornam um patrimônio cultural nordestino reivindicado, dissonante e contestado. A análise desdobra olhares para os seus acordos e conflitos entre as décadas de 1980 e 2010, cujo ponto de inflexão são as comemorações ao centenário de nascimento do cangaceiro Lampião no final dos anos 1990, num recorte balizado particularmente por suas celebrações de morte - cinquentenário (1988), sexagenário (1998) e septuagenário (2008). O objetivo estruturante é interpelar essa memória analisando as suas (con)fusões em período de fortalecimento no cenário público; as suas batalhas nas (contra)comemorações do referido centenário; e os seus (o)cultos celebrativos no calendário festivo surgido após tal efeméride. O estudo desses trabalhos da memória do cangaço em relação intrínseca com a temporalidade nordestina problematiza estratos temporais que reivindicam rupturas, permanências e demais ramificações no terreno imaginário das ditas identidades regionais. Desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM-UFC/CNPq), a investigação parte dos pressupostos da História da Memória para examinar atuações de instituições, grupos e indivíduos, tais como ex-cangaceiros, familiares, artistas populares, cineastas, memorialistas, vítimas, intelectuais e jornalistas, através de algumas fontes históricas - com enfoque na grande imprensa, mas na articulação com projetos oficiais, livros, cordéis, panfletos, fotografias, filmes e entrevistas - que permitem pensar os problemas suscitados.

**Palavras-chave:** Cangaço. Nordeste. Lampião. Comemoração. Patrimônio.

## ABSTRACT

This paper aims at contributing to the discussion on the culture of the contemporary memory of *cangaço*. The *cangaço*, a banditry phenomenon experienced between the second half of the nineteenth century and the first half of the twentieth century in the Brazilian Northeast, ended decades ago, but its memory survived in several cultural backgrounds. The expansion of this controversy memory's reframing movement, understood as a regional result of an ever-present past, due to carrying in its heart the dilemma of remembering or forgetting, raises intense questioning, especially regarding the different validations that make it a claimed, dissonant and contested cultural heritage. The research goes over its agreements and conflicts between the 1980s and 2010, whose inflection point are the celebrations of Lampião's birth centenary in the late 1990s, in a fragment marked particularly by the celebrations to this *cangaceiro*'s death – its fiftieth anniversary (1988), sixtieth (1998) and seventieth (2008). The main objective is to question these memories analyzing its (con)fusions in a strengthening period in the public scenario; their battles on centenary celebrations; and its celebrative cults in the festival's calendar created after the event. The study of these *Cangaço*'s Memory, in close relationship with the northeastern time, discusses temporal pieces that claim ruptures, continuities and other branches in the imaginary land of the said regional identities. Starting especially with the assumption of the History of Memory, we examine institutions' performances, groups and individuals, such as former bandits (*cangaceiros*), family, popular artists, filmmakers, chroniclers, victims, intellectuals and journalists, through some historical sources - focused in the press, but also articulating with official projects, books, twine, brochures, photographs, movies and interviews – which allow us to think about the problems raised. This paper is developed in the Research Group on Heritage and Memory (GEPPM-UFC/CNPq).

**Keywords:** Cangaço. Brazilian Northeast. Lampião. Celebration. Heritage.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-- Área de atuação do cangaço no Nordeste .....	44
Figura 2	-- Documentário “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto” .....	53
Figura 3	-- “Heróis Nacionais” do Panteão da Pátria e Liberdade.....	62
Figura 4	-- Plebiscito da “Estátua de Lampião” .....	65
Figura 5	-- Seriado “Lampião e Maria Bonita”.....	71
Figura 6	-- “Carta do Angico” .....	77
Figura 7	-- Filme “Corisco e Dadá”.....	90
Figura 8	-- 99 anos do “Rei do Cangaço” .....	119
Figura 9	-- Simpósio “100 anos de Lampião”.....	122
Figura 10	-- Projeto “100 anos de Lampião” .....	128
Figura 11	-- “Data Falsa” .....	128
Figura 12	-- Livro “De Virgolino a Lampião” .....	144
Figura 13	-- Cordel “Imaginário de Lampião sobre seus eleitores amigos e admiradores”..	147
Figura 14	-- Livro “Lampião, o Homem que amava as Mulheres” .....	151
Figura 15	-- Livro “Lampião e o Estado Maior do Cangaço”.....	156
Figura 16	-- Fotografia “Vítimas do Cangaço” .....	159
Figura 17	-- “Missa do Cangaço” .....	173
Figura 18	-- 13ª edição do “Cine Ceará” .....	185
Figura 19	-- 18ª edição do “Cine Ceará” .....	193
Figura 20	-- Catálogo da exposição “Cangaceiros” .....	193
Figura 21	-- “Cabras de Lampião” .....	203
Figura 22	-- “Canga-Gay” .....	203
Figura 23	-- <i>Souvenir</i> das cabeças decepadas dos cangaceiros.....	205

## LISTA DE SIGLAS

- ABREC** (Associação dos Bacamarteiros da Região do Cariri)
- BNB** (Banco do Nordeste do Brasil)
- CEC** (Conselho Estadual de Cultura)
- CNRC** (Centro Nacional de Referência Cultural)
- CUT** (Central Única dos Trabalhadores)
- CERES** (Centro de Referência Cultural do Ceará)
- CETRED** (Centro de Treinamento e Desenvolvimento)
- CPT** (Comissão Pastoral da Terra)
- CNBB** (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)
- CEBs** (Comunidades Eclesiais de Base)
- DOI-CODI** (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operação de Defesa Interna, II Exército)
- DPHA** (Departamento de Preservação Histórica)
- EMSETUR** (Empresa Sergipana de Turismo)
- ENCCEJA** (Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos)
- FUNDESC** (Fundação Estadual de Cultura)
- GEPPM** (Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória)
- IFOCS** (Inspeção Federal de Obras Contra as Secas)
- IPHAN** (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)
- ICMS** (Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços)
- IBRAM** (Instituto Brasileiro de Museus)
- MINC** (Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura do Brasil)
- MEC** (Ministério da Educação)
- SPHAN** (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)
- SBEC** (Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço)
- SECULT** (Secretaria de Cultura)
- SUBPAC** (Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural)
- UNESCO** (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
- UFS** (Universidade Federal do Sergipe)
- URCA** (Universidade Regional do Cariri)
- UFC** (Universidade Federal do Ceará)
- UNIFOR** (Universidade de Fortaleza)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	
<b>Renascimento da efeméride: por uma história da memória do cangaço ou de um “passado que não quer passar” nordestino</b> .....	14
<b>2. MEMÓRIAS EM (CON)FUSÃO</b> .....	34
<b>2.1. Cangaço: um mito no “país dos nordestinos”</b> .....	35
2.1.1. O fenômeno do cangaço .....	35
2.1.2. A memória do cangaço e a temporalidade nordestina .....	39
2.1.3. O mito nordestino .....	48
<b>2.2. Cinquentenário de morte: fortalecimento da cultura da memória</b> .....	55
2.2.1. O fenômeno do cangaço no Nordeste .....	56
2.2.2. As ressignificações nordestinas .....	56
2.2.3. O tombamento da Grota de Angico .....	68
<b>2.3. Memórias “da praça pública ao palácio”</b> .....	83
2.3.1. O fenômeno do cangaço no Ceará .....	84
2.3.2. As ressignificações cearenses .....	86
2.3.3. A imprensa, o cangaço e a base editorial .....	91
<b>3. (CONTRA)COMEMORAÇÕES AO “SÉCULO VIRGULINO”</b> .....	106
<b>3.1. Centenário de nascimento e sexagenário de morte: memória na era da comemoração</b> .....	107
3.1.1. A fronteira conjuntura comemorativa .....	107
3.1.2. As comemorações “em reconhecimento à herança do cangaço” .....	111
3.1.3. A arena cearense, a atuação dos jornais e as batalhas da memória .....	115
3.1.4. O combate dos colunistas .....	129
<b>3.2. Lâmpioes: o mito em disputa</b> .....	138
3.2.1. “Injustiçado” .....	143
3.2.2. “Mal-dito” .....	150
3.2.3. “Cruel” .....	156
3.2.4. “Assassino” .....	159
<b>4. (O)CULTO DO CALENDÁRIO</b> .....	163
<b>4.1. Calendário: a missa do cangaço e as “vítimas do seu tempo”</b> .....	164
4.1.1. A marca celebrativa .....	164
4.1.2. A liturgia .....	173
4.1.3. O imbróglio periódico cearense .....	176
<b>4.2. Septuagenário de morte: memória enquadrada</b> .....	190
4.2.1. A derradeira celebração .....	191
4.2.2. O noticiário local .....	194
4.2.3. As ressonâncias contemporâneas .....	199
<b>4.3. O mito “é imagem de cada um”</b> .....	206
4.3.1. As remodelações do movimento .....	207
4.3.2. Os usos e abusos da memória do cangaço .....	208
4.3.3. O justo contrassenso do mito .....	209
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
<b>“Banditismo por necessidade, por pura maldade, por uma questão de classe”?</b> .....	214

<b>FONTES .....</b>	<b>219</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>226</b>



## 1 INTRODUÇÃO

### Renascimento da efeméride: por uma história da memória do cangaço ou de um “passado que não quer passar” nordestino.

Esfinge, o acontecimento é igualmente Fênix que na realidade nunca desaparece. Deixando múltiplos vestígios, ele volta constantemente, com sua presença espectral, para brincar com acontecimentos subsequentes, provocando configurações sempre inéditas.

(François Dosse)<sup>1</sup>

Mas, para sabê-lo, para senti-lo, é preciso atrever-se, é preciso acercar o rosto à cinza. E soprar suavemente para que a brasa, sob as cinzas, volte a emitir seu calor, seu resplendor, seu perigo. Como se, da imagem cinza, elevara-se uma voz: ‘Não vês que ardo?’.

(Georges Didi-Huberman)<sup>2</sup>

A história como lugar de controvérsia (...) está exercendo uma função terapêutica. (...) Ela permite à memória não se emborcar na fossilização e na compulsão de repetição e abrir-se para a memória do outro.

(François Dosse)<sup>3</sup>

No início de 2008, época de celebrações dos 70 anos da morte de Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como o cangaceiro Lampião, dois ex-cangaceiros são reverenciados pela maioria do público presente em evento do 18º Cine Ceará, Festival Ibero-Americano de Cinema, realizado na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. No centro das atenções, estavam Moreno e Durvinha, protagonistas do documentário “Os últimos cangaceiros”, que estava em fase de finalização. Sob todos os holofotes, o passado que esconderam durante quase toda a vida, até da própria família, tinha alguns pedaços revelados. Rompido o pacto de silêncio, a trajetória que criou a necessidade do segredo, feito por medo de serem presos, foi a mesma que virou motivo de orgulho: os idosos que estrelam o filme eram, outrora, jovens cangaceiros do bando de Lampião.<sup>4</sup> A repercussão motivou notícia em pleno horário nobre televisivo: “quem foi considerado fora da lei há décadas hoje é memória da cultura brasileira”.<sup>5</sup>

<sup>1</sup> DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 7.

<sup>2</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tocam o real*. **Pós**: Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 216, nov. 2012.

<sup>3</sup> DOSSE, *Id.* “História social da memória”. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 305-306.

<sup>4</sup> O evento foi o Simpósio “Nordeste, Cangaço e Cinema”, realizado na Universidade de Fortaleza (Unifor). Cf. ROCHA, Pedro. *Sobre cangaceiros*. **O Povo**, Fortaleza, 15 de abril de 2008. Especial Cine Ceará, p. 12.

<sup>5</sup> A repercussão deve-se especificamente à ação dos organizadores e apoiadores do documentário em promover reencontro de Moreno e Durvinha com a ex-cangaceira Aristeia, que não se viam desde a fuga do cangaço há

O cangaço foi um fenômeno de banditismo vivenciado na zona rural do Nordeste brasileiro entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.<sup>6</sup> Lampião, considerado o “Rei do Cangaço”, nasceu no município de Vila Bela, atual Serra Talhada, no estado de Pernambuco, em data duvidosa, já que uns acreditam que foi em 07 de julho de 1897 e outros apostam em 04 de junho de 1898. A data de morte não tem tanta indistinção, pois o cangaceiro morreu na Grota de Angico, município de Poço Redondo, no estado de Sergipe, em 28 de julho de 1938. O fenômeno acabou há décadas, mas a sua memória sobreviveu em diferentes meios culturais, tais como oralidades, locais, folhetos de cordel, artesanato, periódicos, fotografias, livros, filmes, músicas, souvenirs, etc. que, por sua vez, continuaram propiciando outros tipos de conservação, transmissão e ressignificação. A sua presença pode ser notada em vários cenários do país, mas é constatada, em especial, na região nordestina. Apesar de poder ser noticiada com o qualificativo nacional, ela é apresentada geralmente como elemento de identificação regional, parecendo atingir esse patamar primeiro, às vezes, por ser a parte que compõe o todo e não a parte que representa o todo, embora existam reivindicações para que seja tomada de forma ampliada.

O interesse em estudar o cangaço surgiu de percepções semelhantes no decorrer da graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Ao participar de encontros acadêmicos realizados pelos estados nordestinos, entre os anos de 2010 e 2013, um dos aspectos que mais chamavam atenção era a materialização da sua memória em espaços culturais, sobretudo turísticos, em que facilmente se notam alusões ao tema em *souvenirs* nordestinos, objetos que supostamente retratam a cultura dessa região. Dos nove estados que a compõem, Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE), e Bahia (BA), os cangaceiros não passaram apenas nesses dois primeiros, mas as apropriações turísticas também podem ser vistas neles. No Ceará (CE), essas expressões estão tanto no interior, como no Centro de Cultura Popular Mestre Noza, localizado em Juazeiro do Norte, quanto na capital, no Mercado Central de Fortaleza. Enquanto isso, a percepção de notícias sobre grupos de assaltantes do interior da

---

cerca de cinco décadas. A produção “Os últimos cangaceiros”, do cearense Wolney Oliveira, foi lançada para o circuito interno de festivais em 2011, mas entrou em circulação externa apenas em 2015.

Sobre o reencontro, conferir. **Ex-cangaceiros se reencontram no Ceará**. Disponível em:

[http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL51292-5598,00-](http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL51292-5598,00-EXCANGACEIROS+SE+REENCONTRAM+NO+CEARA.html)

[EXCANGACEIROS+SE+REENCONTRAM+NO+CEARA.html](http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL51292-5598,00-EXCANGACEIROS+SE+REENCONTRAM+NO+CEARA.html). Acesso em: 18 ago. 2016

<sup>6</sup> Entendemos banditismo como fenômeno oficialmente ligado à criminalidade. Mesmo que seja tênue, a acepção é capaz de expressar o sentido que procuramos empregar. Ver mais sobre cangaço e outros tipos de banditismo nordestino em: MELLO, Frederico Pernambucano de Mello. **Guerreiros do Sol. Violência e banditismo no Nordeste**. São Paulo: A Girafa, 2004.

região recebendo a alcunha de “novos cangaceiros” traziam demais estranhamentos.<sup>7</sup>

As constatações dessa situação contemporânea tiveram companhia frequente de uma sensação de inquietação, desconforto e ânsia em entender como um tipo de banditismo passou a receber valoração de patrimônio cultural nordestino. A vivência na graduação, principalmente no Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória, o qual integramos desde então, trouxe possibilidade de pensar historicamente problemas desse estilo, que foram se desdobrando em estudo sobre a temática.<sup>8</sup> Inicialmente, fomos à busca de vestígios do cangaço através de sondagem na imprensa local e encontramos muitas publicações acerca do assunto entre as décadas de 1980, 1990 e 2000. Nesse itinerário, os anos finais da década de 1990 foram os mais intrigantes. O assunto teve corrente destaque, figurou entre manchetes e foi tornado pauta corriqueira de cadernos especiais. Os motivos para tanto estão relacionados às comemorações do centenário de nascimento do cangaceiro Lampião.

No desenrolar da pesquisa, foi ficando claro que aconteceram celebrações na maioria dos estados nordestinos, particularmente nas cidades sertanejas por onde os cangaceiros passaram, como Juazeiro do Norte (CE), Mossoró (RN), Serra Talhada (PE), Triunfo (PE), Piranhas (AL), Poço Redondo (SE) e Paulo Afonso (BA). A observação evidenciava uma movimentação por polos extremos, em virtude da constatação de ações ligadas tanto ao dever de memória comprometido em evocar o fenômeno quanto ao dever de esquecimento empenhado em olvidá-lo. Em cada uma delas, saltavam inúmeras representações de Lampião. No estado cearense, notamos peculiaridade intrigante na imprensa, pois enquanto alguns grupos comemoravam o cangaceiro “em reconhecimento à herança do cangaço na cultura nordestina”, outros argumentavam que “não poderiam ser permitidas as comemorações dos 100 anos do nascimento do famoso facinora” evocando que “o artigo 287 do Código Penal é taxativo: “fazer publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: pena detenção, de 3 a 6 meses, ou multa”.<sup>9</sup>

O conhecimento dessas controvérsias trouxe consigo a percepção de que as comemorações ao centenário de nascimento do cangaceiro Lampião poderiam ser apropriadas

---

<sup>7</sup> No interior do Ceará, atribuiu-se ao “Novo Cangaço” 36 ataques a banco em 2010, 50 em 2011 e 117 em 2012. “Essa nova categoria de assaltos a bancos vem causando terror nas cidades interioranas brasileiras. O *modus operandi* dos “novos cangaceiros” tem semelhança com o velho cangaço. Este, não raro, fazia uso de reféns; o bando também era grande, de 10 a 15 membros; e preferia atacar pequenas cidades”. Cf. TAVARES, Roberta. **O que é o ‘novo cangaço’?** Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/novo-cangaco/o-que-e-o-novo-cangaco/>> Acesso em: 18 ago. 2016.

<sup>8</sup> Destacamos também a disciplina de “Lugares de Memória e Ensino de História”, cursada na graduação.

<sup>9</sup> Cf. Respectivamente: *O Povo vai ao encontro da tradição popular*. **O Povo**, Fortaleza, 31 agosto 1997. Economia, p. 4E; e AMORIM, Edgar Carlos. *Vamos esquecer Lampião*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 de julho 1997. Opinião, p. 2. Esta contenda específica entre jornais O Povo e o Diário do Nordeste será analisada no segundo capítulo. A priori, fica a evidência do impasse.

como objeto de estudo interessante para problematizar a memória do cangaço enquanto elemento constituinte da identidade nordestina. Com a entrada no mestrado em História da UFC, linha de pesquisa em Memória e Temporalidade, houve intensificação da pesquisa e, evidentemente, algumas mudanças. Sabíamos que a análise não poderia se reduzir em inquirir problemas simplesmente perfilando adeptos e adversos em suas respectivas zonas de direito com o intuito de que em simulada arena toda sorte de balbúrdia fosse deflagrada. Esse único alinhamento restringiria o exame, já que qualquer recurso ao maniqueísmo tende a ser infrutífero. Para completar a premissa, tornou-se ordinário, categórico e até estratégico exclamar atualmente uma ideia do início dos anos 1990: “Lampião não é nem bandido, nem herói, ele é história!”. Um dos principais aprendizados foi, então, instrumentalizar debates que permitiram abordar o tema de maneira complexa. O caminho inicial foi tentar entender o significado das lembranças e comemorações, em seus respectivos contextos, para evitar conclusões superficiais.

\*\*\*

Que existe uma extensa bibliografia acerca do cangaço não restam dúvidas.<sup>10</sup> Entretanto, concordamos que sua historiografia pouco tem oxigenado o debate efetivo em torno de certas facetas que subsistem sufocadas, porque geralmente se vem deixando de lado o estudo da “dimensão de sua repercussão na cultura brasileira contemporânea”<sup>11</sup> e análise de “sujeitos que foram vítimas diretas ou indiretas do banditismo”.<sup>12</sup> Para pensar esses aspectos, apresentamos a seguir apontamentos teóricos e metodológicos sobre trabalhos do cangaço; do nosso objeto de estudo; da discussão historiográfica de categorias como memória, temporalidade, comemorações, identidade e patrimônio; e de demais questões, recortes e caminhos de investigação que permitam tratar os problemas suscitados.

A temática da memória é uma constante na historiografia do cangaço, mas a grande maioria dos trabalhos aborda-a somente como fonte e não enquanto objeto de investigação. Mesmo assim, observa-se que conhecidos autores de diferentes contextos tentaram construir algum tipo de método para analisar o modo como os cangaceiros são vistos pela sociedade. Nessa direção, podemos citar Eric Hobsbawm que ressaltou, em *Bandidos* (1969), como alguns são observados diferentemente pela opinião pública e podem se

---

<sup>10</sup> Cf. WIESEBRON, Marianne L. “Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre o banditismo a nível nacional e internacional”. In: **Coleção Mossoroense** (Fundação Vingt-un Rosado), Série “A”, nº 90, Mossoró, 1997.

<sup>11</sup> ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. **O Cangaço nas batalhas da memória**. 1ª ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011, p. 133.

<sup>12</sup> CLEMENTE, Marcos Edilson de. **Lampião Aceso: o cangaço na memória coletiva**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009, p. 43.

constituir enquanto bandidos sociais por angariarem certo apoio popular, embora saibamos que nessa lógica também foram várias vezes antissociais por vitimarem aqueles que idealmente seriam seus admiradores<sup>13</sup>; Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *Os Cangaceiros* (1977), por ter enfatizado como a escolha de um “fora-da-lei” para símbolo tem característica elástica, pois “o cangaceiro independente é um rebelde e, portanto, apto a se tornar um símbolo de todas as rebeliões”<sup>14</sup>; e Élise Gruspan Jasmim, em *Lampião, senhor do Sertão* (2006), por sinalizar como Virgulino acabou por “encarnar valores essenciais do Nordeste e, ao mesmo tempo, representar a negação desses valores; é aí que reside todo o poder da personagem e sua ambivalência, zona de sombra que deixa o campo aberto a todas as apropriações”<sup>15</sup>.

Nos últimos anos, houve relativo aumento de trabalhos que têm se dedicado diretamente à memória no tempo presente, como os realizados por Marcos Clemente, com *Lampião acesos: o cangaço na memória coletiva* (2009)<sup>16</sup>; Antonio Fernando de Araújo Sá, com *O cangaço nas batalhas da memória* (2011)<sup>17</sup>; Marcílio Lima Falcão Júnior, com *Jararaca: memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró* (2013)<sup>18</sup>; e Ferreira Júnior, com *Serra Talhada x Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano*. (2014).<sup>19</sup> Apesar do nível crescente, muitos interessados no cangaço continuam vendo trabalhos dessa natureza de forma secundária. A questão negligenciada é que eles são vitais para se compreender que vários dos problemas em torno do assunto podem ser elucidados com análise dos grupos sociais que, cada um a seu modo, recorda, silencia e esquece o tema nos jogos da memória.

Para chegar de imediato ao ponto que mais interessa, continuamos essa apresentação da pesquisa através do seu título: “‘Século Virgulino’: o cangaço nas (con)fusões da memória entre comemorações de Lampião no tempo presente” e o da sua introdução: “Renascimento da efeméride: por uma história da memória do cangaço ou de um

<sup>13</sup> Cf. HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, [1969] 2010. A crítica à tese do “bandido social” do autor veio do pesquisador Anton Blok.

<sup>14</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os Cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 212. A autora ressalta que pode ser apropriado na “luta contra a polícia, que representa a opressão organizada e sistemática; luta contra os ricos que exploram o ‘povo’, e distribui com os ‘pobres’ o produto da luta; luta contra os estrangeiros, afirmando bem alto o valor nacional”.

<sup>15</sup> GRUSPAN, Elise Jasmim. **Lampião, senhor do sertão: vidas e mortes de um cangaceiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 354.

<sup>16</sup> CLEMENTE, Marcos Edilson de, *op. cit.*

<sup>17</sup> ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando, *op. cit.*

<sup>18</sup> FALCÃO, Marcílio Lima. **Jararaca: memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró**. Mossoró: UERN, 2013.

<sup>19</sup> FERREIRA JÚNIOR, José. **A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada – PE**. Campina Grande – PB. Dissertação de Mestrado. UFCCG/PPGCS. 2010.

‘passado que não quer passar’ nordestino”. Afinal, eles têm a intenção de “resumir o problema que norteou a pesquisa, por trazer subjacente os pressupostos que basearam a análise e a própria concepção do fazer historiográfico”.<sup>20</sup>

“Século Virgulino” é a manchete de uma das primeiras notícias locais sobre o centenário de nascimento de Lampião. Usamos a expressão para enfatizar nosso objeto de estudo que passou a ser o debate público em torno da memória “cangaço” com ponto de inflexão nas comemorações do nascimento de Lampião. Serve igualmente para sinalizar que, embora façamos análise em escala nacional, regional e local, os olhares centrais direcionam-se ao estado cearense.<sup>21</sup> O recurso à expressão geminada “(con)fusões” precedendo a “memória”, bem como seus congêneres (contra)comemorações e (o)cultos celebrativos, são utilizados para pontuar que procuramos perceber os acordos e conflitos que a circundam.<sup>22</sup> A parte “entre comemorações de Lampião no tempo presente” é destacada, porque o recorte temporal está situado entre as décadas de 1980 e 2010, com maior concentração entre os referidos anos de 1988 e 2008, período balizado pelas comemorações de morte do cangaceiro (cinquentenário em 1988, sexagenário em 1998 e septuagenário em 2008). A proposição convém, porque permite que, além de investigarmos as efemérides em atividade, compreendamos as condições que a ocasionaram, assim como as marcas que deixaram.

Os vestígios do passado tornam-se fontes históricas capazes de produzir conhecimento à medida que são requisitados a resolver problemas, intrigas e demais casos que o historiador se prontifica em entendê-los. Para atingir os objetivos elencados, iremos examinar um conjunto documental, composto de jornais, projetos oficiais, livros, cordéis, panfletos, fotografias, filmes e entrevistas. Conscientes de que o “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”,<sup>23</sup> sinalizamos que as fontes de que dispomos, guardadas suas especificidades passadas, são mobilizadas para compreensão do presente problema: em que circunstâncias a

---

<sup>20</sup> ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 - 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 24.

<sup>21</sup> Cf. COE, Walter. *Século Virgulino*. **O Povo**, Fortaleza, 5 de julho 1997. Sábado, editorial, p. 2.

<sup>22</sup> O insight que disparou a percepção da potencialidade de uso do termo “(con) fusão” veio da lembrança de texto de Régis Lopes, em que, analisando narrativas da poética popular a respeito do cangaço, diz: “o cangaço aparece dentro de uma grande (con) fusão de imagens”. Sinaliza isso porque, segundo o autor: ‘nas narrativas populares, Lampião é marcado por complexidades mais ou menos específicas: ora é visto como herói injustiçado, ora é visto como assassino de injustificável crueldade’. Cf. RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Narrativas em fogo cruzado: Padre Cícero, Lampião e a Guerra de 14*. In: **Trajeto** – Revista de História UFC, Fortaleza, vol. 2, n. 3, 2002, p. 65.

<sup>23</sup> KARNAL, Leandro e TATSCH, Flavia. “Documento e História: A memória evanescente”. In: PINSK, Carla Bassanezi e REGINA DE LUCA, Tania. **O historiador e suas fontes** (orgs.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 24.

memória do cangaço é forjada, contestada, negociada e neutralizada enquanto um elemento estruturante de sentido das temporalidades nordestinas? Ficará perceptível que essas relações, as quais acreditamos constituírem o dito mito nordestino, são imprescindíveis para se compreender o terreno imaginário das idealizadas identidades regionais em cena.

E por que escolher “Renascimento da efeméride” na introdução? Porque tomamos as comemorações como um acontecimento, logo, a ideia de que o “acontecimento é o que ele se torna” faz todo o sentido.<sup>24</sup> Para François Dosse, o desafio é entendê-lo metaforicamente como esfinge, por ser carregado de enigmas irresolutos, e como fênix, porque, ao ter deixado suas cinzas, pode renascer... Ao contrário do que se possa imaginar, portanto, as efemérides que indagamos encontram-se em “plena atividade”. Destacamos o subtítulo “Por uma história da memória do cangaço ou de um ‘passado que não quer passar’ nordestino”, devido a fatores talvez claros, mas outros nem tanto. Pareceu interessante por instigar o raciocínio, em geral, dos desafios e possibilidades acerca das conexões entre a memória e a temporalidade, mas, em específico, porque fazemos uma história da memória no tempo presente que passou a ter como um dos seus principais objetos os “passados que não passam”.

Estruturada parcialmente como reação à crise epistemológica da História na década de 1980 e 1990, a constituição da história da memória pode ser vinculada “às evoluções internas da disciplina e às diversificações da história das mentalidades”.<sup>25</sup> Trata-se em específico de faceta da história das representações, na qual se consideram as novas relações entre história, memória e identidade gestadas no período. Sobre as suas peculiaridades, Henry Rousso pontua que “essa história tem sido quase sempre uma história das feridas abertas pela memória, não sendo no fundo senão uma manifestação, entre outras, das interrogações atuais e palpitantes sobre certos períodos que ‘não passam’”.<sup>26</sup> Entendendo que o “tempo presente é o tempo da experiência vivida”<sup>27</sup>, sabe-se como estamos diante de um tempo que é o nosso “próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a nossa”. Assim, o objetivo “é ser capaz de produzir a História do nosso próprio tempo tentando obter uma reflexão que permita recuo relativo”, o qual é concedido pela ética

---

<sup>24</sup> Trata-se de proposição de Michel de Certeau que baliza as considerações de François Dosse.

<sup>25</sup> DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 359.

<sup>26</sup> ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína(orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996, p. 95.

<sup>27</sup> BEDARIDA *apud* PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A história do tempo presente: do futurismo ao presentismo?* In: **Humanidades**, v. 58, Brasília, 2011, p. 58.

da investigação e não pelo tempo transcorrido.<sup>28</sup>

\*\*\*

A cultura da memória no terço final do século XX, conjuntura marcada por processos de redemocratização no mundo ocidental, é expressão sintomática do regime de historicidade presentista.<sup>29</sup> François Hartog sugere com sua hipótese do presentismo que as relações subjetivas com o tempo se alteraram. Por isso o dizer que o “futuro não é mais um horizonte luminoso rumo ao qual caminhamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em nossa direção, enquanto parecemos patinar no campo do presente e ruminar um passado que não passa”.<sup>30</sup> O mnemotropismo se exprime de muitas maneiras: “comemorações, aniversários, conflitos de memória, paixão genealógica, retrospectão generalizada, busca de origens ou ‘raízes’, gosto pelas biografias e narrativas de vida, reemergência ou invenção de tradições e outras formas ritualizadas da reminiscência”.<sup>31</sup> Embora essa obsessão tenha muitos fatores, que costumam variar entre desejo de tradição, dever de memória e consumo cultural, nota-se, em particular, que a preocupação global com os traumas do passado, somada aos receios de futuro, foram decisivos para que a temporalidade contemporânea fosse dominada pelo presente.<sup>32</sup> Os tais passados que não passam são aqueles de difícil rememoração, marcados principalmente pelo dilema do lembrar ou esquecer, como o do nazismo, na Alemanha; o da União Soviética, na Rússia; do Apartheid, na África do Sul; o da Ditadura Civil-Militar, no Brasil. A característica desse impasse, que está ligado diretamente à dificuldade de gerir tais memórias no processo de reconstrução de identidades, fez com que outros tipos de memória recebessem essa acepção. A memória do cangaço, no Nordeste brasileiro, parece ter seu lugar no corolário do aforismo “passado que não passa”.<sup>33</sup>

Como a história da memória vem lidando com esses problemas? Não custa

---

<sup>28</sup> ROUSSO, Henry. *Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso*. In: AREND, Silvia Maria Fávero & MACEDO, Fábio. **Tempo e Argumento**, v.1, n.1, Florianópolis, 2009, p. 202; 209.

<sup>29</sup> Compreende-se o regime de historicidade enquanto instrumento que serve para, em acepção ampla, “designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana e, em acepção restrita, entender com uma sociedade trata seu passado”. Cf. HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 17.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 245.

<sup>31</sup> CANDAU, Jöel. *Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade*. In: **Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, jan/jul. 2009, p. 43.

<sup>32</sup> Para o autor, o “regime” não pode ser, todavia, tomado como dado metafísico, mas como instrumento cuja vocação é “comparar tipos de histórias diferentes, iluminar formas de experiência no tempo e maneiras de ser no tempo, aqui e lá, hoje e ontem”, pois “longe de ser uniforme e unívoco, o presentismo é vivenciado de forma muito diferente conforme o lugar ocupado na sociedade”. HARTOG, *op. cit.*, p. 14.

<sup>33</sup> São experiências completamente diferentes e que trazem impasses distintos, mas acreditamos que a associação faz sentido por conta desse dito dilema. Debate mais ampliado será feito no primeiro capítulo.



sinalizar que as relações entre história e memória flutuam conforme as demandas de cada época. Na antiguidade clássica, tinha-se a visão hoje tradicional do “historiador” enquanto “guardião da memória”<sup>34</sup>, cuja ressonância foi deslocada fortemente apenas no século XIX com a cientifização do saber histórico, que passou a valorizar o documento escrito em detrimento da tradição oral, por acreditar que assim se alcançaria uma suposta verdade.<sup>35</sup> O campo de estudo da memória é aberto no século XX por parte da sociologia, em que uma obra de destaque é a de Maurice Halbwachs, a qual aborda a “estrutura social da memória”.<sup>36</sup> Referente ao tempo presente, sobretudo entre o final do século XX e XXI, interessa colocar que enquanto parece existir, por um lado, uma preocupação em delimitar bem as diferenças entre memória e história em função das inúmeras apropriações que banalizavam a produção científica de conhecimento do passado, a exemplo de alguns pensamentos de Pierre Nora em torno dos “lugares de memória”<sup>37</sup> que foram tornados referência, por outro, observa-se, com Paul Ricoeur, uma tentativa de compreender mais as inter-relações entre uma e outra a fim de construir “política da justa memória” que não desemboque em abuso de nenhum dos lados, mas que também esteja evidentemente adequada à exigência do discurso histórico.<sup>38</sup>

Nesse quesito, a obra de Ricoeur é valorosa para tratarmos questões cruciais, tais como as conexões entre memória e temporalidade; as formas de abordagem da memória nesse tempo presente de passados que não passam; os usos e abusos mnemônicos; e demais instrumentos de análise. A priori, uma reflexão do autor feita em momento de distinção entre memória evocação (presença no espírito) e memória recordação (busca) na sintonia com as percepções temporais é pertinente por apresentar conceitos-chave do seu estudo:

A primeira questão que se apresenta é a da ‘lembrada’; é nessa ocasião que é pronunciada a frase chave que acompanha toda minha pesquisa: ‘a memória é do passado’. É o contraste com o futuro da conjectura e a da espera e com o presente da sensação (ou percepção) que impõe esta caracterização primordial. E é sob a autoridade da linguagem comum (‘ninguém diria... mas dir-se-ia que...’) que é feita a distinção. Mais fortemente ainda é: ‘na alma’ que se diz ter anteriormente (proteron) ouvido, sentido, pensando em alguma coisa. Essa marca temporal, assim promovida a linguagem, depende do que chamaremos de memória declarativa. Ela é sublinhada insistentemente: tanto é verdade que nos lembramos ‘sem os objetos’, quanto é preciso sublinhar que existe memória ‘quando o tempo passa’, ou, mais brevemente ‘com o

<sup>34</sup> Cf. BURKE, Peter. *A história como memória como social. Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

<sup>35</sup> Cf. ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando de. *Puzzle entre história e memória*. Aracaju, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, 2009.

<sup>36</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>37</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993.

<sup>38</sup> Cf. RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

tempo'. Nesse aspecto, os seres humanos partilham a simples memória com certos animais, mas nem todos dispõem da 'sensação (percepção) (aisthesis) do tempo'. Essa sensação (percepção) consiste no fato de que a marca da anterioridade implica a distinção entre o antes e o depois.<sup>39</sup>

Diz-se que a “memória é do passado”, porque toda “lembrança é acompanhada pela noção de tempo”. A premissa fica explícita através da narrativa que declara o que está implícito em cada um, criando assim um significado, quer dizer, a ação de narrar cria uma representação: “a imagem presente de um objeto ausente”. A associação entre memória e temporalidade adquire nitidez quando se percebe que devido à rememoração trazer uma marca de anterioridade, ela dá sentido ao tempo, pois instaura uma duração - um antes, um durante e um depois - já que se há algo que aconteceu, há algo que acontece e há algo que acontecerá. Eis aí a ideia do tempo como triplo presente - “presente do passado na memória, presente do futuro na espera, presente do presente na atenção”-, que possibilitaria a compreensão da passagem do próprio tempo”.<sup>40</sup> Enfim, a rememoração tem o poder de conceder sentido à temporalidade.

Os trabalhos da memória estão, por sua vez, ligados a vários fatores: ativismo político, pesquisa científica, reflexão filosófica e artística, busca de indenização, sofrimento, atração mercadológica, etc. No debate público, um dos palcos do “teatro da memória”,<sup>41</sup> onde atuam sujeitos com diferentes “capitais simbólicos”<sup>42</sup>, como os “guardiões da memória” que se colocam como autoridades na transmissão mnemônica, implicando assim em tentativa de controle; os “militantes da memória” que corroboram com a repetição de determinadas versões do passado e ajudam a cristalizá-las; e os “empreendedores da memória” que são geradoras de projetos, de novas ideias e de expressões da memória, transmutando-a em virtude dos mais variados interesses.<sup>43</sup> Pensando, em específico, na sociedade dita pós-moderna, notamos como as imagens polidas pelo espetáculo, entendido “não como um conjunto de imagens, mas como uma relação social entre pessoas, mediada pelas coisas”, conseguem atrair mais atenção entre as tantas imagens da contemporaneidade.<sup>44</sup> Por atributos de produção midiática, adequação ao consumo e repetição massiva, algumas imagens atingem

<sup>39</sup> *Id.* p. 35.

<sup>40</sup> O autor fundamenta o dizer da relação entre memória e continuidade temporal baseado em Santo Agostinho, a quem deve-se atribuir a ideia de que a “memória é do passado”. Cf. RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *‘Rememoração’ / ‘Comemoração’: as utilizações sociais da memória*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 433-434, 2002.

<sup>41</sup> Cf. SAMUEL, Raphael. *Teatro da memória*. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

<sup>42</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>43</sup> Cf. POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 8; JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A. 2002, p. 48.

<sup>44</sup> Cf. DEBORD, GUY. **A Sociedade do Espetáculo**. (1967). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

estágio em que parece haver emancipação entre “realidade” e “representação”, como se fosse um “simulacro”, “estado de réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida”.<sup>45</sup>

Se todo exercício da memória é o seu uso, isso comporta o seu abuso. Conforme bem sinalizou Paul Ricoeur, “entre uso e abuso insinua-se o espectro da mimética incorreta. É pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado”. Assim, o autor propõe tipologias de análise que se dividem no plano “patológico-terapêutico”, em que são evidenciados os distúrbios da memória ferida; no “plano propriamente prático”, em que a memória é manipulada ideologicamente; e no “plano ético-político”, em que a memória é abusivamente convocada e, quando comemoração, rima com rememoração.<sup>46</sup> Compreender a conexão entre esses pontos é um exercício de epistemologia fundamental, pois a representação historiadora deve resultar de rigorosa operação, cuja tentativa é produzir uma “representância”, quer dizer, uma verossimilhança possível de ser contemplada que esteja adequada à exigência veritativa do discurso histórico.<sup>47</sup>

\*\*\*

Em via de síntese, indicamos que este estudo da memória se assemelha ao propósito de Henry Rousso, que define a “história da memória como o estado de evolução das representações do passado, entendidas como fatos políticos, culturais ou sociais, em que inclui tanto a análise histórica do acontecimento propriamente dito, como a análise de sua posteridade”.<sup>48</sup> Seguindo a sugestão de Régis Lopes, o interessante é indagar o (por) que se lembra e o (por) que se esquece, “levando em conta os interesses de quem articula as maneiras de dividir o tempo em durações específicas, ora ressaltando continuidades ou tradições, ora reivindicando rupturas ou novidades”.<sup>49</sup> Conforme também indica Antônio Fernando de Araújo, não se trata de notar as “consequências do acontecimento, mas de entender como se manifesta a sobrevivência ativa e passiva das representações do passado no imaginário social, logo, em práticas de gerações posteriores”.<sup>50</sup> Distinção analítica válida na pesquisa é a de “memória como faculdade mental de conservação e memória como representação relativa a esta faculdade”,<sup>51</sup> bem como a de “memória como ação e memória como uma representação

<sup>45</sup> HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 261.

<sup>46</sup> RICOEUR, *op.cit.*, p. 72.

<sup>47</sup> A ideia da representância proposta por Ricoeur será desenvolvida no segundo capítulo.

<sup>48</sup> ROUSSO *apud* ARAÚJO SÁ, *op. cit.*, p. 272.

<sup>49</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Posfácio*. In: XAVIER, Patrícia Pereira. **Dragão do mar: a construção do herói jangadeiro**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2011, P. 248.

<sup>50</sup> ARAÚJO SÁ, *op. cit.*, p. 273.

<sup>51</sup> Cf. FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

que vem deste ato”. Essa percepção dos trabalhos da memória social, em suas variantes ressignificações, implica dizer entre outras coisas que partilhar marcos memoriais não significa partilhar das mesmas representações.<sup>52</sup>

As discussões que circundam a temporalidade, entendida enquanto a percepção subjetiva conjunta do tempo passado, presente e futuro, são incontornáveis.<sup>53</sup> A inspiração para abordar o tempo em sua dimensão pluralizada vem da concepção de rizoma proposta por Gilles Deleuze e Félix Guatatti.<sup>54</sup> Para Margareth Rago, o rizoma, como bulbos e tubérculos, remete “à ideia de dispersão, de heterogeneidade e de múltiplas conexões, pois qualquer um dos seus pontos pode ser conectado a outro, rompido e reconectado, ao contrário da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem e remetem a outro centro”.<sup>55</sup> Como esse debate é amplo, interessa perceber especificamente os conceitos de duração, estrato e passagem que permitem vislumbrar respectivamente as percepções temporais, as suas ramificações e os privilégios de uns sobre os outros em certas circunstâncias. No texto, as ideias de Reinhart Koselleck sobre os “estratos do tempo” é que serão as mais instrumentalizadas.<sup>56</sup>

Para entender a construção histórica das ditas identidades, o conceito formulado por Benedict Anderson de “comunidade imaginada”, a reflexão de Pierre Bordieu acerca do “poder de di-visão da região” e a obra de Durval Muniz de Albuquerque sobre “Invenção do Nordeste são basilares na compreensão das formas pelas quais o cangaço foi tornado um elemento praticamente incontestado da temporalidade desta região para várias pessoas.<sup>57</sup> Conforme sintetizou Michael Pollak, a identidade é “o sentido da imagem de si, para si e para

---

<sup>52</sup> Prefere-se mais o termo “memória social” do que o de “memória coletiva” por ser uma “forma útil e simplificada que resume o complexo processo de seleção e interpretação em uma fórmula simples, e enfatiza a homologia entre os meios pelos quais se registra e se recorda o passado” Cf. BURKE, Peter. *Op.cit.* Igualmente por concordarmos com Joel Candau que, sem desconsiderar o quadro social da memória, aponta como a “memória coletiva” só poderia ser totalmente válida, em caráter de idealização, se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um determinado número de representações. Cf. CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

<sup>53</sup> Cf. BARROS, José D’Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.

<sup>54</sup> Cf. DELEUZE, Gilles; FÉLIX, Guatarri. *Introdução: Rizoma*. In: *Id. Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

<sup>55</sup> Rago sinaliza ainda: “para os leitores menos familiarizados com esse vocabulário, vale lembrar que Deleuze propõe a imagem do rizoma paralelo à da árvore como imagem que predominou no modo ocidental de pensar, da botânica à anatomia, da teologia à filosofia, ao contrário do Oriente, constituindo uma maneira centralizadora e hierárquica de olhar. Cf. RAGO, Margareth. *O Historiador e o Tempo*. In: DE ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta (org.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas: Editora Alínea, 2005, p. 31. Apesar da analogia binária, o pensamento dos autores evidencia como o importante nesse caso seria perceber as inter-relações entre um e outro, isto é, observar os rizomas que brotam nas raízes e as raízes que se fixam no rizoma, pois um “rizoma não começa nem conclui, ele se concentra sempre no meio, entre coisas, inter-ser, intermezzo”. Cf. DELEUZE; FÉLIX, *Id*, p. 36.

<sup>56</sup> Cf. KOSSELEK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

<sup>57</sup> Cf. respectivamente: ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; BOURDIEU, *op. cit.*; ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

os outros”.<sup>58</sup> Além de as proposições aguçarem essa percepção, elas oferecem condições para seguir a sugestão de Joel Candau de buscar notar as “modalidades de acesso do homem ao seu estatuto de ser social e cultural”, problematizando passagens, níveis e desacordos.<sup>59</sup>

Da discussão sobre a comemoração, convém ressaltar a diferença entre rememoração - parte de processo de elaboração individual marcada pelo contato social - e comemoração - trabalho de construção de uma memória realizada coletivamente.<sup>60</sup> Com base, sobretudo, nos pensamentos de Mona Ozouf, Paul Connerton e Silvio Luiz Lofego, sinaliza-se respectivamente que é preciso atentar ao problema de que as comemorações participam ativamente da construção seletiva da memória, demarcando o que se deve lembrar e esquecer; que elas são reveladoras dos acordos e conflitos da sociedade que comemora; que o controle sobre o passado é uma forma de poder no presente que se projeta ao futuro; e que o imaginário comemorativo, ao despertar para a identificação do objeto a ser comemorado, traz à tona diferentes visões a partir de um mesmo referencial.<sup>61</sup>

O campo do patrimônio é um ambiente fértil para pensar a maneira como uma sociedade trata seu passado através da atribuição de valores aos lugares, às práticas e aos objetos que são tomados como significativos para determinada coletividade, comunidade e grupo. Baseado na sugestão de Dominique Poulot de que a história do patrimônio é “amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”, busca-se perceber, sobretudo, como ele se mantém “vivo devido às profissões de fé e aos usos comemorativos que o acompanham”, com o intuito de interpelar sua “vocação em encarnar uma identidade”.<sup>62</sup> Por ser configurado como um “aparelho ideológico da memória”, o patrimônio tem então a capacidade de produzir o que Krzysztof Pomian denominou intrigantemente de “semióforos por indicarem diferentes ordens do tempo”.<sup>63</sup> Não por acaso, Antonio Gilberto Ramos Nogueira sinaliza que a “ressemantização do conceito de patrimônio é, em si, sinalizadora das concepções de tempo, lugar social de produção, perspectiva teórica

---

<sup>58</sup> Cf. POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

<sup>59</sup> Cf. CANDAU, *op. cit.*

<sup>60</sup> Cf. RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *op. Cit.*. Ideia baseada na obra de Paul Ricoeur.

<sup>61</sup> Cf. Respectivamente: OZOUF, Mona. *A festa Sob a Revolução Francesa*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995; CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Oleiras: Celta Editora, 1993; LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>62</sup> POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009, p. 12, 40.

<sup>63</sup> POMIAN *Apud* HARTOG, *op. cit.*, p. 197.

e metodológica e sentido político”.<sup>64</sup> Particularmente, as ideias de John Tunbridge e Gregory Ashworth de patrimônio dissonante são importantes para notar a “contestação inevitável do patrimônio em função das discordâncias quanto ao seu valor” no esforço de tratar “sua história não como linhagem de continuidade imaginária, mas como uma história rizoma de deserção enquanto condição básica de construção democrática”.<sup>65</sup> Para tanto, não se pode negligenciar a indagação que Cristina Meneguello faz em relação aos “dilemas das memórias difíceis conformadoras de patrimônios situados além do consenso construído: o que ocorre quando não se quer ou não se pode preservar o passado?”<sup>66</sup>

A partir desse debate erigido, buscamos interpelar a memória do cangaço como um patrimônio cultural nordestino que é reivindicado por ser significativo na região; dissonante porque não se tem consenso acerca do seu valor; e contestado porque existem questionamentos à tal vinculação identitária. A proposta é igualmente uma forma de se contrapor a pensamentos que associam ressignificações do tema à dita “invencionice”, um tipo de mentira, por não perceberem que elas têm vinculação sócio-política com seu presente da enunciação; que costumam atribuir dinâmicas identitárias às “disfunções morais”, como se algumas relações entre as memórias do fenômeno e as temporalidades regionais fossem uma suposta falta de princípios e não resultado de vivências históricas que podem adotar, modificar ou rechaçar elementos de identificação; que vislumbram o patrimônio como “raiz”, dado e essência, que precisa ser protegido a qualquer custo contra valorações que supostamente deturpem-na ou coloquem identidades nordestinas estereotipadas em suspeição; e, assim, contra quaisquer tentativas de constrangimentos, censuras, proibições que circulem seus trabalhos da memória. Renascida das cinzas dos arquivos, da trama urdida pela pesquisa e da inquietação com um presente presentista, a convocação da efeméride à vida tem os seus motivos. Walter Benjamin já dizia:

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-

<sup>64</sup> NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Tempo, patrimônio e políticas de preservação no Brasil*. In: *Id.*; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo (org.). **História e Historiografia. Perspectivas e Abordagens**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014, p. 62.

<sup>65</sup> Cf. ASHWORTH, G.J., GRAHAM, Brian, TUNBRIDGE, J.E. **Pluralising Pasts: Heritage, Identity and Place in Multicultural Societies**. London: Pluto Press, 2007, p. 36.

<sup>66</sup> MENEGUELO, Cristina. *Patrimônios sombrios, memórias difíceis*. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos & PETERLE, Patricia (org.) **História e arte: herança, memória e patrimônio**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014, p. 47.

nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente.<sup>67</sup>

\*\*\*

No palco do debate público, privilegia-se a análise de acontecimentos que entendemos como marcos da memória do cangaço pelo extenso alcance que tiveram, mas, sobretudo, porque em torno deles observamos múltiplas ressignificações do tema. Alguns dos marcos, em nível de macroanálise na escala nacional e/ou regional, são: na década de 1980, a exibição nacional do *seriado Lampião e Maria Bonita* (1982), o processo de *Tombamento da Grotta de Angico* (1982 -1989), em Poço Redondo, local onde o cangaceiro morreu, e o *Cinquentenário da morte de Lampião* (1988); na década de 1990, a tentativa de criação de uma *Estátua para Lampião* (1991), em Serra Talhada, município onde o cangaceiro nasceu, a criação da *Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço - SBEC* (1993), e o *Centenário de nascimento do cangaceiro Lampião* (1997/1998); na década de 2000, a efetivação da *Missa do Cangaço*, na Grotta de Angico (1998), o *Julgamento simulado* de Lampião (2002), no sítio Passagem das Pedras, em Serra Talhada, e o seu *Septuagenário de morte* (2008).

Em nível de microanálise, no estado cearense, notamos algumas aproximações e distanciamentos. Alguns marcos são: na década de 1980, a produção do documentário *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* (1986), o *Cinquentenário da morte* do cangaceiro, na Universidade Regional do Cariri – URCA (1988); na década de 1990, a *exposição Cangaço - Ética e Estética*, no Centro Cultural do Palácio da Abolição (1995), o *Centenário de nascimento* com os evento antecipado aos “99 anos do Rei do cangaço” (1996), na UFC, o “Simpósio 100 anos de Lampião” (1997), na Fundação Memorial Padre Cícero, o “Projeto 100 anos de Lampião” (1997), na sede do Jornal “O Povo”, e a “Homenagem aos 100 anos de Lampião” (1998), na III Bienal Internacional do Livro no Ceará; na década de 2000, a *13ª edição do Cine Ceará*”, no Cine Teatro São Luiz (2003); a exposição “Cangaceiros”, no Centro Cultural Dragão do Mar em Fortaleza e Centro Cultural do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a *18ª edição do Cine Ceará* (2008) e o seu evento integrado, o “Simpósio Cangaço, Nordeste e Cinema”, na Unifor, no *Septuagenário de morte* de Lampião (2008).

Nessas circunstâncias, o Lampião foi manipulado de diferentes formas, aceso e apagado em função de diferentes experiências e expectativas; entre luzes e sombras, lembranças e esquecimentos, o cangaceiro foi (re)inventado a cada uso do passado, devido a

---

<sup>67</sup> Cf. BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

cada demanda do presente, conforme cada vislumbre de futuro. O estudo é desenvolvido atentando-se a três escalas de observação que vão se entrecruzando no seu devido tempo: há uma mais abstrata, em que identificamos a atuação de certo movimento nordestino de ressignificação da memória cangaceira; outra mais contextualizada, em que analisamos empreendimentos de instituições públicas e privadas em torno do assunto, como a Secretaria de Cultura do Ceará e os jornais cearenses *O Povo* e *Diário do Nordeste*; <sup>68</sup> e uma última mais encarnada, em que investigamos experiências de diferentes sujeitos: a familiar de Lampião Vera Ferreira, o professor-poeta Abraão Batista, o intelectual Daniel Lins, o memorialista Hilário Lucetti e o parente de vítima do cangaço Marco Feitosa. Uma das principais intenções é vislumbrar como eles vão se fazendo ao longo do tempo, percebendo as peculiaridades de cada momento, de maneira que seus caminhos não sejam vistos como dados, mas como percursos criados pelas situações de cada ocasião. <sup>69</sup> A opção pela variação de escala pareceu pertinente devido à complexidade do objeto estudado, pois como Paul-André Rosental pontuou, este método:

Pretende modificar a percepção dos objetos conhecidos aplicando aos fenômenos estudados uma multiplicidade de olhares sucessivos e apresentando sob ângulos diversos realidades frequentemente contraditórias. Essas operações a levam, particularmente, a fazer da escala, e mais precisamente do jogo entre escalas de análise, um dos conceitos centrais para a prática histórica. Elas acarretam também uma reflexão sobre o modo de construção da narrativa pelo historiador: a descoberta progressiva dos contornos dos objetos estudados e as descontinuidades que os saltos de escala provocam impedem-no, por exemplo, de se ater a uma simples narração linear. <sup>70</sup>

As fontes escolhidas como porta de entrada da reflexão integram a grande imprensa. <sup>71</sup> Para bem compreendê-la, convém destacar o pensamento elucidativo de Robert Darton de que “a notícia não é o que aconteceu no passado, e sim o relato de alguém sobre o

<sup>68</sup> Por motivos de recorte analítico, que ficarão claros no decorrer do texto, o enfoque será direcionado à atuação do jornal *O Povo*, o que trará a incontornável sensação de que o *Diário do Nordeste* aparecerá de forma secundária. O interesse recai igualmente sobre as divergências entre os dois periódicos. Por conseguinte, alguns indivíduos irão aparecer mais do que outros.

<sup>69</sup> Há aqui clara inspiração na ideia do “fazer-se” do sujeito histórico ao longo do tempo mediante os jogos sociais de força que os circundam tão característica da obra de: THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>70</sup> Cf. ROSENTAL, Paul-André. *Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’*: Fredrik Barth e a ‘microstoria’. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 151-152.

<sup>71</sup> Dizemos ser porta de entrada porque o estudo é, sobretudo, uma “história dos, nos e por meio dos periódicos”, bem como ressaltamos que a “grande imprensa é entendida como aquela composta por jornais, revistas e outros materiais desse tipo que têm frequentemente fortes estruturas empresariais, grandes tiragens e visibilidade pública elevada”. Cf. REGINA DE LUCA, Tania. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. FARIA CRUZ, Heloisa de & CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. In: **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.



que aconteceu”.<sup>72</sup> Conforme colocam Heloisa de Faria Cruz e Maria Rosário da Cunha Peixoto, devemos “entender as narrativas dos jornais sobre acontecimentos não como um dado - espelhos informantes da realidade do contexto, mas como força social ativa - ingredientes constituintes da realidade, dentro de uma trama histórica na qual se constituem”, pois não apenas informam detalhes do que reportam, eles formam determinadas opiniões públicas sobre o que se passa.<sup>73</sup> Constituída e atuante no interior de lutas sociais, a imprensa é lugar privilegiado de poder na medida em que atua na correlação de forças tecendo alianças, enfrentando disputas e construindo identidades. Na análise dos seus projetos editoriais e posicionamentos sociais, algumas indagações são cruciais:

(...) de que modo o periódico constrói sua perspectiva histórica, propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/presente/futuro. Como concebe o tempo e o periodiza? A partir de que lugar social propõe marcos, datação e calendário social? Que expectativas coloca para o tempo que virá? Indica o que deve ser preservado do passado, e o que deve ser relegado modificado ou esquecido?

<sup>74</sup>

A investigação dos jornais pode ajudar na captação de informação da historicidade dos acontecimentos, mas o propósito central é entender como os periódicos formam significados que implicam na construção da cultura mnemônica cangaceira no cenário público entre trabalhos de lembrança, esquecimento e silêncio. Assim, importa conhecer as suas estruturações no tempo presente. No fim dos anos 1980, após a redemocratização brasileira, a maioria dos grandes jornais brasileiros passou por reestruturação de suas linhas editoriais para afinar-se com as aspirações ditas modernas: globalizadas, democráticas e consumistas. Uma das principais mudanças foi o privilégio à ideia de pluralismo que, ao ser utilizado pelo jornal como maneira de se mostrar democrático, apresentando ao público leitor várias interpretações de acontecimentos, visava atingir uma suposta “supraideologia”.<sup>75</sup> Nos jornais, o princípio do pluralismo é recorrente nas notícias, editoriais e suplementos culturais, embora existam vozes que preparam, mediam e controlam a temática que se aborda. O pressuposto da neutralidade carrega vários paradoxos que parecem ser sintetizados pela ideia de que há “uma democracia

<sup>72</sup> DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 18.

<sup>73</sup> Cf. FARIA CRUZ; CUNHA PEIXOTO, *op.cit.*, *passim*.

<sup>74</sup> *Ibid*, p. 265.

<sup>75</sup> Cf. MENEZES, Sônia. *A operação midiográfica; da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo - a mídia, a memória e a história*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. PRIGOL, Valdir. **Leituras do presente – narrativas da comemoração no Mais! da Folha de São Paulo**. Chapecó: Argos, 2007. Os dois autores estudam o jornal “Folha de S. Paulo”, cuja reestruturação da linha editorial influenciou várias outras no país, como O Povo, segundo o próprio jornal.

de opinião, mas não uma democracia de fato”. Destarte, a tese da operação “midiográfica” desenvolvida por Sônia Menezes é crucial para “entender a engenhosa mobilização de instrumentos na construção de evento memorial através de narrativas de revisão, reflexão e reavaliação do passado”, as quais envolvem contribuições de jornalistas, intelectuais, escritores, especialistas, testemunhas, etc.<sup>76</sup>

Por abordarmos a imprensa como ponto de partida para compreender a conjuntura analisada, é preciso notar fios que remetem para outras dimensões do seu tempo, fazendo emergir demais experiências que deem visibilidade a outras histórias e memórias. Para tanto, o diálogo com outras fontes é imprescindível. Para analisar livros, cordéis e panfletos, visamos compreender o lugar social do autor, percebendo seus interesses e a estruturação interna das representações inseridas no livro/cordel/panfleto, constituídos no campo de relações de forças em seu contexto; perceber sua intervenção política, identificando estratégias para legitimação de suas significações, bem como notando aspectos de sua circulação.<sup>77</sup> Sobre os documentos oficiais, analisa-se como os “empreendedores da memória” constroem suas justificativas, argumentos e retóricas no âmbito das políticas culturais. Em relação aos audiovisuais, interessa notar os “conflitos que o envolvem como fonte e veículo de disseminação de uma cultura histórica que mobiliza no espectador sentimentos variados, tais como os de identificação, simpatia, emoção, rejeição, reflexão, coação”.<sup>78</sup> No tocante à fotografia, procuramos entendê-la como um artefato histórico atravessado de “usos sociais em diferentes contextos de produção, circulação, consumo, descarte e institucionalização”.<sup>79</sup> Acerca das entrevistas, o seu uso amplia a percepção em torno de diferentes pontos de vista que contribuem não para preencher lacunas, mas para trazer questões outrora não vislumbradas, que fazem repensar generalizações e criam novos horizontes de análise.<sup>80</sup>

Diante desse sobrevoos conjuntural, uma série de questões fervilha em alto grau.

<sup>76</sup> Cf. MENEZES, *passim*. A autora sinaliza que os “eventos emblemáticos do tempo presente foram elaborados em tripla constituição: evento midiático, construído diariamente a partir de notícias; evento memorial, elaborado em narrativas “revisão”, “reflexão” e “reavaliação” do passado; e acontecimento histórico historiográfico, na medida em que, a partir de um dado momento, tornou-se objeto de reflexão na produção acadêmica”.

<sup>77</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. E FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. In: Idem (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>78</sup> NAPOLITANO, Marcos. *Fontes audiovisuais: A história depois do papel*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 246.

<sup>79</sup> FERRAZ DE LIMA, Solange e CARNEIRO DE CARVALHO, Vânia. *Fotografias – usos sociais e historiográficos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; REGINA DE LUCA, Tania. **O historiador e suas fontes** (org.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 35.

<sup>80</sup> ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 168.

Como elucidar as correntes associações quase sinonímicas entre cangaço e a região Nordeste? Como esclarecer a sobrevivência mnemônica do fenômeno em território nordestino? Como apreender as sensações de pertencimento e distanciamento que acionam vontades de memória do cangaço, seja as de lembrança, esquecimento e silêncio nos nordestinos? Como entender a propagação das comemorações ao “rei dos cangaceiros” nessa esfera regional? Como elucidar as várias disputas e acordos em jogo no campo da mnêmico e temporalidade? Seria a experiência do cangaço um “passado que não quer passar” nordestino? Como situá-lo nesta temporalidade? Enfim, como elucidar o conturbado movimento entre as memórias do cangaço e as ditas identidades nordestinas nesse campo minado? A estrutura da dissertação foi construída com a intenção de contemplar essas indagações através dos problemas que cada capítulo carrega consigo.

No primeiro capítulo, “Memórias em (con)usão”, investigamos os trabalhos da memória do cangaço anteriores ao centenário de nascimento de Lampião em três partes. Na primeira, “Cangaço: um mito no ‘país dos nordestinos’”, situamos o fenômeno, percebendo a construção histórica da relação entre a memória do cangaço e a temporalidade da região nordestina, notando diferentes paradigmas de leituras em torno deste mito, e pensando como isso permite entender ressignificações no tempo presente, o que fazemos especificamente através da análise de documentário cearense baseado em memórias sertanejas. Na segunda, “Cinquentenário de morte: fortalecimento da cultura da memória”, notamos algumas passagens do fenômeno pelos estados dessa região, procurando entender as ressignificações nordestinas do tema, por meio da análise particular do processo de tombamento da Grota de Angico, na qual se destaca, em princípio, como essa memória controversa conforma um patrimônio cultural nordestino simultaneamente reivindicado, dissonante e contestado. Na terceira, “Memórias da ‘praça pública ao palácio’”, observamos a presença do fenômeno no estado do Ceará, as ressignificações cearenses em cena e a formação de determinada base editorial de jornais locais que demarca a abordagem contemporânea do tema.

No segundo capítulo, “(Contra)comemorações ao Século Virgulino”, analisamos as comemorações em torno do cangaceiro Lampião em duas partes. Na primeira, “Centenário de nascimento e sexagenário de morte: memória na era da comemoração”, observamos a conjuntura comemorativa, problematizando batalhas da memória em diferentes escalas de análise e investigando tais contendidas na arena cearense por meio da imprensa com enfoque particular ao combate de opiniões entre certos colunistas. Na segunda, “Lampião: o mito em disputa”, refletimos sobre como determinados indivíduos - a familiar do cangaceiro Vera Ferreira, o professor-poeta Abraão Batista, o intelectual Daniel Lins, o memorialista Hilário

Lucetti e o parente de vítima do cangaço Marco Feitosa - corroboram através de suas produções culturais, como livros, cordéis e panfletos, com representações estruturantes do cangaceiro, que são a do “injustiçado”, do “mal-dito”, do “cruel” e do “assassino”, as quais permitem-nos produzir em seguida representâncias para o fenômeno.

No terceiro capítulo, “(O)culto do calendário”, investigamos o calendário festivo criado em torno do cangaço após essas comemorações em três partes. Na primeira, “Calendário: a missa do cangaço e as ‘vítimas do seu tempo’”, observamos as marcas celebrativas do tema em diferentes níveis de escala, refletindo acerca dessa liturgia com intuito de entender a predominância de algumas imagens dos cangaceiros e notando demais figuras em outros eventos através de enfoque aos imbróglis suscitados nos periódicos cearenses. Na segunda, “Septuagenário de morte: memória enquadrada”, refletimos sobre essa derradeira celebração, percebendo como as comemorações podem ser usadas tanto para enquadrar memórias quanto para disputar seus significados mediante, sobretudo, o noticiário local cearense e apresentando posteriormente algumas ressonâncias contemporâneas desses embates. Na terceira, “O mito ‘é imagem de cada um’”, debatemos ressignificações emergidas desse movimento que elucidam o caráter conflitivo do tema, problematizamos os usos e abusos da memória cangaceira, e pensamos nas possibilidades de construção de políticas da justa memória em consonância à análise de entrevistas dos sujeitos supracitados.

## **2 MEMÓRIAS EM (CON)FUSÃO**

## 2.1. Cangaço: um mito no “país dos nordestinos”

A essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e também que tenham esquecido muitas coisas.

(Ernest Renan)<sup>81</sup>

Estamos em 1986. Os princípios democráticos retornam gradualmente à cena política brasileira. O jovem cineasta cearense Rosemberg Cariry acaba de lançar seu primeiro longa-metragem, *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, película que almeja reascender a chama de memórias então silenciadas. No longa, duas personagens recorrentes das oralidades sertanejas - beatos e cangaceiros - são encarnados como símbolos da luta popular nordestina no palco do milenar conflito entre os sertanejos e o poder institucional que o teria negligenciado. Para a crítica especializada, o “filme marca o encontro do povo cearense com a sua memória durante tantas décadas amordaçada”.<sup>82</sup>

A narrativa do “Caldeirão” tem nítida semelhança com muitas outras que abordam as relações entre o fenômeno do cangaço e a região nordestina porque a toma como se estivessem umbilicalmente conectadas. Assim, seria interessante levantar algumas questões: que é o cangaço? Por que se lembra tanto do Nordeste quando se pensa no cangaço? Como essa relação foi vista no decorrer do tempo entre seus vários acordos e conflitos? Como a memória do cangaço passou a ser valorada após a redemocratização?

O objetivo desta parte é analisar a historicidade do fenômeno do cangaço; perceber como foi construída historicamente essa forte relação identitária entre a memória do cangaço e a temporalidade nordestina através de debate balizado pelo conceito de “comunidade imaginada”; problematizar este mito nordestino percebendo as suas principais linhas de interpretação ao longo dos anos; e investigar algumas (con)fusões da memória do cangaço no tempo presente após a redemocratização brasileira, notando a existência de certo movimento nordestino de ressignificação do cangaço.

### 2.1.1. O fenômeno do cangaço

Na virada do século XIX para o XX, o primeiro período republicano do Brasil, conhecido como a República Velha, entrou oficialmente em vigor. Em cada canto do país,

<sup>81</sup> Cf: RENAN, Ernest. **Que é nação**. In: Conferência, Paris, Sorbonne, 1882. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2016.

<sup>82</sup> MILLARCH, Aramis. *Cinema cearense mostra a guerra do caldeirão*. **Estado do Paraná**, Curitiba, 7 de novembro 1986. Almanaque, Tablóide, p. 13. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/cinema-cearense-mostra-guerra-do-caldeirao>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

onde o advento do regime foi vivenciado de forma diferente, notam-se cenários contrastantes. Para Margarida de Souza Neves, “algumas cidades pareciam mudar em ritmo mais acelerado na política, no cotidiano, nas ideias, nas práticas sociais, na vida dentro das casas e no que se via nas ruas”, mas a sensação nas fazendas, nas vilas do interior e nos sertões do país era mais de marasmo, e a rotina secular, “alicerçada em privilégio de coronéis e rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, continuava sem tanta alteração”. Nesse retrato brasileiro, que “condensa o contraste entre os ideais de civilização que pautam os sonhos de seu tempo e a dura realidade do Brasil”, evidenciam-se paradoxos que circundam outros episódios.<sup>83</sup>

Nessa conjuntura, certas experiências sertanejas de diferentes matrizes, vinculadas à religiosidade ou ao banditismo, cujos representantes de maior repercussão em nível nacional foram Padre Cícero, Antonio Conselheiro e Lampião, transformaram-se em temas recorrentes no debate público, sobretudo, no tocante ao trato do Estado com as tensões entre os cenários urbanos e rurais. Distante de evocar qualquer tipo de constante determinista, os paradoxos que esses fenômenos suscitam são centrais para se entender as condições sociais e históricas dos seus surgimentos, desenvolvimentos e desfechos. Porventura, contribui com a compreensão de parte das formas como são lembrados, esquecidos e silenciados, afinal, tratam-se de “janelas para decifração de partes delicadas da história brasileira”, talvez por isso tenham se tornado passados tão presentes.<sup>84</sup>

Na historiografia do cangaço, o ensaio de Luiz Bernardo Pericás é interessante porque se distancia das leituras que abordam o sertão dito nordestino como um ambiente estático, homogêneo e rústico, o que possibilita evidenciar peculiaridades do que se convencionou denominar de cultura nordestina. Mas, por enquanto, retornemos ao fenômeno. Conforme sintetiza Pericás, o primeiro tipo de banditismo rural do país não foi o cangaço. No decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, notam-se diferentes formas de vivência fora da lei caracterizadas pela prática de certos delitos, como o saque, a morte e o estupro. O fenômeno cangaceiro surge entre os séculos XIX e XX, especificamente durante as décadas de 1890 e 1940, período que compreende a instauração da Primeira República e o início do Estado Novo. Nesse intervalo, em que o fenômeno torna-se epidêmico, o chamado “cangaço independente” prevalece, ou seja, os bandoleiros que o integravam deixam de ter vínculos

---

<sup>83</sup> Cf. NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). **Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – Da proclamação da República à Revolução de 1930**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>84</sup> Jaqueline Herman utiliza essa ideia para referir-se aos movimentos religiosos do período, como o liderado por Padre Cícero e Antônio Conselheiro, mas acreditamos que também se aplique à Lampião, chefe do cangaço. Para ver mais: HERMANN, Jaqueline. “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FERREIRA & NEVES, *Ibid*, p. 121-161.

diretos com “coronéis”. Os mais importantes cangaceiros, tais como Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Ângelo Roque, Jararaca, Lampião e Corisco, situam-se nesse momento. As atuações cada vez mais autônomas no sertão amparavam-se tanto no estabelecimento de relações com coiteiros, aqueles que concediam proteção voluntária ou involuntária aos cangaceiros, quanto no recurso à extensa quantidade de equipamento, armamento e munição.<sup>85</sup> Além disso, muitos tinham intenção de viver profissionalmente do cangaço.<sup>86</sup>

O ciclo lampiônico, período que contempla a entrada, a liderança e a morte de Lampião no cangaço entre os anos de 1916 a 1938, é considerado o período áureo do fenômeno. Nesse momento, a prática foi marcada por elementos muito particulares, como a indumentária, a linguagem, as táticas de guerrilha e as relações com as mulheres, os sertanejos, os fazendeiros e a polícia. Para Pericás, esses são fatores que permitem entender o porquê deste cangaceiro ter conquistado o epíteto de “rei do cangaço”. Ademais, ressalta-se a grande estruturação e atuação ampla de seu bando; a integração diversificada dos grupos, que contavam com a presença de mulheres, crianças e até animais de estimação; a ideia de que Lampião nunca abandonou o cangaço, não se rendeu e nem foi preso, diferentemente de outros líderes cangaceiros; e o maior alcance da mídia (rádios, revistas e jornais), que divulgava várias fotos e histórias de sua trajetória.<sup>87</sup>

No processo de consolidação do Estado republicano e de suas formas de poder entre as décadas de 1920 e 1930, observado sob o prisma da cultura política, pode-se entender como o cangaceiro Lampião sobreviveu durante tanto tempo no sertão. Para Marcos Clemente, o cangaceiro “exerceu o poder de mando, submeteu poderosos de diferentes localidades, forjou alianças, relacionou-se com os sertanejos para impor respeito e terror”, mas também “distribuiu benesses, favores e apoio, além de intermediar relações pessoais e grupais, como aconteceu em ocasiões de casamentos, festas, compras de terras e negócios diversos”.<sup>88</sup> Segundo o autor, o combate ao cangaço na década de 1920 através das polícias “volantes” - formadas especialmente para perseguir cangaceiros - adveio de conjunto de

<sup>85</sup> Os coiteiros podiam ser, dependendo das circunstâncias, tanto indivíduos da natureza de sertanejos humildes quanto do posto de coronéis políticos.

<sup>86</sup> Cf. PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2010. Pericás faz uma síntese pertinente desse debate. Todavia, um problema da obra no tocante à temática da memória é que, semelhante a muitas outras, usa as “fontes orais de forma secundário como checagem de dados sobre temas controversos”, o que deixa sensação de que as fontes são utilizadas para comprovação de argumentos e não para interpretação do acontecimento. Para ampliar esse debate, ver ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. **O Cangaço nas batalhas da memória**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011, p. 59.

<sup>87</sup> PERICÁS, Luiz Bernardo. *O cangaço desmistificado*. In: GAMA, Aldo. **Brasil de Fato, São Paulo**, 02 mai. 2011. Cultura. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/6182>> Acesso em: 05/07/2016.

<sup>88</sup> Cf. CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. “Ordem e desordem: campanhas de repressão ao cangaço e as formas de poder republicano na década de 1920”. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia (49): 135-174, jul./dez., 2013, p. 138.



políticas públicas que buscavam “preencher o ‘vazio’ do Estado, o qual também era denominado de ‘fronteiras’, ‘interior’ e ‘sertão’, e classificado como lugares de desordem, barbárie e atraso”. Para eliminar o cangaço, visto como a síntese do arcaísmo, “houve a montagem de máquina de repressão que provocou, no limite, uma antecipação de medidas centralizadoras instituídas posteriormente com a chamada ‘Revolução de 1930’”.

No final da década de 1930, o bando de Virgulino foi desfeito após travar um combate com força volante liderada pelo tenente João Bezerra. O cangaceiro Lampião e sua companheira Maria Bonita morreram na Grota de Angico, do município de Poço Redondo, estado de Sergipe, em 1938. Nessa mesma ocasião, outros nove cangaceiros também padeceram. Depois da morte desses principais bandoleiros, encomendada pelo Governo Federal por considerá-los estorvos ao processo de centralização político-administrativa que se tentava impor com o chamado Estado Novo (1937-1945), suas cabeças decepadas e seus despojos foram tomados como troféus da força da repressão estatal contra o banditismo e exibidos pelas cidades nordestinas para inibir qualquer prática semelhante. Dois anos depois, morre Corisco, um dos últimos grandes líderes do movimento, acontecimento reconhecido simbolicamente como o fim do cangaço.

Como foi suscitado antes, as interpretações mais correntes sobre o assunto costumam abordar o sertão brasileiro de forma homogênea. O problema dessas leituras simplistas é que, conseqüentemente, elas não dão conta de entender a complexidade dos fenômenos que lá surgiram. Para compreendê-los, precisamos levar em consideração o entrecruzamento de variados elementos tanto do mundo rural quanto do mundo urbano. Tratando-se de cangaço, precisa-se observar simultaneamente:

A compreensão dos distintos traços característicos do *modus vivendi* local, do misticismo, do fanatismo, das superstições, da religiosidade, do ‘coronelismo’, das disputas familiares, da estrutura política e administrativa sertaneja e agrestina, e a presença de jagunços e coiteiros dentro da chamada “Civilização do Couro” são fundamentais, assim como um levantamento e uma análise do surgimento e da expansão das ferrovias, estradas de rodagem, movimento operário nas capitais em contraposição a um suposto isolamento (ou pelo menos, um maior distanciamento) das populações das áreas mais afastadas, a superestrutura jurídica estadual e federal, a entrada de capitais e investimentos nos diferentes estados nordestinos, as políticas dos governos federais e estaduais em relação ao banditismo rural, o mercado de trabalho, os ciclos de secas, o ambiente físico, as migrações populacionais, a industrialização do país, a economia nacional, as mudanças e modernização do Estado brasileiro, entre outros fatores.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> PERICÁS, *Op. Cit.*, p. 19.

Por mais que se identifiquem tipos recorrentes de cangaço, como os de “vingança”, de “refúgio” e de “meio de vida”, o que se percebe é que existe maior dinamicidade nas práticas. Num mesmo grupo de cangaceiros era possível encontrar indivíduos de estados diferentes, “com experiências de vida distintas, formas de falar e agir peculiares, traços de religiosidade e relacionamentos pessoais que não necessariamente se assemelhavam em demasia às experiências de seus colegas de armas”.<sup>90</sup> Outros fatores equivalentes fizeram com que as formas de entrada, vivência e permanência no cangaço variassem bastante. A constatação fica nítida quando se observa a indumentária, os hábitos, a culinária, as crenças, o folclore e a condição cultural dos cangaceiros.

Nessa perspectiva, Pericás considera que o cangaço não seria apenas uma manifestação da marginalidade, pois, no decorrer do tempo, o fenômeno “imbuiu-se de uma diversidade de elementos culturais peculiares que lhe forneceriam uma estética e uma construção social muito singulares”.<sup>91</sup> Não deveria surpreender, portanto, que as ressignificações da memória cangaceira sejam igualmente complexas. De todo modo, o instigante é analisar o fenômeno e sua sobrevivência no campo da memória problematizando as suas especificidades.

### 2.1.2. *A memória do cangaço e a temporalidade nordestina*

Nas andanças pelas veredas dos sertões, os cangaceiros passaram por lugares que seriam reconhecidos posteriormente como estados nordestinos brasileiros. Paulatinamente, as reminiscências de suas vivências foram conservadas, transmitidas e ressignificadas através de diferentes suportes mnemônicos, tais como oralidades, cordéis, livros, jornais, fotografias, filmes, etc., o que elucida parte do extenso compartilhamento da memória do cangaço na região nordestina. Entretanto, isso não explica de maneira convincente o porquê de as relações entre as memórias do cangaço e as temporalidades nordestinas figurarem praticamente como essenciais em variados cenários da cultura brasileira, como se fosse impossível pensar num “país dos nordestinos” sem presença dos cangaceiros.<sup>92</sup>

O sentimento de comunhão pode ser claro, mas a explicação é objeto de longa discussão. Com indagações assim, começamos a adentrar o campo do imaginário social, logo, não há como prescindir dos trabalhos da memória realizados por instituições, grupos e

---

<sup>90</sup> *Id.*

<sup>91</sup> *Id.*, p. 18.

<sup>92</sup> A expressão aparece em poema no qual o cangaceiro figura como símbolo nordestino. Cf. MACÊDO, Nertan. **Cancioneiro de Lampião**. Rio de Janeiro: Leitura S/A, 1959, p. 43.

indivíduos em torno do cangaço tanto no tempo do fenômeno quanto no tempo posterior à experiência para se entender os problemas suscitados. Para tanto, precisa-se entender como os “imaginários sociais constituem pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos”, pois é através destes “que designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns”.<sup>93</sup> Por esse caminho, em que se busca entender a formação histórica do imaginário nordestino, o trajeto escolhido é analisar a região nordestina como uma “comunidade imaginada”, procurando perceber como o fenômeno cangaceiro passou a ser situado nessa paisagem imaginária.<sup>94</sup>

A comunidade imaginada é uma expressão concebida para se pensar produtos culturais conhecidos como nação, nacionalidade e nacionalismo. Segundo Benedict Anderson, a condição nacional, datada no mínimo desde o século XVIII, teve larga influência na constituição do mundo moderno e sua legitimidade na atualidade é tão cristalina que não se enxerga nem remotamente o seu fim. Suas principais características são que é imaginada - porque “todos seus membros jamais se conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”; limitada - “porque possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações”; soberana - “porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a garantia da liberdade é o Estado soberano”; e comunidade - porque, “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal”.<sup>95</sup>

Correntemente, essas comunidades aparecem enquanto essenciais, homogêneas e milenares, contudo, são criações sócio-históricas, variadas e recentes. Por isso, Ernest Gellner não poupou ferocidade ao postular que “nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem”.<sup>96</sup> Como todo produto cultural, que transita entre identidade e alteridade, suas criações envolvem seleções que são expressas em trabalhos de escolha e renúncia. Assim, torna-se mais factível perceber as sutilezas da ironia de Ernest Renan: “ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos

---

<sup>93</sup> BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund et all. **Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, p. 309.

<sup>94</sup> Cf. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 30-35.

<sup>96</sup> GELLNER *apud* ANDERSON, *ibid.*

tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”.<sup>97</sup>

Em análise histórica das comunidades imaginadas, Anderson aponta como a formação desses produtos no final do século XVIII “foi uma destilação espontânea do ‘cruzamento’ complexo de diferentes forças históricas que, depois de criadas, se tornaram ‘modulares’ e ‘capazes de serem transplantadas com diversos graus de autoconsciência para uma variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporadas a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas”.<sup>98</sup> Destarte, elas se distinguem não por sua falsidade ou autenticidade, já que isso levaria a crer que umas podem ser mais reais do que outras, mas pelo estilo em que são imaginadas, por grupos ditos intelectuais ou populares. Existe um amplo debate historiográfico sobre tais questões. Stuart Hall parece ter sintetizado bem alguns pontos centrais na criação das comunidades a partir da listagem de cinco estratégias. Vejamos:

a narrativa da nação que representa e simboliza experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação; a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade, de forma a destacar que os ditos elementos essenciais do caráter nacional permanecessem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história; a invenção da tradição, na qual percebe-se que tradições que parecem ou alegam ser muito antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas; o mito fundacional, que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo; a valorização de um povo puro e original, mas que na realidade dos desenvolvimentos nacionais raramente tem valorização prática, ficando mais circunscrito ao plano simbólico.<sup>99</sup>

Com efeito, essas práticas não atribuem significados somente às nações, pois concedem igualmente significações às regiões, às localidades e a outras territorialidades. A região, enquanto objeto de representação, congrega atos de percepção e apreciação de indivíduos que investem seus interesses em emblemas, bandeiras e insígnias que constroem certa identidade regional.<sup>100</sup> Para Pierre Bourdieu, as lutas a respeito dessa “identidade são lutas de di-visões por classificações, monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este

<sup>97</sup> Cf. RENAN, *op. cit.*

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>99</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2011, p. 55-56.

<sup>100</sup> A etimologia da palavra região deriva do latim - *regere* - que designava uma formação militar romana, a qual foi, por sua vez, referenciada na palavra latina - *regione* - usada para nomear uma área que estava sob o comando. Na Idade Média, a região relaciona-se ao domínio de um rei, que o nomeava a partir do latim, *régio*. Posteriormente, com a emergência das práticas modernas de nacionalismo, a região ganha contorno de elemento compósito das nações. Sobre a discussão, ver: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. In: **Fronteiras**: Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

meio, de fazer e de desfazer os grupos”.<sup>101</sup> Em sintonia, Durval Muniz de Albuquerque Júnior indica que para desnaturalizar a visão tradicional de região enquanto dado prévio no recorte especial seria preciso ultrapassar a ideia de que a “história regional seria aquela que aconteceria no interior das fronteiras regionais, não a história dos acontecimentos que produziram essas dadas fronteiras regionais”.<sup>102</sup>

Dessa maneira, faz sentido instrumentalizar o conceito de comunidade imaginada para abordar a região nordestina que, a propósito, não parece ser chamada simbolicamente de “país dos nordestinos” por mera coincidência. Depois desse debate, procuramos refletir especificamente acerca de como algumas ações e representações em torno da memória do cangaço fizeram parte do processo de construção histórica do espaço e do tempo dessa região nordestina, notando particularmente como elas atuaram na criação dos contornos simbólicos de sua identidade. O interessante é identificar a paisagem imaginária que os nordestinos formulam, acreditam, reivindicam e contestam, enfim, o terreno em que se movimentam. O apego profundo que a região suscita é expresso pelo senso de pertencimento entre os seus habitantes, todavia, há muitas disputas em torno do que significa o Nordeste e o ser nordestino, sobremaneira quando o tema do cangaço está em pauta.

Foi ao longo do século XIX, no período imperial do Brasil, que surgiram as primeiras tentativas de construção do imaginário de nação brasileira. Desse aspecto, interessa sinalizar que, após o advento republicano, observa-se uma série de fatores que acabam redefinindo os contornos nacionais geradores de fragmentação da antiga divisão regional do país entre Norte e Sul. Daí emerge o Nordeste. Mesmo assim, Frederico de Castro Neves percebe que alguns pesquisadores creem que a região é um dado e chegam a “mencionar até a existência de um Nordeste no período colonial ou durante o império, o que não é somente um ato inocente, já que pode ser usado para perpetuar identidades míticas, reforçar preconceitos e acentuar diferenças”.<sup>103</sup>

Apesar disso, a ideia de que o Nordeste é uma invenção do século XX dispõe de profunda coerência histórica. Fica nítido então que ao pensar nessa região não “citamos apenas um ponto no mapa, mas fazemos referência a um conteúdo sociopolítico que identifica uma forma social de ser e de existir historicamente, com determinadas características que configuram um espaço como culturalmente peculiar”.<sup>104</sup> Como o lugar do Nordeste na

---

<sup>101</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 113.

<sup>102</sup> ALBUQUERQUE JR., *Op. Cit.*, p.1.

<sup>103</sup> NEVES, Frederico de Castro. *O Nordeste e a historiografia brasileira*. In: **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr. – out. 2012, p. 7.

<sup>104</sup> *Id.*

historiografia brasileira tem variado bastante, torna-se fundamental identificar algumas trajetórias de investigação que se ancoram na formação das relações sociais e históricas. A partir de diferentes perspectivas de análise, Neves nota algumas matrizes recorrentes:

Novas territorializações articuladas com o período imediatamente posterior à Proclamação da República, assim como novos fluxos migratórios, novos movimentos intelectuais e novas redes econômicas, associam-se neste momento para fornecer elementos à percepção de uma área em decadência – o Nordeste – que se contrapõe a uma área em franca e vertiginosa ascensão – São Paulo ou, de maneira geral, o Sudeste”.<sup>105</sup>

Por abordarmos uma perspectiva claramente simbólica, mas que tem um efeito muito realístico, a obra de Durval Muniz de Albuquerque Jr. é basilar.<sup>106</sup> Uma de suas problemáticas centrais é a seguinte questão: “como esta identidade regional foi dada à subjetivação e, ao mesmo tempo, que mecanismos de assujeitamento esta espacialidade pôs em funcionamento?”<sup>107</sup> Para o autor, que investigou a região enquanto “objeto de saber e espaço de poder” através de práticas e discursos regionalistas em torno da arte, da literatura, da política, de movimentos sociais e culturais que vão conferindo-lhe toda uma dizibilidade e visibilidade, a “invenção do Nordeste” surge mais especificamente entre as décadas de 1910 e 1920 como “reação às estratégias de nacionalização que o dispositivo das nacionalidades e a formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento”.<sup>108</sup> O autor expõe como isso não expressa somente interesses particulares dos indivíduos, das famílias ou dos grupos oligárquicos estaduais”, pois trata-se de:

uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição e numa posição nostálgica em relação ao passado. O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. Lança-se mão de topos, de símbolos, de tipos, de fatos para construir um todo que reagisse à ameaça de dissolução, numa totalidade maior agora, não dominada por eles: a nação.<sup>109</sup>

Segundo Albuquerque Jr., três ações foram centrais na demarcação do território que se tornaria o espaço da região nordestina: o combate à seca, que o fez ter maior atenção do poder público federal e resultou na criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas

---

<sup>105</sup> *Id.*

<sup>106</sup> O livro base de sua obra historiográfica é: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

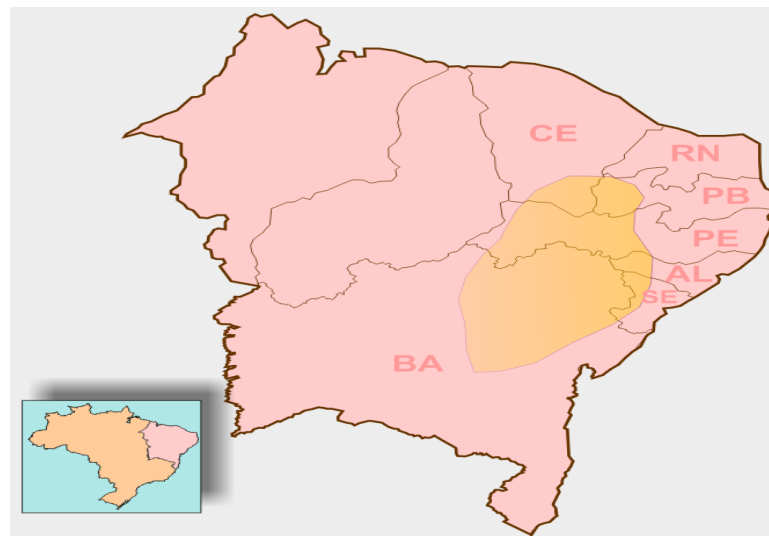
<sup>107</sup> \_\_\_\_\_. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008, p. 21.

<sup>108</sup> *Id.*, p. 130.

<sup>109</sup> *Id.*, p. 130-131.

(IFOCS), em 1919, para atuar na parte seca do Norte, o “Nordeste”; os conchavos políticos de grupos elitistas, sobretudo, dos parlamentares do Congresso Nacional integrantes do Bloco do Norte, criado nos anos 1920, que se organizam para tentar manter seus poderes diante de uma iminente decadência e unificar reivindicações dos estados contra certa política discriminatória que diziam sofrer em relação aos estados do Sul; e o combate ao cangaço e ao messianismo, que também figura como motivo de veiculação crescente de discurso solidário entre estes políticos nortistas. Apesar dos cangaceiros, que eram acusados de não respeitar as fronteiras estaduais, o que passa a exigir crescente atuação conjunta do aparelho repressivo estatal, destaca-se o “Convênio contra o Banditismo” realizado entre os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, na Repartição Central da Polícia de Pernambuco, em 1922, com o fim de “extinguir os bandos de cangaceiros e capturar os criminosos que perturbam a ordem pública”.<sup>110</sup>

Figura 1 – Área de atuação do cangaço no Nordeste



Fonte: André Koehne

Além desses fatores, incluem-se os textos que elaboravam um contraste entre o Sul do Brasil como lugar de progresso e o Norte como lugar de atraso desde o final do século XIX. Na esteira da tendência, as crônicas difundidas pelo jornal “Estado de S. Paulo”, através das “Impressões do Nordeste”, escritas por Paulo Barros, em 1923, buscavam apresentar “nova configuração regional brasileira que pudesse legitimar suposta superioridade paulista. Na visita do jornalista a Juazeiro, no Ceará, a constatação da presença de “fanáticos boçais” e

<sup>110</sup> Cf. PERICÁS, *Op. Cit.*, p. 199.

“bandidos facinorosos”, “resultados ‘naturais’ da inferioridade racial dos ‘nordestinos’”, foi tomado como elemento de legitimação das supostas crenças.<sup>111</sup>

Nesse período, a construção da região Nordeste também surge de uma “série de práticas culturais discursivas que vão afirmando uma sensibilidade regional” através dos trabalhos de intelectuais, folcloristas, artistas, etc.<sup>112</sup> “Daí que veio a arte de dar tempo ao espaço”.<sup>113</sup> Assim, construíram-se diferentes tempos para o espaço nordestino e, ao falarem “de uma história do Nordeste desde o século XVI, lançam para trás uma problemática surgida só no início do século XX”.<sup>114</sup> O trânsito dos discursos regionalistas entre as ordens da natureza-espaço e da cultura-tempo fica nítido na atuação de alguns indivíduos que se debruçaram acerca da região. Em contraponto aos fatores naturalistas, o intelectual Gilberto Freyre procurou fundamentar sua impressão regional nos fatores históricos e, em alguns trabalhos, como o “Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil”, de 1937, focou na construção de memória do “Nordeste litorâneo”, que considera ter sido o “centro da civilização brasileira”. O Nordeste sertanejo havia sido, por sua vez, tema da obra do folclorista Gustavo Barroso, como em “Heróis e bandidos: Os cangaceiros de Nordeste”, de 1917. A partir de sua experiência, notamos em paralelo como o cangaço vai, aos poucos, saindo das páginas policiais para os escritos de domínio cultural.

A mudança decorre de conjuntura específica, pois a procura das ditas identidades regionais resulta do cruzamento de dois processos de universalização que são a “globalização mundial pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais, provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado, cada vez mais burocratizado”.<sup>115</sup> Na busca das raízes da cultura regional, em que o popular foi idealizado por ser supostamente próximo da verdade da terra, os trabalhos dos folcloristas foram capitais. Nessa direção, a aproximação entre os ditos “eruditos” e “populares” é acompanhada de função hierárquica, disciplinadora e controladora. Segundo Michel de Certeau bem enfatizou, a “cultura popular só passou a ser estudada no momento em que foi censurada”.<sup>116</sup>

---

<sup>111</sup> Cf. NEVES, Frederico de Castro. *Nordeste em disputa: imprensa e construção de territórios regionais*. In: MATOS, Geísa. et. al. (org). **Nordeste, Memórias e Narrativas da Mídia**. Fortaleza: Edições Iris / Expressão Gráfica Editora, 2010, p. 168.

<sup>112</sup> ALBUQUERQUE JR, *op. cit.*, p. 144.

<sup>113</sup> Dizer tributário do pensamento de: RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: O Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 9.

<sup>114</sup> Cf. ALBUQUERQUE JR, *op. cit.*

<sup>115</sup> *Id.* p. 147.

<sup>116</sup> CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 65.



A experiência do folclorista Gustavo Barroso guarda várias semelhanças com essa premissa. Na supracitada obra, ele construiu representações para a nascente região nordestina, supondo “que a alma da nação poderia ser encontrada com o estudo do folclore do sertão” e, particularmente, que a ‘tradição mantém o culto pela bravura e mesmo pelo crime’, bem como que “o cangaceiro foi, geralmente, enaltecido como herói, por sua ‘valentia’, ‘coragem’ e contraposição aos poderosos, aos cobradores de impostos e, em especial, à polícia”. Mas, apesar do aparente fascínio pelos cangaceiros nas poesias sertanejas, Barroso carregava consigo a proposta de eliminação do cangaço”.<sup>117</sup>

A “invenção do Nordeste” foi imaginada, portanto, articulando a ideia de que teria uma natureza-espaço e uma cultura-tempo particular nas primeiras décadas do século XX. A região seria, por um lado, um recorte natural distinto no território nacional, algo legitimado pelo “tema das secas periódicas” e, por outro lado, teria “uma cultura regional distinta, imune às influências ‘deletérias’ do cosmopolitismo que se dera em outras áreas do país, desnacionalizando-as”.<sup>118</sup> As ações e representações da memória do cangaço contribuíram na demarcação, já que, de um lado, o discurso de combate aos cangaceiros que transitavam pelos locais que viriam a compor a região cooperou para instituir um espaço propriamente nordestino e, do outro, porque alguns intelectuais, tal qual Gustavo Barroso, tentaram retirar as marcas negativas que esses discursos imprimiam na região, construindo significações temporais ao presumir que, no sertão, encontrava-se “a alma da nação”.

O estudo da construção do imaginário nordestino mostra igualmente as maneiras pelas quais a memória do cangaço foi sendo lembrada, esquecida e silenciada. Na primeira metade do século XX, nota-se de modo até comum que os cangaceiros foram excluídos dos quadros mnemônicos oficiais dos pais por viverem fora da lei. Em contrapartida, houve intensa preservação nos suportes ditos populares através da oralidade, do folheto de cordel, da xilogravura, do artesanato e da dança, o que nutriu vontade de registro dito intelectualizado via os suportes da literatura, do folclore, da etnologia, da ciência criminal e de outros meios que contribuíram em sua profusão na cena pública. A sobrevivência memorial foi, por sua vez, marcada por traços de censura real e simbólica. O fato de as cabeças decepadas dos cangaceiros terem sido mumificadas para conservação em museu por “interesse de estudo da criminalidade brasileira” e liberadas para sepultamento somente quase no terço final do século

---

<sup>117</sup> Cf. MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *Terra do sol entre deus e diabo*. In: **Trajetos** - revista de História UFC, Fortaleza, vol. 4, n. 8, 2006.

<sup>118</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 - 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 22.

XX atesta parte do controle orquestrado.<sup>119</sup> Não seria, portanto, completa metáfora dizer que, antes de a cultura popular nordestina ser revisitada no tempo presente, ela foi revistada, policiada e repreendida. A questão alçada é que o tema tem relevante recorrência na cultura brasileira contemporânea e fez-se presente em várias manifestações culturais ao longo do século XX, tendo sua presença intensificada pela veiculação nos meios de comunicação de massa, na imprensa, no cinema, na música, na arte, etc.<sup>120</sup>

Apesar de a região nordestina concentrar realidade múltipla de histórias, algumas formas estereotipadas de imaginar, ver e dizer o regional prevalecem no senso comum. Para Albuquerque Jr., as principais são, não por acaso, de sociedade rural, agrária e artesanal, assentada em relações sociais hierárquicas e estamentais; sociedade violenta, na qual uma mitologia do masculino, do macho, se encarnava em figuras como a do coronel, do cangaceiro ou do jagunço; e sociedade sacralizada, em que a presença da religiosidade e do misticismo dava origem a manifestações messiânicas e a revoltas em torno de dadas crenças e figuras míticas.<sup>121</sup> Destarte, a região nordestina é mais recente do que a expressão quase ontológica “país dos nordestinos” pressupõe, manifesta e inculca, uma vez que a invenção dessa tradição se deu no início do século XX. As representações do espaço-natureza e do tempo-cultura da região variam bastante, mas uma marca comum tornou-se a alusão ao cangaço. Com o passar dos anos, o que foi uma associação conjuntural virou associação modular, transformando essa memória em um elemento de identidade regional praticamente incontestável, por isso as forjadas associações entre o fenômeno e a região figuram como se fossem essenciais. Dessa forma, o fenômeno do cangaço foi sendo tornado uma história em comum nordestina, ou seja, um mito nordestino, pois a mitificação resulta dos deslocamentos de sentido que uma dada narrativa produz para determinado objeto.<sup>122</sup>

Sob a perspectiva de estudos da memória e da temporalidade, pode-se sinalizar que os numerosos trabalhos da memória que criaram historicamente a comunidade imaginada nordestina demarcaram, por trazer sinal de anterioridade, um antes, um durante e um depois, isto é, instauraram uma “medida de tempo” que pode ser entendida como um referencial para a temporalidade nordestina. Ao longo dos anos, esse referente foi sendo preenchido por várias imagens que, de tão recorrentes, formaram uma “estrutura de repetição”. Como vimos que as

---

<sup>119</sup> Foram conservadas no Museu do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, do estado da Bahia, e sepultadas apenas no final da década de 1960. Cf. LIMA, Estácio. **O mundo estranho dos cangaceiros**. Salvador: Editora Itapôa (sic) LTDA, 1965.

<sup>120</sup> Cf. ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. **O Cangaço nas batalhas da memória**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

<sup>121</sup> ALBUQUERQUE JR, *op. cit.*, p. 20.

<sup>122</sup> Cf. *Id.*

rememorações sobre o cangaço fizeram parte da construção dessa medida, seria pertinente mapear posteriormente sua estrutura de repetição destacando algumas imagens recorrentes. A interpelação dessa paisagem imaginária nordestina é fundamental porque fornece condições de percebermos seus muitos “estratos de tempo”, quer dizer, suas diferentes durações - ritmos, sensações e variações -, que podem ser tanto de ruptura quanto de continuidade em relação à medida de tempo referencial, pois cada estrato tem sua própria medida.<sup>123</sup> O Nordeste do senso comum pode até ser homogêneo, fixo e enraizado, mas o instigante é se dispor a entender a região nordestina da forma como ela é: heterogênea, plural e rizomática.

### 2.1.3. *O mito nordestino*

No terreno das forjadas identidades regionais, a memória do cangaço tomada enquanto elemento que concede sentido à temporalidade nordestina é o que chamamos de mito nordestino. As representações do cangaço compósitas desse quadro foram produzidas tanto no tempo do fenômeno quanto posterior à experiência. Com efeito, torna-se possível historicizar diferentes contextos ao longo do século XX, apresentando indícios de produções culturais que, em geral, debruçaram-se no assunto para identificarmos alguns paradigmas de explicação em que se basearam, principalmente na perspectiva do nacional-popular<sup>124</sup>, por operarem variados tipos de regionalismo na construção simbólica da nação/região/localidade, e que demarcam de forma significativa tal imaginário nordestino: o naturalista, o sociológico, o marxista, o antropológico e o pós-moderno.<sup>125</sup>

No período da “Proclamação da República à Revolução de 1930”, no tempo do liberalismo excludente em que o cangaço torna-se um fenômeno epidêmico, o paradigma naturalista calcado na diferenciação do meio e da raça prevalece na formação da imagem do Nordeste e na demarcação do seu espaço como atrasado, primitivo e rústico. Por isso, o combate aberto ao cangaço, que origina ações como o *Convênio contra o banditismo*, promulgado em 1922, forja representações dos cangaceiros com associações pejorativas animais, como facínoras, feras e bárbaros, o que marca o nordestino com o estigma da

<sup>123</sup> Para aprofundar esse debate acerca do tempo – “medida de tempo”, “estrutura de repetição” e “estratos de tempo”, ver: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, p. 9, 15 e 16.

<sup>124</sup> O binômio nacional-popular trata-se de vinculação ancorada na problemática da identidade nacional que toma o popular como forma de particularizá-la em detrimento de elementos considerados exteriores. Cf. CHAÚÍ, Marilena. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

<sup>125</sup> O contexto apontado é baseado na seguinte obra: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. 4 volumes. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. Em sintonia, traçamos algumas relações com demais obras que serão apontadas a seguir.

violência, da selvageria e da crueldade. Mas, “à medida que o saber naturalista, de base evolucionista e biológica, entra em crise, é o saber sociológico, preocupado com as questões sociais e culturais, que vai assumindo um papel de suma importância na definição das identidades regionais”, e essas imagens vão mudando.<sup>126</sup>

Para compensar o desgaste da nascente imagem nordestina, alguns intelectuais procuram legitimar o espaço inventando tradições culturais, atribuindo-lhe assim uma temporalidade a fim de salvar lugares ameaçados, manter privilégios e equilibrar ordens políticas. Na busca das raízes culturais, em que o folclore opera idealização do popular por supostamente revelar a essência da região, é que se consegue modificar parcialmente essas imagens. O folclorista Gustavo Barroso, que escreve *Heroes e Bandidos: cangaceiros de Nordeste*, em 1917, parece estar sob o influxo tanto do paradigma naturalista quanto do sociológico, pois carrega um misto de repressão e admiração pelos cangaceiros, daí que, por um lado, propõe formas de eliminação do fenômeno, e, por outro, admira sua presença nas expressões culturais da tradição sertaneja nortista. Em trabalhos como esse, alguns valores considerados positivos em torno do cangaço são tomados como representativos da “alma sertaneja”, a exemplo do instinto animal, que é o motor da bravura, da macheza e da valentia, os quais acabam sendo valores que passam a marcar o nordestino.<sup>127</sup>

No período do “início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo”, em meados da década de 1940, no tempo do nacional-estatismo, em que há reforço considerável da repressão estatal ao cangaço, a entrada em cena do paradigma marxista é decisiva na emergência de nova imagem de Nordeste, na qual se concentra a denúncia de seu atraso, fome e miséria em clara intenção de combate à ideia de inferioridade regional. Por parte do governo, algumas operações de propaganda de Getúlio Vargas continuam tomando os cangaceiros “como bandidos abjetos, inimigos da civilização e elementos desestabilizadores da sociedade por conta da ausência da monopolização da violência pelo Estado e da necessidade de se civilizar o sertão”.<sup>128</sup> Nesse aspecto, algumas obras, como a de Ranulfo Prata, *Lampião*, primeira biografia do cangaceiro, publicada em 1933, carrega sentidos bem próximos. Contudo, por parte de certa literatura regionalista, o cangaceiro é lido como consequência da seca, da “incapacidade ou da negativa dos poderes públicos em dar solução ao problema, ou ainda como revolta contra a sociedade moderna que se instala, pois, embora

---

<sup>126</sup> ALBUQUERQUE JR, 2011, *op. cit.*, p. 108

<sup>127</sup> Cf. MOREIRA, *Op. cit.*

<sup>128</sup> ARAÚJO SÁ, *op. cit.*, p. 134.

fosse violento e terrível, era justo e paternal”<sup>129</sup>, algo que representava a ordem tradicional da qual eram integrantes. Em parte dessa literatura, explícita na leitura de Jorge Amado com o seu *Capitães de Areia*, de 1937, figura uma imagem do cangaceiro em arquétipo de resistência popular, uma “arma de conscientização política”.<sup>130</sup>

No período balizado pela “democratização de 1945 e a ditadura civil-militar instaurada em 1964”, no tempo da experiência democrática e da experiência ditatorial das décadas de 1940, 1950 e 1960, em que o cangaço foi exterminado e passou a ser mais apropriado no campo da cultura, vemos o paradigma marxista se estabelecer e formar outra imagem, a do Nordeste como o território da revolta, que toma o cangaceiro enquanto um revolucionário em potencial. Esse “Nordeste rebelde, bárbaro, primitivo devia ser domado ou pela disciplina burguesa ou pela ‘disciplina revolucionária’”.<sup>131</sup> Se, nas duas décadas anteriores, “as obras têm mais um tom de denúncia, uma preocupação proselitista, nas décadas seguintes, a cultura passa a ser vista como forma de intervenção direta na realidade, como militância junto ao povo”.<sup>132</sup> Exemplo disso é o livro de Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos*, de 1963, que apresenta o cangaceiro com propensão a justiceiro revolucionário. No período, nota-se como o paradigma naturalista perde força em detrimento do sociológico, pois cangaceiros não são mais tão vistos com produtos inteiramente do meio, mas também do contexto social e cultural. Contudo, parecem existir alguns resquícios, o que talvez esteja em Estácio de Lima, na obra *O mundo estranho dos cangaceiros*, de 1965, que, embora vislumbre nos cangaceiros a possibilidade de reabilitação, ainda os julga estranhos.

No período do “regime militar e dos movimentos sociais em fins do século XX”, no tempo da gradual distensão política da ditadura das décadas de 1970 e 1980, em que as vozes de sujeitos envolvidos diretamente com o cangaço ganham relevado espaço na cena pública, constata-se paradigma antropológico que identifica o Nordeste de forma mais humanizada, baseado nas narrativas do indivíduo comum. O registro, uso e circulação de variados depoimentos de ex-cangaceiros e ex-volantes atestam essa ideia. É o caso respectivamente do documentário de Hermano Pena, as *Mulheres no Cangaço*, de 1976, que entrevista as ex-cangaceiras Dadá e Sila, e do livro o *Canto do Acauã*, de 1978, de Mariloud Ferraz, filha do coronel Manuel Flor, tenente que combateu os cangaceiros e teve suas memórias registradas por Ferraz. Nesse tipo de visão, seja do cangaceiro ou do volante, percebe-se um combate explícito no campo mnemônico entre a “memória anti-volante”, que

---

<sup>129</sup> ALBUQUERQUE JR, *op. cit.*, p. 141.

<sup>130</sup> *Id.*, p. 233.

<sup>131</sup> *Id.*, p. 219.

<sup>132</sup> *Id.*, p. 222.

costuma tomar o cangaceiro como injustiçado, e a “memória anti-cangaceiro”, que o toma como um bandoleiro cruel.<sup>133</sup>

No mesmo intervalo, observa-se a presença de paradigma pós-modernista que apresenta linhas de dissonância na construção idealizada do nacional-popular, uma vez que imagens nordestinas mais heterogêneas, globalizadas e híbridas fazem as disputas entre os nordestinos terem outras diferenciações. O livro de Aglae Lima de Oliveira, *Lampião, Cangaço e Nordeste*, de 1970, é um exemplar significativo da relação quase umbilical estabelecida entre o fenômeno e a região ao longo do século, os quais são unidos, sobretudo, em combate àqueles que estigmatizam a região, por isso o culto nostálgico à valentia dos cangaceiros como maneira de se sobrepor-se ao outro. Todavia, há claramente maior circulação de imagens discordantes que almejam romper modelos identitários, como no jornal dito homossexual *Lampião da Esquina*, de 1978, que se apropria da imagem desse cangaceiro para movimentar críticas à cultura padrão, patriarcal e machista.

A partir da observação desses paradigmas, que evidentemente se entrecruzam no decorrer do tempo, fica nítido como a memória do cangaço ocupa um lugar central na estruturação da temporalidade nordestina. Evidente que tanto a região nordestina quanto o ser nordestino não se limitam a tais imagens. Os sentidos variam dependendo das circunstâncias históricas dos grupos e indivíduos que forjam suas representações. Mesmo assim, pode-se assinalar que trata-se do que Joel Candau denomina de memória forte, pois impõe-se a uma grande maioria dos nordestinos e tem importância crucial na composição dessa identidade regional que é reforçada com triagens, acréscimos e eliminações.<sup>134</sup>

Contudo, importa destacar que “compartilhar marcos memoriais não significa dispor das mesmas representações de passado”, afinal, os graus de disputa dos significados da memória do cangaço são elevados. As representações dos cangaceiros, sobretudo, de Lampião, expressam bem tal disputa, já que podem variar por extremidades, que circulam desde “bandidos”, “facínoras”, “reacionários”, “rústicos” e “viris” até “heróis”, “valentes”, “revolucionários”, “instruídos” e “afeminados”, conforme os usos do passado, as demandas do presente e os vislumbres de futuro daqueles que acionam os jogos da memória e conferem múltiplos sentidos à temporalidade nordestina. Em relação ao Nordeste, ressalta-se que:

Sua topografia será permanentemente tecida e retramada por uma série de discursos que o toma como objeto de saber, produzindo diferentes

<sup>133</sup> Cf. BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

<sup>134</sup> CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012, p 44.

visibilidades e dizibilidades deste espaço, bem como dos seus filhos e sujeitos históricos. O nordestino, assim como o Nordeste, será dotado de diferentes máscaras, dependendo da perspectiva com que é abordado, do regime discursivo em que é inserido, do momento em que é tematizado.<sup>135</sup>

Ao longo do século XX, a região Nordeste foi imaginada de várias maneiras e, sem dúvida nenhuma, não é nossa pretensão aprofundar discussão em torno de todas que foram minimamente identificadas. De qualquer forma, o mapeamento do seu imaginário é importante porque contribui para se problematizar o entrecruzamento dos paradigmas de explicação do fenômeno no período analisado. As relações identitárias investigadas são as engendradas entre o final do século XX e o começo do século XXI.

Nesta pesquisa, muitos sujeitos transitam pela paisagem imaginária nordestina. Com efeito, passaram a partilhar a memória cangaceira em suas faculdades mentais de diferentes formas, seja através de acontecimentos vividos ou vividos por tabela, através do contato com pessoas, personagens e lugares, seja pelo contato com diferentes sociotransmissores - livros, filmes, cordéis, oralidades, imagens, artesanatos, pinturas, fotografias, documentários etc. - que carregam consigo a distinção dessa memória como marco em comum de identidade regional.<sup>136</sup> Baseadas em suas distintas experiências e expectativas, esses sujeitos produzem determinadas ações, tais como produção de eventos, simpósios, organização de livros, apresentações artísticas, depoimentos, etc. e constroem representações que remodelam simbolicamente a comunidade imaginada nordestina.

Por conseguinte, esses mesmos sujeitos fazem parte do que acreditamos ser um movimento nordestino de ressignificação da memória do cangaço que, em geral, busca revisitar o tema, após a redemocratização brasileira, em nome da tríade memória, identidade e patrimônio, contestando, entre outros fatores, discursos ditos discriminatórios presentes nos marcos memoriais oficiais. Sobre o significado que atribuímos ao movimento, convém ressaltar que não é nenhum pouco homogêneo; que os indivíduos que o integram não dizem ser partícipes dele; que é um instrumento analítico que ajuda a dissertar sobre os problemas da pesquisa; e que o usamos no sentido de que esses sujeitos assemelham-se no empenho de ressignificar a memória do cangaço e distinguem-se nas significações que atribuem. Nesse processo, em que a revisitação da temporalidade nordestina é basilar, um fragmento de Henry Rousso elucida bem parte do que pontuamos:

---

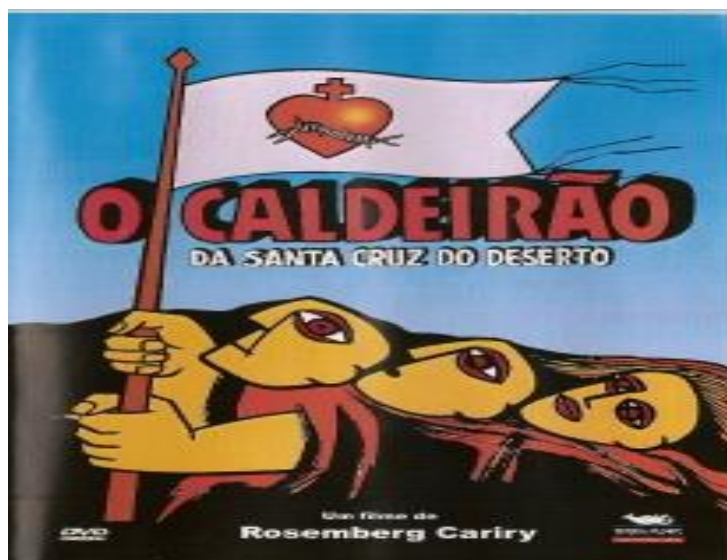
<sup>135</sup> ALBUQUERQUE JR, 2008, *op. cit.*, p. 22.

<sup>136</sup> Cf. POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social* In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212; CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

(...) na maior parte do tempo, esta identidade reencontrada ou que se procura deve fundamentar a sua ação por um enraizamento mais ou menos justificado, mais ou menos reinventado, num passado, numa duração que assim lhe ofereçam certa legitimidade.<sup>137</sup>

Nessa perspectiva, o documentário cearense *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* é um dos marcos dessas ressignificações no tempo presente. O seu diretor, Rosemberg Cariry, nasceu no interior do Ceará, em Farias Brito, região do Cariri, na década de 1950. O filme leva à cena uma história até então pouco conhecida para o grande público brasileiro e a sua produção é duplamente instigante, porque, por um lado, indica elementos centrais desse movimento nordestino e, por outro, suscita pontos importantes para se entender o lugar do estado cearense nesse processo.

Figura 2 - Documentário “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto”



Fonte: Rosemberg Cariry

O *Caldeirão*, primeiro longa-metragem de Cariry, retrata as comunidades religiosas cearenses de Baixa D’Anta e Caldeirão, lideradas pelo beato José Lourenço, nas primeiras décadas do século XX. Produzido com base em vasto material, sobretudo depoimentos de remanescentes das comunidades, perpassa também por temas que o cineasta desenvolve posteriormente em outros filmes - os movimentos rurais, os movimentos messiânicos e o movimento do cangaço. Referente às memórias silenciadas, alguns elementos ligados direta e indiretamente aos beatos, como os cangaceiros, o bumba meu boi, o reisado e outros, entram em cena. Não por acaso, a película foi noticiada pela imprensa sulista como “filme que marca o encontro do povo cearense com a sua memória, durante tantas décadas

<sup>137</sup> ROUSSO, Henry *apud* CF: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; São Paulo: Editora Unesp, 2012.



amordaçada”.<sup>138</sup> Na abertura da fita, o espectador é informado pelo narrador que:

Desde as sesmarias, o latifúndio divide o Nordeste entre senhores e miseráveis, mas já o povo pobre agitava-se em levantes. Beatos e cangaceiros lideravam as massas oprimidas contra a infelicidade e a fome (...). A falta de democracia no país, a manipulação alienadora e a desumana exploração financeira retiraram das romarias a expressão de rebeldia popular. Move-se impiedosa a indústria da fé e da miséria.<sup>139</sup>

O documentário indica aspectos intrigantes sobre o cangaço, pois insinua algo que apresenta semelhanças com várias narrativas em torno do fenômeno, já que considera que o Nordeste existe desde o começo do Brasil e que os cangaceiros são fortes símbolos da região. Além disso, a clarividente politização do documentário, produzido em contexto marcado pela busca do direito à memória, por denúncias contra a mercantilização da cultura e pela supressão de suas manifestações mais tradicionais, faz com que o fenômeno figure como representante máximo da contestação popular. Assim, a memória que constrói parece ser mais organizada pelo paradigma marxista em contraponto ao paradigma naturalista, de tal forma que se “distancia da leitura guiada pela determinação do meio que considera o ‘sertanejo atávico e inerte’, para construir representação do sertanejo que, em seus gritos de rebeldia por vida digna, transforma-se em ‘agente transformador do seu espaço’”.<sup>140</sup>

\*\*\*

No tempo presente, o dito movimento de ressignificação da memória do cangaço na temporalidade nordestina, que o toma enquanto um mito nordestino lido frequentemente balizado por determinados paradigmas, é diverso, dinâmico e contrastante. O filme *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, do cineasta Rosemberg Cariry, ressalta apenas certas características. O interessante é notar como esse movimento vai se fazendo ao longo do tempo - antes, durante e depois do centenário de nascimento do cangaceiro Lampião - em sua construção de memória do cangaço entre rupturas e permanências, acordos e conflitos, memórias e esquecimentos. Um meio instigante de analisar essas (con)fusões da memória é através de olhares em torno do campo do patrimônio cultural que permite-nos pensar de forma complexa as maneiras pelas quais uma sociedade lida com seu passado.<sup>141</sup>

<sup>138</sup> MILLARCH, Aramis. *Cinema cearense mostra a guerra do caldeirão*. Estado do Paraná, Curitiba, 7 de novembro 1986. Almanaque, Tabloide, p. 13. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/cinema-cearense-mostra-guerra-do-caldeirao>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

<sup>139</sup> CARIRY, Rosemberg. *O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto*, não ficção, cor, 16mm, 1986.

<sup>140</sup> REGIS, Iza Luciene Mendes. *Luz, Câmera, Sertão: bravura e fé na cinematografia de Rosemberg Cariry (1986-1996)*. Dissertação de mestrado. Fortaleza: História UFC, 2004.

<sup>141</sup> CANDAU, Joel. *Op. cit.*, p. 158.

## 2.2. Cinquentenário de morte: fortalecimento da cultura da memória

Toda sociedade tem o encargo da transmissão, através das gerações, daquilo que ela considera suas conquistas culturais.

(Paul Ricoeur)<sup>142</sup>

No dia 13 de maio de 1982, um pedido de preservação inusitado, cujo enfoque era o cangaço, chega à mesa do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe. A inóspita Grota de Angico, local onde o cangaceiro Lampião morreu, está no centro do debate. Depois da exibição nacional de uma minissérie sobre esse cangaceiro, a Grota recebe atenção diferenciada, ganha status de cultura e vira objeto de muitos interesses. Sob justificativa de que o dono da fazenda onde fica o local teria dito que poderia destruí-la, o pedido feito por um representante do próprio Conselho, o economista Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, encerra sua retórica afirmando que tombar a Grota era uma forma de “preservar uma fase que não pode ser julgada pelo gosto e não gosto das pessoas”.

O processo de tombamento de Angico, uma das primeiras ações de preservação oficial em torno do cangaço na contemporaneidade, é um marco memorial significativo do fenômeno. Para entender o processo no qual esse imbróglio está inserido, indagamos de início: como se deu a passagem do cangaço pelos estados nordestinos? Quais as características da cultura da memória no tempo presente? Como a memória do cangaço foi preservada, transmitida e ressignificada na cena pública da região nordestina? Como as comemorações ao cinquentenário de morte do cangaceiro, em 1988, interferiram nesse processo? Como esse debate pode ser elucidado pelo tombamento de Angico?

O propósito desta parte do estudo é conhecer um pouco dos acontecimentos que marcaram a passagem dos cangaceiros nos estados nordestinos; refletir sobre a cultura da memória no tempo presente visando entender os valores que envolvem a memória cangaceira no período; analisar a ressignificação dessa memória, percebendo certo movimento nordestino responsável pelo seu fortalecimento na cena pública e problematizando-a como fruto de um “passado que não passa”; investigar o tombamento da Grota de Angico notando a atuação de certos grupos sociais em momentos centrais e as justificativas usadas para valorá-la como patrimônio cultural nordestino; problematizar as várias (con)fusões de ações e representações da memória em cena.

---

<sup>142</sup> RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 75.

### 2.2.1. *O fenômeno do cangaço no Nordeste*

O fenômeno do cangaço foi vivenciado no território reconhecido posteriormente como a região nordestina brasileira. Dos nove estados que passaram a compô-la - Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Bahia (BA) - os cangaceiros só não atuaram nos dois primeiros. Como suas práticas aconteceram no sertão, várias cidades interioranas registraram a presença dos cangaceiros em seus territórios.

Nas cidades do interior nordestino, que viravam pontos de apoio e/ou de obstáculo para os bandoleiros em suas atividades, costumam-se destacar alguns marcos tradicionais da trajetória de Virgulino Ferreira da Silva. Em 1897/8, Lampião nasceu, em Serra Talhada (PE), onde viu sua família, os Ferreiras, entrar em conflito com outra rival, os Saturninos; ao longo da vida, teve inúmeros combates, sobretudo com os perseguidores de cangaceiros conhecidos como Nazarenos, de Floresta (PE); em 1923, teve embates com o coronel Zé Pereira, em Princesa (PB); em 1924, travou um combate com outro perseguidor de cangaceiros, o Clementino Quelé, em Triunfo (PE); em 1926, teria recebido, supostamente de Padre Cícero, convite para ser capitão de Batalhão Patriótico, em Juazeiro do Norte (CE); em 1927, perdeu o primeiro grande combate, que resultou na morte de um de seus cangaceiros, o Jararaca, em Mossoró (RN); em 1929, conheceu sua companheira Maria Bonita, em Paulo Afonso (BA); em 1938, combateu a volante liderada pelo tenente João Bezerra, que partiu de Piranhas (AL) rumo à Grotta de Angico, em Poço Redondo (SE), local onde se deu o confronto que resultou em sua morte.

A despeito do itinerário, que oferece uma mínima orientação no assunto, o interessante é sinalizar que o “fim do cangaço não significou seu esquecimento nessas cidades e que esses marcos cronológicos são basilares na construção de memória que diversos grupos fazem em torno do fenômeno”.<sup>143</sup>

### 2.2.2. *Ressignificações nordestinas*

No tempo presente, a memória do cangaço foi amplamente resignificada. Para entender os significados que passaram a contorná-la, precisamos nos situar diante de debate estrutural que elucida direta e indiretamente o problema colocado. No terço final do século XX, tempo de redemocratização em várias partes do mundo ocidental, houve fortalecimento

---

<sup>143</sup> Cf. CLEMENTE, Marcos Edilson de. **Lampião acesos: o cangaço na memória coletiva**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009.

da cultura da memória em nome da tríade memória, identidade e patrimônio. O mnemotropismo contemporâneo tem dimensão conjuntural. Certamente, tentativas de entendê-lo circundam o estudo do surgimento, da dilatação e da expansão globalizada de uma cultura da memória que “elevou-se na década de 1970, ganhou força na década de 1980 e atingiu proporções inflacionárias na década de 1990”.<sup>144</sup>

Segundo Andreas Huyssen, essas décadas foram marcadas por transformações de experiências de espaço e tempo que teriam sido responsáveis pela paulatina substituição de um “futuro presente” por um “passado presente”, isto é, o retorno ao passado difere das primeiras décadas da modernidade do século XX nas quais o futuro foi mais privilegiado. A intensificação da globalização na pós-modernidade possibilitou tal transformação à medida que maiores interações em nível mundial resultaram no “encurtamento das distâncias entre diversas localidades e na sensação de se viver exclusivamente no presente devido à aceleração das informações”.<sup>145</sup> Com efeito, umas das implicações transnacionais desse presentismo foi a de que “se o início do século procurou “garantir futuros utópicos, o seu fim foi envolvido pela tarefa não menos complicada de assumir a responsabilidade pelo passado”.<sup>146</sup>

A cultura da memória contemporânea vem sendo objeto de estudo para muitos pesquisadores, tais como Pierre Nora, François Hartog, Andreas Huyssen, Jay Winter, Beatriz Sarlo, Elizabeth Jelin, Luciana Heymann, José Mauricio Arruti e tantos outros. Em sistematização sobre origens e implicações do “boom da memória”, Winter observa como a obsessão mnemônica nasce do entrecruzamento de múltiplos fatores - sociais, políticos, éticos, culturais, medicinais e econômicos -, sugerindo que cada um dos estímulos tem sua própria lógica e constituição interna. Para o autor, o efeito de suas interseções é multiplicativo em vez de aditivo, ou seja, o “‘boom’ ocorreu porque os impulsos por detrás dele resultam em algo maior que a adição de suas partes”.<sup>147</sup> Partindo desse ponto, clarificado por leituras de outros autores imprescindíveis no debate, construímos uma tematização em que foi possível identificar no mínimo cinco grandes vetores que impulsionam esse “boom” mnemônico.

Alguns dos vetores são: 1 - a descentralização de ações e representações da memória - “a conservação e a transmissão de valores não estão mais restritas a poucas instituições, como Estado, Igreja e Escola”, pois, embora a “retórica nacionalista não tenha

<sup>144</sup> HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014, p. 195.

<sup>145</sup> HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 185.

<sup>146</sup> HUYSSSEN, *op. cit.*, p. 195.

<sup>147</sup> WINTER, Jay. *A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006, p. 69.

desaparecido, ela divide cada vez mais a cena com outras línguas da identidade coletiva”<sup>148</sup>; 2 - o direito à memória, o desejo de tradição e a política de identidade - o direito à memória articulado a políticas de identidade mobilizado, sobretudo, por grupos marginalizados que, como contraponto à relegação de suas memórias em marcos oficiais, ressaltam um desejo de tradição que está ligado à luta por poder<sup>149</sup>; 3 - a expansão dos suportes mnemônicos, dos meios de comunicação e da divulgação de memórias - a multiplicação dos trabalhos da memória tem relação substancial com o desenvolvimento da tecnologia da informação que ao longo do tempo foi possibilitando maior registro, produção e difusão através de gravadores, bancos de dados audiovisuais, computadores, televisores, etc.<sup>150</sup>; 4 - o interesse do público, o aumento do capital intelectual e o consumo cultural - advindo de fatores como o crescimento demográfico, a expansão de universidades, o aumento de capital cultural, a dilatação da renda, a disponibilidade financeira, a fetichização da mercadoria, o investimento estatal/privado, o incentivo ao consumo cultural e a apropriação turística que podem resultar na prática da espetacularização<sup>151</sup>; 5 - o dever de memória, a ruminação de memórias dolorosas e o compromisso com o passado - ruminação de memórias dolorosas de eventos traumáticos responsáveis por incitar o dever de memória, um compromisso em não esquecer tais passados, a fim de que se consiga extrair reparação ou lição da dor.<sup>152</sup>

Nesse período, por vezes chamado de “Era das comemorações”, Pierre Nora sugeriu que memória, identidade e patrimônio são as palavras-chave para entender a consciência histórica no mundo contemporâneo.<sup>153</sup> Conjuntamente, os sintomas expostos são indícios para compreender o que David Harvey chama de “condição pós-moderna” da sociedade marcada pela “intensificação da globalização, incerteza, fragmentação, efemeridade e descontinuidade”.<sup>154</sup> Sobre o contexto, no qual François Hartog diz que o regime de historicidade dito presentista prevalece, a máxima “um passado que não quer passar” figura

<sup>148</sup> Cf: NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 8; & WINTER, *op.cit.*, p. 70.

<sup>149</sup> Para ter uma noção desses trabalhos da memória em diferentes contextos – europeu, latino-americano e brasileiro, ver: JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A. 2002.; HEYMANN, Luciana & ARRUTI, José Mauricio. “Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e Brasil”. In: ROCHA, Helenice et. all (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012. A concepção “desejo de tradição”, que nos é particularmente cara no estudo, é elaborada por José Arruti.

<sup>150</sup> Para entender especificamente a midiaticização da memória, ver: SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

<sup>151</sup> Cf: WINTER, *op.cit.*

<sup>152</sup> Cf: HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013; & HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

<sup>153</sup> Cf: NORA, Pierre. *L'ère de la commémoration*. In:\_\_\_\_. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1992a. v.3: *Les France*.

<sup>154</sup> HARVEY, *op. cit.*, p. 289.

crystalina como expressão presentista. Cunhada na segunda metade da década de 1980, no meio dos acalorados debates sobre “negacionismo”, “revisionismo” e “relativismo”, os seus usos iniciais relacionam-se às memórias dolorosas da Segunda Guerra Mundial, embora ela também seja aplicada a outras memórias, como a da União Soviética, na Rússia; do Apartheid, na África do Sul; e das Ditaduras Civis-Militares, na América Latina. Os tais “passados que não passam” são tipos de passados nos quais as pessoas não querem ou não conseguem se desvencilhar facilmente. Por isso que o dilema - lembrar ou esquecer - ecoa tão fortemente quando é colocado em debate.<sup>155</sup> Como dissemos antes, a característica do dilema fez com que memórias de outros lugares ganhassem conotação semelhante. Segundo Henry Rousso, esse presente presentista concentra contraditoriamente “excesso e denegação do passado”, uma vez que é acelerado por buscar de maneira desenfreada o passado, mas estagnado por não dar conta deste; “incapaz de preencher a lacuna (...) que ele próprio não cessou de aprofundar”, diria Hartog.<sup>156</sup>

No tempo presente, com o incentivo ao direito à memória, dimensão básica da cidadania que se aspirava construir no período, uma profusão de “memórias subterrâneas”, questionadoras em potencial de marcos memoriais oficiais, conquistou força no cenário público, operando simultaneamente uma “fragmentação de identidades homogêneas” que, em outros termos, pode significar redefinição de temporalidades nacionais, regionais e locais, e reivindicação de “novos patrimônios” por grupos sociais que não se reconheciam nas heranças antes instituídas.<sup>157</sup> O campo do patrimônio é ambiente fértil para se pensar nisso.

Os movimentos no campo patrimonial têm longa historicidade. Regina Abreu distingue três grandes momentos da trajetória dos processos de patrimonialização como um movimento próprio do Ocidente moderno: no primeiro, que vai do século XIX à primeira metade do século XX, os processos de patrimonialização fundamentavam-se na reconstrução do passado (história) ou na busca e valorização de uma arte nacional; no segundo, cujo marco fundamental foi a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nos anos 1940, uma nova e importante variável é absorvida nos processos

---

<sup>155</sup> Cf. DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV & São Paulo: Editora Unesp, 2012; CEZAR, Temístocles. “Tempo presente e usos do passado”. In: VARELLA, Flávia Florentino (org.)... [et al]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 31 - 50; FICO, Carlos. “História que temos vivido”. In: VARELLA, *ibidem*, p. 67 - 101; CARDOSO, Irene. *O passado que não passa: lugares históricos dos testemunhos*. In: VARELLA, *ibid*, p. 125 - 143.

<sup>156</sup> Cf. ROUSSO *apud* CF: DELACROIX, *op.cit.* 2012, p. 369.

<sup>157</sup> Sobre os conceitos elencados, ver respectivamente: POLLAK, Michael. POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15; HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2011; POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

- o conceito antropológico de cultura, que possibilita maior intercâmbio entre culturas; e, por fim, o terceiro, no início dos anos 1980, quando se instaurou a patrimonialização das diferenças devido às recomendações emitidas, sobretudo, pela UNESCO no que concerne à preservação das singularidades ou especificidades locais para além do movimento de homogeneização que estaria em curso no mundo ocidental.<sup>158</sup> Neste último caso, interessa pontuar reflexão de Nestor García Canclini que permite tratar de maneira híbrida as relações entre as categorias do tradicional e moderno, de erudito e popular, do global e local, visto que o próprio “popular não é vivido pelos sujeitos populares como complacência melancólica de suas tradições, porque muitas práticas rituais subalternas, aparentemente consagradas a reproduzir ordem tradicional, transgridem-na humoristicamente”.<sup>159</sup>

Em recentes debates, a expressão “novo patrimônio” tem sido usada para designar patrimônios emergentes na sociedade. Para Dominique Poulot, o final do século XX assistiu ao reconhecimento de muitos desses patrimônios que advêm da “profusão de esforços públicos / privados em favor de múltiplas comunidades e estão longe da definição canônica de herança cultural”, bem como decorrem dos usos inerentes à sociedade de consumo, pois são instrumentalizados para o desenvolvimento econômico em prol do turismo e de práticas mercantis do saber e lazer”.<sup>160</sup> Conforme Vera Dodebei, a expressão costuma “designar os patrimônios que não eram tradicionalmente herdados pelas esferas institucionais, como o etnológico, o vivo ou o imaterial, mas também pode se referir à “renovação do olhar em torno de tantos outros patrimônios, como os genéticos, arqueológicos, antropológicos, naturais, paisagísticos, materiais, imateriais, digitais, etc”.<sup>161</sup> Nesse plano, talvez se encaixem os patrimônios formados por memórias difíceis, como os ligados à dor e ao trauma, que trazem constantes dilemas éticos, pois enquanto uns podem clamar por preservação, outros podem condenar ao esquecimento. A propósito, a tese de John Tunbridge e Gregory Ashworth de “patrimônio dissonante” constitui a tentativa mais sustentada para conceitualizar essa “contestação inevitável do patrimônio e suas repercussões, visto que a dissonância refere-se à discordância ou à falta de acordo e consistência quanto ao seu significado”.<sup>162</sup>

Com a redemocratização política brasileira pós-1985, cujo marco na luta pela

<sup>158</sup> Cf. ABREU, Regina. *Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil*. In: TARDY, Cécile & DODEBEI, Vera. **Memória e Novos Patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015, p. 97-98.

<sup>159</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2011, P. 214-221.

<sup>160</sup> POULOT, *op. cit.*, p. 199; 228.

<sup>161</sup> TARDY, Cécile & DODEBEI, Vera, *ibid*, p. 8-9.

<sup>162</sup> ASHWORTH, G.J., GRAHAM, Brian, TUNBRIDGE, J.E. **Pluralising Pasts: Heritage, Identity and Place in Multicultural Societies**. London: Pluto Press, 2007, p. 36.

ampliação cidadã foi a promulgação da Constituição de 1988, houve um alargamento do significado de cidadania. Resultante da concepção do “direito a ter direitos”, a dilatação facultou a criação de legislação baseada na premissa de que o que “está em jogo é o direito de participar da própria definição do sistema que tem de incorporar tanto a noção de igualdade quanto a de diferença”.<sup>163</sup> Nesse conjunto figurou o exercício do “direito à memória” que amparava legalmente a reorganização de referenciais da temporalidade brasileira. Por muito tempo, as memórias de grupos ditos elitistas, hegemônicos e dominantes foram constituídas como marcos emblemáticos para a sociedade. Em função da contraposição aos marcos instituídos na temporalidade oficial, da busca de redefinição identitária capaz de contemplar a multiplicidade cultural, da recorrência à auto-historicização e/ou demais motivos, emergiram memórias de grupos ditos populares, subalternos e revoltosos.

Nesse sentido, os símbolos nacionais que fazem parte do “Panteão da Pátria e Liberdade Tancredo Neves”, construído em 1986 na capital brasileira, explicitam muitas disputas de memória em torno dos indivíduos reconhecidos como importantes para a temporalidade brasileira.<sup>164</sup> A clivagem institucional se apresenta quando observamos que, por um lado, existem mais personagens com perfil elitista, como o imperador Dom Pedro I, o presidente Marechal Deodoro da Fonseca e o inconfidente Tiradentes e, por outro, temos apenas o líder quilombola Zumbi dos Palmares como representante do perfil considerado popular. A lista de “homenageados”, “em espera” e “candidatos” do Panteão sugere em suas presenças e ausências os acordos e conflitos da sociedade que homenageia, o que instiga demais análises. Na região nordestina, a saber, existe uma tendência a rememorar uma tríade específica - Padre Cícero, Antônio Conselheiro e Lampião - que, embora não apareça nesse marco oficial, figura constantemente nos registros da memória popular.

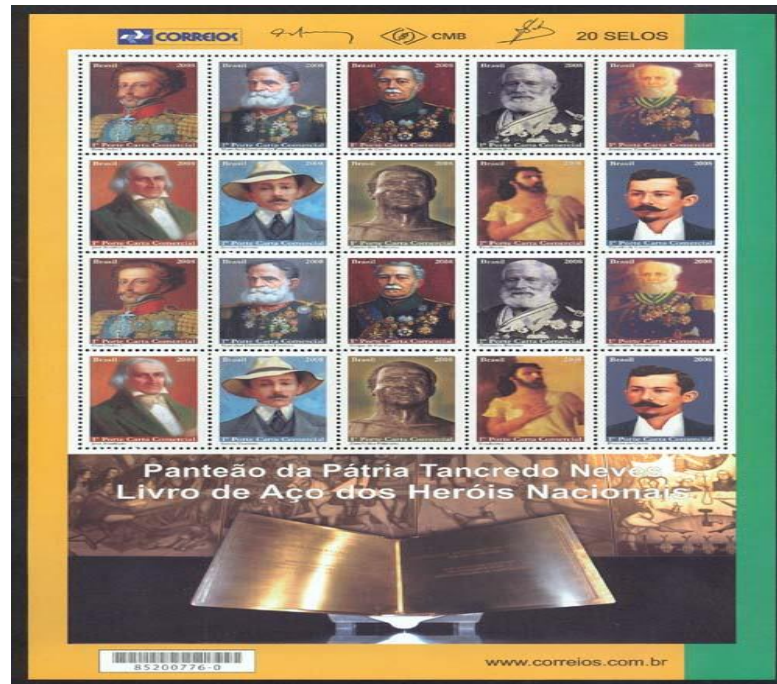
---

<sup>163</sup> PEREIRA, Laurindo Mékie. *Cidadania ampliada - lutas contemporâneas*. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco & PATRIOTA, Rosângela. (org.) **Escritas e Narrativas Históricas na Contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

<sup>164</sup> Localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, o Panteão foi inaugurado em 7 de setembro de 1986. Carrega o nome de Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito após o regime ditatorial instaurado em 1964, o qual faleceu na véspera da posse do cargo. Tal panteão trata-se de um cenótafio, ou seja, um memorial fúnebre para homenagear alguém cujos restos mortais encontram-se em outro local. Os nomes dos homenageados são incluídos no "Livro de Aço", também chamado "Livro dos Heróis da Pátria".



Figura 3 – “Heróis Nacionais” do Panteão da Pátria e Liberdade



Fonte: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios).

A análise da historicidade do campo do patrimônio cultural brasileiro possibilita entender as mudanças do reconhecimento das valorações no plano institucional ao longo dos anos. Conforme Antonio Gilberto Ramos Nogueira, a “riqueza de sentidos que evoca a palavra patrimônio evidencia a complexidade de um campo em constante mutação”. Ao perscrutar itinerários conceituais e práticas de preservação, o autor sinaliza aspectos históricos cruciais para compreensão da trajetória das políticas de preservação no Brasil, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, com a reconstrução do passado nacional que privilegiou o legado luso-colonial; a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, em 1975, que opera mais baseado na concepção antropológica da cultura, na identificação da diversidade e no registro do dito popular; e a presença do artigo 216 da Constituição brasileira de 1988, que acolhe uma noção ampla de identidade e potencializa a defesa da diversidade cultural de distintos grupos étnico-culturais. O autor chama atenção que os debates sobre memória e patrimônio no período são seguidos de mudanças conceituais formadas em sintonia com “anseios dos novos sujeitos históricos que entraram em cena e forjaram a necessidade de se repensar os silêncios e os ocultamentos, bem como o que deve ser protegido, valorizado e repertoriado”.<sup>165</sup>

<sup>165</sup> Nogueira, Antonio Gilberto Ramos. *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação*. *Antíteses*, v.7, n.14, Londrina, 2014, p. 45-67.

Nessa lógica de mudança conceitual, Cristina Meneguello reflete acerca do que denomina “memórias difíceis” - desprovidas de glamour histórico ou dolorosas - que conformam os “patrimônios difíceis, sensíveis e sombrios”, cujas dissonâncias trazem a constante indagação: “o que ocorre quando não se quer ou não se pode preservar o passado?” Partindo disso, a autora discute memórias de regimes totalitários e ditatoriais que demarcam o recente “patrimônio do trauma e da dor”. Em específico, faz referência à inclusão pela UNESCO, em 2002, do campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau na sua Lista do Patrimônio Mundial, assim como cita o recente tombamento em nível estadual da delegacia da rua Totóia em São Paulo, em 2014, a qual foi sede do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operação de Defesa Interna, II Exército) durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Por um lado, ressalta como o “patrimônio não é apenas um relicário de testemunhos estéticos da atividade humana, ele fala do dever de rememoração e de dívida para com as vítimas de crimes de Estado”. Por outro, mostra preocupação com a banalização que pode atravessar a transformação do “lugar de barbárie” em “lugar de cultura” e torná-lo, por exemplo, repositório de *souvenir*. O receio advém de sua observação à prática do chamado *Dark Tourism* surgido na década de 1980 que, “ao invés de ter um olhar crítico ao ocorrido em lugares traumáticos, se prende mais à excitação do risco”.<sup>166</sup>

\*\*\*

Com esse debate abre-se caminho necessário para entender como um passado tão controverso quanto o do cangaço, passível de ser visto como uma derrota histórica, vai sendo transformado até em conquista cultural marcada por dever de transmissão, praticamente uma vitória, no sentido de que a “história de um fracasso coletivo se torna o sucesso de uma empresa de rememoração”.<sup>167</sup> A forjada relação entre memória do cangaço e temporalidade nordestina precede o tempo presente, assim como a valoração dessa cultura mnemônica não forma nenhuma novidade presentista. O diferencial, para além do recorte temporal, apresenta-se na participação diversificada de instituições, grupos e indivíduos em tais iniciativas, o que, por sua vez, desdobra-se na maior presença dessa memória no cenário público, visível através da criação de museus, entidades comprometidas com seu dito resgate, comemorações e demais ações que se multiplicaram na redemocratização.

---

<sup>166</sup> MENEGUELO, Cristina. *Patrimônios sombrios, memórias difíceis*. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos & PETERLE, Patricia (org.) **História e arte: herança, memória e patrimônio**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014, p. 46-66.

<sup>167</sup> ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 - 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 69.

Muitos autores têm se debruçado em história da memória do cangaço.<sup>168</sup> Marcos Clemente, que investigou as memórias do cangaço entre as décadas de 1950 e 1980, particularmente em algumas cidades do sertão nordestino por onde os cangaceiros passaram, como Mossoró (RN), Serra Talhada (PE), Triunfo (PE), Piranhas (AL), Poço Redondo (SE) e Paulo Afonso (BA), mostra como elas estão inseridas em “movimento mais amplo de compromisso voluntário com a sobrevivência da memória de Lampião”. O “desejo de conhecer histórias locais” possibilitou a criação de coleções particulares, grupos de defesa da memória, associações culturais e museus do cangaço. Com a promoção de seminários, palestras, encontros, lançamentos de livros, monumentos e comemorações, por vezes apoiados pelos poderes locais, os grupos envolvidos nessas iniciativas propõem um “novo debate sobre o cangaço para entender problemas sociais da região sertaneja, como latifúndio, seca e fome, reabilitando assim o assunto na cena pública”, de forma que possa servir inclusive de mote turístico.<sup>169</sup>

Nesse processo, a memória do cangaço consegue se consolidar no cenário público principalmente por conta das apropriações realizadas na dimensão das políticas culturais. Certamente, parte significativa das disputas entre as cidades pelo uso desse passado pode ser entendido como fruto dos seus processos de urbanização que levaram a governança - administração pública e parceiros privados - a assumir caráter empreendedor, possibilitando a criação de projetos mnemônicas que objetivavam fazer os locais serem atrativos para o consumo cultural.<sup>170</sup> Assim, algumas cidades sertanejas nordestinas, semelhantes nas desigualdades sociais e na partilha da herança da passagem do cangaço em seu território, entraram em concorrência para disputar tal memória, buscando, com usos e abusos, filtrar imagens negativas e construir tradições identitárias que pudessem alavancar seu potencial desenvolvimentista no turismo, o que tem peso crucial nas negociações de conflitos.

Entretanto, percebem-se nítidos conflitos memoriais tanto em nível de disputa entre essas cidades, na qual cada uma tenta reivindicar para si a memória do cangaço “não importando se as imagens em jogo são ou não favoráveis ao cangaceiro”, quanto em nível dos próprios sujeitos que questionam tais iniciativas.<sup>171</sup> A seguir, destacamos representações recorrentes de cada uma elaborada por “guardiões da memória” - como ex-cangaceiros/ex-

<sup>168</sup> Por ter realizado trabalho que apresenta visão conjunta das ressignificações da memória do cangaço em algumas cidades nordestinas, apresentaremos com maior ênfase as discussões de Marcos Clemente, mas sinalizamos que para aprofundar o debate, a leitura de outros autores, tais como Antônio Fernando de Araújo Sá, Marcílio Lima Falcão Júnior e Ferreira Júnior, os quais aparecerão em outras partes do texto, é imprescindível.

<sup>169</sup> Cf. CLEMENTE, *op. cit.*

<sup>170</sup> Cf. HARVEY, David. *Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio*. In: \_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>171</sup> CLEMENTE, *op. cit.*, p. 28.

volantes e seus familiares -, “empreendedores da memória” - como produtores culturais - e “militantes da memória” - como membros de movimentos sociais - envolvidos em políticas de memória, esquecimento e reconciliação. A forma como cada cidade organiza a memória do cangaço elucida como esses municípios clamam por posição de destaque na temporalidade nordestina. Assim, podemos sinalizar que Lampião é marca que, ao mesmo tempo, identifica, ressignifica e vende o Nordeste.<sup>172</sup>

Nas áreas circunvizinhas ao local de nascimento de Lampião, o sitio Passagem das Pedras, duas cidades pernambucanas disputam o legado memorial do cangaço. No município de Serra Talhada (PE), que tenta se legitimar com a imagem de “Berço de Lampião”, por abranger exatamente o local onde o cangaceiro nasceu, identificam-se iniciativas memoriais promovidas com o Grupo Folclórico Lampião e o Cangaço no Nordeste (1977), o Museu da Cidade (1986) e a Fundação Cultural Cabras de Lampião (1995). Em contrapartida, notam-se muitos conflitos, como os que vieram à tona durante a realização de plebiscito para a construção de Estátua para Lampião (1991), pois, enquanto os defensores da proposta afirmavam “Lampião: nem bandido, nem herói, ele é história! Vote sim.” com nítida intenção de evitar polarização, alguns grupos contrários à intenção não tardaram em fazer ameaças de explosão em caso de efetiva construção do monumento.<sup>173</sup>

Figura 4 – Plebiscito da Estátua de Lampião



Fonte: Prefeitura Municipal de Serra Talhada

<sup>172</sup> Frase inspirada no título do livro de CISNEYROS, Mariana. **Lampião, a marca que vende o Nordeste**. Olinda: Luci artes gráficas Ltda, 2007.

<sup>173</sup> CLEMENTE, *op. cit.*, p. 29. O resultado do plebiscito foi favorável à construção, mas o empreendimento não foi concluído por falta de recursos financeiros, o que não deixa de manter relação com a falta de consenso sobre o polêmico assunto.

As iniciativas realizadas em favor de apropriação turística, as quais orientavam desejos dessa natureza, parecem ter sido impulsionadas por empreendimentos feitos na localidade vizinha. Trata-se do município de Triunfo (PE), onde se costuma presenciar a imagem “Lampião de Triunfo” devido a circulação da ideia de que o cangaceiro tinha bom convívio no local e era devoto de Nossa Senhora das Dores, o qual conta com o Museu do Cangaço e Cidade (1975) e a Associação de Amigos de Triunfo (1980), cujos integrantes são conhecidos como os Lampiônicos. As crenças não foram capazes, entretanto, de evitar vozes contrárias que questionam o que afirmam serem homenagens.<sup>174</sup>

Nas áreas em torno do local de morte de Lampião, a Grota de Angico, encontra-se uma cidade sergipana e uma cidade alagoana que disputam a memória cangaceira. No município de Poço Redondo (SE), onde se procura destacar a imagem de “Capital do Cangaço” por ter sido local originário de muitos cangaceiros que ingressaram nos bandos de Lampião, algumas ressignificações da memória estão associadas ao Conselho Estadual de Cultura de Sergipe, que fez o pedido de tombamento da Grota de Angico (1982); a empreendedores da memória que deram origem à chamada Praça Lampião (1988); e à criação do Centro de Cultura Popular Zé Julião (1989). Os ataques, as destruições e as reconstruções da polêmica praça no decorrer dos anos são uma marca evidente da disputa memorial vivenciada na cidade.<sup>175</sup>

Próximo à Angico, localiza-se o município de Piranhas (AL), no qual há uma imagem de “Elogio da traição” por ter sido lá planejado o último e vitorioso ataque da polícia volante ao bando de Lampião, cujo êxito está associado à consequência de traição ao bando do cangaceiro, e que sedia o Museu do Sertão (1982), com vários objetos relacionados ao cangaço. No caso, um conflito memorial que exhibe as variações de representação é que o significado atribuído à morte do cangaceiro é polêmico, pois percebe-se como, para alguns, a ação inesperada da polícia alagoana não mereceu o reconhecimento dos sertanejos, já que acreditam que a traição teria quebrado princípios da idealizada honra sertaneja, logo, não seria motivo de destaque.<sup>176</sup>

As ressignificações da memória do cangaço não se restringem aos lugares próximos das cidades de nascimento e morte de Lampião. Em cada lugar pelo qual o cangaceiro passou, podem ser notados trabalhos memoriais. A saber, ressalta-se uma cidade norte-rio-grandense. Em Mossoró (RN), onde se reivindica a imagem de “Resistência ao

---

<sup>174</sup> *Id.*, P. 39.

<sup>175</sup> *Id.*, p. 56. Falaremos mais sobre a praça no segundo capítulo.

<sup>176</sup> *Id.*, p. 61.

Cangaço” pelo discurso de ter sido a única a conseguir expulsar Lampião, encontram-se iniciativas que construíram essa memória tomada enquanto oficial, como o antigo museu Lauro da Escóssia (1948). Mas ela não está sozinha, pois existem as reminiscências em torno do bandido alvejado na ocasião, o Jararaca, cuja memória é cultuada popularmente por grupos que consideram sua morte extremamente desonesta. Afora isso, pontua-se que a Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (1993), que tenta se afirmar como centro pioneiro desses trabalhos, foi criada neste estado.<sup>177</sup>

Desse modo, cada cidade vai construindo suas memórias. Até aquelas que carecem de evento considerado significativo buscam encontrar alguma associação histórica que lhes permita entrar nesse circuito cultural. É o caso de Paulo Afonso (BA), onde não há evento tão emblemático quanto os outros citados, embora algumas iniciativas mnemônicas datem de muito tempo, como o desenvolvido pelo grupo folclórico *Os Cangaceiros* (1956), de Paulo Afonso (BA). Contudo, em meados da década de 1990, passaram a destacar que a cidade é “Terra de Maria Bonita”, companheira de Lampião, apropriando-se assim desse elemento de identificação.<sup>178</sup>

Outros estudos poderiam problematizar mais nuances dessas disputas memoriais, inclusive nas cidades nordestinas onde os cangaceiros não passaram. Mas, ainda no plano que vem sendo enfatizado, destaca-se igualmente uma cidade pernambucana caracterizada pela clássica disputa de memória do cangaço. No município de Floresta (PE), em específico na Vila de Nazaré, há muitos descendentes de volantes, e a memória anti-cangaceira organiza amplamente os sentidos dos seus moradores. Os nazarenos foram “Perseguidores de Lampião” e a lembrança da morte de muitos destes nos combates com os cangaceiros faz com que as iniciativas memoriais do cangaço encontrem várias objeções.

A partir desse panorama, pode-se sinalizar que foi no terço final do século XX, sobretudo no período de redemocratização política brasileira que assistiu à emergência de memórias marginalizadas da cena oficial - indígena, negra e sertaneja -, que a memória do cangaço entrou mais em pauta. Baseado nas muitas ações de memória destacadas, parece ser válido afirmar que existe um movimento nordestino de ressignificação da memória do cangaço que, ao ser incentivado por interesses que circulam entre desejo de tradição, dever de memória e consumo cultural, revisita essa memória questionando estigmas, descasos, censuras, exclusões e silêncios que consideram ter sido historicamente impostos, o que redefine seu lugar na temporalidade brasileira, nordestina e local. Alguns marcos dessa

---

<sup>177</sup> *Id.*, p. 49.

<sup>178</sup> *Id.*, p. 144.

ressignificação no tempo presente podem ser vislumbrados: a exibição televisiva nacional do seriado “Lampião e Maria Bonita”, na década de 1980, a criação da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC), na década de 1990, e a consolidação da “Missa do Cangaço” na Grotta de Angico, na década de 2000. Contudo, não se pode perder de vista as contendas em torno dessa memória conflituosa, cercada de feridas abertas em seus mais variados *corpus*. As insatisfações são reveladas, sobretudo, pelas vítimas do cangaço, por seus descendentes e por demais grupos que, além de não se identificarem com essas proposições, incomodam-se com o que acreditam ser a “glorificação”, o “endeusamento” e a “apologia” do cangaço.

As ressignificações, valorações e negociações dos conflitos da memória cangaceira são fortemente manifestadas por uma premissa do início dos anos 1990 que vem se tornando cada vez mais ordinária, categórica e até estratégica: a ideia de que “Lampião não é nem bandido, nem herói, ele é história!”. Na região nordestina, existem numerosas variações de conservação, transmissão, apropriação e representação da memória do cangaço. Obviamente, o curto mapeamento feito não contempla todas as possíveis interfaces aí envolvidas. Entretanto, parece-nos que tal busca memorial constitui, entre diferentes ações e representações que engendra, singular amostra de como o fenômeno situa-se no tempo presente, provavelmente inserido no corolário do aforismo “um passado que não quer passar”, máxima bastante utilizada em alusão às experiências presentistas de tempo por indicarem certa responsabilidade com o passado e por carregarem em seu bojo um dilema recorrente para os nordestinos: lembrar ou esquecer?

O mapeamento da geografia memorial do cangaço suscita muitas questões que não serão aprofundadas. Pelo que foi exposto, chama atenção a expansão dos investimentos no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, o que pode ter relação com o cinquentenário de morte de Lampião (1988), uma causa e efeito dos trabalhos que se multiplicam no período. Certamente, todo esse macro debate pode ser melhor problematizado através de uma micro discussão. Para tanto, analisamos uma das iniciativas mais significativas do período: o tombamento da Grotta de Angico.

### 2.2.3. O tombamento da Grotta de Angico

O processo de tombamento da Grotta de Angico, aberto no início da década de 1980, no Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC-SE), é uma das primeiras iniciativas oficiais de preservação do cangaço no tempo presente. Trata-se de um marco dos acordos e

das disputas do tema, logo, figura como expressão sintomática da sua patrimonialização.<sup>179</sup>

A documentação compilada no processo, que inclui ofícios, cartas, notícias, fotografias, panfletos, etc., suscita como muitos grupos, com diferentes sensibilidades patrimoniais, se envolveram ao longo dos anos no assunto. Por um lado, constata-se envolvimento individuais do proprietário do local; de familiares de ex-cangaceiros, de volantes e de vítimas do cangaço; de jornalistas; de memorialistas; de artistas; de intelectuais; de professores; de políticos; de empreendedores culturais; e de militantes sociais e, por outro, participações mais coletivizadas através de instituições como o Conselho Estadual de Cultura (CEC), a Universidade Federal do Sergipe (UFS), o Departamento de Preservação Histórica (DPHA), a Fundação Estadual de Cultura (FUNDESC), a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Centro de Cultura Popular Zé Julião.

O interessante é investigar, em geral, que, como sugere Aleida Assman, “o lugar pode reativar a recordação das pessoas, assim como as lembranças das pessoas podem reativar a recordação do lugar”.<sup>180</sup> Especificamente, Paul Ricoeur faz uma consideração perspicaz acerca da mobilização da memória a serviço da reivindicação de identidade ao pontuar que surge de fragilidades identitárias, como a “herança da violência fundadora”, pois “aquilo que celebramos como atos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário”, e que a “glória de uns foi humilhação para outros”.<sup>181</sup> Ernest Renan também havia sinalizado que o “sofrimento em comum une mais do que a alegria”.<sup>182</sup> Por isso, Assmann sugeriu que os locais marcados por perseguição, humilhação, derrota e morte têm valor na memória mítica, nacional e histórica”.<sup>183</sup>

Assim, buscamos analisar variações mnemônicas em torno das justificativas que tentavam tornar a Grota um local de valor cultural representativo para a temporalidade nordestina. Após historicizá-la, abordamos o processo em três momentos, notando a atuação de grupos sociais que surgem com frequência na documentação: a abertura do pedido do tombamento (1982) com a atuação dos intelectuais do CEC; a comemoração ao

---

<sup>179</sup> O local é conhecido popularmente como Grota, mas na documentação do seu tombamento é usada a expressão Grota, a qual manteremos apenas no texto desta parte do trabalho. Cf: Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC-SE). *Processo do Tombamento da Grota Angico*. Iniciado em 14 de maio de 1982 e finalizado em 26 de dezembro de 1996. Autoria do economista Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, na época presidente do CEC-SE. In: Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural de Sergipe (SUBPAC-SE).

<sup>180</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2011, p. 317.

<sup>181</sup> RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p. 95.

<sup>182</sup> RENAN, Ernest *apud* CANDAU, Joel, p. *op. cit.*, p.151.

<sup>183</sup> ASSMAN, Aleida. *op. cit.*, p. 348.



cinquentenário de morte de Lampião (1988) com os empreendedores da memória de Poço Redondo; a luta pela preservação, que resultou no tombamento estadual com os membros da Rede Globo de televisão e de funcionários da Secult-SE (1989).

\*\*\*

A Grota de Angico, situada no município de Poço Redondo (SE), foi palco de derradeiro confronto do cangaço. Em 1938, os cangaceiros Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros do seu bando foram mortos em combate contra a volante do tenente João Bezerra. A memória da morte logo se incrustou no local.

Nas décadas posteriores ao combate, as atenções ao local foram particulares e esporádicas. Atraíram alguns poucos familiares dos cangaceiros mortos, antigos conhecedores das redondezas, pesquisadores do cangaço e curiosos. As práticas de colocação de cruzeiros em ato de condolência aos mortos de Angico, realizadas nos anos 1950 por João Ferreira, único irmão de Lampião que não entrou para o cangaço, e no começo dos anos 1960 pelo mesmo tenente João Bezerra, que liderou a investida que resultou na morte do cangaceiro, foram responsáveis por reativar mais ainda a memória fúnebre lá incrustada.<sup>184</sup>

A atenção pública de Angico veio depois. Resulta de algumas produções midiáticas, como as feitas pela Rede Globo, emissora aberta de maior audiência no país, que exibiu o documentário *O último dia de Lampião*, em 1975, e a minissérie histórica *Lampião e Maria Bonita*, em 1982.<sup>185</sup> Embora os produtores não tenham visitado a Grota, eles dirigiram encenações dos combates travados no local para serem exibidos nas obras, pois ambas versavam sobre momentos finais da vida do cangaceiro. O alcance das produções, sobremaneira da minissérie, não pode ser desconsiderado quando se trata de entender as ressignificações do tema no período, uma vez que mais da metade da população brasileira já possuía aparelho televisor em seus domicílios.<sup>186</sup>

A memória do cangaço podia ser bem conhecida, mas apenas nesse momento sua

<sup>184</sup> Os atos têm diferenças. Semelhante a João Ferreira, o tenente João Bezerra demonstrava respeito pela morte - talvez não tanto pelo cangaceiro que combateu, mas pelo sertanejo igual a ele que tombou - mas o ato parecia ser mais uma forma de cravar a memória do seu feito.

<sup>185</sup> A midiáticação das narrativas históricas em minisséries na Globo foi iniciada com essa minissérie. Tal produção, vista como “pioneira na renovação da teledramaturgia” da emissora, foi premiada com medalha de ouro no Festival Internacional de Cinema e Televisão de Nova York e já teve várias exibições: em 1984, 1988 (apenas para o Distrito Federal durante o Festival 25 anos da TV Globo), 1990 (na sessão “Vale a Pena Ver de Novo”), 2015 (no festival “Luz, Câmera, 50 anos”, alusivo ao cinquentenário da emissora). Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisseries/lampiao-e-maria-bonita.htm>> Acesso em: 1 de jul. 2016.

<sup>186</sup> Enquanto em 1960 apenas 4,6% da população brasileira possuía aparelho televisor em seus domicílios, esse número aumenta para 22,8% em 1970 e para 56,1% em 1980. Para ver mais: HAMBURGUER, Esther. “Diluindo Fronteiras: a Televisão e as Novelas no Cotidiano. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 439 - 487.

projeção estava literalmente em tela para o grande público através da mídia nacional. Assim, o crescente entusiasmo pela Grota, por muito tempo tomada como um local inóspito, desagradável e esquecido, não chega a surpreender tanto se atentamos para sua centralidade no tema que vinha fazendo sucesso com a minissérie *Lampião...* exibida em oito episódios entre 26 de abril e 05 de maio de 1982. Por conseguinte, a reativação da memória que a exibição gerou atraiu interesses diversos, criou demanda de debate sobre o assunto e suscitou várias tensões na cena pública.

Figura 5 - Seriado “Lampião e Maria Bonita”



Fonte: Rede Globo de Televisão

No dia 12 de maio de 1982, informações acerca da Grota são divulgadas pela *Gazeta de Sergipe*<sup>187</sup>, periódico de circulação diária no estado que, por considerá-las extremamente graves, concede primeira página no editorial “Incidente em Angico”.<sup>188</sup> Basicamente, trata-se de uma denúncia. Semelhante ao letreiro que embala o desfecho da supracitada minissérie - “Lampião e Maria Bonita não foram esquecidos e são hoje mitos nacionais” -, o escrito afirma que o “casal famoso é um dos mais ricos e famosos para a história e a cultura da região”. Apesar de ressaltar que houve muita ficção, já que não apresentaram “Lampião como alguém perverso, sanguinário e capaz de matar friamente”,

<sup>187</sup> Para saber mais sobre o jornal, ver: CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. “Produção e circulação do jornal *Gazeta de Sergipe* - uma página da imprensa sergipana”. *Fato & Versões*, Uberlândia, v. 3, n. 6, 2011.

<sup>188</sup> “Incidente em Angico”. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 12 de maio 1982. Editorial, p. 2.

sinaliza que o importante mesmo foi ver um “trabalho com bom profissionalismo e bom acabamento cênico” motivar o “País inteiro a acompanhar os capítulos da minissérie”. Depois de suscitar cautelosamente interesse pela controversa temática, o incidente é finalmente anunciado - querem destruir a Grota de Angico.<sup>189</sup>

No editorial, afirma-se enfaticamente que, após o proprietário da fazenda onde fica a Grota saber das intenções de reportagem e visita ao lugar manifestadas pelos produtores e pela filha de Lampião, ele teria dito em “tom grave e ameaçador que nada tinha a ver com a cultura e que destruiria o antigo pouso do ‘Rei do Cangaço’”, causando o “espanto dos jornalistas do sul do país”. Para contornar a polêmica surgida no local, sinaliza-se que foi necessário solicitar a intervenção do “Juiz da Comarca de Porto da Folha e do Destacamento Policial”, responsável oficial pela área, dando a entender que tudo era feito para que todo o “bom trabalho” continuasse e fosse exibido para “dezenas de milhões de brasileiros que apreciam as histórias ainda hoje contadas do mais expressivo dos vultos populares do Nordeste”. Em sua parte derradeira, imputa que o “Estado pode e deve zelar pelo passado”, advogando que a Grota deve ser “declarada de interesse cultural para fins de tombamento”. Com tom de ironia, encerra logo depois dizendo que “Lampião é, com toda a certeza, um mito nacional que tem despertado o interesse de estudiosos em muitas partes do mundo” e, caso “fosse um mito norte-americano, em cada canto por onde houvesse passado haveria um marco e alguém estudando. Mas é em Sergipe, e aqui, infelizmente, a história é outra”.

O editorial é estruturado de forma que, independente das facetas mais cruéis do cangaceiro Lampião, o público perceba que a dita recusa de acesso à Grota e ameaça de destruição eram inadmissíveis. A falta de abordagem dos motivos que podem ter gerado a suposta atitude no proprietário do local sugerem implicitamente que tudo não passava de ignorância histórica. Com boa dose de retórica, solicita providências do poder público para resolução do problema propondo um tombamento. Paralelo à intenção de informar o caso, o editorial busca formar certo encargo instigando a mobilização pública em torno de causa que necessitava de divulgação, adesão e legitimação. Diante das exposições, a necessidade de tombamento do local figura como ordem quase incontestada, um dever de memória urgente. Por conta disso, o escrito não pode ser entendido como queixa dispersa, pois mais parece ser resultado de ações articuladas com interesse de viabilizar a preservação do local.

Nesse primeiro momento, os intelectuais sergipanos do CEC, órgão normativo, deliberativo e consultivo da política cultural sergipana, foram alguns dos que tomaram para si

---

<sup>189</sup> *Id.*

a missão da preservação de Angico. O Conselho foi criado em 16 de agosto de 1967 por meio da Lei Estadual nº 1.478, no contexto de reconfiguração da gestão pública da cultura em âmbito nacional no início da Ditadura Civil-Militar brasileira, com intenção de manter a “fruição cultural sob o controle e a intervenção do novo regime”, assegurar coordenação de programas nacionais e ser um mediador das demandas regionais e locais”. No período da reabertura política, o Conselho foi reestruturado pela Lei Estadual 2.770 de 22 de dezembro de 1989 e teve sua atuação ampliada. É composto de quatorze “personalidades representativas da cultura sergipana”, dentre as quais quatro representantes de entidades e/ou instituições culturais privadas, todos escolhidos e nomeados a critério do governador.<sup>190</sup>

As competências dos intelectuais do CEC-SE passam por “apreciar o Plano Estadual da Cultura”, fazer “pronunciamento pelo tombamento de bens culturais a ser realizado pelo poder público” e “difundir e valorizar a cultura nas diversas camadas da população”. No campo da preservação, cabe aos seus integrantes solicitar, analisar e emitir parecer sobre processos de tombamento em nível estadual. Com a crescente repercussão da Grotá, alguns intelectuais parecem ter se instigado com os vários ecos surgidos e se viram na competência, por interesse interno e pressão externa, de se envolver no assunto, já que ela vinha recebendo status de bem cultural. Para além disso, o certo é que entraram em terreno problemático, praticamente uma encruzilhada, pois, por um lado, a maioria dos bens preservados nas políticas culturais sergipanas estavam ligadas às memórias de grupos dominantes e, por outro, o tema era por si só polêmico no estado. Porém, os intelectuais não eram os únicos interessados e relações com outros grupos podem ser percebidas.

O primeiro sinal de articulação entre atuação dos intelectuais, uso da imprensa e tentativa de preservação não custou a aparecer. No dia posterior ao *Incidente...*, uma indicação oficial de tombamento é enviada ao CEC-SE que, em caso de aprovação, seria direcionada à Secretaria de Cultura do estado para apreciação do governador de Sergipe, o responsável final pela oficialização de preservação. A indicação, amplamente baseada no alarmante editorial, é assinada pelo economista e membro do Conselho Luiz Fernando Ribeiro Soutelo. A abertura de pedidos por integrantes do órgão, conhecedores em potencial dos trâmites burocráticos, é relativamente comum. Contudo, a agilidade com que este foi aberto sugere que o assunto, sensível como era, vinha sendo ruminado pelo conselheiro e que parecia existir uma mínima articulação mobilizada nos bastidores entre demais grupos para se alcançar a finalidade. Na

---

<sup>190</sup> Cf. PASSOS, Lucas Santos; NASCIMENTO, Maíra Ielena. *Elite intelectual e patrimônio cultural no Conselho Estadual de Cultura de Sergipe*. In: **IV Seminário Internacional – Políticas Culturais – 16 a 18 de outubro/2013 (anais)**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Setor de Políticas Culturais.

justificativa, lemos o seguinte:

“Senhores Conselheiros,

Considerando os fatos evidenciados pelo editorial da GAZETA DE SERGIPE, em sua edição do dia 12 de maio corrente (cópia anexa), segundo o qual o proprietário da fazenda Angico ‘não permitiu que a Rede Globo fizesse reportagem’ (para uma série recentemente realizada e divulgada a nível nacional), negando ainda à filha de Lampeão a visita ao túmulo do seu pai;

Considerando que, ainda segundo informação do mesmo jornal, afirmara o proprietário da fazenda que ‘destruiria o antigo pouso do ‘Rei do Cangaco’;

Considerando que a ‘Gruta de Angico, por tudo o que representa para a história, a sociologia, o conhecimento do cenário onde viveu e morreu Lampeão, merece ser declarada de interesse cultural para fins de tombamento, preservando uma fase que não pode ser julgada pelo gosto e não gosto das pessoas, mas sim pela evidente contribuição ao estudo social do meio nordestino, com suas figuras, algumas ásperas e viris como o Virgulino Ferreira da Silva;

Considerando que, por disposição constitucional, cumpre ao Poder Público proteger os monumentos que possuem importância histórica, artística, etnográfica e paisagística, assim como os documentos de interesse cultural;

Considerando ser a Gruta de Angico um dos sinais evidenciais da História Social do Nordeste Brasileiro;

Indico ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através do Secretário de Estado da Educação e Cultura, a decretação do tombamento da Gruta de Angico como monumento de interesse histórico e paisagístico e, em caso especial, a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Cultura, em Aracaju, 13 de maio de 1982.

Luiz Fernando Ribeiro Soutelo - Conselheiro (grifo nosso) <sup>191</sup>

Nessa justificativa, a grande celeuma parecia sustentar raciocínio coerente para se preservar um ambiente marcado pela passagem de figuras que eles próprios consideravam como “ásperas”, apesar de serem “viris”. Todavia, o argumento do “interesse cultural” do local praticamente não é desenvolvido e figura em tom de imposição ao se afirmar que o tombamento poderia “preservar uma fase que não pode ser julgada pelo gosto e não gosto das pessoas” auxiliando assim com a “evidente contribuição ao estudo social do meio nordestino”. O mais importante é perceber como a Grota vai deixando de ser simplesmente um lugar de morte de cangaceiros para ser valorada como um lugar representativo da “História Social do Nordeste Brasileiro”.

<sup>191</sup> Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC-SE). *Op. Cit.*, p. 2.

No CEC, o pedido de tombamento entra em pauta de análise e passa por algumas alterações no seu argumento. Depois de dois meses da indicação, os integrantes do Conselho “batem o martelo” a favor do pedido. No parecer, escrito pela acadêmica conselheira Maria Thetis Nunes, que apresenta um posicionamento favorável, existem duas modificações significativas. Enquanto a primeira lança considerações sociológicas, a segunda aponta impactos negativos do avanço econômico no lugar:

está o cangaceirismo intrinsecamente ligado a uma fase da evolução do Nordeste brasileiro, devendo ser visto como um fato social, e na definição de Manuel Bomfim, ‘como reação mórbida, se quiserem, mas inevitável, numa população forte, e quem a ordem normal nenhuma possibilidade oferece de boa atividade social e política’. (...) que a possibilidade de desenvolvimento econômico que se vem processando no Nordeste brasileiro venha a apagar o cenário onde se desenrolou o cangaceirismo e, assim, dificultando a compreensão desse fenômeno pelos estudiosos. (grifo nosso)<sup>192</sup>

A justificativa do parecer indica que os conselheiros buscaram refinar cientificamente os argumentos anteriores, pois pareciam explicar, mas não justificar de forma convincente a preservação do polêmico local diante do proprietário do local, da opinião pública e dos responsáveis pela efetiva decisão. Por um lado, a ideia de que Angico representa uma “fase que não pode ser julgada pelo gosto ou não gosto” é lapidada ao se colocar que o “cangaceirismo” deve ser entendido como “fato social da evolução do Nordeste brasileiro” e as qualificações “ásperos” e “viris” atribuídas aos cangaceiros são incrementadas pela afirmação de que o cangaço é “reação enferma” e “inevitável de uma população forte” que carece de “boa atividade política e social”. Por outro lado, pontua-se que a “destruição” da Gruta poderia vir de investimento econômico na área que a impactasse negativamente.

Depois dessas modificações, a indicação de tombamento é enviada no dia 16 de julho para Antonio Manoel de Carvalho Dantas, o Secretário do Estado de Educação e Cultura, que, após apreciação, deveria repassá-la ao governador Djenal Tavares Queiroz. A recepção do documento, entretanto, parece não ter encontrado o eco que os conselheiros do CEC almejavam. Pela ausência de uma resposta oficial no processo, pode-se conjecturar que o pedido encontrou algum tipo de objeção. A constatação ajuda a relativizar o pedido de tombamento colocado como necessidade de primeira ordem. Outras sensibilidades patrimoniais estavam em jogo. Mas isso não quer dizer que a atuação dos intelectuais não tenha alcançado repercussão em outros cenários culturais, até porque eles não eram os únicos interessados no assunto.

---

<sup>192</sup> *Id*, p. 5-7. A citação dentro da justificativa é do intelectual sergipano Manoel Bonfim, presente em sua obra *Brasil Nação*, publicada em 1931.

Defronte às memórias difíceis, podem surgir muitas indagações e as necessidades de preservação não alcançam facilmente o consenso preciso entre as partes oficialmente responsáveis. O debate pode ser alongado por mais tempo do que o vislumbrado. Foi o que aconteceu com o pedido de preservação da Gruta, que só voltou a ganhar espaço em outra circunstância: nas comemorações do cinquentenário de morte de Lampião, em 1988.

Nesse segundo momento, marcado pela redemocratização do país, houve uma reanimação do debate. Com isso, o cinquentenário da morte do cangaceiro transformou-se em importante espaço de discussão das demandas em torno da memória do cangaço. No município de Poço Redondo, a gestão do então prefeito Alcino Alves da Costa, descendente de ex-cangaceiro, foi igualmente importante nessa alçada por ter investido, sobretudo, na pauta do tombamento da Gruta de Angico.<sup>193</sup> O fato de Lampião ter sido morto na localidade fez com que os eventos sergipanos tivessem mais intensidade do que em outros estados nordestinos, visto que alguns não chegaram nem a promover evento com caráter oficial.

No evento em Poço Redondo, o programa comemorativo oficial congregou-se em torno do “I Simpósio Regional sobre o Cangaço: 50 anos da chacina de Angico (1938 - 1988)”, realizado nos dias 26, 27 e 28 de julho de 1988, no mercado municipal da cidade. A programação, incentivada pela prefeitura, contou com palestras de professores do departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), exibição de filmes, apresentação artística de grupos folclóricos e divulgação de materiais com informações sobre o fenômeno do cangaço que circulam entre sua presença em Sergipe, a trajetória de Lampião do nascimento à morte, os combates entre cangaceiros e volantes, curiosidades e algumas frases de efeito do tipo: “homem nenhum nasceu para ser pisado”.<sup>194</sup>

A participação social foi ampliada. Os variados grupos envolvidos, que não se restringiam à seara da intelectualidade, manifestaram suas opiniões sobre o tema, tais como alguns empreendedores da memória que colocaram em pauta seus projetos. Por ser um local propenso à alteração, certamente suscitou inúmeras polêmicas. No decorrer do evento, um ato específico, que parecia sintetizar parte dos assuntos que mais tentavam promover, chama atenção. No caso, os organizadores apresentaram, no dia 27 de julho, uma carta pública intitulado *Carta do Angico*. Vejamos o seu conteúdo:

Por ocasião da visita à GRUTA DE ANGICO, cenário fatídico da tragédia cangaceiresca, nós participantes do 1º SIMPÓSIO REGIONAL SOBRE O CANGAÇO, evento alusivo às comemorações do CINQUENTENÁRIO DA

---

<sup>193</sup> Alcino Alves da Costa foi prefeito por três vezes, entre meados de 1960 e fim de 1980.

<sup>194</sup> Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC-SE). *op. cit.*, p. 65-72.

CHACINA DO ANGICO, vimos de público reivindicar das Autoridades competentes a desapropriação e o tombamento do sítio geográfico da Gruta de Angico pelo inestimável valor histórico que esse pequeno espaço físico (encravado no Município de POÇO REDONDO no Sertão sergipano) representa para toda a coletividade do Nordeste.

Aproveitamos a efeméride do Cinquentenário da Chacina do Angico para proclamar POÇO REDONDO – A CAPITAL NACIONAL DO CANGAÇO!

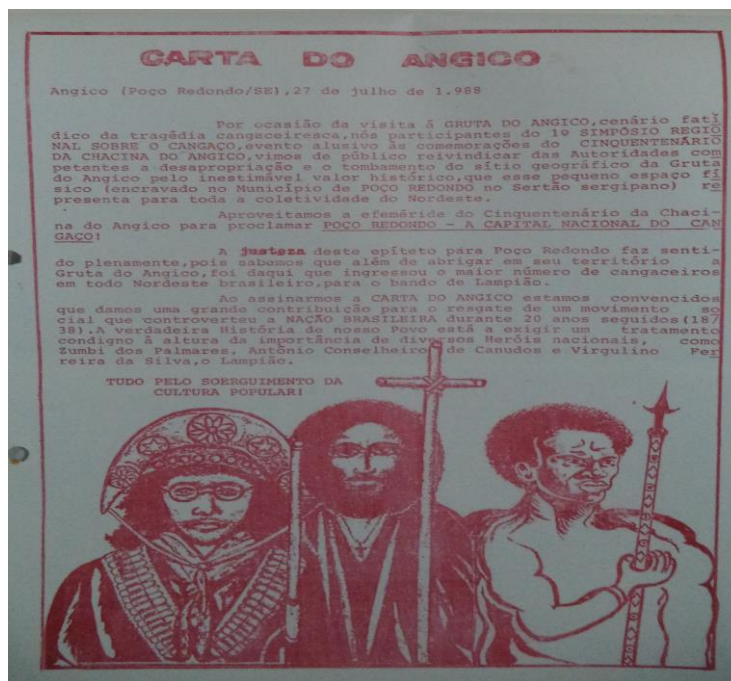
A justeza deste epíteto para Poço Redondo faz sentido plenamente, pois sabemos que além de abrigar em seu território a Gruta de Angico, foi daqui que ingressou o maior número de cangaceiros em todo Nordeste brasileiro, para o bando de Lampião.

Ao assinarmos a CARTA DO ANGICO estamos convencidos que damos uma grande contribuição para o resgate de um movimento social que controverteu a NAÇÃO BRASILEIRA durante 20 anos seguidos. A verdadeira História de nosso Povo está a exigir um tratamento condigno à altura da importância de diversos Heróis nacionais, Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro de Canudos e Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião.

**TUDO PELO SOERGUMENTO DA CULTURA POPULAR!**

Angico (Poço Redondo/SE), 27 de julho de 1988 (grifo sublinhado nosso)<sup>195</sup>

Figura 6 - “Carta do Angico”



Fonte: Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural de Sergipe (SUBPAC-SE)

A *Carta do Angico*, em sua intervenção direta nos debates sobre a difícil memória

<sup>195</sup> *Id.*, p. 89.



do cangaço, pontua uma série de justificativas para o tombamento do local. Dessa ação, destaca-se a materialização dos discursos com intento de expansão para além do evento e a clareza do escrito para formação de uma mensagem objetiva que pudesse atingir diferentes segmentos sociais, dos eruditos responsáveis pelo tombamento aos populares que poderiam apoiar a iniciativa. O interessante da carta panfletária é que revela não meramente posições tomadas, mas as razões pelas quais as posições foram tomadas. Que motivava, então, os organizadores do evento?

Nessas comemorações, três aspectos centrais merecem destaque. O primeiro é acerca da valoração de Angico, pois, ao tratá-la como palco de uma “chacina”, desvela-se clara tentativa de transformar o local de morte em local de memória trágica num esforço de potencialização do dever de memória que parecia ser crucial para a justificativa do tombamento. O segundo é a apropriação da celebração em prol de afirmar orgulhosamente Poço Redondo como “capital nacional do cangaço”, não por ter sido o local onde Lampião morreu, mas por ter concedido muitos cangaceiros para o fenômeno, como forma de inserir-se fortemente na disputa com outras cidades nordestinas pelo espólio memorial do tema. O terceiro é a valorização da cultura popular em face da “nação brasileira” que instiga o enaltecimento de personagens com representações envoltas nos ares de “heróis nacionais”, como Zumbi dos Palmares, Antonio Conselheiro e Lampião.

Em conjunto, os três aspectos mostram os motivos da efeméride e o que se procurou demarcar como importante de ser lembrado e esquecido. As comemorações, ao serem vivenciadas enquanto espaços de convergência de interesses, foram igualmente importantes no estabelecimento de contatos que se desdobraram em discussão, proposição e efetivação de iniciativas memoriais. Um claro indício é que, no ano seguinte, em 1989, parte dos empreendedores que eram os organizadores do evento criaram o “Centro de Cultura Popular Zé Julião”, em 1989, uma associação cultural cujo objetivo é “estimular o resgate da autêntica cultura popular do Alto Sertão do Sergipe, com destaque ao resgate do Movimento Social do Cangaço”.<sup>196</sup>

O assunto, todavia, não deixou de ser polêmico. Como sinaliza Antonio Fernando de Araújo Sá, é “interessante observar que esta disputa tem uma evidente vinculação com a política local”. Para ilustrar a contenda, pode-se destacar, por um lado, a atuação de Manoel Dionízio da Cruz - militante sindical e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Sergipe, descendente da Família Félix (Júlio e Manoel Félix da Cruz), coiteiros

---

<sup>196</sup> *Id.*, p. 58-64. Um dos eventos realizados pelo Centro foi, em 1990, os 40 anos do fim do cangaço.

históricos de Lampião e seu bando - que busca “resgatar essa memória para fortalecer algumas lutas como a da reforma agrária”. Por outro, ressalta-se a liderança política de Ivan Rodrigues Rosa - filho de Durval Rodrigues Rosa, também coiteiro de Lampião, que, sob tortura, junto com seu irmão, Pedro de Cândido, levou a volante do tenente João Bezerra para dar cabo do bando de Lampião, na Gruta de Angico - “que tenta negligenciar a presença dos cangaceiros na região”.<sup>197</sup>

Mas, retornando às comemorações, que reascenderam o debate público da Gruta, o processo de tombamento adquiriu agilidade significativa entre 1988 e 1989. Nesse terceiro momento, os indícios de que dispomos permitem-nos suscitar algumas hipóteses sobre sua continuidade. A mais plausível é a de que a campanha pela preservação foi encampada basicamente por duas frentes que fizeram oficialmente pedidos de tombamento no segundo semestre de 1988 junto ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN).<sup>198</sup> Por um lado, temos o *processo nº 1284-T-88*, articulado por um grupo composto de membros do alto escalão da Rede Globo, que deu início ao projeto provavelmente na matriz do IPHAN no Rio de Janeiro. Por outro, temos o *processo nº 650 de 06/11/1988*, engendrado por membros da Secult-SE, que foi iniciado na 5ª Diretoria Regional do IPHAN em Sergipe.<sup>199</sup> A desarticulação entre os projetos sugere alguns conflitos, mas voltamos-nos apenas para as justificativas que usam para o tombamento.

O *processo nº 1284-T-88*, que teve envolvimento direto do jornalista baiano Edwaldo Pacote, assessor de direção da Rede Globo, foi aberto no máximo em setembro. De concreto, sabe-se que, em 27 de outubro, foi lançado um manifesto artístico ao Ministério da Cultura - assinado por cerca de 80 funcionários da Rede Globo, incluindo atores, jornalistas, publicitários, figurinistas e o então diretor da emissora José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, vice-presidente da emissora, que demonstrava apoio às famílias dos cangaceiros que vinham lutando pela preservação e pedia celeridade na concretização do tombamento. Dentre outros motivos, fica visível que o interesse da emissora parecia residir nas repercussões da produção da sua minissérie *Lampião e Maria Bonita*. Reivindicar a preservação da Gruta era uma forma de valorizar sua primeira minissérie histórica e celebrar seu poder de intervenção

<sup>197</sup> ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando de. **Combates entre história e memórias**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005, p. 300.

<sup>198</sup> “O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, ganhou outras nomenclaturas ao longo do tempo, tais como DPHAN e IPHAN, por ter se tornado respectivamente uma Diretoria e depois Instituto. Para fins didáticos, usaremos a sigla IPHAN, desconsiderando as sucessivas mudanças de nomenclatura”. Disponível em: <

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf)> Acesso em: 12 de jul. 2016.

<sup>199</sup> Nessa época, a Secretaria de Cultura de Sergipe estava integrada à Secretaria de Meio Ambiente, mas, para facilitar a compreensão textual, continuaremos tratando no texto apenas como Secult-SE.

cultural, já que o pedido de tombamento adveio pouco depois da sua exibição nacional.<sup>200</sup>

Já o *processo nº 650 de 06/11/1988*, de novembro, decorre de articulação da professora Aglaê Fontes de Alencar, então secretária da Secult-SE, órgão que era o competente por levar à frente o processo após os trabalhos do CEC. Destaca-se que, antes disso, em 13 de outubro de 1988, a professora havia enviado ofício solicitando a concretização do tombamento, antes que a Gruta fosse destruída, ao doutor Antonio Carlos Valadares, o Governador do Estado no período. O documento era assinado ainda por cerca de 40 funcionários de diversos setores da Secult-SE, pelo presidente da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) e por Vera Ferreira, neta de Lampião e Maria Bonita. O diferencial dos demais documentos é que a desapropriação também passa a ser vista como um elemento que permitiria um “fluxo turístico ao local” e que passaria a afirmar não apenas um valor histórico do local, mas um potencial ecológico da área para preservação. A articulação com o governador talvez tenha agilizado a abertura do referido processo em novembro.<sup>201</sup>

Há um elemento no processo que sustenta a afirmação da dupla movimentação direcionada à preservação. Trata-se de correspondência entre o governador de Sergipe e o ministro da cultura brasileira. No começo de fevereiro de 1989, o governador Valadares envia ofício ao ministro José Aparecido de Oliveira sinalizando seu apoio integral ao tombamento do que chama de “quartel general” do cangaço, pois era uma forma de dinamizar a própria política cultural do estado. A resposta veio no final do mês. Em tom cordial, o ministro aponta que considerava o processo sobre o “último reduto do cangaço” importante e que estava sob a devida análise. O governador possivelmente fazia referência ao pedido aberto pela Secult-SE, mas o ministro responde mencionando a iniciativa dos funcionários da Globo. A propósito, ressalta-se que, após tomar conhecimento do contato entre os políticos, Edwaldo Pacote envia fax para a professora Aglaê Fontes queixando-se dessa desarticulação que talvez tivesse retardado o processo.<sup>202</sup>

Desse embate, interessa notar que as ações paralelas fortaleceram a reivindicação, apesar das mobilizações para preservação em nível federal, o tombamento da Gruta não foi concretizado em tal esfera. Esse desfecho não parece ter sido, entretanto, efeito de desarticulação entre os grupos que estimulavam a proteção, mas de falta de concordância mínima acerca da representatividade do local para ser preservado em esfera federal. Na esfera estadual a ressonância foi diferente. A Secult-SE, que vinha passando por redemocratização

---

<sup>200</sup> Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC-SE). *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>201</sup> *Id.*, p. 46.

<sup>202</sup> *Id.*, p. 24, 34 e 35.

em suas políticas culturais e reconhecendo memórias antes relegadas <sup>203</sup>, decide por tomba a Gruta em nível estadual como patrimônio histórico-cultural, pela então recém Constituição Estadual de Sergipe, de 5 de outubro de 1989. A ação envolveu igualmente a preservação de outros bens relativos ao cangaço. No seu artigo 229, consta que “ficam tombados todos os documentos referentes ao cangaço e o sítio histórico da Gruta de Angico, localizada no município de Poço Redondo”. <sup>204</sup>

Em síntese, o processo de tombamento da Gruta teve três momentos fundamentais. No primeiro momento, começo da década de 1980, após a repercussão do seriado *Lampião e Maria Bonita*, os intelectuais do CEC tentam legitimar a demanda de preservação do local defronte às várias polêmicas que a circundam, através de discurso científico, ao postularem importância sociológica para se entender uma fase controversa da história nordestina. No segundo momento, final da década de 1980, com as comemorações ao cinquentenário de morte de Lampião, os empreendedores da memória de Poço Redondo trazem à superfície justificativa mais pragmática que visava extrair lição desse passado que forjam como traumático, logo, com maior capacidade de negociar os conflitos para viabilizar um tombamento. No terceiro momento, em específico no ano de 1989, logo após o referido cinquentenário, os funcionários da Rede Globo e os membros da Secult-SE têm papel destacado na contenda jurídica pela preservação e, apesar de não terem alcançado proteção federal, corroboraram para o tombamento estadual que veio posteriormente. Destarte, o interesse variado pela memória do cangaço foi estimulado à medida que se reivindicava o tombamento do local pelo seu dito valor nordestino e se tentava minar as objeções à ação preservacionista. Enquanto instrumento revestido de poder sacralizador, o tombamento costuma envolver os bens que protege em áurea mítica. A maioria dos envolvidos considera que a memória cangaceira é significativa na temporalidade nordestina, mas os conflitos em torno do pretense valor são extensos. Uma forma de vislumbrá-los é perceber representações que se sobressaem em cada iniciativa.

Para alguns que reivindicavam a preservação, o proprietário da fazenda onde fica Angico dizia que ela “nada tinha de cultural”, talvez para evitar qualquer alvoroço em sua propriedade, sugerindo que os cangaceiros não mereciam atenção dessa qualidade. Em contrapartida, esses mesmos sujeitos, que lançavam mão de retórica da destruição com frequência por dizerem que o proprietário iria implodir a Gruta a qualquer momento, afirmavam seu valor aproveitando para pontuar que se tratava de um “antigo pouso do rei do

---

<sup>203</sup> O Terreiro dos Filhos de Obá, Laranjeiras, foi tombado em 1988.

<sup>204</sup> Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC-SE). *op. cit.*, p. 73 e 74.

cangaço”, provavelmente para driblar contendas da trajetória bandoleira que vinham à pauta nos debates, dando a entender que os cangaceiros usavam-na para descanso.

Os intelectuais ligados à Secult-SE, que foram instigados a responder as demandas da preservação, passaram a usar justificativa científica do “valor histórico nordestino da Gruta” destacando que era fundamental para o estudo da região e apontando que os cangaceiros eram uma “reação enferma, porém necessária a uma população forte, desprovida de boa política social”. Os empreendedores da memória de Poço Redondo, que traziam justificativas com natureza dita popular e com maior capacidade de negociar conflitos por buscarem extrair lição de um passado que forjavam como traumático, afirmavam que o local teria sido “palco de uma verdadeira chacina”, sugerindo que os cangaceiros foram injustiçados e, não obstante, tinham propensão a justiceiros, já que teriam lutado contra desmandos. Os funcionários da Globo, que se envolveram, sobretudo, por conta da valorização que era dada às produções culturais em torno do fenômeno, diziam que a Gruta teria sido “cenário de uma violenta epopeia” protagonizada pelos cangaceiros, o que não poderia deixar de ser destacado publicamente.

Para o citado governador de Sergipe, que se comprometeu com o assunto e viu nele uma forma de qualificar a política cultural sergipana, a Gruta teria sido o “quartel general” do cangaço, associando de certa maneira os cangaceiros àqueles soldados que, pela labuta empregada em suas atividades profissionais, merecem reconhecimento. Em resposta à sua manifestação de apoio ao tombamento, o ministro da cultura brasileira, que sinaliza entender a demanda tentando se manter o mais imparcial possível, mostra que a Gruta foi o “último reduto do cangaço”, retirando implicitamente o revestimento oficialesco que essas outras valorações traziam aos cangaceiros.

\*\*\*

O movimento de ressignificação da memória do cangaço decorre de fatores que circulam entre desejo de tradição, dever de memória e consumo cultural. O fortalecimento da cultura mnemônica na cena pública da região nordestina acontece principalmente no período do cinquentenário de morte do cangaceiro Lampião. A análise das (con)fusões da memória no período evidenciam que elas parecem ser fruto de um passado que não quer passar nordestino por carregarem constantemente em seu bojo um dilema específico - lembrar ou esquecer? Por isso, as ressignificações nordestinas da memória cangaceira desvelam uma multiplicidade de combates pelas suas formas de significação na temporalidade nordestina, seja entre nordestinos e os “outros” ou entre “eles” próprios.

Particularmente, o processo de “tombamento da Gruta de Angico” é significativo

porque salienta vários acordos e conflitos entre instituições, grupos e indivíduos, uma vez que o tema é bastante sensível. A partir dos imbróglis destacados, nota-se como o martírio pelos cangaceiros tem peso considerável nas negociações de conflitos da memória, talvez porque o sentimento do sofrimento tende a unir mais do que o sentimento da alegria. As ações promovidas pelo Centro de Cultura Popular Zé Julião elucidam a situação, pois seus efeitos são criações de encargos de responsabilidade pelo passado que incentivam lembranças para que experiências semelhantes não vinguem.

Desse cenário surgiu uma série de atribuições de valores a locais, bens e práticas que parecem convergir em direção à construção direta ou indireta de um patrimônio cultural nordestino reivindicado, dissonante e contestado. O patrimônio é reivindicado porque, ao emergir de vozes alternativas à memória instituída, suscita valorações que se distanciam da definição tradicional de herança cultural; dissonante porque há grande dissenso em torno do seu valor na temporalidade nordestina, seja em contestação ao seu valor enquanto elemento identitário nordestino ou por falta de acordo quanto a algumas valorações que, embora não rompam a ligação de identidade, são impugnados porque se chocam com certas identidades nordestinas cristalizadas; e contestado porque há questionamentos à tal vinculação identitária entre o fenômeno e a região.

As reflexões são instigantes porque servem de ponto de partida para continuarmos analisando demais questões ao longo do tempo e no desdobramento do espaço.

### 2.3. Memórias da “praça pública ao palácio”

Está claro que a gestação de uma questão pública é um processo que se desenvolve ao longo do tempo e que requer energia.

(Elizabeth Jelin)<sup>205</sup>

Em 19 de julho de 1982, dois meses após a exibição nacional da minissérie *Lampião e Maria Bonita*, que ampliou o interesse pela memória do cangaço no país, o jornal cearense *O Povo*, periódico de grande circulação, inicia uma série de reportagens acerca de polêmicas em torno do fenômeno. A série, assinada pelo jornalista Fenelon de Almeida, é baseada em depoimentos de testemunhas do cangaço colhidos durante suas viagens pelo Nordeste. Na primeira reportagem, o jornalista conta que “hoje virou moda falar em cangaço”, o que sugere desdobrar-se, muitas vezes, em pura “mentira”. Daí sua opção em ter saído “à procura de provas junto a diversas pessoas idôneas”, insinuando que o periódico seria

<sup>205</sup> JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A. 2002, p. 49.

capaz de levar mais “verdade” ao público.

A atuação do jornal O Povo, com suas muitas notícias, seus cadernos especiais e seus empreendimentos sobre o tema, é central para que se entendam as ressignificações cearenses da memória do cangaço. Partindo disso, levantamos as seguintes questões: como ocorreu a passagem dos cangaceiros pelo Ceará? Como a memória do cangaço foi preservada, transmitida e ressignificada na cena pública desse estado no tempo presente? Em que medida as comemorações ao cinquentenário de morte de Lampião, em 1988, interferem nesse processo? Como a análise dos jornais cearenses ajuda a entender o debate?

O objetivo desta parte é analisar a historicidade das vivências do fenômeno do cangaço no Ceará; perceber a ressignificação da memória do cangaço em território cearense, observando como o estado se insere no movimento nordestino responsável pelo seu fortalecimento; analisar como a imprensa cearense, sobretudo o jornal O Povo, em articulação com a Secretaria de Cultura do Ceará, participaram do processo de “empreendedorismo dessa memória”, no qual é possível perceber sua patrimonialização; e problematizar as várias (con)fusões de ações e representações da memória em jogo.

### 2.3.1. *O fenômeno do cangaço no Ceará*

No estado do Ceará, Lampião e demais cangaceiros de seu bando passaram, na década de 1920, por localidades interioranas situadas nas mesorregiões do Sul, Centro-Sul e Jaguaribe cearense. O cangaceiro, que era conhecedor de parte dessas fronteiras desde sua atuação no bando de Sinhô Pereira, seu primeiro chefe no cangaço, não “parece ter nutrido muito sentimento de aversão ao estado cearense se compararmos a sua vivência em outros estados da região nordestina”.<sup>206</sup> Sob os olhares de Virgulino, o estado foi, na maior parte das vezes, um território seguro em relação às perseguições sofridas em outros estados, visto que foi inclusive o lugar onde sua própria família chegou a residir por alguns anos; sagrado, pela devoção que mantinha ao Padre Cícero Romão Batista, liderança religiosa do município interiorano de Juazeiro do Norte - CE com extensa influência nas camadas mais populares da região nordestina; e estratégico, por ser um entreposto importante na rede de coiteiros que constituiu, os quais forneciam determinados suportes ligados ao esconderijo, descanso e rearmamento. Pelas características do fenômeno, contudo, seria precipitado considerar que tais fatores neutralizaram totalmente investidas bandoleiras pelas redondezas cearenses.

---

<sup>206</sup> Cf. FERREIRA NETO, Cicinato. **A misteriosa vida de Lampião**. Fortaleza: Premium, 2010. Embora o autor estruture seu livro pela perspectiva memorialista da história-cronológica, em detrimento da história-problema praticada na academia, o levantamento biográfico que realiza pode ajudar inicialmente no tema

Uma das maiores passagens de Lampião no Cariri cearense ocorreu no início de 1926 por ocasião de convite recebido para integrar os “Batalhões Patrióticos” do estado que eram formados nacionalmente para conter o avanço da “Coluna Prestes”, sobretudo, pelos sertões do Nordeste brasileiro. Na República Velha, cuja estrutura política sustentava-se na atuação de oligarquias, a Coluna foi a insurgência mais extensa do tenentismo, que passou a caracterizar-se pela proposição de reformas políticas. No início, o combate à Coluna foi feito por tropas governamentais, mas, como o Exército não tinha estrutura suficiente para combatê-la nesse tipo de guerra em movimento, o Governo Federal, através do Presidente Arthur Bernardes, concedeu autonomia para que os governantes dos próprios estados cuidassem da situação que viam como um problema. Foi dessa necessidade que surgiram esses “Batalhões, espécies de milícias mercenárias arregimentadas por oligarcas regionais, que auxiliavam as forças regulares no combate à Coluna”.<sup>207</sup>

Na época, o estado cearense era governado pelo político José Moreira da Rocha, vinculado ao partido conservador da Oligarquia Accioly, que dominou a política cearense por vários anos. As principais forças estaduais viam a Coluna como um perigo iminente. Em torno da mobilização anti-Coluna, organizaram-se membros do exército, policiais estaduais, oligarcas, jagunços e civis que atuaram no campo armado e político-ideológico.<sup>208</sup> Embora o alerta tenha sido geral, a maior preocupação veio dos chefes políticos do sertão do Cariri cearense, uma vez que essa região estava territorialmente mais propensa à investida. O deputado federal Floro Bartolomeu, que era próximo de Padre Cícero, maior liderança política da região, foi um dos encarregados oficiais da defesa.

O convite a Lampião para integrar o “Batalhão Patriótico” cearense, o qual foi aceito pelo cangaceiro e o fez ir a Juazeiro do Norte, é motivo de grande polêmica. Percebe-se, por um lado, que Floro Bartolomeu não chegou a encontrá-lo, pois havia partido para o Rio de Janeiro a fim de cuidar de uma doença que acabou levando-o a óbito nesse período, e, por outro, que a existência de um encontro entre o cangaceiro e Padre Cícero é igualmente controversa. No caso, sabe-se que Lampião chegou a receber uma patente de Capitão do Batalhão pelas mãos de um funcionário público que disse posteriormente ter agido em nome do Padre. Após algum tempo, contudo, a patente mostrou-se sem nenhum valor oficial, o que

---

<sup>207</sup> Cf: LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins. *Tenentismo e crises políticas na Primeira República*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano 1: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 314 – 350.

<sup>208</sup> Cf: OLIVEIRA, Alex de. **Representações da passagem da Coluna Prestes no sertão cearense**. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza, Universidade do Estado do Ceará (UECE), 2011.



permitiu se criar a hipótese de que a concessão fictícia da patente teria sido uma estratégia para se contornar o embaraço criado pelo convite ao cangaceiro.<sup>209</sup>

Na estadia em terras do interior cearense, Lampião concedeu uma das únicas entrevistas de que se tem notícia, a qual foi publicada no Jornal *O Ceará*, periódico da capital do estado, em 17 de março de 1926.<sup>210</sup> “A concessão fictícia da patente de capitão ao cangaceiro marcou sua trajetória na vida pública” e, por mais que o fascínio em torno do cangaço tenha sido criado por meios como a literatura de cordel, “Lampião teve a particularidade de saber jogar com a imprensa”, bem como “com todos os registros do visual para magnificar a vida que levava com seu grupo e transmitir a imagem de um bandido rico e poderoso, que amava essa vida e, mais que tudo, a liberdade”.<sup>211</sup> Por vários motivos, o fim do fenômeno do cangaço não significou seu esquecimento nesse estado.

### 2.3.2. *As ressignificações cearenses*

Nos estados da região nordestina, as cidades sertanejas que partilham a herança da passagem dos cangaceiros tiveram em seus territórios uma série de iniciativas responsáveis pela sobrevivência da memória do cangaço. No tempo presente, com a redemocratização brasileira, os trabalhos mnemônicos do fenômeno ganharam mais visibilidade no cenário público em função de fatores diversos, tais como o desejo de legitimar a própria história da cidade, a proposição de novos debates para se extrair lição desse passado controverso e a vontade de apropriações de consumo por iniciativas públicas e privadas. Simultaneamente, os fatores dão todo sentido à ideia de que “Lampião é a marca que identifica, ressignifica e vende o Nordeste”. Nesse processo, em que cada cidade organiza a memória cangaceira nas temporalidades nordestinas para redefinir suas identidades, diversas representações do cangaço são forjadas, contestadas e negociadas.

No município de Juazeiro do Norte-CE, algumas iniciativas que contemplam essa memória são perceptíveis, como as que circulam a revitalização da tipografia “Lira Nordestina” (1988), a constituição do “Centro de Cultura Popular Mestre Noza” (1983) e a criação da “Fundação Memorial Padre Cícero” (1988) que, por serem centros de convergência cultural entre artistas populares, intelectuais e diferentes interessados na cultura nordestina, possibilitam sua transmissão mnemônica, mesmo que de forma indireta. No caso, uma

---

<sup>209</sup> Sobre o episódio da patente, ver: GRUSPAN, Elise Jasmin. **Lampião, senhor do sertão: vidas e mortes de um cangaceiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

<sup>210</sup> A entrevista foi realizada pelo médico Otacílio Macêdo, na cidade do Crato-CE.

<sup>211</sup> GRUSPAN, *op. cit.*, p. 95 e 115.

imagem recorrente é a de Juazeiro do Norte como lugar onde Lampião recebeu a “Patente de Capitão do Batalhão Patriótico” cearense, que teria sido concedida por Padre Cícero. Em torno do polêmico assunto, existem diversas disputas. Assim, há os que afirmam que o Padre não teria feito o convite a Lampião, não teria se encontrado com o cangaceiro e muito menos teria entregue patente de capitão; os que creem que o Padre teria conferido uma patente fictícia através de terceiros apenas para se livrar do problema causado pelo convite feito por Floro Bartolomeu; e os que sustentam que o Padre teria se encontrado com Lampião e aproveitado a ocasião para pedi-lo que saísse do cangaço.

Na busca de compreender o fortalecimento dessa memória na cena pública, torna-se necessário perceber como certas “governanças” - união de entidade pública e parceiro privado - passaram a se apropriar do tema em suas práticas de empreendedorismo, já que é uma forma de notar quais foram os “empreendedores da memória” que tornaram-na uma pauta pública recorrente.<sup>212</sup> Observa-se que, em Juazeiro do Norte, diferente de outras cidades interioranas nordestinas que se apropriaram da memória cangaceira, promovendo até construção de museus específicos para o fenômeno, não houve investimentos com a mesma envergadura, talvez porque foram dirigidos para alguém por quem os juazeirenses tinham demasiado apreço, o Padre Cícero.

As pesquisas acerca da sobrevivência do cangaço na memória em território cearense, contudo, não precisam se restringir aos lugares por onde os cangaceiros passaram. Demais investigações podem trazer perspectivas diferentes sobre como a sociedade lida com esse “passado que não passa” nordestino. No decorrer do estudo, notamos que um dos maiores empreendimentos veio da capital cearense através da gestão de uma governança específica que foi intensamente responsável pela consolidação do tema na cena pública tanto no interior quanto na capital, visto que há uma integração entre as duas áreas. A citada governança é formada pela principal entidade cultural do estado, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE), e um parceiro privado, o Grupo de Comunicação jornal O Povo. Para compreender sua formação, traremos algumas observações acerca da historicidade das políticas culturais cearenses em suas relações com o cangaço.

A Secult-CE foi criada no ano de 1966. Inicialmente, os intelectuais que a geriam interessavam-se por peculiaridades culturais relacionadas “à tradição dos homens das letras

---

<sup>212</sup> Cf. HARVEY, David. *Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio*. In: \_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 163 – 191.

cearenses”<sup>213</sup>, portanto, ações de preservação da memória cangaceira passaram ao largo da atuação nos seus primeiros anos. No meado da década de 1970, quando houve uma virada institucional nos trabalhos da Secretaria em função da criação do Centro de Referência Cultural do Ceará - CERES, percebem-se mudanças na valoração do tema. O CERES, enquanto núcleo de pesquisa, estudo e registro da memória da cultura tradicional popular cearense, atuante sobretudo no Cariri cearense, envolveu-se em preservação do saber-fazer de artistas populares e de seus respectivos trabalhos - artesanatos, folhetos de cordel, festas e folguedos populares - que ocasionou conservações transversais da memória do cangaço, por ser um tema recorrente em tais manifestações.<sup>214</sup> Todavia, o fortalecimento dessa memória na cena pública aconteceu ao longo da década de 1990 em virtude da reestruturação nas políticas culturais gestada pelo autodenominado “Governo das Mudanças”, que apropriou-se da cultura com a intenção de modernizar a imagem do Estado e reforçar sua economia no mercado globalizado, pois foi nessa esteira que houve financiamento substancial de filmes, exposições e livros do cangaço.

O “Governo das Mudanças” no Ceará teve diferentes fases. Entre os anos de 1987 e 2002, os governadores foram os políticos Tasso Jereissati (1987-1990 / 1995-2002) e Ciro Gomes (1991-1994). No momento analisado, a Secult-CE teve como secretários/as, respectivamente, Barros Pinho (1988), Violeta Arraes (1988-1990), Augusto Pontes (1991-1992) e Paulo Linhares (1993-1998). Alexandre Barbalho, em estudo sobre a modernização da cultura cearense, comenta que “em um primeiro momento, o governo Tasso não percebeu o papel que a área cultural poderia desempenhar no projeto de se estabelecer a imagem de Ceará Moderno”. Contudo, houve valorização posterior da área no projeto mudancista:

Quando isso ocorreu, ou seja, quando se compreendeu a capacidade da cultura em agregar valores de distinção, ela passou a receber atenção nunca antes vista no Ceará. Tal relacionamento se fortificou quando a cultura foi vista também como um setor que podia reforçar o desenvolvimento econômico do estado; que podia ser agregada ao processo de modernização, inclusive assumindo um papel de ponta, afinado às principais linhas de força da economia global: a informação e a comunicação.<sup>215</sup>

A reestruturação do lugar da cultura nas políticas públicas cearenses foi gradual.

<sup>213</sup> Cf. OLIVEIRA, Israel Carvalho de. **Entre a cultura e o espírito: domínios da intelectualidade cearense na política cultural (1966 - 1980)**. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2014.

<sup>214</sup> Cf. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; RAMOS FILHO, Vagner Silva. *Intelectuais, Patrimônio e o Centro de Referência Cultural do Ceará – CERES*. In: SCHIAVON, Carmem G. Burgert; PELEGRINI, Sandra de Cássia A. (Org.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

<sup>215</sup> BARBALHO, Alexandre. **A modernização da cultura. Políticas para o Audiovisual nos Governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (Ceará, 1987 - 1998)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005, p. 49.

Uma das culminâncias ocorreu na gestão de Paulo Linhares com a implementação do Plano de Desenvolvimento Cultural (1995-1996). Diferentemente das “políticas de balcão”, desenvolvidas sem planejamento prévio, o plano “estabelecia estratégias gerais para a atuação da Secult-CE, bem como seus objetivos específicos e táticas a serem utilizadas”. Basicamente, tentava-se implementar política de criação de uma “indústria cultural cearense que deveria modernizar o campo cultural local, inserindo-o no global, e, ao mesmo tempo, criar um efeito de imagem - efeito este que diferenciaria o projeto político cultural cearense”. Dessa reestruturação, gestou-se o expansivo financiamento de algumas ações, megaeventos e construções de destaque na seara cultural, como a Bienal Internacional do Livro, o Cine Ceará (o Festival Ibero-americano de Cinema) e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.<sup>216</sup>

Para a concretização dos projetos, as parcerias com o setor privado, mediadas através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura (nº 12-464/1995), foram imprescindíveis. A Lei Jereissati, como ficou conhecida, mobilizou a classe empresarial local para investir na cultura utilizando argumentos práticos, como propor uma dedução de até 2% do Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) aos contribuintes que financiassem os projetos estatais, mas valendo-se igualmente de argumentos simbólicos, através de materiais de divulgação repletos de frases de efeito que buscavam legitimar a ideia de que a “cultura é um bom negócio”, como: “Menos imposto, mais cultura; A arte de pagar menos imposto, usando apenas a lei; Muita gente entrou pra história ajudando a arte e a cultura. Agora, você pode ganhar dinheiro fazendo o mesmo”.<sup>217</sup>

A maioria dos empresários, os quais eram comparados com os mecenas da época do “renascimento”, financiadores de obras reconhecidas mundialmente, comprou a ideia. No conjunto de parceiros privados, figura o Grupo de Comunicação O Povo. Embora não apareça explicitamente na lista dos mais altos investidores, o grupo tem papel crucial no circuito por ser uma empresa alinhada aos setores interessados e atuar como espaço de convergência, divulgação e legitimação de projetos de desenvolvimento econômico via cultura.<sup>218</sup>

Os projetos culturais incentivados pela Lei Jereissati contemplavam diversas áreas. Dividiam-se em: 1. Música; 2. Artes Cênicas; 3. Fotografia, Cinema e Vídeo; 4. Literatura, inclusive de cordel; 5. Artes Plásticas e Gráficas; 6. Artesanato e Folclore; 7. Pesquisa Cultural ou Artística; 8. Patrimônio Histórico e Artístico; 9. Filatelia e Numismática;

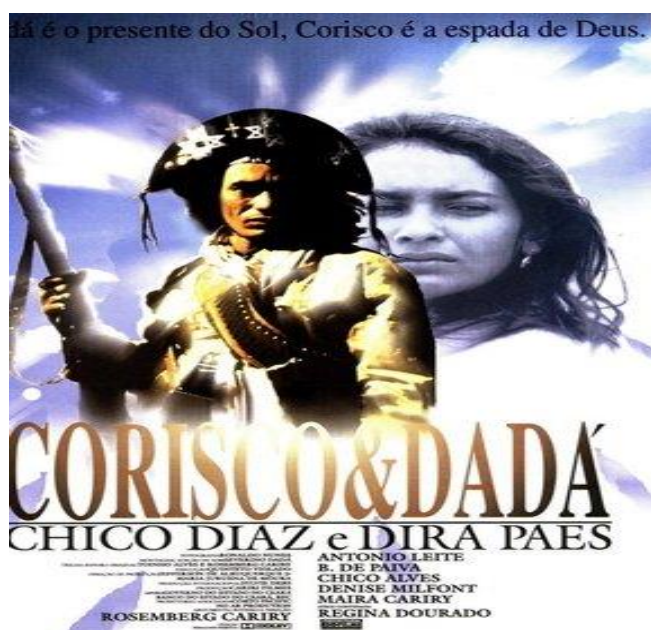
<sup>216</sup> *Id.*, p. 115, 209 e 269.

<sup>217</sup> *Cf. Material de divulgação da Lei Jereissati.* In: Arquivo Público do Estado do Ceará - Intermediário (AINT-CE). Fundo Secretaria de Cultura. Caixa - Diversos (1986 – 1996).

<sup>218</sup> *Cf. ALEXANDRE DA SILVA, Marcos Flávio. A política de incentivo à cultura no Ceará a partir da Lei Jereissati.* Dissertação de mestrado em Políticas Públicas e Sociedades. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2005.

10. Editoração de Publicações. Entretanto, o setor que recebeu os maiores investimentos foi a indústria audiovisual, por ser vista como “setor de ponta da indústria do século que se avizinhava, mercado que será pela economia da informação e comunicação”.<sup>219</sup> No eixo de criação, produção e divulgação do audiovisual previsto nos planos de desenvolvimento, um dos primeiros filmes contemplados foi *Corisco e Dadá* (1996), do cineasta cearense Rosenberg Cariry, que visava retratar a trajetória dos referidos cangaceiros.<sup>220</sup>

Figura 7 - Filme “Corisco e Dadá”



Fonte: Rosenberg Cariry

Foi nesse contexto que a memória do cangaço fortaleceu-se no cenário público cearense e o estado entrou na disputa não tanto pelo seu legado mnemônico entre as cidades nordestinas, mas pela sua apropriação transversal como fonte impulsionadora de investimentos públicos e privados. Baseado no mapeamento elaborado, em que foi possível ter noção de alguns marcos dessa cultura mnemônica no cenário público, propomo-nos a realizar adiante uma micro discussão para problematizar esse processo de ressignificação da memória do cangaço na temporalidade nordestina. Para tanto, analisamos particularmente a atuação de uma instituição privada que, ao longo dos anos, tornou-se um dos empreendedores cearenses mais significativos do assunto no tempo presente: o jornal O Povo.

<sup>219</sup> BARBALHO, Alexandre. *op. cit.*, p. 269.

<sup>220</sup> O cineasta, que já tinha em seu currículo o *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* (1986), documentário sobre a comunidade religiosa do cariri cearense liderada pelo Beato José Lourenço, e *A Saga do Guerreiro Alumioso* (1993), ficção que retrata os conflitos pela posse de terra em parte através do aposentado Genésio que inspira-se nos tempos de Lampião, concentrava seus esforços em *Corisco e Dadá* (1996), que se propunha a narrar a trajetória desses referidos cangaceiros, sua terceira produção em torno da temática.

### 2.3.3. *A imprensa, o cangaço e a base editorial*

Na imprensa cearense do tempo presente, os dois jornais de maior circulação são O Povo e Diário do Nordeste. Nesta parte, interessa entender como esses periódicos vão se fazendo ao longo do tempo em relação à memória do cangaço, analisando aspectos de linhas editoriais e notando singularidades de cada contexto. A proposta fundamental é compreender a historicidade dos jornais em suas constituições políticas e sociais, sobretudo, após a redemocratização, quando a grande imprensa procurou alinhar-se aos princípios ditos modernos no mundo contemporâneo vinculados à globalização, democracia e consumismo, o que implica analisar sua própria materialidade.

Para tanto, importa perceber o funcionamento do seu projeto gráfico, relativo à organização de conteúdo nas diversas partes e seções no interior do periódico, bem como a sua produção e distribuição, que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação constituídas.<sup>221</sup> Convém atentar que as capas e primeiras páginas funcionam como vitrine da publicação indicando ênfase em determinados temas; as partes e cadernos propõem diferenciação de ângulos na abordagem dos conteúdos; os cadernos especiais e suplementos indicam a emergência de campos temáticos; as edições comemorativas indicam movimentos explícitos de produção de memórias; as seções diversas como editoriais, parte noticiosa e reportagens, artigos da redação, carta de leitores e anúncios denotam articulação específica dos conteúdos ao projeto gráfico/editorial; as colunas fixas assinadas geralmente identificam a recorrência de uma ótica e privilégio de pautas; as manchetes, colunas e legendas organizam e destacam o conteúdo. A questão colocada é notar que todas essas engrenagens propõem uma maneira de ler - orientando, mediando e controlando abordagens - associada à linha editorial do periódico. Por isso a ideia de que o seu dito pluralismo é mais de opinião do que de fato.<sup>222</sup>

O itinerário da análise demanda resposta para algumas indagações: qual a historicidade dos periódicos cearenses? Quais as correlações sociais e políticas que os envolvem e como são suas relações com outras instituições, sobretudo, a Secult-CE? Como aconteceu a reestruturação de suas linhas editoriais no tempo presente? Em quais partes, cadernos e editorias o tema do cangaço costuma aparecer na década de 1980 e 1990? Como fazer para analisá-los especificamente no trabalho?

O jornal O Povo foi fundado em 1928 por Demócrito Rocha. O periódico,

---

<sup>221</sup> FARIA CRUZ, Heloisa de & CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. In: **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>222</sup> *Ibid*, p. 262.

vinculado à Fundação Demócrito Rocha e pertencente ao Grupo de Comunicação O Povo, é um dos mais antigos e de maior circulação no estado cearense. Ao longo dos anos, passou por diferentes linhas editoriais e a com maior incidência no tempo presente veio de reestruturação gestada no final da década de 1980 em sintonia com a formulação da sua Carta de Princípios de 1989. Destaca-se a visão construída sobre certos princípios, tais como: “Regionalidade” - defesa das aspirações e dos valores da região, prolongamento maior da nacionalidade, (...) bem como o combate ao subdesenvolvimento para a consolidação de um pacto federativo justo e harmonioso; “Cultura e Educação” - representação de valores solidários e indissociáveis na construção de uma sociedade moderna, com a consolidação da consciência crítica e da cidadania; “Modernidade” - importante em um processo contínuo de renovação das formas de pensar e de agir, intensificadas com os anseios e as aspirações da sociedade, como o respeito indispensável pelas opiniões sobre os fatos e as ideias. O jornal teve outra importante mudança editorial em 1997, quando instituiu o Conselho de Leitores, formado por representantes da sociedade civil, com intenção de promover ambiente no qual avaliações, críticas e sugestões de pautas pudessem acontecer.<sup>223</sup>

Depois dessas reestruturações, a composição do jornal seguiu amplamente a seguinte organização gráfica: Caderno A - Política, Nacional, Opinião, Polícia, Esportes, Internacional; Caderno B - Vida e Arte; Caderno D - Economia; Caderno E - Ciências e Saúde. Nos assuntos culturais, cabe sinalizar que o antigo Segundo Caderno passou a ser o “Vida e Arte”, formado para praticar um “jornalismo cultural de reportagem com investigação dinâmica e inteligente”. Para os finais de semana, conta com o suplemento cultural “Sábado”, destinado a “matérias que trazem perfis, lançamentos ou tendências da literatura no país e no mundo, no qual se busca mostrar tanto o ponto de vista do acadêmico quanto a opinião de pessoas que não passaram pela Universidade”. Na maior parte das vezes, o cangaço aparece nas páginas de cultura. Além disso, ressalta-se que, no meado dos anos 1990, o jornal se aproximou bastante da Secult-CE em função das leis de incentivo à cultura, o que teve impacto na forma de o periódico abordar o cangaço.

O jornal Diário do Nordeste foi fundado em 1981 por Edson Queiroz. O periódico, que integra o conglomerado de empresas Sistema Verdes Mares, pertencente ao Grupo Edson Queiroz, tornou-se um dos jornais com maior circulação do estado atualmente e

---

<sup>223</sup> Cf. ANTUNES, Gibson. **Guia de Redação e Estilo**. [1998] 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. Este livro trata das concepções editoriais que fundamentam o dito jornal; RIBEIRO, Regina (org.). **O Povo 80 anos**. Fortaleza: Grupo de Comunicação O Povo, 2008.

um dos grandes concorrentes do O Povo.<sup>224</sup> Sua diferença é que traz maior abordagem do interior através de sucursais em vários municípios cearenses e algumas em outros estados nordestinos. Após a reestruturação de sua linha editorial no tempo presente, a composição gráfica passou a ter basicamente o seguinte padrão: 1º Caderno: Chamadas, Opinião, Política, Nacional, Internacional, Interior, Economia; Grande Fortaleza: Reportagem, Cidade, Bairros, Polícia, Esporte; Caderno 3: Reportagem, Roteiro, Sociedade, Literatura, Variedades, Televisão. Os assuntos culturais, que antes ficavam no Segundo Caderno, passam para o Caderno 3, cujo subtítulo é “Estilo de Vida, Cultura e Lazer”. Nos finais de semana, distribui o suplemento cultural chamado “Cultura”. O tema do cangaço costuma aparecer nas páginas culturais, mas também pode figurar na editoria do Interior com abordagem mais crítica ao assunto. Apesar de divulgar alguns projetos estatais, não tem tanta vinculação com a Secult-CE, pelo menos em relação às ações ligadas ao cangaço.

A seguir interessa se atentar a operação midiográfica em cena para perceber como os jornais informam acontecimentos ao mesmo tempo em que formam significado para a memória do cangaço referente à temporalidade nordestina, notando particularmente como suas bases editoriais são construídas acerca do tema. Para tanto, abordamos três momentos que consideramos importantes a partir das matérias do O Povo e do Diário do Nordeste: no momento do seriado *Lampião e Maria Bonita*, através da série de reportagens *Lampião agora é mito* (1982) e da notícia *Cozinheira de Lampião* (1982); no momento do cinquentenário de morte, por meio da notícia *Lampião - luz da revolta social* (1988) e da notícia *Pesquisador revela face cruel de Lampião* (1988); no momento da reestruturação das políticas culturais cearenses, com o dossiê *Lampião: o mito do bandido e do herói cangaceiro* (1993) e a notícia *Livro desmistifica lendas do cangaço* (1995).

\*\*\*

No terço final do século XX, diversas memórias do cangaço, anteriormente silenciadas, chegam ao conhecimento público. Na imprensa, o assunto costuma despontar nos periódicos por conta de publicações de livros, exibição de filmes, exposições artísticas e entrevistas com ex-cangaceiros, familiares, sertanejos, artistas, intelectuais. No começo da década de 1980, a exibição nacional da minissérie histórica *Lampião e Maria Bonita*, entre 26 de abril e 5 de maio de 1982, pela Rede Globo de televisão, expandiu significativamente o

---

<sup>224</sup> Cf. *Marco na imprensa cearense*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 de dezembro 2006. Disponível no link: <http://diarionordeste.verdesmares.com.br/marco-na-imprensa-cearense-1.345825>. Acesso em 29 de maio de 2016.



interesse pelo tema em vários lugares do país.<sup>225</sup> No período, os jornais apresentaram-no concedendo espaço para a valoração de determinadas memórias. As notícias *A cozinheira de Lampião* (1982), do Diário do Nordeste, e *Lampião agora é mito* (1982), do O Povo, são os indícios selecionados para a reflexão.

O recém-criado Diário do Nordeste produziu matérias com caráter mais esporádico. Foi o caso de *A Cozinheira de Lampião*, publicada na sessão Variedades, em 4 de fevereiro de 1982. Embora tenha sido publicada antes da exibição da minissérie, a notícia interessa-nos à medida que ajuda a vislumbrar o contexto. A matéria é sobre a idosa Quitéria Guimarães, natural do interior de Pernambuco, que diz ter sido a cozinheira predileta de Lampião na fazenda de um dos seus coiteiros. O jornal apresenta-lhe da seguinte forma:

Cega de um olho e com uma das pernas paralisada, em razão de doença reumática, com 70 anos, Quitéria Guimarães de Araújo é dona de um cérebro privilegiado. Com esta idade lembra-se nos mínimos detalhes de vários momentos que passou atendendo Lampião e seu bando. (grifo nosso)

226

Nesse trecho, a memória da testemunha do cangaço, que teria se encontrado poucas vezes com Lampião, é valorada como importante para conhecer variadas características do fenômeno. O caso não era isolado. Em quase todo lugar, parecia existir alguém com uma memória para contar e alguém com interesse em escutar. No entanto, alguns consideravam que tais memórias não passavam de falácias produzidas para aparecer na mídia. Pode-se dizer que esse foi um dos fatores que levou o jornal O Povo a produzir uma série de reportagens que tinha o sugestivo título de *Lampião Agora é Mito*.

A série de reportagens *Lampião...*, produzida pelo jornalista Fenelon Almeida, que trabalhava no departamento de pesquisa da instituição, tinha intenção de apresentar uma narrativa que pudesse esclarecer temas polêmicos acerca do assunto. Foi publicada semanalmente entre 19 de julho e 27 de setembro de 1982 no seu Segundo Caderno e em periódicos de outros estados nordestinos. A série foi dividida em 11 partes que se desdobravam em informações sobre o cangaço, os cangaceiros, os lugares por onde os bandoleiros passaram e a apropriação dessa memória por diferentes indivíduos. Na primeira reportagem, relata-se como o assunto estava figurando em diferentes ambientes sociais e parte das citadas polêmicas:

Hoje, é moda falar em cangaceiro. Lampião e Maria Bonita estão sendo

<sup>225</sup> SILVA, Aguinaldo. **Lampião e Maria Bonita**, ficção, minissérie da Rede Globo de Televisão, 1982.

<sup>226</sup> *A cozinheira de Lampião*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 4 de fevereiro 1982. Caderno B, Variedade, p. 28

novamente levados ao noticiário da imprensa e da radiofonia, não com a mesma intensidade de outros tempos, mas com a vantagem de entrevistas ao vivo e seriados na televisão. O cordel e a música popular, depois de muitos anos de silêncio, também voltaram a focalizar o passado de Lampião e seus comparsas, contando em versos não mais as diabruras, as maldades e as perversidades, os assaltos e as depredações praticados pelos ‘facínoras’, pelos ‘celerados’ de antigamente, mas, sim, narrando, hoje, os feitos ‘heroicos’ de tenentes e capitães do cangaço (...). (grifo nosso)<sup>227</sup>

Diante da guinada memorial, apresentar um parecer que fosse legítimo perante a opinião pública requeria investimento. O interesse do jornal nessa cruzada parece ter sido incitado tanto por Fenelon de Almeida, que já havia realizado reportagens menores sobre o tema com repercussão positiva e tinha publicado recentemente livro sobre o cangaceiro conhecido como Jararaca, quanto pela instituição, que, observando essa situação, talvez tenha percebido que uma investida bem-sucedida poderia trazer-lhe credibilidade de periódico confiável em nível local e regional. Nessa diligência, Fenelon afirmava que as questões não deveriam “encerrar-se com simples afirmativas e meros desmentidos, ficando o leitor, o ouvinte e o espectador mergulhados em curiosidades e afogados em dúvidas, sem saber em quem acreditar (...)”. Para contornar isso, disse o seguinte:

(...) saí à procura de provas e tentei encontrá-las junto a diversas pessoas idôneas. Estive em Juazeiro, Crato e Barbalha, no Ceará; fui a Picos e a Valença, no Piauí, onde encontrei Ezequiel; estendi viagem até a cidade de Salvador, Bahia, onde conversei longamente com Dadá, ex-cangaceira, viúva de Corisco, lugar-tenente de Lampião, por mim considerada a Enciclopédia Viva do cangaço no Nordeste. (grifo nosso)<sup>228</sup>

O jornalista tentava se legitimar dizendo que as viagens feitas pelo Nordeste tinham possibilitado contato com informantes “confiáveis”. Nesse procedimento, também se valora bastante uma memória viva, a da ex-cangaceira Dadá, pois, ao ser uma remanescente do grupo, teria respaldo para “solucionar” polêmicas, daí ser vista como “Enciclopédia Viva do cangaço”. Sugeria-se com essa “retórica testemunhal” que, diferente de outras pessoas, a cangaceira só falava a verdade. Mesmo assim, sabemos que ela própria não estava totalmente imune às novas imagens do cangaço que estavam em circulação, já que as reconstruções da memória trazem indissolivelmente consigo as marcas do presente de quem narra.

Nesse momento, em meio às demandas do assunto que vão ganhando o espaço público, os jornais privilegiam memórias de indivíduos que teriam vivido o acontecimento, com destaque para os ex-cangaceiros, na busca de diferenciar o que é verdade e mentira como

<sup>227</sup> ALMEIDA, Fenelon. *Lampião agora é mito: Parte I - Falar em cangaço também virou moda*. **O Povo**, Fortaleza, 19 de julho 1982. Caderno 2, p. 1b.

<sup>228</sup> *Id.*

forma de se legitimarem perante a opinião pública. Contudo, outras grandes iniciativas memoriais, como essa do O Povo, não são mais vistas, possivelmente por não ter existido demanda tão extensa quanto a surgida com a exibição da minissérie *Lampião e Maria Bonita*. Para continuar o estudo, levantamos outra indagação: como os jornais cearenses teriam se posicionado diante do cinquentenário de morte de Lampião em 1988?

No embalo da redemocratização, aconteceram algumas iniciativas em torno do cinquentenário de morte de Lampião no estado do Ceará. Particularmente, temos notícias de uma Jornada Cultural realizada no Cariri cearense, na recém-criada Universidade Regional do Cariri (URCA), entre 28 de julho e 9 de agosto de 1988.<sup>229</sup> Organizada pela própria URCA, o evento contou com uma programação que tinha basicamente duas frentes. Por um lado, foram montadas exposições de objetos do cangaço, livros, cordéis, fotografias e projeção de filmes e, por outro, abriu-se espaço para debates diversos com estudiosos do assunto, memorialistas, antropólogos e cientistas sociais.<sup>230</sup>

No cinquentenário, os jornais cearenses informaram tais acontecimentos, mas as notícias que chamam atenção não são necessariamente sobre esses eventos. No caso, tratam-se de *Lampião: a luz da revolta social*, do O Povo, e *Pesquisador cearense relata face cruel de Lampião*, do Diário do Nordeste, que foram publicadas no dia exato do cinquentenário da morte de Lampião, em 28 de julho de 1988. As notícias são redigidas com clara intenção de formar opinião pública sobre o cangaceiro e, pela contraposição de seus títulos, a divergência da abordagem é nítida. Essas visões antagônicas mostram como o fortalecimento da cultura mnemônica no período estava rodeado de conflitos.

A primeira notícia destacada, escrita por Humberto Pinho Sobreira, no Segundo Caderno do O Povo, insinua saudosismo por Lampião, que aparece como luz orientadora de revoltas sociais. Na narrativa, o jornalista tenta contemplá-lo para além da “versão oficial”, por julgar que ela “sempre depende das testemunhas dominantes e do escrivão que está dando plantão na delegacia da História”, asseverando que “vale a pena conhecer também um pouco algumas facetas às vezes de caráter popular da vida de Lampião”. No final da matéria, após descrever a trajetória de Lampião destacando suas táticas de combate, escreve que:

Ao driblar as cercas da existência, no deserto das caatingas, como o ‘progresso’ da indústria da seca, Lampião parece ainda vivo na literatura de cordel, onde muitas vezes é feita analogia à figura de Napoleão, que pertencia à Europa civilizada, e fez destruições em cidades e só falam dele

<sup>229</sup> No cariri cearense ficam os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

<sup>230</sup> QUEZADO, Rozanne. *Conferência encerra jornada sobre Lampião*. **O Povo**, Fortaleza, 12 de agosto de 1988. p. 20.

como herói. Portanto, por que não se estudar também a figura de Lampião – verdadeira luz de revolta social nordestina? (grifo nosso) <sup>231</sup>

Na intenção de legitimar a importância do cangaceiro, o jornalista associa-o ao imperador francês Napoleão Bonaparte, tratado como um herói no mundo “civilizado”. Nativa da literatura de cordel, a analogia é usada pelo jornalista para estender essa valorização no meio público e validar a indagação lançada ao final - “por que não estudar Lampião como luz de revolta social nordestina?” Em contrapartida, a segunda notícia destacada, escrita por Antônio Vicelmo, na seção Variedades do Diário do Nordeste, enfatiza sentimento de indignação com o cangaceiro, afirmando que muitos o estavam aclamando como “bandido social, espécie de Robin Hood que tomava dos ricos para distribuir com os pobres”. A narrativa, que destaca uma obra memorialista ainda em fase de escrita pelo médico Magérbio de Lucena e o representante comercial Hilário Lucetti, usa as afirmações da entrevista realizada com os autores para consolidar pergunta que está no centro da notícia: “Lampião: um facínora que reaparece como herói?”. Daí surgem perspectivas bem distintas:

“Lampião não pode ser analisado como símbolo do nordestino sofrido, injustiçado, sem-terra, que encontra na violência um meio de sobrevivência (...) Esperamos que, no cinquentenário da morte de Virgulino, nossos filhos não o tenham nunca como um exemplo a ser seguido. Que os sem-terra não o tenham como uma bandeira de luta contra os latifundiários, que os miseráveis não o tenham como símbolo de luta contra os poderosos, que a história não termine por transformá-lo num herói nacional em detrimento de pessoas santas que dedicaram suas vidas ao bem e à paz”. (grifo nosso) <sup>232</sup>

Em comparação com as notícias precedentes, percebe-se que os jornais não se posicionam simplesmente para valorar ou rechaçar memórias na busca substancial de diferenciar verdade e mentira do fenômeno. No cinquentenário, ao se debruçarem sobre apropriações da memória feitas por diferentes grupos sociais, tentam mobilizar a opinião pública demarcando o que deve ser prioritariamente estudado e relegado, lembrado e esquecido, homenageado e criticado. Além disso, as notícias são bem circunstanciais, pois não há nenhum tipo de continuidade com as notícias anteriores e qualquer participação em projeto ampliado de empreendedorismo em torno do tema. Destarte, caberia indagar: como esses jornais teriam se posicionado na reestruturação das políticas culturais cearenses ao longo da década de 1990?

A metade da década de 1990, devido à reestruturação das políticas públicas

<sup>231</sup> PINHEIRO, Humberto. *Lampião: a luz da revolta social*. **O Povo**, Fortaleza, Caderno 2, 28 jul. 1988.

<sup>232</sup> VICELMO, Antonio. *Pesquisador cearense relata a face cruel de Lampião*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 28 de julho de 1988. Segundo Caderno, Variedades, p. 6.

culturais, é fundamental para entendermos o lugar da memória do cangaço na cena pública. Nesse período, grande parte das notícias na imprensa cearense sobre o tema relaciona-se à película *Corisco e Dadá*, que recebia tanto investimento financeiro da Secult-CE, quanto apoio simbólico dos periódicos.<sup>233</sup> Mas, em geral, nota-se mudança enfática na abordagem de suas linhas editoriais, decorrente de fatores internos, haja vista a mudança editorial que gerou editorias específicas para a cultura, e de fatores externos, dada a articulação entre a Secretaria e o empresariado gestor dos jornais. Trata-se de momento em que apresentam uma forma peculiar de tratar o cangaço através da cultura e, em particular, O Povo torna-se empreendedor da memória desse fenômeno. Evidentemente, as dissonâncias não sumiram.

Duas publicações são sintomas da mudança editorial por trazerem discussões que retomam pontos de produções precedentes e/ou baseiam posteriores. Por um lado, o jornal O Povo, através da editoria Vida e Arte, produz uma série de cadernos especiais, comemorativos e dossiês com abordagem cultural semelhante, cujo primeiro publicado no formato, o dossiê *Lampião: o mito do bandido e do herói* (1993), é significativo. Por outro lado, percebe-se que o Diário do Nordeste também enfatiza a temática culturalista através do Caderno 3 - Estilo de Vida, Cultura e Lazer -, mas nota-se conflito nos materiais que aparecem no 1º Caderno - Interior -, por costumarem abordar o fenômeno ressaltando vivências de crueldades, como acontece com a notícia *Livro desmistifica lendas do cangaço* (1995). Baseado nisso, questiona-se: como essas mudanças incidiram no fortalecimento da cultura da memória? Para elucidá-lo, temos que aprofundar o contexto de produção das notícias.

O dossiê do O Povo *Lampião: o mito do bandido e do herói* (1993), organizado por Cláudia Albuquerque, responsável pela editoria do Vida e Arte, faz parte do caderno cultural “Sábado”. Centralmente, a proposta foi convocar “teóricos para desvendar o mito do herói e bandido que alimenta o imaginário popular nordestino”. Convém sinalizar que, para exemplificar esse imaginário, escreve-se uma nota sobre um cearense de Juazeiro do Norte, João Ferreira da Silva, mais conhecido como João Peitudo, que dizia ser filho de Lampião. Ademais, os teóricos convidados são intelectuais de diferentes áreas da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Gilmar de Carvalho, professor de Comunicação Social; Régis Lopes, professor de História; e Daniel Lins, professor de Filosofia. Diante do extenso “campo minado onde se debatem as várias faces & fases do mito”, eles foram instigados a cooperar com a demarcação da “exata posição do cangaço na história nordestina”.

---

<sup>233</sup> As notícias abordam o filme através de conteúdos que passam por entrevistas com os produtores da película, escolha dos atores convidados, preparativos para filmagens, material utilizado para ambientação histórica e demais formas de divulgação perante o público.

A relação de um desses intelectuais com a instituição é crucial para compreender como o jornal *O Povo* vai se fazendo enquanto empreendedor da memória do cangaço. Trata-se do professor Daniel Lins. Sem perder o enfoque, vejamos um pouco da constituição desse processo. O intelectual, que estava como docente convidado da UFC, recebe destacada atenção na publicação. Isso está associado ao reconhecimento da sua extensa formação intelectual - filosofia, sociologia e psicanálise - e a determinados interesses do jornal, haja vista que ele foi convidado para matérias posteriores. Para entender o caso, comecemos pela análise do próprio dossiê *Lampião*.... Na abertura, o texto “Rei do Cangaço vira objeto de teses na Europa” nota como essa era a situação do pernambucano Daniel Lins, recém-chegado à UFC, que tinha ido para a França na década de 1970. Ressalta-se que ele teria iniciado suas pesquisas sobre o cangaço na metade da década de 1980, as quais se desdobraram na tese de doutorado “Imaginário da Ordem e da Violência no Brasil - estudo de um caso: Lampião e o Cangaço”, defendida na Universidade de Paris VII, no sítio histórico da Sorbonne, em 1990. Ademais, faz-se entrevista com o intelectual, na qual é incentivado a relatar motivações para a pesquisa, formas de abordagem do assunto e intenções. Inicialmente, Lins diz que, “como toda criança nordestina, tinha imaginário de Lampião” e que isso levá-lo-ia a trabalhar o “sertão, o Nordeste e a memória oral dos sertanejos”. Depois, revela:

Parti para uma leitura antropológica, sociológica e até certo ponto psicanalítica do fenômeno Lampião. Cheguei à conclusão de que, quando falamos de Lampião, não falamos de um ser humano, mas de um fenômeno. O homem não existe. Lampião foi uma figura emblemática, tratada o tempo todo como mito, inclusive pelos militares (...). A minha tentativa não foi a de resgatar Lampião, porque não se resgata nada e eu evito essa palavra. Foi sobretudo tirar Lampião da praça pública e levá-lo ao palácio (...). (grifo nosso)<sup>234</sup>

O propósito de “tirar Lampião da praça pública e levá-lo ao palácio” chama atenção. No caso, o intelectual trata da sua trajetória, uma vez que teria levado o assunto sertanejo para ser estudado em uma reconhecida universidade francesa. O destaque é realizado porque, por um lado, um intuito semelhante, mas com finalidade diferente, também passa a atrair o jornal *O Povo* e, por outro, porque Daniel Lins teve participação nesse deslocamento. Claramente, a reestruturação da linha editorial sobre o cangaço na instituição foi demarcada na relação entre demanda social e atuação institucional ao longo dos anos.<sup>235</sup>

<sup>234</sup> CARVALHO, Eleuda. *Dossiê Lampião*. *O Povo*, Fortaleza, 11 dez. 1993. Vida & Arte, p. 4, 7 e 8b.

<sup>235</sup> Para citar apenas os que apareceram nas notícias analisadas, destacam-se os jornalistas Felton de Almeida, Humberto Pinho Sobreira e Eleuda de Carvalho, assim como os professores Daniel Lins, Gilmar de Carvalho e Regis Lopes.

Mas, nesse momento, fica claro que o intelectual foi um dos principais articuladores da ligação entre a universidade, o governo e a instituição.

Daniel Lins chega à UFC como docente convidado em 1994, tornando-se logo em seguida professor efetivo e, pouco tempo depois, integrante de outras instituições. Em 1995, o intelectual torna-se articulista do jornal *O Povo* a convite da família Dummar, que preside a instituição e, em 1996, integra-se à coordenação de editoração da *Secult-CE*, que, na época, estava sob chefia de seu contemporâneo na Universidade de Paris, o secretário Paulo Linhares.<sup>236</sup> Os respectivos convites associam-se tanto ao reconhecimento da sua ampliada rede de estudos, que lhe concedia legitimidade no campo cultural, quanto aos interesses das entidades em se modernizarem através da cultura. Com a inserção nessa governança, que vinha valorizando o tema do cangaço por motivos empreendedores, abre-se a possibilidade de novamente “tirar Lampião da praça pública e levá-lo ao palácio”. Metaforicamente, a transição está ligada à legitimação dessa memória no quadro público estatal.

Um dos maiores indícios dessa reestruturação da política cultural cearense é a pioneira exposição exclusiva do tema intitulada “Cangaço - Ética e Estética”, realizada no Centro Cultural do Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado, em maio de 1995. Promovida pela *Secult-CE*, com parte da curadoria de Daniel Lins, a exibição visava “retratar a vida no período do cangaço”. Essa mostra, que trazia materiais oriundos de diferentes acervos públicos e privados, teve um alto investimento se compararmos com outras do período. Literalmente, o cangaço tinha chegado ao “Palácio”, mas por motivos pragmáticos. No projeto da exposição, a justificativa é clara: “aproveitar o gancho do filme *Corisco e Dadá*, do cineasta Rosemberg Cariry, cujas cotas serão lançadas na inauguração da mostra. A mostra exibirá ainda vários vídeos sobre o assunto, além de livros e músicas”. Por isso que, além de a exposição reunir objetos diversos, fotografias e obras artísticas do cangaço, contava tanto com objetos que iam desde autênticos fuzis, bacamartes e punhais até réplicas de bornais, moringas, cartucheiras, sandálias currulepe do cangaço, quanto com figurinos, adereços e acessórios criados para o filme.<sup>237</sup>

---

<sup>236</sup> Em 1990, ano em que Daniel Lins finaliza seu doutorado na Universidade de Paris VII, Paulo Linhares inicia seu mestrado na Universidade de Paris V, em Antropologia comparada.

<sup>237</sup> A exposição teve financiamento de 10 mil reais, o que possibilitou montá-la com as coleções particulares de Frederico Pernambucano de Melo, José Rimbar Lopes, Graziela Barroso, Gilmar de Carvalho e Peregrina Capelo Cavalcante, bem como com acervos do Museu Histórico do Crato, Museu do Ceará, Aba Film e Cariri Reproduções. Na gama de projetos da *Secult-CE* referentes à exposição, outras financiadas no ano foram: “As Caras do Ano” – exposição fotográfica de personalidades da revista *Caras* – 6 mil reais; “Albrecht Durer e Gravadores Cearenses” – exposição do artista Albrecht Durer com participação de gravadores cearenses – 5 mil reais; exposição comemorativa da “Comissão Científica de Exploração 130 anos depois” – 30 mil reais; “Cartier Bresson” – exposição com obras do fotógrafo francês Cartier Bresson – 4 mil e 500 reais. In: Arquivo Público do

No período, os jornais fazem cobertura similar da exposição destacando as articulações realizadas para a montagem, a proposta central do projeto e as intenções do curador Daniel Lins - “mostrar o lado humano do ‘herói de mil facetas’”.<sup>238</sup> Menciona-se como o intelectual “lamenta que a figura não seja tão valorizada no país quanto é internacionalmente”, o que decorreria do “medo de assumir que a cultura do pobre é, na verdade, riquíssima, e do fato de isso ir contra o discurso oficial da história”. Sinaliza que “para se entender o lado humano da violência é preciso transcender a história linear, o que não é tão fácil”. Por sua vez, Lins buscou transgredir ressaltando aspectos éticos e estéticos que apontam como as roupas, os acessórios e os utensílios do cangaço “têm um estilo próprio”, algo constatado pelas fotos que revelam uma “beleza nobre, elegante e agreste”, assim como pelos hábitos que Lampião tinha “de se vestir de modo elegante, possuir coleção de joias, decorar armas com moedas de ouro, perfumar-se com marcas francesas como ‘fleur d’Amour’ e beber whisky”. Para além desse aspecto, ressalta outros relacionados ao combate:

A estética do cangaço é um capítulo à parte, que bem simboliza a contradição entre o que é contado pelos livros de história e a realidade. ‘Se prestarmos atenção ao vestuário dos cangaceiros, notaremos uma arte quase aristocrática. Lampião era um exímio artesão (...) Então, a ideia de pobreza do cangaço defendida na história oficial não corresponde com a verdade’. (...) E, se a violência do cangaço fascina porque passa pelo belo, também atrai simpatizantes por intrínsecos códigos de ética (...) Lampião e bando atemorizavam mais pela tal ética de honra que ia contra a moral burguesa e as relações de dominantes de poder que propriamente pela violência instaurada. (grifo nosso)<sup>239</sup>

Partindo dessas premissas, cuja publicação do O Povo, através do Vida e Arte, com o dossiê *Lampião*, é sintomática da abordagem cultural do tema, ressalta-se que, na contramão desse tipo de matéria, temos uma linha dissonante no Diário do Nordeste que se manifesta por meio da editoria Interior indicando outras facetas do fenômeno. Diferentemente das valorações suscitadas na exposição “Cangaço - Ética e Estética”, a notícia não assinada *Livro desmistifica lendas do cangaço* (1995), baseada no livro que estava em produção por dois memorialistas, o médico Magérbio de Lucena e o representante comercial Hilário

---

Estado do Ceará - Intermediário (AINT-CE). Fundo Secult, **Investimento em regime de execução especial – prestação de contas**, 1995, caixa 49.

<sup>238</sup> Sobre a exposição, ver: GALVÃO, Lucia Helena. *Elegância no Cangaço*. O Povo, Fortaleza, 8 de maio 1995. Vida & Arte, p. 1b. & PAULA, Ethel de. *Cangaço: Ética e Estética*. Diário do Nordeste, Fortaleza, 2 de maio 1995. Caderno 3, Variedades, p. 7.

<sup>239</sup> PAULA, Ethel de. *op. cit.*



Lucetti, destacam o lado cruel de Virgulino.<sup>240</sup> Sobre a moral dos cangaceiros suscitada na mostra, relacionada às mulheres sertanejas, é apontado que:

A moral de Lampião (...) era de acordo com sua conveniência: exigia respeito pela honra das donzelas e senhoras casadas quando desejava causar boa impressão à comunidade. Em se tratando de filha de coiteiro ou algum amigo rico, redobrava-se em zelo, chegando mesmo a matar alguns de seus cangaceiros quando estes atentavam contra a honra das pessoas sob a sua proteção. Com a gente miúda, das caatingas, a coisa era diferente. Os defloramentos e as surras eram frequentes (...). (grifo nosso)<sup>241</sup>

A peculiaridade notada dos periódicos no momento de reestruturação foi o de buscar entender o imaginário do fenômeno igualmente a partir de debates com intelectuais, pesquisadores e especialistas no assunto. Percebe-se especificamente como o jornal O Povo acabou tornando-se maior divulgador de projetos estatais ligados à cultura, por conta das articulações políticas advindas da longevidade de atuação na cena pública. Mesmo que a instituição demonstrasse interesse no cangaço antes disso, parece ser apenas nessa ocasião que se coloca como um empreendedor de sua memória por torná-lo um tema recorrente, uma bandeira editorial e uma questão pública. Atitude relacionada ao seu projeto editorial de modernização que aproveitou para se apropriar de tema que foi tornando-se capital nos projetos da política cultural cearense. Mas, como vimos, enfrenta resistência de certas linhas editoriais do Diário do Nordeste que questiona, às vezes, essa abordagem cultural do tema.

Em suma, analisando os três momentos destacados, nota-se que os jornais O Povo e Diário do Nordeste vão se fazendo em relação ao cangaço a partir de demandas específicas, na busca de intervenção na agenda social, pela formação de opinião pública e por legitimidade defronte o assunto. Embora as peculiaridades se entrecruzem, é possível destacar algumas ações que se sobressaem. No primeiro momento, com o “boom da memória” cangaceira advindo com a minissérie *Lampião e Maria Bonita* no começo dos anos 1980, os jornalistas operam valoração de memórias vivas, sobretudo de ex-cangaceiros, para tentar diferenciar o que acreditavam serem verdade e mentira. No segundo momento, com o cinquentenário de morte de Lampião, em 1988, houve preocupação latente dos jornalistas em refletir sobre apropriações de grupos que demarcavam o que deve ser lembrando e esquecido. No terceiro momento, com a reestruturação das linhas editoriais dos seus cadernos culturais e

<sup>240</sup> Enquanto a maioria das matérias do O Povo tem a presença dominante de certos intelectuais nos anos 1990, a exemplo do professor Daniel Lins, algumas matérias do Diário do Nordeste trazem os memorialistas Magérbio de Lucena e Hilário Lucetti, que inclusive tiveram a produção de sua obra destacada em notícia do cinquentenário de morte do cangaceiro Lampião.

<sup>241</sup> *Livro desmitifica lendas do cangaço. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 18 de junho 1995. 1º Caderno, Interior, p. 16.

das mudanças nas políticas culturais engendradas pela Secult-CE, sobretudo, no meio dos anos 1990, há maior clivagem na angulação da abordagem. Isso faz com que os jornalistas passem a dividir a cena com intelectuais, especialistas e técnicos no assunto. Particularmente, o jornal O Povo torna-se empreendedor da memória do cangaço, enquanto o Diário parece sinalizar mais críticas ao tema devido à sua proximidade com cidades interioranas que conservaram ressentimentos com o tema, mas também como efeito dos empreendimentos do concorrente. Importante enfatizar que a base editorial formada nesse último momento tem larga incidência na postura dos periódicos sobre o assunto no tempo presente.

Para compreender outros acordos e disputas, interessa problematizar as representações do fenômeno no processo de ressignificação da memória do cangaço na temporalidade nordestina através dos jornais. Dentre as várias publicações, escolhemos aquelas sintomáticas da reestruturação das linhas editoriais respectivamente do O Povo e do Diário do Nordeste - o dossiê *Lampião...* (1993) e a notícia *Livro desmistifica...* (1995). Nesse sentido, a orientação do dossiê é um mote instigante, já que seus convidados foram incitados a “demarcar a exata posição do cangaço na história nordestina”, permitindo-nos pensar variados estratos temporais. Nas publicações, deparamo-nos com diferentes caminhos.

Por um lado, há o caminho extremo. Enquanto o dito filho de Lampião, João Peitudo <sup>242</sup>, aparece como alguém que vislumbra os cangaceiros como justiceiros e com importância inegável na história da região, os memorialistas Magérbio de Lucena e Hilário Lucetti têm constantemente sua obra em fase de escrita tomada para ressaltar facetas cruéis dos cangaceiros e afirmar que tais cultos são prejudiciais a novas gerações que estão conhecendo a história regional. Por outro lado, vemos caminho alternativo. Os intelectuais

---

<sup>242</sup> A questão de João Ferreira da Silva, mais conhecido por João Peitudo, merece um estudo à parte. É um dos sujeitos que mais aparece no debate público da década de 1980 e 1990 e um dos que menos aparece na década de 2000. Embora a análise da sua experiência não esteja no escopo central da pesquisa, convém fazer alguns comentários para que a sua intrigante situação não passe tão despercebida, o que também ajuda a entender muitas das problemáticas levantadas nesse estudo. Depois de muita polêmica envolvendo o dito João Peitudo e os filhos considerados legítimos de Lampião e Maria Bonita, descobriram, através de exame de DNA, que ele poderia ser filho de Lampião. A prova científica, no entanto, não foi capaz de fazer com que fosse visto de forma mais séria pela maioria dos interessados no cangaço. Os motivos são muitos, mas aqui destacamos dois possíveis. Por um lado, o fato de alguns ex-cangaceiros, sobretudo Dadá, vista como uma “guardiã da memória do cangaço”, terem dito, por muito tempo, que ele não passava de uma fraude porque sabia que Maria Bonita não o tinha concebido. Com o exame, esse mistério foi parcialmente “solucionado”, já que, pelos testes, ele não poderia ser filho dela, mas só possivelmente do cangaceiro. Por outro lado, o silêncio atual em torno do caso, que foi amplamente divulgado nessa época, parece decorrer da tentativa dos “familiares legítimos” dos cangaceiros de não perderem capital simbólico e também de não deixarem transparecer uma imagem de Lampião como adúltero. Isso também ocorreu, pois não foi possível confirmar “totalmente a paternidade porque o código genético de Silva [referência à João Peitudo] não pôde ser comparado com o de seus pais, que estão mortos. Mas o biomédico da Faculdade de Medicina da USP, José Arnaldo Soares Vieira, diz que a probabilidade de que duas pessoas que não sejam parentes tenham traços genéticos comuns é de 1 para 100 bilhões”. Cf. *Teste genético identifica novo filho de Lampião*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Cotidiano, 14 de abril 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/14/cotidiano/17.html>>

Gilmar de Carvalho e Regis Lopes pensam como esse imaginário foi estruturado socialmente. Enquanto Carvalho aponta que o cangaço tornou-se “emblema” da cultura nordestina por conta, sobretudo, dos folhetos de cordel, Lopes indica que a intelectualidade não está imune a isso, pois boa parte do que se escuta sobre o tema vem de tradições historiográficas fundadas em teorias raciais, iluministas e marxistas. Interessante observar que eles constroem representações nos jornais sobre aqueles que dão sentidos ao cangaço, seja do plano popular ou da seara intelectual.

Semelhante aos citados intelectuais, Daniel Lins busca entender a formação desse imaginário. Como teve amplo espaço nas ações que analisamos, torna-se mais factível perceber as representações que constrói. Para tanto, é preciso retomar um pouco de suas motivações que foram manifestadas na entrevista que concedeu ao jornal *O Povo* assim que retornou ao Brasil. Na perspectiva da composição da sua tese, ele comentou que “tinha a preocupação de fazer algo como uma viagem iniciática e conferir um pouco de visão científica à ideia de herói, não mais a partir do que eu pensava como herói nem do que os militares pensavam como anti-herói”. O seu entendimento de herói parece ser advindo do sentido grego - aquele capaz de realizar grandes façanhas. Em sua abordagem, que tentava entender justamente a heroificação de Lampião na sociedade, alguns pontos são suscitados. Quando convidado a responder “quais seriam então as correspondências mais evidentes entre Lampião e o mito heroico grego?”, responde da seguinte maneira:

Alguns aspectos não correspondem. Mas veja um exemplo: Lampião tinha medo da polícia. Ele nunca a atacava, só se defendia. Isso é típico do herói grego, que se posiciona não no ataque, mas na defesa. Depois vem o lado doce de Lampião, o lado feminino, normal em todos os homens, que se manifestava notadamente nas roupas que ele criou, aquelas botas maravilhosas que ele fez, o fato de ele costurar, de andar com aquela máquina Singer, hoje num museu. Na visão brasileira, nordestina sobretudo, Lampião seria ‘o macho’. Como compreender essa feminilidade de Lampião, que logicamente não passava pelo lado afeminado nem homossexual? A feminilidade de Lampião o integra ao mundo dos heróis. Ela não vai tocar na sua virilidade, mas enaltecer-lhe o lado lúdico. (grifo nosso)<sup>243</sup>

Nesse trecho, algumas contradições em torno de Lampião que balizavam sua pesquisa ganham destaque. Se, pelo lado do senso comum, o cangaceiro é tomado como representante da virilidade sertaneja encarnada pela expressão do “cabra-macho”, pelo lado de sua própria vivência, denota-se um lado feminino encarnado por alguns hábitos da vaidade. A alteração apresentada esteve presente em muitas das ações do intelectual que possibilitaram

<sup>243</sup> CARVALHO, Eleuda. *Dossiê Lampião*. *O Povo*, Fortaleza, 11 dez. 1993. Vida & Arte, p. 8b.

ao tema do cangaço sair da “praça pública” e chegar literalmente ao “palácio” das políticas culturais cearenses. Responsável por negociar variados conflitos mnemônicos em torno do tema, Lins também se apropriou do espaço jornalístico concedido para tais valorações com intenção de esquadrihar o imaginário nordestino de forma que a diversidade cultural regional entrasse em evidência.

\*\*\*

As ressignificações cearenses da memória do cangaço na temporalidade nordestina manifestam demais (con)fusões dessa memória difícil ou do “passado que não passa” nordestino marcado pelo dilema do lembrar ou esquecer. Nesse contexto, o fortalecimento da cultura mnemônica na cena pública do estado não aconteceu no cinquentenário de morte de Lampião, mas no meio da década de 1990, com a reestruturação das políticas culturais da Secult-CE, que, em parceria com setores privados, apropriou-se intensamente de algumas produções culturais do cangaço em seus projetos de modernização através do setor audiovisual.

Particularmente, os jornais O Povo e Diário do Nordeste, situados em lugares privilegiados de produção de memória na contemporaneidade, participaram desse processo de ressignificação. Por conta de projetos editoriais culturais, articulações políticas com a Secult-CE e tentativa de legitimar-se como autoridade no assunto, o jornal O Povo tornou o tema uma pauta recorrente e foi responsável por valorar suas memórias ditas vivas, de filmes, de objetos, de obras artísticas, etc. A gestação aconteceu paulatinamente com a participação de muitos sujeitos ao longo do tempo. Pode-se dizer que a Secult-CE e o jornal O Povo formaram uma governança empreendedora da memória do cangaço. Um sujeito central na mediação foi o intelectual Daniel Lins que, por ter vínculos profissionais com as duas instituições, corroborou com projetos de modernização via uso da cultura local ao passo que tencionou discussões a partir do lugar social privilegiado que ocupava.

A sinalização de que a memória do cangaço é um patrimônio cultural nordestino reivindicado, dissonante e contestado faz sentido. A memória pode ser significativa para muitos nordestinos, mas isso não impede que, por um lado, não exista consenso quanto ao seu valor, e, por outro, que os correntes questionamentos à pretensa herança continuem vingando. A maior singularidade cearense talvez seja perceber que algumas das valorações que mais circularam na cena pública sejam aquelas que transgridam visões cristalizadas da identidade nordestina, o que mostra como o campo do patrimônio é sitiado de contendas.

As reflexões são instigantes porque ajudam a entender o conflituoso período das comemorações ao centenário de nascimento e sexagenário de morte de Lampião.

### **3 (CONTRA)COMEMORAÇÕES AO “SÉCULO VIRGULINO”**

### 3.1. Centenário de nascimento e sexagenário de morte: memória na era da comemoração

O modelo clássico da comemoração repousava sobre uma ordem e hierarquia que se romperam em benefício de uma multiplicidade de iniciativas descentralizadas (...). A liberação inaugura uma batalha de memórias em que cada uma luta ainda mais para ser legitimamente reivindicada como parte indissolúvel da representividade nacional.

(Pierre Nora) <sup>244</sup>

No meio de 1997, época de comemoração ao centenário de nascimento e sexagenário de morte do cangaceiro Lampião, uma governança cearense empreendedora da memória do cangaço, formada por instituições públicas - Secretaria de Cultura do Ceará (Secult-CE) e Fundação Memorial Padre Cícero - e entidades privadas - o Grupo de Comunicação O Povo, a Fundação Demócrito Rocha e o Grupo J. Macedo, promove alguns eventos comemorativos em alusão ao cangaceiro. O jornal O Povo, principal difusor dessa governança na cena pública, dizia, em 31 de agosto, que a comemoração era uma forma de “reconhecer a herança do cangaço na cultura nordestina”. <sup>245</sup>

A justificativa tem semelhança com muitas outras que circularam nas efemérides através de iniciativas dos empreendedores da memória cangaceira. Assim, caberia suscitar algumas questões: que significa exatamente comemoração? Como as (contra)comemorações em torno dessa difícil memória, advindas de certo movimento nordestino de ressignificação do tema, desenrolaram-se em níveis nacional, regional e local? Como as comemorações cearenses podem ser elucidadas através da análise dos jornais?

Nessa parte buscamos investigar a historicidade da prática da comemoração, sobretudo, no tempo presente; entender a conjuntura comemorativa em torno do cangaceiro Lampião problematizando os empreendimentos que o contornam; averiguar o contexto comemorativo cearense a partir das comemorações institucionalizadas através da imprensa, que, simultaneamente, informam sobre o desenrolar do processo e formam opiniões públicas, podendo suscitar consenso, confronto e negociação; problematizar as ações e representações da memória que entram em cena.

#### 3.1.1. A fronteira conjuntura comemorativa

Há quem diga que só comemoramos o que consideramos significativo. Em sentido etimológico, a palavra comemoração advém do latim “commemoratiōne”, uma junção da raiz

<sup>244</sup> Tradução nossa. In: NORA, Pierre. **Pierre Nora em Les Lieux de mémoire**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008, p. 173-174.

<sup>245</sup> *O Povo vai ao encontro da tradição popular*. **O Povo**, Fortaleza, 31 agosto de 1997. Economia, p. 4E.

“comes”, designadora de companheiro, com a declinação do verbo “memorare”, que exprime trazer à memória, isto é, fazer recordar ou lembrar. Significa formular que a comemoração trata-se de uma rememoração coletiva, destinada à lembrança e sujeita ao esquecimento, caracterizada pela insuflação de vínculos simbólicos entre as pessoas. Embora o significado seja esse, os seus atributos afluentes variaram ao longo do tempo.

Segundo François Hartog, o ato de comemorar é inicialmente religioso, uma forma de trazer a presença invisível daquele que não se deverá nunca parar de lembrar e imitar. Por outra lógica, o autor sinaliza que os rituais comemorativos monárquicos desejavam insistir na continuidade memorial de qualidade ligada ao rei, enquanto os revolucionários e republicanos dirigiam-se aos valores nacionais, republicanos e laicos.<sup>246</sup> Foi no final do século XIX e início do século XX, quando a própria prática de comemorar centenário é inventada, que o dito “comemoracionismo” ganhou vazão.<sup>247</sup> Para Fernando Catroga, trata-se de rito baseado na ideia evolutiva e continuísta de tempo que, ao destacar grandes acontecimentos e eleger panteão de heróis, procurava enaltecer figuras modelares que cumprissem a função cívico-pedagógica de simbolizar a nação.<sup>248</sup> Na virada do século XX para o XXI, os efeitos do boom da memória trouxeram outro paradigma, o qual Pierre Nora chamou de “batalhas da memória”, já que diversos grupos disputavam os significados das identidades nacionais.<sup>249</sup> Mona Ozouf, em provocação atenta aos interesses que consubstanciam as efemérides, indagou acertadamente - “que espetáculo, atualmente, julgamos perfeito se não consegue tornar-se uma festa?”.<sup>250</sup>

Desde o final do século XX, tornou-se lugar-comum em algumas partes da sociedade ocidental dizer que vivemos em uma “Era das Comemorações”.<sup>251</sup> Mas, como a guinada memorial modificou as práticas comemorativas? Comparando-se ao paradigma tradicional, houve uma “inversão da dinâmica da comemoração”, para usarmos expressão de Pierre Nora. Apesar de continuarem baseadas na tríade memória, identidade e patrimônio, os sentidos cambiaram. A comemoração nacionalista, modelo clássico “que contava com um promotor privilegiado (o Estado) e uma dada narrativa histórica (épica, combativa,

<sup>246</sup> HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 183.

<sup>247</sup> Sobre a prática comemorativa do centenário, ver: HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 8ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2003.

<sup>248</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001, p. 53.

<sup>249</sup> NORA, *op. cit.*

<sup>250</sup> OZOUF, Mona. *A festa Sob a Revolução Francesa*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995, p. 216.

<sup>251</sup> A expressão foi usada inicialmente por Pierre Nora para se referir à inflação comemorativa na França e, aos poucos, foi sendo usada para designar outros contextos.

orientada’)", perdeu espaço para uma comemoração “metamorfoseada”, padrão remodelado nutrido “não pela imagem unitária da Nação, mas pela multiplicidade de identidades de grupos particulares, que se desdobravam na diversidade de eventos dos mais variados matizes e perfis, sem que houvesse critério ordenador e hierarquizador”.<sup>252</sup> O caso emblemático foram as comemorações ao bicentenário da Revolução Francesa (1989), mas também poderia se incluir nesse espectro o anterior bicentenário da “independência dos Estados Unidos da América” (1976) e o posterior “quicentenário da descoberta da América” (1992).

Nas comemorações brasileiras, a dinâmica invertida faz todo sentido. Para Antônio Fernando de Araújo Sá, a assertiva teria ressoado na década de 1980, durante as comemorações aos centenários da Abolição da Escravidão (1988) e da Proclamação da República (1989), bem como na década de 1990, quando as comemorações ao tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares (1995), aos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997) e ao centenário de nascimento de Lampião (1997-1998) “contribuíram com a emergência de discursos antes marginalizados no contexto da história oficial”.<sup>253</sup> Nesse mesmo diapasão, destaca-se, por um lado, o “Grito dos Excluídos” (1994), realizado anualmente no dia das comemorações à “independência do Brasil”, a fim de “superar o patriotismo passivo em vista de uma cidadania ativa e de participação, colaborando na construção de uma nova sociedade justa”<sup>254</sup> e, por outro, as comemorações ao “500 anos de Descobrimento do Brasil” (2000), que, diante do falso consenso de “paraíso tropical motivo de orgulho nacional” que alardeava, foi marcado pelos “não ditos” da “face obscura da história nacional” - extermínio de índios, negros, trabalhadores sem-terra etc. -, ocasionando movimento de contraponto à memória oficial conhecido como “Brasil: outros 500”.<sup>255</sup>

Sobre os sentidos da efeméride, que são reveladoras dos acordos e conflitos da sociedade que comemora, seria pertinente pontuar reflexão de Mona Ozouf em debate pioneiro sobre as comemorações como objeto de estudo da história - “a dupla abertura do presente da festa para o passado e para o futuro oferece ao historiador uma linguagem que lhe é familiar”. Afinal, “não existe festa sem reminiscência; repetição do passado, frequentemente anual, a festa traz consigo uma memória que é tentador considerar como tal”. “Prenúncio do futuro, a festa fornece, por outro lado, como que uma aproximação deste. Suscita uma

<sup>252</sup> NORA, 2008, p. 175 *apud* GONÇALVES, Janice. *Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural*. *Historiae*, Rio Grande, v.3, n.3, p. 27-28, 2012.

<sup>253</sup> ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. **O Cangaço nas batalhas da memória**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011, p. 30-32.

<sup>254</sup> Sobre o assunto, ver o *website* do evento. **Grito dos/as Excluídos/as – a vida em primeiro lugar**. Disponível em: <<http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

<sup>255</sup> RODRIGUES DA SILVA, Helenice. ‘Rememoração’ / ‘Comemoração’: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 433-434, 2002.



simulação do futuro que o historiador tem a boa fortuna de poder comparar com o futuro real”. Mas é preciso ter alguns cuidados:

Ora, é certo que essas duas maneiras de se interessar pela festa encerram dois perigos gêmeos. Primeira tentação: fazer da repetição que a festa contém, uma repetição consciente de si própria, em que o passado celebrado seria como tal aconteceu (...). A outra tentação, de sentido inverso, encerra também um perigo: o de tomar como tal o ensaio do futuro que, associado à repetição do passado, a festa conteria.<sup>256</sup>

Enquanto “máquinas de remontar o tempo”, as efemérides costumam processar, para o passado, através de seus programas comemorativos oficiais, a manutenção da ilusão comunitária, da ficção da permanência e do sentimento de uma cultura comum e, para o futuro, um trabalho de unidade, coerência e continuidade que lhes sejam correlatos.<sup>257</sup> Como dificilmente o seu “falso consenso” é harmônico, visto que coexistem diferentes formas de construir sentido para o passado, as comemorações sujeitam-se amiúde ao conflito, pois alguns grupos apropriam-se do momento para fazer eclodir “memórias subterrâneas”, o que pode torná-las verdadeiros campos de guerrilha comemorativa.<sup>258</sup> Não obstante, pode-se refletir sobre acontecimentos que não são comemorados. Como pontuou Joel Candau, às vezes é “possível que se compreenda melhor uma sociedade considerando o que ela não comemora, mais do que o que ela comemora”.<sup>259</sup>

A experiência da fronteira conjuntura comemorativa parece instaurar um tempo em suspensão entre o passado e o futuro propenso à reflexão, revisão e crítica em torno do que se comemora.<sup>260</sup> Daí a extensa batalha que se trava entre legitimação e conjuração, adesão e exclusão, revitalização e enfraquecimento, permanência e mudança nesse presente que se abre potencialmente ao pretérito e porvir. A ruminação tende a aflorar em viradas de século, já que parece “existir uma relação intrínseca entre o advento de uma nova centúria e a redescoberta da temática do tempo” na sociedade, por isso aquela mania de se escolher personalidades do século nesses intervalos.<sup>261</sup> Resta ao historiador interpelar as

<sup>256</sup> OZOUF, *op. cit.*, p. 217.

<sup>257</sup> Cf. CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 147; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral, comemorações e ética*. **Projeto História**. Ética e História oral, São Paulo, nº 15, p. 157-164, abr. 1997, p. 157.

<sup>258</sup> Cf. POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 4.

<sup>259</sup> CANDAU, *op. cit.*, p. 150.

<sup>260</sup> Sobre essa concepção de comemoração, Cf. OZOUF, *op.cit.*; ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Ritual de Aurora e de Crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória*. **Rev. Bras. Hist.** Vol., 33, n. 65, p. 385-397, 2013.

<sup>261</sup> FARIA PEREIRA, Matheus Henrique; MATA, Sérgio da. *Introdução: transformações da experiência do tempo*. In: VARELLA, Flávia Florentino (org.)... [et al]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro:

comemorações problematizando os significados do ato de comemorar, os programas comemorativos oficiais e relegados, os consensos e confrontos das memórias em cena.

### 3.1.2. As comemorações “em reconhecimento à herança do cangaço”

No final da década de 1990, devido às comemorações ao cangaceiro Lampião, houve uma avalanche de eventos, simpósios, exposições, matérias jornalísticas, produções acadêmicas, atividades artísticas, festividades populares, novelas, documentários, romances etc. sobre o controverso bandoleiro que trouxeram à tona múltiplas representações. Convém ressaltar que existem dois momentos comemorativos ao centenário, em 1997 e 1998, por conta das dúvidas em torno da data exata de seu nascimento, pois enquanto uns afirmam ser 7 de junho de 1897, outros apostam em 4 de junho de 1898.

Conforme vimos antes, existe certo movimento nordestino de ressignificação da memória do cangaço que, através de suas ações decorrentes da mistura de desejo de tradição, dever de memória e consumo cultural, fortalece-a na cena pública questionando estigmas diversos em torno do tema, apesar das vozes contrárias que vislumbram tais atitudes enquanto glorificação. Em torno desse passado que não passa nordestino, marcado pelo dilema lembrar ou esquecer, surgiram diversas valorações em torno de sua memória que acabaram atribuindo-lhe direta e indiretamente aspectos de patrimônio cultural nordestino reivindicado, dissonante e contestado. A conjectura não pode ser, entretanto, tomada com um dado, mas como forma de entender as complexas questões que a envolvem.

De partida, a constatação do estranhamento advindo das regiões Sul e Sudeste do país com as comemorações ao centenário do cangaceiro Lampião, percebido através de periódicos culturais de grande circulação, merece seu devido destaque. Por um lado, nota-se que no suplemento cultural “Mais!”, do jornal Folha de São Paulo, produtor incessante de opiniões sobre assuntos comemorados, o tema não recebeu atenção direta nos anos 1990, aparecendo apenas indiretamente em poucos momentos, como em 1994, na edição dos 30 anos do filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, do cineasta baiano Glauber Rocha.<sup>262</sup> Por

---

Editora FGV, 2012, p. 11. Em 1999, a revista semanal de informação “Istoé” promoveu o projeto “O Brasileiro do Século” que elegia indivíduos considerados relevantes em diversas áreas: empreendedorismo, comunicação, esporte, música, arquitetura, artes cênicas, religião, literatura, ciência. Cf. *O Brasileiro do Século*. Isto é. 22 de dezembro 1999. Disponível em: <[http://istoe.com.br/27752\\_O+BRASILEIRO+DO+SECULO+/](http://istoe.com.br/27752_O+BRASILEIRO+DO+SECULO+/)> Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>262</sup> Diferentemente, as comemorações de Zumbi dos Palmares e da Guerra de Canudos tiveram maior atenção. Para ver mais sobre as produções desse suplemento no período, procurar: PRIGOL, Valdir. **Memórias do presente**. 2003. Tese (Doutorado em Letras). Curso de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

outro lado, a revista *Superinteressante*, da editora Abril, produziu, em junho de 1997, edição específica sobre o tema em seu centenário com o sugestivo título “O bandido mais amado do Brasil” e o subtítulo “Por que Lampião, o cangaceiro que estuprou, sequestrou e matou gente indefesa, é idolatrado até hoje”.<sup>263</sup> Se apenas comemora-se o que se considera significativo, esses indícios desvelam que havia alguns enfeitamentos às tais comemorações. Não é demais repetir que isso também ocorria entre os nordestinos.

Em pesquisa sobre as comemorações ao centenário de Lampião, particularmente em algumas cidades nordestinas, Antônio Fernando de Araújo Sá tece considerações interessantes. Segundo o autor, a multiplicidade de memórias subterrâneas carregadas de lembrança dos excluídos que interpelam as ditas identidades nacionais, as disputas entre os nordestinos na atribuição de significados do tema e as disputas entre certas cidades pelo título de “capital do cangaço”, sobretudo, em função do turismo, revelam como a memória do cangaço é um “campo de luta pelo presente e uma ferida aberta nas lutas políticas da região”.

<sup>264</sup> As governanças formadas enquanto empreendedoras de tal memória tiveram peso significativo nesse estado de circulação em nível público.

No local de nascimento de Lampião, os empreendimentos memoriais são bastante visíveis. No município de Serra Talhada (PE), que ostenta a marca “Berço de Lampião”, o “resgate” da memória cangaceira é feito especificamente através da Fundação Cultural Cabras de Lampião, criada em 1995, cujo presidente é o produtor cultural Anildoma Souza. Suas ações são dirigidas a “preservar essa história” e sua própria casa serve de museu que contém acervo com cerca de 60 peças, entre moedas antigas, rifles, bornais, apetrechos de vaqueiro e fotografias do cangaço. No centenário, Anildoma participou das movimentações que, por um lado, promoveram, em julho de 1997, o “Tributo a Virgulino” - homenagem ao cangaceiro em programação com palestras, oficinas de xaxado, venda de artesanato, shows com trios de forró e celebração fúnebre do cangaço -, e, por outro, em ações que resultaram numa das primeiras homenagens oficiais ao cangaceiro na cidade natal em julho de 1998 - a aprovação na Câmara de Vereadores da mudança do nome da rua 24, no bairro da Cohab, para rua Virgulino Ferreira da Silva. Para quem aprovava as iniciativas, isso era uma forma de “homenagear personagem importante da história” da cidade, discutir o “problema do latifúndio no sertão” e “contribuir com o turismo local”.<sup>265</sup>

Vizinho à cidade, no município de Triunfo (PE), que reivindica a imagem

---

<sup>263</sup> NESTLEHNER, Wanda. *O bandido mais amado do Brasil*. **Superinteressante**, São Paulo, nº 117, junho de 1997. Capa e reportagem, p. 44.

<sup>264</sup> ARAÚJO SÁ, *op.cit.*, *passim*.

<sup>265</sup> ARAÚJO SÁ, *op. cit.*, p. 34.

“Lampião de Triunfo”, o vereador Ruy Trezena Patu, do grupo cultural Lampiônicos, criado nos anos 1980, esteve no centro dos principais empreendimentos. Para reverenciar o cangaceiro centenário, Patu apresentou projeto à Câmara de Vereadores da cidade visando construir um memorial para Lampião composto de xaxódromo, anfiteatro, biblioteca especializada no tema, videoteca e salão de recepção para eventos.<sup>266</sup> A principal polêmica aconteceu, todavia, em torno do projeto de construção de uma estátua para o cangaceiro em 1999. Enquanto uns diziam que “Triunfo é uma farsa: eles estão querendo inventar história” e que “cangaceiro não é herói nem santo, e não é merecedor da homenagem do povo de triunfo”, o vereador dizia que Lampião foi o maior “guerrilheiro da América Latina, o maior andarilho com armas na mão que se conhece no mundo, que capitão Virgulino é hoje folclore e cultura”, e que sua intenção era tão somente “incentivar o turismo na região e nunca glorificar ninguém, o que poderia ser feito se não fossem os preconceitos políticos das elites reacionárias”.<sup>267</sup>

Em contraponto às iniciativas, ressalta-se o que acontece no município de Floresta (PE), em específico na Vila de Nazaré, conhecida por ser lugar de “Perseguidores de Lampião”, uma vez que vários dos seus moradores teriam combatido o cangaço. Um dos nazarenos, David Jurubeba, “evidencia em suas entrevistas a necessidade de rever as memórias” do cangaço que figuram na televisão, no cinema e na literatura, mas, principalmente, nas homenagens realizadas em Serra Talhada e Triunfo, pois acredita que Lampião não passa de um bandido perverso. Para Jurubeba, “o único livro que fala a verdade é o de seu conterrâneo João Gomes de Lira, “Lampião: memórias de um soldado volante”, publicado em 1990 e relançado em 1997.”<sup>268</sup>

No local de morte do cangaceiro, demais agitações ganharam a cena. No município de Poço Redondo, que busca afirmar a imagem de “Capital do Cangaço”, os conflitos em torno da Praça Lampião foram recorrentes no tocante ao tratamento dado pelo poder público municipal. A praça, criada em 1988 na gestão de Alcino Alves da Costa, sofreu ataques em 1993 do então prefeito Ivan Rodrigues, que visava derrubá-la por não considerá-la digna de homenagem na cidade, e foi reformada em 1998, pelo prefeito Enoque do Salvador, em decorrência do centenário do cangaceiro. Mais distante da praça, na Grota de Angico, local onde Lampião morreu e que foi tombado como patrimônio histórico-cultural do estado

---

<sup>266</sup> A ideia surge porque a proposta teria sido recusada pela população de Serra Talhada. Por falta de recursos financeiros, ela não foi concretizada. A dificuldade de obtenção de verba também parece estar relacionada diretamente à falta de consenso com o assunto.

<sup>267</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>268</sup> *Ibid.*, p. 36.

em 1989, apresentava-se formalmente, em 1996, um documento ao dono da fazenda onde ela se localiza sinalizando que qualquer intervenção na área só poderia ser feita após a prévia autorização oficial.<sup>269</sup> Depois de muita controvérsia entre o poder público, o proprietário e parte da sociedade sergipana, o local estava oficialmente protegido. Isso abriu possibilidade para uso público e contribuiu para que, em 1998, lá fosse criada a Missa do Cangaço.

Em outros estados nordestinos também se percebem iniciativas. No município de Mossoró (RN), o qual é marcado pela imagem de “Resistência ao Cangaço”, o espetáculo artístico “Chuva de balas no país de Mossoró”, cuja aparição aconteceu por volta de 1996, é responsável por revigorar essa ideia. Outros estudos, contudo, poderiam ser feitos sobre as comemorações ao centenário, mas não para completar suposta lacuna, e sim para entender variações de ressignificações da memória. Dentre os caminhos possíveis, um suscitado por José Ferreira Júnior é instigante - analisar a sutil discrepância entre o que “efetivamente se pensa” e o que “estrategicamente se diz” do cangaço quando se trata de elaborar projetos em torno do tema.<sup>270</sup> Nesse jogo da memória, o uso do silêncio é uma forte arma.

Em algumas cidades nordestinas, comemorar Lampião é significativo porque o cangaceiro é a marca que, ao mesmo tempo, qualifica, ressignifica e vende o Nordeste. Nas comemorações, os intensos debates foram negociados, sobretudo, por empreendedores da memória através de argumentação que girava em torno da ideia de que comemoravam para “reconhecer a herança do cangaço na história” das cidades.<sup>271</sup> Evidentemente, trata-se de um falso consenso, porque se, por um lado, cada um atribuiu um sentido diferente à herança, por outro, alguns questionaram a dita herança. Apesar das disputas, todo esse movimento diminuiu o estranhamento com o ato de comemorar o cangaço e contribuiu para que sua memória - através de objetos como roupas, acessórios e objetos pessoais dos cangaceiros - fosse contemplada na monumental exposição “Mostra do Redescobrimento: Brasil + 500”, que buscava abarcar “desde as grandes culturas pré-coloniais até a contemporaneidade”, a qual esteve em exposição nacional e internacional entre os anos de 2000 e 2002.<sup>272</sup> Para

<sup>269</sup> Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC-SE). **Processo do Tombamento da Gruta Angico**. In: Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural de Sergipe (SUBPAC-SE), p. 79.

<sup>270</sup> Cf. FERREIRA JÚNIOR, José. **A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada – PE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

<sup>271</sup> Embora tenhamos encontrado a expressão em uma comemoração cearense, a qual será posteriormente analisada, ela parece encarnar sentidos que circulavam em outros eventos comemorativos pela região nordestina.

<sup>272</sup> Falaremos mais dessa inserção do tema na exposição no próximo capítulo. Sobre o assunto, ver: BARROS, Guilherme. *O novo Brasil da Mostra do Redescobrimento*. **Revista Belas Artes**. São Paulo. Ano 5, n. 13, p. 2013.

melhor problematizar essa conjuntura comemorativa, reduziremos a escala de observação. A questão colocada passa a ser entender o lugar do Ceará nesse processo.

### *3.1.3. A arena cearense, a atuação dos jornais e as batalhas da memória*

No fim dos anos 1990, a seara cultural no estado do Ceará vivenciava alguns climas de efervescência. Em tempo de ascensão da globalização, o dito Governo das Mudanças concedeu lugar de privilégio à Secretaria de Cultura do Ceará (Secult-CE). Convém recapitular que a gestão do secretário Paulo Linhares (1993-1998) destacou-se por usar o domínio da “cultura como via de modernização tanto para adquirir eficácia no desenvolvimento da economia do estado na economia-mundo quanto para angariar prestígio simbólico para a imagem do Ceará dentro e fora do país”.<sup>273</sup> O pesado financiamento, oriundo consideravelmente das parcerias privadas através da Lei de Incentivo à Cultura, é nítido em ações de grande porte, como a realização da Bienal Internacional do Livro, a promoção do Cine Ceará (Festival Ibero-americano de Cinema) e a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Entre as diferentes áreas culturais, como artes cênicas, patrimônio histórico e artístico, música, artes visuais e audiovisual, algumas foram mais privilegiadas. A hierarquia dos investimentos estatais, os quais se construíram em detrimento de setores culturais relegados pelo governo por não se encaixarem no perfil dito modernizado, tinha no seu topo a área do audiovisual. Havia motivo pragmático. A área era qualificada como “moderna, geradora de emprego e renda, permitindo uma visibilidade eficiente aos seus promotores, pois seus produtos circulavam com maior facilidade pelo circuito mundializado da cultura, e possuía maior valor de exposição”.<sup>274</sup> Os efeitos disso, contudo, atingiam outras áreas. A busca pela proeminência parece ter relação com o fato de o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ter escolhido, em 1997, a capital do estado, Fortaleza, como sede para um de seus principais eventos em alusão aos seus 60 anos de criação - o Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”.<sup>275</sup>

A propensão ocasionou redefinição nas políticas culturais da memória. Nesse

<sup>273</sup> Cf. BARBALHO, Alexandre. **A modernização da cultura. Políticas para o Audiovisual nos Governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (Ceará, 1987 - 1998)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.

<sup>274</sup> *Ibid*, p. 268.

<sup>275</sup> Na ocasião, foi produzida a Carta de Fortaleza, que condensa recomendações para tal campo. Cf. IPHAN.

**Carta de Fortaleza** (1997). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>> Acesso em: 15 de jul. 2016.

quesito, o mecanismo das efemérides foi acionado por vários motivos. As comemorações instauradas, promovidas e incentivadas pela iniciativa pública e privada no interior e na capital cearense inflaram o calendário cívico. Particularmente, ressalta-se o papel de alguns intelectuais das universidades que criaram, instigaram e mediaram ações de direito à memória, reforçando pautas que vinham sendo levantadas por demais grupos em outros espaços. As atividades comemorativas circulavam entre valoração de acontecimentos, de cidades, de personagens, de instituições, de atividades culturais, etc. Algumas que marcaram o fim do século XX foram, dentre outras, o centenário de Abolição da Escravidão (1988), o centenário do Milagre da Hóstia de Juazeiro do Norte (1989)<sup>276</sup>, a instituição do Dia da Cidade de Fortaleza (1994)<sup>277</sup>, o centenário de criação do Cinema (1995), o cinquentenário do fim da Segunda Guerra Mundial (1995), o trigênio de criação da Secult-CE (1996), o centenário de nascimento de Mestre Noza (1997)<sup>278</sup>, o centenário da Guerra de Canudos (1997) e o centenário de nascimento do cangaceiro Lampião (1997).

Na busca pela modernização, o interesse estratégico da Secult-CE em inserir-se na economia globalizada por meio do campo audiovisual fez com que alguns temas locais fossem valorizados. Como já destacamos, as maiores apostas cinematográficas eram dirigidas ao filme sobre os cangaceiros *Corisco e Dadá* (1996), de Rosemberg Cariry. A situação foi, por sua vez, basilar para que a memória cangaceira fosse fortalecida na cena pública cearense, em que destacamos a atuação de governança específica composta pela Secult-CE e pelo jornal *O Povo*, a qual contava com intelectuais da Universidade Federal do Ceará (UFC) que também foram responsáveis pela circulação das ideias de valoração do dito popular no interior destas instituições. Nessa esteira, vieram as comemorações para Lampião. Sobre isso, seria pertinente pontuar comentários feitos respectivamente pelo presidente do *O Povo* e o secretário da Secult-CE, na ocasião de homenagem ao centenário cangaceiro, ocorrida na sede do jornal, em que citavam o lugar do popular nos projetos de modernização, especificamente dos folhetos de cordel:

O presidente do *O Povo*, Demócrito Dummar, explicou a proposta de multiplicação do valor nativo do cordel, por meio do jornal. Ele destacou o mérito do projeto em levar ao público urbano a riqueza da cultura popular expressa nos cordéis. ‘É o localismo acelerando na direção do globalismo, da banca da feira livre para a banca dos jornais, e da banca dos jornais para os

<sup>276</sup> Trata-se de “milagre” que teria acontecido com a beata Maria de Araújo. Após receber hóstia em comunhão realizada por Padre Cícero, em 1889, o pão consagrado teria se transformado em sangue, sendo considerado por muitos um milagre.

<sup>277</sup> Cf. FORTALEZA. **Lei municipal (n. 7535) - Dia da cidade**. 16 jun. 1994.

<sup>278</sup> Nascido em 1897, Inocêncio Medeiros da Costa, o Mestre Noza, foi um artista popular nordestino cujas obras tiveram grande repercussão nacional e internacional.

microfones do rádio e para o mundo pela Internet’, disse. (...) O secretário da Cultura do Estado, Paulo Linhares, destacou a importância da iniciativa [homenagem ao centenário de Lampião] do O Povo e elogiou o marketing criativo da empresa. ‘Diante dessa globalização e localismo, é valoroso dar espaço para a mensagem dos excluídos’, declarou. (grifo nosso) <sup>279</sup>

A valorização do popular era uma via de mão dupla, porque agregava interesses de iniciativas tanto da capital quanto de diferentes locais do estado. Sabendo disso, fica mais inteligível entender o porquê de tantos projetos em torno cangaço terem recebido apoio. A partir daqueles que tivemos acesso na pesquisa, torna-se possível ter noção do valor da lotação de investimento no contexto: a exposição “Cangaço: Ética e Estética” (1995), no Centro Cultural do Palácio da Abolição, sede da Secult - 15 mil reais <sup>280</sup>; o evento comemorativo aos “99 anos de Lampião” (1996), na UFC, o “Simpósio 100 anos de Lampião” (1997), na Fundação Memorial Padre Cícero de Juazeiro do Norte, o projeto “100 anos de Lampião” (1997), na sede do jornal O Povo e a “Homenagem aos 100 anos de Lampião” (1998), no Centro de Convenções - cerca de 140 mil reais <sup>281</sup>; o livro *Lampião, o homem que amava as mulheres* (1997), do intelectual Daniel Lins - 7 mil e 500 reais <sup>282</sup>; o “São João dos Cangaceiros”, organizado pela quadrilha do “Zé Testinha” (1996 e 1997) - 16 mil reais. <sup>283</sup> Nem tudo, porém, recebia a mesma atenção. <sup>284</sup> Em 1996, o mesmo tema que estava em plena badalação com o filme *Corisco e Dadá*, no VI Cine Ceará, havia sido relegado pouco antes, pois parte do sobrado onde Lampião tinha estado durante sua visita ao Cariri cearense havia sido demolida, apesar dos apelos contrários. <sup>285</sup>

<sup>279</sup> *Aberta exposição sobre os cem anos de Lampião. O Povo*, Fortaleza, 3 de setembro 1997. Últimas, p. 2A.

<sup>280</sup> Cf. Arquivo Público do Estado do Ceará - Intermediário (AINT-CE). **Projeto – Cangaço – ética e estética**. Fundo Secult, Investimento em regime de execução especial, prestação de contas, nº do projeto – 270054-00/95, 1995, caixa 49.

<sup>281</sup> Desse valor total, a quantia em torno de 75 mil reais foi destinada apenas à realização do Simpósio 100 anos de Lampião. O valor restante indicado é o que supomos ter sido gasto para a construção desses projetos paralelos aos quais não tivemos acesso direto. Cf. Arquivo Público do Estado do Ceará - Intermediário (AINT-CE). **“Projeto – Simpósio 100 anos de Lampião”**. Fundo Secult, CAP (Comissão de Análise de Projetos), Projetos Diversos, Data Limite: 2003, Caixa 190, nº do projeto – 97009385-3, valor: 64 mil e 440 reais. **Projeto - Apoio a Fundação Memorial Padre Cícero**. Fundo: Secult, Projetos, Data Limite: 1997, caixa 135, nº do projeto 270066-00/97, valor: 10 mil e 500 reais.

<sup>282</sup> Cf. *Id.*, **Projeto – Lampião, o Homem que amava as mulheres – o Imaginário do Cangaço**. Fundo Secult, CAP, Projetos diversos, data limite: 2003, caixa 172, nº do projeto – 97010855-9, valor: 7 mil e 428 reais.

<sup>283</sup> Cf. *Id.* **Projeto – São João dos Cangaceiros**. Fundo Secult/Siec, Prestação de contas, ano 1997, caixa 2, nº do projeto 97008836-1, valor: 8 mil e 280 reais em 1996 e talvez o mesmo valor em 1997.

<sup>284</sup> Com exceção do alto valor destinado ao evento na Fundação Memorial Padre Cícero, que foi maior do que muitas outras no contexto, o que chama atenção é a quantidade de projeto. Para fazer uma comparação do Simpósio 100 anos de Lampião, um evento realizado pelo Cetred (Centro de Treinamento e Desenvolvimento), órgão privado vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFC sobre o Centenário da Guerra de Canudos contou com bem menos vindo da Secult e de seus parceiros privados - 11 mil e 300 reais. Cf. *Id.*, **Projeto – Simpósio Canudos – 100 anos de Destruição**. Fundo Secult/Fec, 1997, caixa 5, nº do projeto – 95002623940.

<sup>285</sup> MONTEIRO, Cláudia. *Memória de Lampião no chão. O Povo*, Fortaleza, 6 de março 1996. Vida & Arte, p. 1B. VIANA, Christiane. *Luz, Câmera e Ação. O Povo*, Fortaleza, 25 de maio 1996. Vida & Arte, p. 1B.



No período, as diferentes instituições interessadas no tema articularam-se e a governança empreendedora da memória cangaceira aumentou. Foi composta primordialmente pela Secult-CE, pelo O Povo, pela UFC e pela Fundação Memorial Padre Cícero. Embora não tivessem um plano conjunto pré-definido, já que não faziam parte de nenhum tipo de comissão comemorativa, essas instituições públicas e privadas produziram de modo ou outro uma comemoração institucionalizada para o secular cangaceiro. Assim, interessa-nos analisar a atuação dessa governança buscando interpelar os seus respectivos eventos.

Para tanto, o uso dos jornais continua sendo imprescindível para nos informarmos acerca dos eventos comemorativos, mas, sobretudo, para analisarmos as formações de significados que atribuem em suas operações midiográficas. No contexto, o assunto continua figurando com maior frequência nas editorias culturais do O Povo, no caderno “Vida e Arte” e no suplemento cultural “Sábado”, e do Diário do Nordeste, no Caderno 3 - “Estilo de Vida, Cultura e Lazer” e no suplemento cultural “Cultura”.<sup>286</sup> Por mais que visem alcançar uma suposta isenção com a dita supraideologia no relato dos acontecimentos, sabemos que as abordagens estão associadas aos seus projetos políticos editoriais.

Dessa forma, abordamos três momentos que consideramos importantes através respectivamente das matérias do O Povo e do Diário do Nordeste acerca das comemorações institucionalizadas: no momento do evento cearense aos “99 anos de Lampião” realizado na UFC, em 1996, através das notícias de edições dos suplementos culturais - *99 anos do rei do cangaço e por uma retomada dos filmes do cangaço*; no momento efetivo das comemorações ao centenário, em julho de 1997, através do suplemento cultural *Século Virgulino* e da notícia *Indústria explora filha do cangaço*, além de reflexão específica sobre o Simpósio “100 anos de Lampião” realizado em Juazeiro do Norte por meio de um jornal local; no momento das comemorações cearenses desencadeadas com o projeto “100 anos de Lampião”, em setembro de 1997, através do encarte de divulgação *100 anos de Lampião* e do comunicado *Data falsa*. Em seguida, faremos uma discussão mais aprofundada a partir principalmente das disputas travadas no período entre colunistas dos dois jornais, nos quais três publicações são sintomáticas - *Feliz aniversário, capitão Virgulino*, *Vamos esquecer Lampião* e *Vida sexual do cangaço gera polêmica e contestação*.<sup>287</sup>

\*\*\*

---

<sup>286</sup> Cabe pontuar novamente que existe uma linha dissonante no Diário do Nordeste, na editoria “Interior”, que costuma abordar de maneira bem crítica tanto o fenômeno do cangaço quanto as revisões memoriais. No centenário, contudo, as críticas foram visíveis no próprio Caderno 3, como veremos mais à frente.

<sup>287</sup> Alguns dos títulos das notícias estão abreviados e serão referenciadas ao longo do texto.

Um dos primeiros atos no centenário foi o evento comemorativo dos **99 anos do nascimento de Lampião**, realizado na capital Fortaleza nos dias 17, 18 e 19 de junho de 1996, pela ação conjunta de investimento da Fundação Cultural de Fortaleza, da Fundação Demócrito Rocha e da Secretaria de Cultura do Ceará. A organização cultural ficou por conta da UFC através do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, da equipe do Laboratório de Estudos da Violência e da Casa Amarela Eusélio de Oliveira, equipamento da área de audiovisual incorporado a essa universidade e vinculado à Secult-CE.

A maioria das atividades ocorreu na UFC. Distribuída pelo seu Salão Nobre, pelo Auditório da Reitoria e pela Concha Acústica, a programação incluiu lançamento de livros - *La Passion Selon Lampião* (1995), do professor da UFC Daniel Lins, e *Memórias de Guerra e Paz* (1995), da ex-cangaceira Sila; mesa-redonda “O cangaço Independente - história e imaginário” com participação da ex-cangaceira Ilda Ribeiro de Souza, a “Sila”, do memorialista presidente da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC) Paulo Gastão e dos professores dos cursos de Ciências Sociais e Filosofia da UFC César Barreira, Daniel Lins, Peregrina Capelo e Glória Diógenes; exposição fotográfica intitulada “Memória do cangaço”, baseada nos registros de Benjamin Abrahão Botto; mostra dos filmes *O Cangaceiro* (1953), de Lima Barreto, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha, *Memórias do Cangaço* (1965), de Paulo Gil Soares, *A Mulher no Cangaço* (1976), de Hermano Penna com comentários do crítico de cinema Frederico Fontenelle; e apresentação do grupo artístico pernambucano Fundação Cabras de Lampião.

Figura 8 - 99 anos do “Rei do Cangaço”



Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC-CE)

O evento, realizado um ano antes do centenário propriamente dito, trata-se de uma comemoração antecipada. O avanço relaciona-se à repercussão do badalado filme *Corisco e Dadá* na cena pública cearense, que havia estreado pouco tempo antes no VI Cine Ceará. Assim, a ocorrência advém de esforços públicos e privados que buscavam afirmar o estado como pioneiro de projetos políticos culturais. Os jornais cearenses *O Povo* e *Diário do Nordeste* foram difusores das iniciativas através de seus respectivos suplementos culturais “O Sábado” e “Cultura”. Referente ao cangaço, as seguintes edições - *Virgulino Lampião - 99 anos do rei do cangaço* e *Por uma retomada do cinema no Brasil? Estudo de um caso particular - o retorno do cangaço no Nordeste* - proporcionaram divulgações de produções culturais, entrevistas com indivíduos ligados ao assunto e debates em artigos produzidos por intelectuais acadêmicos de diferentes lugares do país.<sup>288</sup>

O suplemento cultural do *O Povo* - “Sábado” - é o que trata especificamente do evento comemorativo. A edição do “Sábado”, que aborda os *99 anos do rei do cangaço*, foi publicada em 15 de junho de 1996 por Ethel de Paula. Conta com três partes sobre o cangaço - uma entrevista com Francisco Ferreira Sales, um suposto neto de Lampião, filho de João Peitudo, que procura mostrar semelhanças e diferenças com seu dito avô; o artigo “Bandido e herói”, produzido pela própria editoria do suplemento, que apresenta olhares sobre Lampião para além do marxismo, fazendo convite ao evento; e um artigo acadêmico do intelectual Francisco Régis Lopes Ramos intitulado “Poética do cordel”, que aborda a presença, por um lado, dos religiosos Frei Damião e Padre Cícero e, por outro, dos cangaceiros Antônio Silvino e Virgulino Ferreira na literatura de cordel, tecendo reflexão sobre encruzilhadas da memória. Por motivos de recorte analítico, trataremos unicamente do artigo produzido pela editoria deste caderno. Em seu início, a “voz” que orienta a leitura do artigo sinaliza:

Bandido e herói: há 99 anos nascia Virgulino Lampião, rei do cangaço, cuja imagem transita entre o humano e o mitológico (...) Lampião fundiu a cuca de todo mundo: historiadores, curiosos, idealistas e apaixonados. Impossível enquadrá-lo no nhénhénhén positivista do bem contra o mal. Ele transcende. Tapeia a História oficial e ganha mil facetas no imaginário popular (...) aqui, quem quiser acender um lampião para enxergar melhor os furos históricos desse capítulo de guerra e paixão já pode agendar de 17 a 19, no prédio da reitoria da Universidade Federal do Ceará. O evento comemorativo do 99º aniversário de nascimento de Virgulino Ferreira promete revelar que os brutos também amam. (grifo nosso)<sup>289</sup>

<sup>288</sup> PAULA, Ethel. *Bandido e Herói. Há 99 anos nascia Virgulino Lampião, rei do cangaço, cuja imagem transita entre o humano e o mitológico*. *O Povo*, Fortaleza, 15 junho 1996. Sábado, p. 6 e 7. DEBS, Sylvie. *Por uma retomada do cinema no Brasil? Estudo de um caso particular: o retorno do cangaço no Nordeste*. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 2 de junho 1996. Cultura, p. 4 e 5.

<sup>289</sup> PAULA, *op. cit.*, p. 6.

Situado ao lado da programação oficial do evento, o artigo dedica-se a divulgá-lo, justificar sua importância e instigar os leitores à participação. Pontua que a solenidade irá além do debate maniqueísta ao discutir novas facetas da vivência do fenômeno e do seu imaginário popular. O olhar anunciado, amplamente centrado nas pesquisas do intelectual Daniel Lins, é o de Lampião humanizado, o qual não pensava “duas vezes na hora de degolar ou castrar alguém”, mas que também era religioso, sensível, vaidoso e “macho o bastante para costurar, cozinhar, compor músicas, gostar de cinema, usar perfume, brincos, anéis, colares e lenços de seda, onde bordava as iniciais do seu nome”.<sup>290</sup> Nessa direção, a jornalista chega a afirmar, com base no pesquisador, que os “cangaceiros tinham uma moral sexual muito mais permissiva que os sertanejos em geral: nada contra a mancebia ou o homossexualismo”, apesar de Daniel Lins ter ponderado, em outras ocasiões, que tal expressão, corriqueiramente banalizada, não dê conta de entender a cultura de gênero vivenciada no âmbito do cangaço.<sup>291</sup> O desenrolar do texto, escrito em tom novelesco, converge para objetivo implícito de mostrar que o significado da comemoração era analisar “furos históricos” silenciados que teriam sobrevivido à revelia do discurso oficial.

Na efetiva época do centenário, o evento cearense de maior extensão foi o **Simpósio 100 anos de Lampião**, realizado no interior do estado, em Juazeiro do Norte, entre 4 e 7 de julho de 1997, pela Fundação Memorial Padre Cícero, com financiamento da Secult-CE. A organização geral foi do professor-poeta Abraão Batista, seu presidente na ocasião. O interesse da instituição é desvelado pelas diretrizes do seu estatuto, que tem objetivo principal de promover o desenvolvimento da cidade a partir de ações que busquem resgatar, analisar, defender, preservar e divulgar a memória e a “tradição da cultura material e não material do município, notadamente quanto a aspectos da vida e da obra do Padre Cícero e de todas as manifestações da cultura do Nordeste”, bem como “realizar eventos e promoções de cunho turístico e desenvolvimento socioeconômico”.<sup>292</sup> Com a certificação da guarida estatal,

---

<sup>290</sup> *Ibid.*

<sup>291</sup> Discutiremos essa questão na parte seguinte deste capítulo a partir de textos acadêmicos do intelectual. Para saber mais sobre o assunto, ver: Cf. CARVALHO, Eleuda. *Dossiê Lampião / Daniel Lins – o cangaço chega à Sorbonne [entrevista com Lins]*. **O Povo**, Fortaleza, 11 dez. 1993. Vida & Arte, p. 8b; CALIL, Ricardo *et al.* *Lampião volta como dândi do cangaço*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 de jun. 1995. Ilustrada, redação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/13/ilustrada/1.html>> Acesso em 15 de julho de 2016; CARVALHO, Eleuda. *Virgulino no Nordeste [entrevista com Lins]*. **O Povo**, Fortaleza, 7 jul. 1997. Vida & Arte, p 1b; LINS, Daniel. **O corpo do herói - a santa virilidade ou a fraqueza dos fortes - Estudo sobre Lampião**. In: (Anpocs), 20, 1996. Disponível em:

<[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=5415&Itemid=361](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5415&Itemid=361)> Acesso em: 17 de jul. 2016; *Id.* **Lampião, o homem que amava as mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997;

<sup>292</sup> Cf. Arquivo Público do Estado do Ceará - Intermediário (AINT-CE). “**Projeto – Simpósio 100 anos de Lampião**”. FUNDO Secult, CAP (Comissão de Análise de Projetos), Projetos Diversos, Data Limite: 2003, Caixa 190, nº do projeto – 97009385-3.

aprovada via lei de incentivo à cultura, tornou-se factível concretizar a finalidade que seus organizadores tanto almejavam - realizar um evento de grande porte capaz de vigorar os propósitos da Fundação. O empenho na construção indica que as apostas foram altas.

Figura 9 – Simpósio “100 anos de Lampião”



Fonte: Fundação Memorial Padre Cícero

No cerne do projeto, que ressalta demais motivações para o Simpósio, Lampião aparece como “grande acontecimento da nossa história recente”. Para o momento proposto, era esperado que se buscasse “resgatar a memória do fenômeno Lampião, trazendo o passado para o presente com seus significados e valores, traços e características de identidade coletiva”, promovendo assim discussões do cangaceiro e suas “vertentes comportamentais”. A sugestão de considerar essa faceta indica outro motivo para a realização do evento, pois o raciocínio é desenvolvido através das seguintes indagações: “como se explicar o comportamento de Virgulino Ferreira da Silva sem conduzir para o contexto o comportamento equivocado dos poderes judiciário e policial?” e “como não questionar os massacres, os vilipêndios sociais e as aberrações cometidas pelas partes?”.<sup>293</sup> O entendimento deflagra dever de memória que busca alertar para um abandono social-histórico da região nordestina que ainda se faz presente.

A estrutura da programação do Simpósio, contudo, indica anseio de contemplar temáticas variadas. No decorrer do evento - que teve conferências; debates; lançamento de

<sup>293</sup> *Id.*

livros, de folhetos de cordel e de xilogravuras; feira de artesanato; apresentações de grupos de dança e teatro; exibição de filmes; e a exposição “100 anos de Lampião”, com fotografias do tempo do cangaço -, reuniram-se ex-cangaceiros, familiares, testemunhas, pesquisadores, historiadores, escritores, jornalistas, cordelistas, artistas, artesãos e demais interessados. Apesar disso, observa-se que seus espaços foram marcados por hierarquias articuladas conforme os capitais simbólicos dos participantes, o que estava previsto no próprio projeto, já que privilegia sobremaneira os pesquisadores: “o Simpósio está programado para que os nossos cientistas contemporâneos promovam efetivamente uma análise atual, sem discrepância, sem apaixonamentos”. O excessivo cuidado com a preparação, que desvela intenção de congregar grande público e garantir credibilidade através do cunho científico, obteve resultados significativos.

O evento foi certamente um dos maiores realizados no centenário, sobretudo porque conseguiu reunir tanto os pesquisadores referências do cangaço de diferentes lugares, quanto indivíduos para além desta seara, que se juntaram aos debates suscitados na ocasião. Alguns nomes de conferencistas que constam na programação oficial são: Daniel Lins (Universidade Federal do Ceará-CE), Frederico Pernambucano de Mello (Fundação Joaquim Nabuco-PE), Gutemberg Costa (Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço-RN), José Humberto Dias (Universidade Federal da Bahia-BA), José Romero Araújo Cardoso (Universidade Federal da Paraíba-PB), Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (Universidade Estadual do Rio de Janeiro-RJ), Maurício Luiz Bertola (Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ), Paulo Gastão (Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço-RN) e Vera Figueiredo Rocha (Universidade Estadual do Ceará-CE). Quanto aos depoentes, destacamos: Expedita Ferreira (Porto da Folha-SE), José Siqueira Campos (Triunfo-PE), Marco Feitosa (Juazeiro do Norte-CE), Mozart de Castro (Sem/Identificação), Pedro Feitosa (Triunfo-PE), Romana Menezes Silva (Sem/Identificação), Sebastião Amorim (Flores-PB) e Vera Lúcia Ferreira (Aracaju-SE). Não causa surpresa, por conta dessa diversidade, perceber que foi um evento bastante conflituoso.

Na ocasião, os jornais cearenses trilharam caminhos distintos nas reflexões sobre o cangaço em tempo de efemérides. Apesar de terem abordado os eventos do interior do estado, empenharam-se mais em outras frentes. Enquanto O Povo contemplou inicialmente o assunto do centenário, em geral, através de algumas notícias de cunho cultural, suplementos culturais e colunas de opinião especiais, o Diário do Nordeste lançou matérias assentadas nas coberturas das comemorações acontecidas em alguns estados nordestinos, particularmente no interior pernambucano. Para entender suas posições jornalísticas, pode-se ressaltar

respectivamente dois registros. O primeiro é uma edição do suplemento *Sábado - Século Virgulino* -, de 5 de julho, cuja coordenação editorial estava com Walter Coe, e o segundo é a notícia *Indústria explora filão do cangaço*, de 22 de julho, escrita por Sérgio Ripardo, da editoria de Reportagem. Vejamos, na mesma ordem, o que cada um aponta:

O Sábado desta semana conta – ou melhor, deixa que contem – algumas das histórias que cercam Virgulino Ferreira da Silva (...) através da ficção de três autores nordestinos: Gilmar de Carvalho, Francisco J.C. Dantas e Graciliano Ramos. Cada um deles conta uma história, tira uma dúvida, bota trezentas - afinal, são histórias de Lampião. Há também quem registre seus feitos de outra forma, caso de Nícolas Marques de Almeida, 51 anos, artista plástico sergipano que tem Lampião e cia. como tema predominante em seu trabalho e ilustra quase todo este número.<sup>294</sup>

Para os urbanoídes, o cangaço pode ser um assunto com prazo de validade bem curto, que desperta interesse pífio por ser distante da realidade das grandes metrópoles. (...)‘No interior do Nordeste, no entanto, a vida de Lampião e seu bando está com o Ibope sempre em alta. Há uma fome insaciável por essa temática. Nessas regiões, ‘Lampião vende’. A mídia sempre explorou esse filão produzindo uma espécie de ‘western caboclo’. A cultura tradicional, mais popular, consagra os cangaceiros na Literatura de cordel e a cultura moderna, urbana, transforma-os em personagens do cinema e da televisão. Em virtude das festas do centenário de nascimento de Lampião, a Indústria Cultural não perdeu tempo e já está colocando no mercado diferentes produtos com a marca registrada do cangaço. (grifo nosso)<sup>295</sup>

Os textos têm diferenças substanciais de abordagem. Em consonância com a perspectiva editorial do seu suplemento cultural, *O Povo* faz organização temática que busca evidenciar a extensa presença do cangaço em obras literárias-artísticas da dita cultura erudita e popular. *O Diário do Nordeste*, por sua vez, direciona sua leitura sinalizando que a existência do tema em livros, novelas, filmes e reportagens decorre de histórica exploração midiática fortalecida com a indústria cultural que se apropria do cangaço como se fosse produto comercial. A ressalva aos registros é significativa, sobretudo, porque desvela dissonância editorial entre estes jornais que ecoa frequentemente em outras contendas.

Seguindo esse raciocínio, convém assinalar também o fato significativo de alguns acontecimentos não serem tão noticiados. Causa estranhamento, a saber, perceber que o Simpósio 100 anos de Lampião, em Juazeiro do Norte, um dos maiores realizados no estado, não teve tanta repercussão inicialmente. Para compreender isso, uma vez que é crucial para entender como as comemorações vão se desenvolvendo, recorreremos a um jornal local. Trata-

<sup>294</sup> COE, Walter. *Século Virgulino*. **O Povo**, Fortaleza, 5 de julho de 1997. Sábado, editorial, p. 2.

<sup>295</sup> RIPARDO, Sérgio. *Indústria Cultural explora filão do cangaço*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 de julho de 1997. Caderno 3, p. 1.

se do periódico juazeirense Folha da Manhã, do jornalista Francisco Demontieux, que diz integrar uma “imprensa livre e independente”.<sup>296</sup> No momento, o jornalista também era correspondente do Diário do Nordeste e chegou a enviar alguns textos sobre o evento que foram publicados, mas foi no seu jornal que apresentou indícios instigantes. Em esforço de síntese, publica *100 anos de Lampião e Amor e Ódio por Lampião*, em 7 e 8 de julho, matérias nas quais noticia o evento com enfoque em olhares de diferentes indivíduos - intelectuais, familiares, memorialistas e vítimas dos cangaceiros.

‘Lampião foi um instrumento valioso nas mãos das classes dominantes, que ganharam muito dinheiro com o comércio de armas destinadas ao cangaço’, afirmou, anteontem, a historiadora Luitgarde Oliveira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao proferir a mais importante das 10 palestras do Simpósio (...)<sup>297</sup>

A jornalista Vera Lúcia Ferreira, neta de Lampião, 42 anos, participa do Simpósio sobre o centenário de seu avô como convidada. Anteontem, ela lançou o livro *O Espinho do Quipá* (história do cangaço brasileiro), que escreveu em parceria com o pesquisador Amaury Araújo. Vera reage contra as frequentes declarações que comprometem a imagem de Lampião. ‘Meu avô jamais roubou ou estuprou’, disse.<sup>298</sup>

Marcos Feitosa Assunção, filho do ex- prefeito de Juazeiro Antônio Conserva Feitosa, esclareceu, em nome de familiares das vítimas, que o protesto [que realizaram fora e dentro da Fundação no decorrer do evento] não objetivava a violência, e sim demonstrar discordância em relação aos feitos do cangaço.<sup>299</sup>

Na última palestra, o presidente da SBEC – Sociedade Brasileira para Estudos do Cangaço, Paulo Gastão, lamentou que os livros sobre Lampião reportem-se apenas ao banditismo, sem divulgar a música, as artes plásticas e outras manifestações artístico-culturais e científicas surgidas em decorrência do cangaço. (grifo nosso)<sup>300</sup>

Na compilação produzida, o jornalista fez a seguinte constatação a partir do que presenciou: “Os admiradores, incluindo-se médicos, engenheiros, advogados, veem na figura de Lampião um herói capaz de intimidar e vencer os poderosos. O ódio atende pelo nome de vítimas do cangaço - cujos descendentes descrevem Lampião como bandido covarde e sanguinário”. Enquanto isso, alguns memorialistas utilizavam a justificava da relevância cultural do assunto para negociar os conflitos mnemônicos em torno do fenômeno. Mas,

<sup>296</sup> DEMONTIEUX, Francisco. Informação disponível em: <<http://folhadamanha.blogspot.com.br/>> 19 de julho de 1997. Acesso em 15 de julho de 2016.

<sup>297</sup> DEMONTIEUX, Francisco. *100 anos de lampião. Folha da manhã*, Juazeiro do Norte, 7 de julho de 1997, p. 1.

<sup>298</sup> *Id.*

<sup>299</sup> *Id.*, p. 4.

<sup>300</sup> *Id. Amor e ódio por Lampião*, no Simpósio. 8 de julho 1997, p. 2.



voltando ao seu olhar jornalístico, ressalta-se que ele também participa das contendas ao realizar seleção que privilegia o evento sob vários ângulos, embora fique claro que tem preferência por uns em detrimento de outros, e, sobretudo, porque apresenta vozes silenciadas em vários outros registros das efemérides, como as das ditas vítimas do cangaço.

O evento seguinte foi desencadeado através do **Projeto 100 anos de Lampião**, realizado ao longo do mês de setembro, com organização conjunta da Secult-CE, do Grupo de Comunicação O Povo, da Fundação Demócrito Rocha, do Grupo J. Macêdo e da Fundação Memorial Padre Cícero.<sup>301</sup> Um dos principais artificios do projeto foi o jornal O Povo. O interesse das instituições, por sua vez, advém, sobretudo, das suas relações institucionais com a Secretaria mediadas através da Lei de Incentivo à Cultura. Essas empresas privadas envolveram-se no financiamento de projetos estatais visando tanto retorno prático com a isenção de impostos, quanto simbólico com a marca moderna de incentivadores da cultura, enquanto que a Fundação realizava a ação como contrapartida por ter recebido apoio financeiro no Simpósio que havia organizado.<sup>302</sup>

A programação estruturou-se basicamente em duas vertentes. De um lado, o jornal promoveu publicações diárias, entre 1 e 11 de setembro, com reflexões sobre o fenômeno do cangaço e do imaginário nordestino em paralelo a alguns encartes de folhetos de cordel acerca do tema. Elaborada sob coordenação de editoria especial, a composição das publicações ficou a cargo dos pesquisadores Gilmar de Carvalho e Daniel Lins, dos jornalistas Lira Neto e Ariadne Araújo, e contou com a colaboração do professor-poeta Abraão Batista na escolha dos cordéis. Do outro lado, o jornal sediou a exposição “100 anos de Lampião”, em seu salão nobre, onde ficaram em cartaz, até o final do referido mês, fotografias, livros, esculturas e objetos originais de uso pessoal de Lampião, como armas, bolsas e chapéus. A exposição, que era praticamente a mesma do Simpósio que havia sido realizado no mês anterior em Juazeiro, chegou a reunir, por exemplo, 28 fotografias da coleção da Aba Film, feitas por Benjamim Abraão, e cerca de 30 fotografias feitas por Pedro Maia durante a estadia do cangaceiro no Cariri cearense, pertencentes ao arquivo do pesquisador Hilário Lucetti. A curadoria teve apoio de Dodora Guimarães, pesquisadora de artes plásticas vinculada à Secult-CE.

Concebida por muitos indivíduos que organizaram outras comemorações, a

---

<sup>301</sup> Ressalta-se que a “Fundação Demócrito Rocha (FDR) é uma instituição do estado do Ceará, de direito privado e sem fins lucrativos, criada em 1985 pelo Grupo de Comunicação O POVO, sua mantenedora, com a missão de ‘contribuir para a promoção do desenvolvimento humano por meio da educação, da cidadania e da produção cultural’”. Disponível em: < <http://fdr.org.br/> > Acesso em: 15 de jul. 2016.

<sup>302</sup> Em particular, O Povo tinha outra motivação. Aproveitou a ocasião para lançar o Jornal do Cariri. Dizia: “o Jornal do Cariri já nasceu de mãos dadas com o POVO. Isto é, quem lê o Jornal do Cariri leva junto o maior jornal do Ceará”. Jornal do Cariri. **O Povo**, Fortaleza, 7 de setembro 1997. Layout, Mercado, p. 9e.

seleção temática feita pelos coordenadores é indício interessante para identificar pontos badalados nas efemérides. Na prosa das reflexões e na poesia dos versos, algumas questões priorizadas foram: “a produção do artista popular ‘Mestre Noza’ sobre o cangaço”; a das ‘cabeças cortadas’ dos cangaceiros, decorrente de morte trágica, que teria aumentado a aura de herói popular atribuída pelos cordelistas à Lampião”; “o do encontro entre Lampião e Padre Cícero, representantes do ‘Rifle e do Rosário’, que teria sido esquecido pela historiografia oficial, mas imortalizado pela poesia popular”; de algumas ‘Pelejas Fantásticas’ de cordel marcadas pelo deboche que mostram como ele próprio também desconstrói o mito que ajudou a consolidar; a da vida cotidiana cangaceira em tempos de ‘Guerra e Paz’”; “a história do mascate libanês ‘Benjamim Abraão’, um secretário particular de Padre Cícero, que acabou entrando para a história por ter filmado o cotidiano de Lampião e seu bando”; a de “‘Glauber, Lampião e Brecht’, que mostra a vasta presença do cangaço no cinema e ensaia seu retorno através das películas “Corisco e Dadá”, “Baile Perfumado” e remake de O “Cangaceiro”; a do ‘Lampião internauta’, que ressalta como o universo da literatura de cordel, com seus poetas, mitos e heróis, pode ser acessado pela internet. Não obstante a promoção, o jornal encaminhou ao fim da programação uma caixa aos leitores destinada a guardar os folhetos encartados. Um ato que bem simboliza suas estratégias enquanto empreendedor da memória.<sup>303</sup>

No período, os jornais cearenses deixam transparecer de forma aberta seus posicionamentos políticos editoriais. Em 31 de agosto, logo no início das divulgações do projeto comemorativo através do encarte comemorativo *100 anos de Lampião*, O Povo havia dito o seguinte: “O Povo vai ao encontro da tradição popular. 100 anos de Lampião - O Grupo J. Macêdo, O Povo e a Secult mostram que o brasileiro preserva sua memória”. Observando o desenrolar dos empreendimentos, o Diário do Nordeste não demora para se manifestar. No outro dia, 1º de setembro, publica um ácido comentário intitulado *Data falsa* na seção dos seus comunicados, questionando “o alarde feito nos últimos meses sobre o aniversário de 100 anos do capitão Virgulino”. Embora não sejam assinados, até mesmo pelo formato em que foram publicados, sabemos que os registros indicam as posições editoriais que estavam em gestação. Vejamos, respectivamente, como os textos são desenvolvidos:

(...) “1997 é o ano do centenário de nascimento de um dos mais famosos personagens do imaginário popular: Virgulino Ferreira da Silva. O Povo encarta nas suas páginas a arte do verso popular dos cordelistas do Cariri, que relata o mundo imaginário do mito-herói Lampião. Em reconhecimento

<sup>303</sup> Caixa para guardar cordéis. O Povo, Fortaleza, 12 de setembro de 1997. Capa.

à herança do cangaço na cultura nordestina, o Grupo J. Macêdo, o jornal O Povo e a Secult trazem de volta seu maior representante no Projeto 100 anos de Lampião. (grifo nosso) <sup>304</sup>

(...) é bom que se diga ao público que 1997 não é o ano do centenário do legendário bandido. Trata-se apenas de uma estratégia de marketing para vender livros e promover cidades com sinais da passagem de Lampião. Enfim, criar um assunto de apelo popular. Até a neta do cangaceiro, Vera Ferreira, sustenta a tese de que seu avô nasceu em 1898, em Serra Talhada, Pernambuco. A prova é o documento de batismo. (grifo nosso) <sup>305</sup>

Figura 10 – Projeto “100 anos de Lampião”



Fonte: Jornal O Povo / Biblioteca Pública do Ceará

Figura 11 – “Data falsa”



Fonte: Jornal Diário do Nordeste / Biblioteca Pública do Ceará

<sup>304</sup> *O Povo vai ao encontro da tradição popular.* **O Povo**, Fortaleza, 31 de agosto de 1997. Economia, p. 4E.

<sup>305</sup> *Data falsa.* **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 1º de setembro de 1997. Política, comunicado, p. 4.

Os indícios explicitam sentidos basilares da atuação dos jornais. O Povo, na função de partícipe da governança cearense que empreende as comemorações, atua através da mobilização de diversas iniciativas que visam frequentemente inculcar a ideia de que há um suposto legado cultural do cangaço na região nordestina que precisava ser valorizado. O Diário do Nordeste, que ficou mais excluído dessas iniciativas talvez em virtude igualmente de suas menores articulações políticas com a governança, atua elaborando considerações acerca dos empreendimentos, os quais acompanhou de perto inclusive em outros estados nordestinos, que costumam apontar para contradições de apropriações do polêmico fenômeno, afirmando serem artifícios usados para incentivar o consumo, o comércio e a venda.

No ano seguinte, houve outros eventos produzidos nessa lógica, como a **Homenagem aos cem anos de Lampião**, realizada em 1988, na III Bienal Internacional do Livro no Ceará, e organizada pela Secult-CE. Os olhares mais atentos talvez tenham percebido que, embora o período fosse de comemoração tanto do centenário de nascimento do cangaceiro quanto do sexagenário de sua morte, a regra foram efemérides destinadas à data secular. Para além das contendas sobre a data correta do nascimento, que uns diziam ser 1897 e outros apostavam em 1898, a data sexagenária da sua morte, ocorrida em 1938, não teve igual destaque. Possivelmente porque muitas ações fúnebres poderiam colocar em xeque algumas festividades mais relacionadas ao centenário de nascimento. O estranho é que o calendário festivo criado após as comemorações ao centenário de nascimento de Lampião é centralmente balizado por um evento gestado em torno da sua morte, a “Missa do Cangaço”, realizada na Gruta de Angico, em Sergipe. A análise desse aspecto, que merece atenção particular, será realizada posteriormente. Priorizamos enfatizar “o sexagenário de morte” no título deste capítulo para ressaltar como o que não se comemora também é indício para compreender as características de sociedade obcecada por lembranças, mas que não está imune ao esquecimento, seja ele intencional ou não.

#### 3.1.4. *O combate dos colonistas*

Para refletir acerca de outras tensões comemorativas, abordaremos uma parte fundamental na estrutura de um jornal - a coluna fixa assinada. As colunas, sobretudo as escritas nas páginas iniciais, são lugares de privilégio nos periódicos. Redigidas por vezes autorizadas, apresentam textos através de óticas recorrentes que costumam usufruir de maior

liberdade opinativa.<sup>306</sup> Permitem-nos fazer análises sob perspectivas que ajudam igualmente a relativizar as considerações feitas pelos periódicos, os quais claramente têm seus dissensos, e a notar como atuações particulares incidem em construção editorial mais ampliada.

Como está nítido, os jornais travam embates ostensivos e velados em relação ao cangaço. Daniel Lins, um dos principais articuladores do tema na cena pública cearense, era professor da UFC, coordenador de editoração da Secult-CE e colunista do O Povo. Na época, privilegiou o assunto algumas vezes na sua coluna semanal de opinião, que, sem dúvidas, foi responsável por incitar muitas polêmicas, as quais figuram cristalinas em comparação com certas publicações de outros sujeitos no Diário do Nordeste. A partir dos seus artigos, podemos perceber tanto as ressonâncias sociais das efemérides, quanto alguns entreveros na própria arena jornalística, problematizando assim as significações que atribuía ao fenômeno, as críticas que recebia e sua incessante tentativa de legitimar a importância do tema.

Daniel Lins era articulista do jornal O Povo desde 1995 e publicava artigos semanais de opinião sobre temas em pauta na sociedade. Wânia Cisne Dummar, jornalista do alto escalão do periódico e uma das responsáveis pela criação do caderno “Vida & Arte”, dizia que o foco na mira do intelectual eram os “fatos do cotidiano capazes de indignar e provocar a ‘insurreição das consciências’”. Segundo Dummar, sua legitimidade oriunda da ampla formação em universidade de referência em nível mundial ressoava no relevo de suas análises calcadas em “três saberes de expressivo domínio do autor: psicológicos, sociológicos e filosóficos, possibilitando-lhe ir além do conhecimento simples, de ‘olhar não só a superfície, mas buscar o que há por trás’”.<sup>307</sup> Os artigos variavam entre temáticas que o próprio Lins denominou posteriormente, como: “quem tem medo da mídia?”, “micropolíticas do cotidiano”, “gênero revisitado”, “a arte para não morrer de verdade?” e “pensamentos nômades”. As opiniões sobre o cangaço foram incluídas no último módulo.<sup>308</sup>

Pouco antes do centenário, no período do evento “99 anos do rei do cangaço”, em 1996, o intelectual escreveu dois artigos datados respectivamente antes e depois desse acontecimento que contou com sua organização: *Feliz aniversário, capitão Virgulino!* e *Declínio do imaginário colonizado*. No primeiro, publicado no dia da abertura, em 19 de junho, destacava a importância do evento salientando que as “memórias vivas do cangaço”, os ex-cangaceiros Sila e Candeeiro, estariam presentes e iriam inclusive cortar um bolo de

<sup>306</sup> Cf. FARIA CRUZ, Heloisa de; CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>> Acesso em: 15 de jul. 2016.

<sup>307</sup> DUMMAR, Wânia Cisne. *Prefácio*. In: LINS, Daniel. **O dedo no olho: micropolíticas do cotidiano**. São Paulo: Annablume, 1999.

<sup>308</sup> Cf. LINS, Daniel. **O dedo no olho: micropolíticas do cotidiano**. São Paulo: Annablume, 1999.

aniversário em ato simbólico que, ao ser feito dentro da universidade, significaria o “encontro da memória com a história, da festa com os saberes”. Apesar de a comemoração ter esse aparato tradicional, nota-se que sua maior intenção no escrito foi esclarecer o significado atribuído à comemoração. Para Lins, não se tratava de “volta ao passado, mas de alerta para a permanência de um passado tornado presente que serve de metáfora da memória, uma variação do imaginário”. Após mostrar seu discernimento sobre memória e história ao ressaltar que a primeira desemboca em busca de verdade e a segunda procura tecer análise crítica, embora carregue a subjetividade do pesquisador, desvela que era igualmente uma forma de valorar a negligenciada “Cultura do Pobre”:

Produto, por excelência, da ‘Cultura do Pobre’, Lampião, guerreiro autóctone e juvenil, deixou a cena, mas continua vivo. O herói não morre! Não porque não queira morrer, mas porque o imaginário coletivo assim decidiu. Parabéns para você, capitão Virgulino! (grifo nosso) <sup>309</sup>

Alguns dias após o evento, o intelectual publica o segundo artigo destacado, em 24 de junho, no qual menciona a repercussão positiva e negativa da situação, desenvolve críticas contundentes aos adversos às efemérides e aborda um pouco mais do ocorrido tentando respaldá-lo - “foi um grande momento de apoteose, encontro, descoberta, intercâmbio de saberes permeados por uma nostalgia identitária”. Nesse primeiro aspecto, afirma que, durante os três dias do evento, mais de mil pessoas – entre crianças, jovens, adultos, idosos, artistas, professores, cientistas, trabalhadores, jornalistas, estudantes, empresários, turistas e curiosos - “homenagearam Lampião e declararam, através dele, em ritmo de festa, o direito à memória”. O evento, todavia, não tinha feito todo esse sucesso, afinal, o próprio pesquisador desfere críticas severas a grupos que considera fazerem parte de “certa elite inculta e sem genealogia que, através de seus cães de guarda, mal-amados e mal pagos, apontaram a homenagem como irresponsabilidade de uma ‘geração perdida’”. Não obstante, sinaliza que essa “elite carente de capital cultural é, de fato, a mais burra do mundo - salvo, evidentemente, honrosas exceções”, pois não consegue ultrapassar a “retórica discriminatória geradora de denegação, desprezo pelo outro e indiferença”:

A imagem de Lampião atrapalha, desorganiza, embaralha os códigos! Louvamos mais facilmente os ‘heróis’ da alta classe, mesmo quando são denunciados pela história como matadores de escravos ou espoliadores dos bens públicos. Tradicionalmente, festejamos também os heróis estrangeiros, inclusive o ‘bandido social’ Robin Hood. E, um inglês contemporâneo, Ronald Biggs, assaltante do ‘Trem Pagador’, hoje cidadão brasileiro, é

<sup>309</sup> *Id. Feliz aniversário, capitão Virgulino! O Povo*, Fortaleza 16 de junho 1996. Opinião, p. 6A.

louvado pela televisão e mídia em geral. É triste a sina da elite brasileira: ela foi colonizada, inclusive no seu imaginário. (grifo nosso).<sup>310</sup>

Além da objeção à elite do “imaginário colonizado”, uma vez que cultua heróis estrangeiros, mas não alguns personagens brasileiros, tal qual o “‘bad hero’ sertanejo Lampião”, o pesquisador ressalta que a “antropologia da admiração exige rigor analítico e metodológico para compreensão do fenômeno do culto ao herói”, o que significa superar o “mimetismo, o preconceito e a cristalização de um pensamento único”. O ato de atribuir ao artigo o título de “declínio do imaginário colonizado” sugere que as comemorações ao “capitão Virgulino” que ajudou a construir vinham contribuindo com a derrocada do que dizia ser aversão discriminatória ao assunto.

No período efetivo do centenário de Lampião, celebrado em meados de 1997, identificamos dois artigos de opinião de Daniel Lins - *O último repouso do guerreiro e Lampião em Juazeiro* - datados do mês de julho. O primeiro, publicado em 8 de julho, está em uma coluna de opinião criada especialmente para que alguns estudiosos do tema laçassem reflexões no centenário. Nesse artigo, que se trata na verdade de excerto retirado de seu livro no prelo, “Lampião, o homem que amava as mulheres”, apresenta questões sobre o momento que antecedeu a morte do cangaceiro e de sua companheira Maria Bonita, na Grota de Angico. O segundo artigo, publicado em 14 de julho, na sua própria coluna opinativa, interessa-nos mais, pois abordava o evento “Simpósio 100 anos de Lampião”, realizado em Juazeiro do Norte. O pesquisador, um dos palestrantes na ocasião, reflete novamente sobre os significados da comemoração a partir do que presenciou ao dizer que, a despeito dos mais diversos sujeitos que lá encontraram-se - curiosos, pesquisadores, acadêmicos e críticos - cada um à sua maneira, “criou o acontecimento, abandonando as máscaras, nomeando os sentimentos, dizendo, em voz alta, seu ódio ou seu amor pelo ‘monstro’, pelo ‘santo’, herói - positivo ou negativo - de todos”. Diante disso, suscita alguns questionamentos:

Como explicar que Lampião (...) seja percebido hoje como um ídolo / demônio / anjo autóctone, tendo direito a um território, uma pátria, um museu do inconsciente divino / satânico? Como compreender essa adoração-rejeição? Como perceber essa proteção-acusação da memória senão como uma forma de ‘protegê-la’ para melhor possuir o personagem? (...) O Simpósio 100 anos de Lampião abriu feridas, despertou vinganças, amores, anunciou saberes e apontou, aqui e ali, o narcisismo ferido de uma pequena elite patrimonial nostálgica do monopólio do conhecimento, e apavorada com a eclosão de saberes. Parabéns, Abraão Batista, você e sua equipe deram uma lição de organização, gestão dos sentidos e liberdade de criação. (grifo nosso)<sup>311</sup>

<sup>310</sup> Id. *Declínio do imaginário colonizado*. **O Povo**, Fortaleza, 24 de junho de 1996. Opinião, p. 6a.

<sup>311</sup> Id.. *Lampião em Juazeiro*. **O Povo**, Fortaleza, 14 de julho de 1997. Opinião, p. 6A.

Nesse artigo, o pesquisador ressalta positivamente os conflitos da memória que emergiram no Simpósio por serem uma forma de destronar aqueles que tentam monopolizar o conhecimento sobre o assunto. A ressalva serve para tentar legitimar a prática do direito à memória que vinha tentando fazer publicamente, embora também agisse de forma arbitrária algumas vezes, sobretudo quando suas elaboradas significações eram de algum modo questionadas. Em sua franca exposição, colocou muitos na mira da sua crítica e, por isso mesmo, também ficou na mira de alguns sujeitos. Nessa mesma semana, vivenciou entreveros diretos e indiretos com indivíduos contrários e favoráveis às comemorações. Esses conflitos aconteceram, respectivamente, com um desembargador cearense, Edgar Carlos de Amorim, e um familiar de Lampião, sua neta Vera Ferreira. Vejamos um caso de cada vez.

Edgar Carlos de Amorim, desembargador e professor da Faculdade de Direito da UFC, era colunista semanal do Diário do Nordeste há algum tempo. Escrevia sobre temas variados através do prisma jurídico em “defesa dos bons costumes e da defesa da pátria”.<sup>312</sup> Em 13 de julho, no fervor das comemorações, publica extenso artigo intitulado *Vamos esquecer Lampião*, no qual desvela críticas tanto ao cangaceiro que considera um facínora quanto às iniciativas memoriais das efemérides em torno do bandoleiro. Pelos argumentos que utiliza, nota-se que o artigo é fruto de reflexões que vinha fazendo há certo tempo sobre as comemorações no interior do Nordeste em geral e, em particular, os eventos cearenses que foram realizadas em universidade pública, os quais considerava inadmissíveis. Inicialmente, afirma que “nesta época de tanta violência, com perdas irreparáveis de vidas preciosas, surge com certa evidência o endeusamento da figura de Virgulino Ferreira, o Lampião, contada em prosa e versos”.<sup>313</sup> (...). Referente às ações, pontua:

Na realidade, não somos contra os sociólogos que estudam a vida de Lampião com fins científicos. (...) Endeusá-lo jamais deveria ser permitido. Não sabemos como as nossas autoridades responsáveis pela segurança pública toleram o surgimento de estátua de Lampião em Serra Talhada. (...) Além do mais, não poderiam ser permitidas as comemorações dos 100 anos de nascimento do famoso facínora, bem assim festa do seu aniversário com bebidas e distribuição de brindes. E o que é pior, realizada em universidade pública. (...) Enquanto isto, o artigo 287 do Código Penal é taxativo: ‘fazer publicamente apologia de fato criminoso ou de autor de crime: pena - detenção, de 3 a 6 meses, ou multa’. (...) Já quiseram compará-lo com a figura lendária de Robin Hood, talvez porque o suposto ‘astro’ inglês roubava dos ricos para dar aos pobres. No entanto, não tem e não pode haver comparação entre ambos, justamente porque Robin parece mesmo não ter existido, e Lampião roubava para si mesmo, e nunca para os pobres. (...)

<sup>312</sup> Cf. AMORIM, Edgar Carlos. **Crônicas da vida**. Fortaleza: Editora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 2000.

<sup>313</sup> *Id.*. *Vamos esquecer Lampião*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 de julho de 1997. Opinião, p. 2.



Lampião sequer merecia este artigo, porque devemos respeitar a memória dos mortos. Entretanto, como temos direito à vida e, em face de o clima atual ser de violência, temos o dever de combatê-la no seu nascedouro, ou seja, a apologia ao crime e aos feitos dos criminosos. (grifo nosso).<sup>314</sup>

Apesar de entender os estudos sociológicos sobre o tema, mas independente das justificativas usadas para festividades realizados em sua memória, Amorim foi enfaticamente contrário às comemorações a Lampião e chegou a ponto de afirmar que elas poderiam ser enquadradas juridicamente como apologia ao crime. O desembargador buscou legitimar as incisivas afirmações baseando-se em certos traços da trajetória de Lampião. Para tanto, não poupou dizeres ao sinalizar que “Virgulino não foi mais do que um assaltante, sequestrador e eliminador de vidas humanas”; que “tudo que conduzia não era seu, inclusive a própria mulher, a famosa Maria Bonita, que de bonito só tinha o nome, não era sua, mas sim de um sapateiro”; que pode ter sido um “injustiçado, mas a ninguém é dado o direito de fazer justiça pelas próprias mãos”; que poderia ser “homem disposto a matar ou morrer, mas faltava-lhe o principal para que seu estado de espírito merecesse aplausos, ou seja, a justa causa”.<sup>315</sup>

Os artigos publicados em colunas fixas assinadas têm grande circulação, porque, além de ficarem em locais privilegiados, os seus interlocutores são vozes legitimadas em suas áreas e acabam angariando público que os acompanha para se informar, apoiar ou criticar. Embora Daniel Lins e Edgar Carlos de Amorim não se citem diretamente nos seus ácidos artigos, percebe-se claramente que travaram uma batalha sobre o tema entre si ou, no mínimo, simbolizavam o conflito entre os grupos que representavam. Por um lado, Lins promoveu vários artigos sobre o assunto abordando-o em diferentes pontos de vista nos quais desvelava sobretudo a representação do “Lampião humanizado”. Por outro, Amorim também conseguiu ter muita repercussão, apesar de ter se manifestado tão abertamente apenas essa vez, talvez por ter evocado princípios jurídicos em tom de criminalização das ações memoriais, na qual emergiu a representação do cangaceiro “eliminador de vidas humanas”.<sup>316</sup>

A situação é instigante para comentar outro polêmico caso, acontecido na mesma semana, mas não necessariamente nas colunas opinativas, que muito pode elucidar essas disputas de memória. O citado entrevero do intelectual Daniel Lins aconteceu com Vera

---

<sup>314</sup> *Id.* Importante pontuar que tanto a reitoria da UFC, onde foi realizado um dos eventos alusivos ao centenário de Lampião, quanto a Faculdade de Direito, onde Amorim lecionava, ficam na mesma avenida - a Avenida da Universidade, próximo ao centro da cidade de Fortaleza-CE. Assim, a universidade pública citada certamente é a Universidade Federal do Ceará e o sociólogo destacado parece ser o professor da UFC Daniel Lins.

<sup>315</sup> *Id.*

<sup>316</sup> Nossos entrevistados formais - os poetas Abraão Batista e Francisco Zênio, o pesquisador Angelo Osmiro Barreto (que comentou sobre a experiência do memorialista Hilário Lucetti) e o funcionário público Marco Feitosa - fizeram menção ao acontecido. Os dois últimos tinham um recorte desse artigo de jornal guardado.

Ferreira, a neta de Lampião. Se o seu embate com o desembargador aconteceu primordialmente por este questionar o ato de comemorar Lampião, o conflito que teve com a familiar do cangaceiro decorre das suas representações do bandoleiro.<sup>317</sup> O pivô da contenda já existente entre os dois foi, na ocasião, o jornalista Sérgio Ripardo, responsável pela editoria Reportagem do Diário do Nordeste. Por conta da cobertura que fazia das comemorações, ele teve de entrevistar ambos citados. Em uma de suas notícias, na qual acabou tocando no assunto da vida sexual dos cangaceiros, fez algumas afirmações que geraram polêmicas.

Particularmente, Ripardo fez comentários baseados na entrevista com Lins que acabaram indignando o intelectual por este crer que tal jornalista havia deturpado o seu pensamento. Diante disso, a equipe jornalística do Diário cedeu espaço no periódico, em 16 de julho, sob o título de *Vida sexual do cangaço gera polêmica e contestação*, com o intuito de que a celeuma fosse amenizada, uma vez que Lins havia requerido réplica como direito de resposta e isso fez Ripardo ter direito à tréplica. No árduo debate que se desenrolou, o conflito que nos interessa, protagonizado indiretamente por Daniel Lins e Vera Ferreira, adquire evidência. Mas, vamos por partes. O intelectual tinha se indignado em específico com questão envolvendo a ex-cangaceira Sila, que, por sua vez, também havia sido entrevistada pelo jornalista. Para Lins, Ripardo teria induzido Sila a comentar que ele tinha dito “mentiras” ao perguntar à ex-cangaceira sobre histórias da sexualidade dos cangaceiros que o jornalista disse ter ouvido o intelectual “contar”. Na sua réplica, Daniel Lins dispara energicamente:

não ‘conto história’. Sou um pesquisador e não um adepto de uma seita lampiônica... O pesquisador não inventa fatos, ele trabalha com documentos escritos, história oral, pesquisa de campo... Ele não acredita, não tem fé, não é crente e nem fantástico. Ele recolhe dados e os analisa. É o que faço, sobre o cangaço, desde o 1979!

Muitos autores sérios - coisa rara na bibliografia do cangaço - falaram sobre os sorrisos de Maria e o barulho dos casais de cangaceiros durante as relações amorosas. Nertan Macedo, no seu livro *Lampião, Capitão Virgulino Ferreira*, Editora Renes, 5ª edição, pp. 199, 200 e 206, confirma o que afirmamos (...) Outros autores importantes, como Amaury Corrêa de Araújo, em *Lampião, as mulheres e o cangaço*, p. 220, e Aglae de Oliveira, em *Lampião, Cangaço e o Nordeste*, pp. 268, talvez a melhor narrativa etnográfica sobre o cangaço, falam sobre o assunto (...).

<sup>317</sup> No mesmo dia da publicação do artigo *Vamos esquecer Lampião*, vemos, páginas à frente, em uma coluna de informações rápidas, o seguinte comentário: “o sertão nordestino, por onde andou Lampião e o beato Antônio Conselheiro, pode ser o novo roteiro turístico da região, dando empregos e criando fontes de renda em 14 municípios. A CHESF e o SEBRAE vão fazer o Projeto. O levantamento do potencial turístico (...) começou a ser feito. O Juazeiro do Norte do Padim Ciço bem que podia entrar nessa”. Isso é interessante para mostrar que um jornal não é totalmente homogêneo em suas visões e para reforçar o quanto o turismo era uma fonte em potencial de negociação desses conflitos. In: *Nova rota turística. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 13 de julho de 1997.

(...) Sila, excelente amiga, por quem tenho profunda admiração, respondeu o que deveria ter respondido. Ela passou dois anos no cangaço (1936-1938). Sua resposta ética pôs o jornalista no seu devido lugar. Queria ver Sérgio Ripardo fazer a mesma pergunta (provocação) ao casal Itamar Franco e sua ‘modelo cearense’, no carnaval do Rio. Gostaria de ver o entrevistador perguntando ao Collor o que se passava nas noites ‘quentes’ de sua ‘alcova’ em Brasília. Meus parabéns, Sila, você ganhou prestígio e mostrou, uma vez mais, sua inteligência e sensibilidade aguçada. (grifo nosso).<sup>318</sup>

Em contrapartida, Ripardo afirmou ironicamente que “Daniel Lins - pesquisador festejado na França, motivo de orgulho para todos os cearenses por sua reflexão ousada e instigante sobre os fenômenos sociais - é um desesperado pela polêmica”. Para contornar as críticas de que era alvo, o jornalista publicizou trechos da entrevista feita com Vera Ferreira nos quais ela buscava contestar o intelectual acerca dos referidos assuntos. A despeito dos comentários realizados por Ripardo na ocasião, cita-se - “entrevistei Daniel Lins há uma semana, e ele me disse que Lampião e Maria Bonita riam muito durante o amor” e “não há nada comprovado sobre isso?”<sup>319</sup> -, no que a neta do cangaceiro responde:

(...) ele sabia disso?! Quem foi testemunha disso? Eu acho que as pessoas viajam muito... (...) Que eu saiba nem Dadá, que era uma confidente amiga, sabia se existia isso. As pessoas estão inventando demais. Infelizmente, eu acho que as coisas devem ser ditas com seriedade. Quem já viu ou ouviu meu avô e minha avó fazendo amor para dar esse detalhe a ele? Acho isso uma loucura, uma irresponsabilidade. Se você quer fazer um trabalho, você não precisa disso para vender, gente. Você viu que aqui [referência ao seu livro recém-lançado em parceria com o pesquisador Amaury de Corrêa Araújo – *O Espinho de Quipá*] nós usamos a verdade. A verdade também vende. Vamos parar de fantasia. Infelizmente uma pessoa tão séria como Daniel Lins... (grifo nosso).<sup>320</sup>

Nesse debate, a contenda entre o intelectual e a neta do cangaceiro desvela pontos interessantes. Por um lado, a discussão de Daniel Lins sobre a sexualidade dos cangaceiros, a qual Vera Ferreira dizia não passar de estratégia para vender livro, talvez para minimizar a pertinência sociológica que Lins identificava no tema e assim defender a dita honra viril do seu avô “cangaceiro cabra-macho”, põe em questão imagens cristalizadas em torno de Virgulino. Embora esse entrevero tenha se encerrado assim, pelo menos no jornal, os comentários feitos anteriormente por Lins dão a entender o que pensava do assunto e, não obstante, sabe-se que várias de suas críticas àqueles que tentam manter o monopólio do

<sup>318</sup> LINS, Daniel. *Vida sexual no cangaço gera polêmica e contestações*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 16 de julho de 1997. Caderno 3, p. 6.

<sup>319</sup> RIPARDO, Sérgio, *ibid.*

<sup>320</sup> FERREIRA, Vera. *Ibid.*

conhecimento sobre o tema dirigiam-se à Vera. Por outro lado, observa-se o quanto as ações da memória do pesquisador eram bem-vindas, mas não as suas representações. O firme posicionamento do intelectual na cena pública, sobremaneira em momentos comemorativos, foi responsável por negociar variados conflitos da memória em torno do cangaço e parece ter aberto passagem para algumas imagens balizadas pelo senso comum que acabariam descreditando aquelas que Lins tentava colocar em circulação.

\*\*\*

A era das comemorações foi demarcada por inúmeras batalhas da memória. Nessa fronteira conjuntura comemorativa, em que um vagalhão memorial invadiu esse tempo suspenso entre o passado e o futuro, o dito movimento nordestino de ressignificação da memória cangaceira envolveu-se em várias (contra)comemorações que realçam o dilema do assunto, no qual uns evocam dever de memória e outros reclamam dever de esquecimento. Comemorar o cangaceiro Lampião era significativo porque foi transformado em marca que costuma qualificar, ressignificar e vender a região nordestina. A comunidade de interesses criada em seu entorno não garante, evidentemente, comunhão de opiniões.

Particularmente, as comemorações cearenses institucionalizadas foram se formando aos poucos a partir de governança gestada pela Secult-CE, pelo O Povo e pela Fundação Memorial Padre Cícero. Os jornais cearenses foram espaços tanto de convergência quanto de divergências na informação dos eventos e na formação de opinião pública sobre eles. Enquanto O Povo era um difusor dos projetos da governança tentando legitimar os empreendimentos que circundavam o tema, o Diário do Nordeste mantinha postura de crítica às apropriações das quais não fazia parte, embora essa inclinação crítica não se deva apenas a esse fator. As batalhas mais efusivas aconteceram nas colunas de opinião. O intelectual Daniel Lins, colunista do O Povo e coordenador de editoração da Secult-CE, envolveu-se tanto em disputas com quem contestava a prática da comemoração a Lampião, como o desembargador Edgar Carlos Amorim, colunista do Diário, quanto com quem o comemorava, a exemplo de Vera Ferreira, que questionava as representações que construía para seu avô cangaceiro.

A dinâmica da memória do cangaço enquanto patrimônio cultural reivindicado, dissonante e contestado pode ser elucidada pelos falsos consensos que tentaram instaurar nas comemorações. Tomando como referência a premissa do desejo de tradição, dever de memória e consumo cultural, pode-se dizer que o suposto acordo buscado era respectivamente comemorar para “reconhecer a herança do cangaço na cultura nordestina”, “para questionar os vilipêndios sociais cometidos pelos poderes públicos” que teriam feito os cangaceiros entrarem na vida bandoleira e para “valorizar o tema local através do turismo e da inserção no

mercado globalizado e na sociedade da informação”. Os conflitos evidenciam que o consenso é falso porque nem todos compartilham essa motivação comemorativa ou se identificam com essa vinculação identitária; porque alguns diziam que os cangaceiros não teriam direito de terem entrado na vida bandoleira sob nenhuma justificativa; e porque há afirmação de que isso não seria uma valorização, mas uma simples estratégia para vender.

Uma forma instigante de continuar investigando as comemorações é analisar diretamente os sujeitos que comemoram e contra comemoram através de observação dirigida às suas atuações, convicções e produções escritas.

### 3.2. Lampiões: o mito em disputa

Launched de novo no passado, o mito vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas amplificações.

(Raoul Girardet)<sup>321</sup>

Em 14 de julho de 1997, uma semana após o “Simpósio 100 anos de Lampião”, realizado no município de Juazeiro do Norte-CE, o intelectual Daniel Lins escreve sobre o evento em sua coluna de opinião no jornal cearense O Povo. Depois de dizer que “Juazeiro parou para conhecer um pouco mais a história de Lampião”, salienta que “curiosos do cangaço, caixeiros-viajantes, acadêmicos, pesquisadores e, inclusive, um grupelho integrista, ‘toxicômano’ da boa identidade”, cada um à sua maneira, “criou o acontecimento, abandonando as máscaras, dizendo, em voz alta, seu ódio ou seu amor pelo ‘monstro’, pelo ‘santo’, ‘herói’ - positivo ou negativo - de todos”.<sup>322</sup>

O artigo é interessante porque ressalta a participação plural de indivíduos que se envolviam nesses eventos comemorativos. A partir disso, algumas questões intrigantes podem ser suscitadas: quem são os sujeitos desse movimento nordestino de ressignificação do cangaço que produziram as comemorações? Como analisar suas atuações no contexto? Quais as conflitantes representações que emergem dos escritos dessas pessoas que, muitas vezes, são de lugares sociais completamente distintos? Como entender as complexas relações entre memória e história de maneira que também se possa produzir um conhecimento acerca do cangaço adequado às exigências veritativas do método histórico?

O intuito dessa parte é investigar a atuação de indivíduos que são representativos de diferentes campos - a familiar de Lampião Vera Ferreira, o professor-poeta Abraão Batista,

<sup>321</sup> GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

<sup>322</sup> LINS, Daniel. *Lampião em Juazeiro*. O Povo, Fortaleza, 14 de julho de 1997. **Opinião**, p. 6A.

o intelectual Daniel Lins, o memorialista Hilário Lucetti e o parente de vítima do cangaço Marco Feitosa; encaminhar reflexões sobre os aportes teóricos e metodológicos que permitem entender os compósitos itinerários da escrita da História; realizar análise a contrapelo das obras desses sujeitos, problematizando as formas pelas quais constroem, na perspectiva do cangaço enquanto mito nordestino, diferentes representações do cangaceiro Lampião; elucidar as relações entre história e memória em cena nesse campo minado tentando ensaiar algumas representâncias sobre o fenômeno do cangaço.

\*\*\*

Como vimos antes, a comunidade imaginada que é a região nordestina foi inventada simbolicamente nas primeiras décadas do século XX. Ao longo desse processo, o cangaço foi deixando de ser apenas um fenômeno de banditismo para se tornar igualmente uma história em comum da nascente região, isto é, foi transformado em mito nordestino. Sugerimos que as produções em torno do mito, as quais incidem no preenchimento de imagens da paisagem imaginária que muitos nordestinos acreditam, são marcadas por alguns paradigmas de leitura: naturalista, sociológico, marxista, antropológico e pós-moderno. Trata-se de uma memória forte porque se impõe a muitos nordestinos, mas os significados que atribuem variam bastante. No tempo presente, em que se observa um movimento nordestino de ressignificação do tema, as disputas da memória do cangaço invadiram as comemorações ao cangaceiro Lampião.

Depois do percurso de análise realizado até aqui está evidente que a matéria-prima estruturante da análise é a grande imprensa. Chegou o momento, todavia, de tomar atitude mais crítica frente à significação por ela instituída fazendo “emergir outras experiências, vozes e interpretações, que deem visibilidade a outras histórias e memórias”.<sup>323</sup> A intenção não deixa de ser uma maneira de problematizar as narrativas dos periódicos que produzem amiúde generalizações. Decerto, a articulação com a imprensa não será rompida totalmente, pois aprofundamos a investigação analisando alguns sujeitos que figuraram, uns mais e outros menos, nos jornais dos anos analisados e que julgamos serem importantes para a elucidação de partes controversas da memória cangaceira.

A escolha dos indivíduos também teve motivação particular. Eles se encontraram, ou melhor, se desconstruíram num dos eventos que, tendo em vista as disputas de memória que emergiram, talvez tenha sido um dos mais heterogêneos do centenário. Foi o “Simpósio

---

<sup>323</sup> FARIA CRUZ, Heloisa de; CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007, p. 260. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>> Acesso em: 15 de jul. 2016.

100 anos de Lampião”, realizado na Fundação Memorial Padre Cícero entre 4 e 7 de julho de 1997, em Juazeiro do Norte-CE. Estamos fazendo referência à familiar do cangaceiro Vera Ferreira, ao professor-poeta Abraão Batista, ao intelectual Daniel Lins, ao memorialista Hilário Lucetti e ao parente de vítima do cangaço Marco Feitosa.<sup>324</sup> Esses nordestinos, semelhantes na partilha da memória do cangaço e destoantes na forma de significá-lo, têm diferentes experiências e expectativas, advindas de particularidades ligadas à geração, ao lugar social, a posições políticas, etc. Se os rituais públicos de comemoração podem ser vistos como formas “de expressar sentimentos de pertencimento à comunidade e uma reafirmação das identidades coletivas”, a questão é que os “diferentes atores sociais darão sentidos específicos a essas marcas, segundo as circunstâncias e os cenários políticos em que desenvolvem suas estratégias e seus projetos”.<sup>325</sup>

No contexto comemorativo do centenário, em que o cangaço esteve no centro da atenção, publicou-se muito sobre o fenômeno. Nesse momento predisposto à revisão memorial, os sujeitos que destacamos tomaram atitudes, apresentaram opiniões e publicaram obras que são centrais em suas trajetórias. Vera Ferreira publicou o livro *Lampião, espinho de Quipá* (1997), logo depois reeditado para *De Virgulino a Lampião* (1999); Abraão relançou alguns cordéis, como o *Imaginário de Lampião sobre seus eleitores, amigos e admiradores* (1997); Daniel Lins publicou o livro *Lampião: o homem que amava as mulheres* (1997); Hilário Lucetti já havia publicado o livro *Lampião e o Estado Maior do cangaço* (1995); e Marco Feitosa lançou materiais de protesto, como o panfleto *Vítimas do cangaço* (1997).<sup>326</sup> A maioria dos textos apresentam particularmente uma biografia de Lampião. São essas produções que dissecaremos para analisar a disputa em torno do mito, problematizando as ressignificações da memória cangaceira na temporalidade nordestina e suas linhas de ruptura e continuidade com paradigmas de leitura do fenômeno que elucidem diferentes estratos temporais da região nordestina e permitam evidenciá-la de forma rizomática. Antes disso, porém, lançamos mão de alguns instrumentos teóricos e metodológicos que podem nos orientar nesses domínios.

O mito adquire sentido através de narrativas sobre o passado. Contrapondo-se à

<sup>324</sup> Na programação do evento, eles ocuparam lugares diferentes. Abraão Batista era o organizador. Vera Ferreira e Marco Feitosa falaram enquanto “depoentes”. Daniel Lins foi conferencista. Hilário Lucetti estava como ouvinte, mas tinha contribuído ativamente ao emprestar fotografias do seu acervo para uma exposição do evento.

<sup>325</sup> JELIN, Elizabeth. *?Quienes? ?Cuándo? Para qué? Actores y escenarios de las memorias*. In: **El Estado y la Memoria**. Barcelona: RBA Libros, 2009, p. 126.

<sup>326</sup> Ressalta-se que a obra de Vera Ferreira é produzida em conjunto com o memorialista Antonio Amaury Corrêa de Araújo, bem como o livro de Hilário Lucetti é escrito em parceria com o também memorialista Magérbio de Lucena. Por motivos de recorte analítico e escrita didática enfatizamos apenas os dois em destaque no texto, mas sem deixar de saber da importância dessas relações sociais em suas produções.

visão generalizada que o reduz à dimensão da falácia, Raoul Girardet ensina que seu estudo é um instrumento de análise cuja eficácia não se pode negligenciar, porque ele “conserva no presente um valor explicativo, na “medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino humano ou certas formas de organização social” devido ao seu papel de mobilização.<sup>327</sup> Os paradoxos comuns ao mito, que podem concentrar qualidade de “polimorfo”, “ambíguo e “movente”, “reencontram o equivalente de uma coerência nas regras de que parece depender o desenrolar de sua caminhada”. Para bem entendê-lo, devemos notar “enraizamentos do mito em uma realidade histórica” conforme as narrativas que lhe atribuem significado.<sup>328</sup>

A escrita da história tem sido objeto de interesse de muitos indivíduos no tempo presente. O mapeamento das características que demarcam o lugar social de quem se propõe a narrar o passado é exercício basilar. Conforme sinalizou Michel de Certeau, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, pois “é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas se organizam”.<sup>329</sup> Apesar da reflexão ser dirigida ao campo científico, ela nos serve para ressaltar que toda narrativa sobre o passado carrega inevitavelmente demandas particulares.

No caso da pesquisa com fontes biográficas, o questionamento aos modelos narrativos em que os retilíneos enredos de vida parecem estar regularmente determinados pode contribuir para que se percebam as bifurcações inerentes a qualquer trajetória. Segundo Pierre Bourdieu, a “ilusão biográfica” ancora-se no pressuposto “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”.<sup>330</sup> Em concordância, Giovanni Levi assinala que o importante é investigar os “elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas”, o que nos leva a perscrutar a “superfície social em que age o indivíduo”<sup>331</sup> e as condições de produção de quem narra e constrói memória e esquecimento. Baseado nesse debate, Alexandre Avelar mostra como isso pode redimensionar as problemáticas concernentes à escrita da História e as relações sociais. Assim, a análise da “escrita biográfica revelar-se-ia como lócus privilegiado para alargar compreensão do passado sem tomá-lo como uma unidade dada e coerente, mas como um campo de conflitos e de

<sup>327</sup> GIRARDET, *op. cit.*, p. 13.

<sup>328</sup> *Id.*, p. 80-81.

<sup>329</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 57.

<sup>330</sup> BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 184.

<sup>331</sup> LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: *Ibid.*, p. 169-170.



construção de projetos de vida” para outrem, o que inevitavelmente tem relação com as demandas dos que aqui estão.<sup>332</sup>

Por mais que alguns imaginem-se enquanto arautos da imparcialidade, sabe-se que não há como apagar a particularidade de onde se fala. O instigante pode ser perceber quais são as retóricas argumentativas que usam para legitimar uma narrativa na disputa pelo reclame da capacidade de falar sobre o passado. Destacamos três: a retórica testemunhal, que toma a memória de quem viveu o acontecimento narrado como fonte de verdade incontestada e não como indício de interpretação do passado propício às interferências do presente de quem narra; a retórica literária, que envolve o leitor em universo imaginário e, embora possa se direcionar tanto ao acontecimento a que se reporta quanto ao presente de onde se narra, não tem no seu pacto com o leitor um compromisso primordial com o verossímil; e a retórica científica, que utiliza recortes, temáticas e problemas para abordar o acontecimento tomado como objeto de estudo através de metodologias, mas que também parte de um dado lugar social de observação que baliza sua narrativa na busca da verossimilhança. Evidente que não se trata de colocá-las no mesmo invólucro, uma vez que as versões produzidas têm claras distinções, mas de perceber que são constituídas em campo de relações de força, que o lugar social dos autores desvela-se tanto na estruturação externa e interna da obra, quanto na condução da narrativa, e que não há possibilidade de atingir suposta verdade absoluta.<sup>333</sup>

Nessa perspectiva, o historiador pode tentar identificar as múltiplas representações colocadas em jogo nessa disputa sobre a narração do passado. Como sugerimos, o pesquisador também não está imune em sua pesquisa. Daí o exaustivo esforço de evidenciar seu lugar mostrando os recortes analíticos de que lança mão, pois são fundamentais para explicitar de onde figuram suas interpretações que tentam lançar novas luzes sobre o tema estudado, e não esgotá-lo. Como bem ressaltou Paul Ricoeur, a representação historiadora resulta de rigorosa “operação historiográfica” fundamentada em pacto com o leitor, cuja tentativa é produzir um “lugar-tenência”, uma “representação-suplência”, uma “representância”, quer dizer, uma verossimilhança possível de se alcançar do acontecimento narrado adequados à exigência veritativa do saber histórico:

O enigma passado é finalmente o de um conhecimento sem reconhecimento.  
(...) É mesmo, a meu ver, com a representação historiadora, que esse aumento de significação chega ao seu acúmulo, precisamente por falta de

<sup>332</sup> AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões*.

**Dimensões**, Vitória, vol., 24, 2010, p. 170.

<sup>333</sup> Cf. CERTEAU, Michel (1982); RICOEUR, Paul (2007); SARLO, Beatriz (2007); CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (1997).

intuitividade. Ora, esse acréscimo de sentido é o fruto da totalidade das operações historiográficas. Deve assim ser creditada à dimensão crítica da história. A ideia de representância é então a maneira menos ruim de homenagear um procedimento reconstrutivo, o único disponível a serviço da verdade em história.<sup>334</sup>

A partir dessa necessária discussão, passamos enfim para uma leitura a contrapelo das obras de Vera Ferreira, Abraão Batista, Daniel Lins, Hilário Lucetti e Marco Feitosa em três planos de observação que irão aos poucos se entrecruzando. O primeiro é perceber seus lugares sociais; a estrutura externa e interna das produções; as retóricas que usam para legitimar suas narrativas; o cerne do texto de cada um; e alguns aspectos de suas circulações. O segundo é analisar como as narrativas corroboram com representações estruturantes de Lampião - “injustiçado”, “mal-dito”, “cruel” e “assassino” -, observando em que medida estão balizadas por paradigmas de explicação do cangaço entendido enquanto um mito nordestino. O terceiro é elucidar as relações entre memória e história do cangaço buscando ensaiar uma representância do próprio fenômeno. Como se pode notar, trata-se de tentativa de estudo do mito que elucide, ao mesmo tempo, a história dos indivíduos que constroem e desconstroem seus significados e a história do significante a que se reportam.

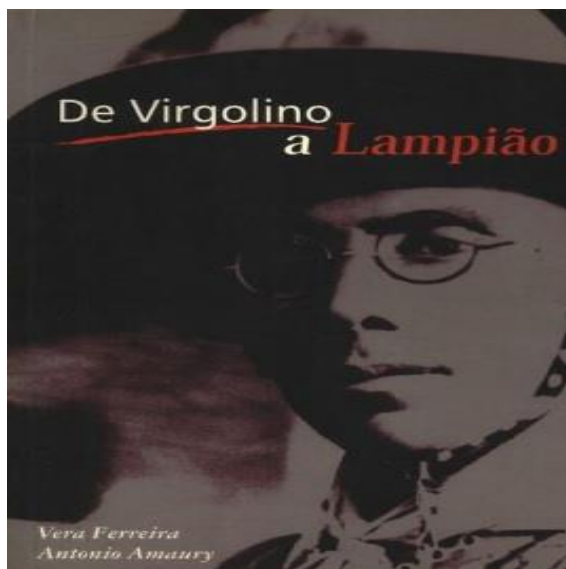
### 3.2.1. “*Injustiçado*”

A sergipana Vera Ferreira é uma das familiares de Lampião que mais se dedica a preservar a memória do cangaceiro. Nascida em 1956, na cidade de Aracaju, Vera é neta de Virgulino, jornalista de formação e pesquisadora memorialista do assunto. Esteve presente em vários empreendimentos memoriais que contribuíram com o fortalecimento da memória do cangaço na cena pública, principalmente no estado de Sergipe, atuando na busca de suporte para “reconstruir a história do cangaço através da preservação de depoimentos, material iconográfico, objetos e pertences dos cangaceiros”. Destaca-se sua participação no conflituoso processo do tombamento da Grota de Angico na década de 1980. Por esses motivos, mas, sobretudo, pela ligação sanguínea com o cangaceiro, coloca-se frequentemente como legítima guardiã da memória do cangaço, portadora de uma suposta verdade. Na época do centenário, publicou, em parceria com o memorialista Antonio Amaury Corrêa de Araújo, o seu primeiro livro, *O Espinho do Quipá - Lampião, a História*, em 1997. Pouco depois, em 1999, o livro foi reeditado com o título *De Virgulino a Lampião*. Este é o que vamos analisar.

---

<sup>334</sup> RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 296.

Figura 12 - Livro “De Virgolino a Lampião”



Fonte: Vera Ferreira e Antonio Amaury

O livro estampa em sua capa um registro fotográfico de Lampião feito quando esteve no Cariri cearense, em meados da década de 1920, por ocasião do dito convite para receber patente de capitão do Batalhão Patriótico na luta contra a Coluna Prestes. A escolha busca ressaltar um ar oficialesco, sério e enigmático do cangaceiro. Na parte interna da obra, a divisão narrativa do livro segue sua trajetória cronológica ano a ano. Trata-se de obra basicamente memorialista que utiliza retórica testemunhal e compilação de fontes para confirmar informações ditas verdadeiras como se existisse meio de atingir interpretação absoluta do tema. Apesar da pretensa imparcialidade que anuncia, alguns interesses que demarcam seu lugar social estão explícitos. Em texto introdutório, no qual Vera se propõe a responder a questão “cangaço - por quê?”, lemos o seguinte:

Escrever esse livro é resgatar uma promessa feita a mim mesma. Devo isso a Cristina Matta Machado [pesquisadora], que, em 1969, reuniu em São Paulo Dadá, Balão, Criança, Zé Sereno, Sila, Labareda, todos ex-cangaceiros; a mamãe, filha única de Lampião e Maria Bonita; e eu, que tive o privilégio de estar presente nesse encontro histórico. Quando encontrei pela primeira vez os ex-cangaceiros e, ao falarem do meu avô, percebi que, mesmo ausente, era por eles respeitado e querido. Senti naquele momento um grande orgulho. (...) Foi na convivência inicial com eles que comecei a ter ideia do que era o cangaço, ouvindo-os falar sobre aquela época, comportamentos, dificuldades, tristezas e alegrias. Compreendi que havia algo mais do que havia ouvido até aquele momento, ou seja, que a raça de Lampião não prestava. E foi quando prometi a mim mesma que iria fazer um grande trabalho sobre meu avô, sobre o cangaço. Desde então, não parei mais de buscar, de ouvir e de ir até os lugares que fizeram parte do cangaço direta ou

indiretamente, buscando fontes e pessoas que pudessem contribuir com as informações. (grifo nosso).<sup>335</sup>

Delineado no contato com alguns ex-cangaceiros, o interesse da neta de Lampião pelo cangaço acabou transformando-se em promessa de pesquisa. A demanda basilar da autora parece ter sido retirar o estigma de que “a raça de Lampião não prestava”. A pretensão incide claramente no seu raciocínio sobre o assunto. Na sua escrita, o misto de “riqueza e pobreza natural do Nordeste” é destacado, mas o que ganha evidência é o sertão de clima seco, onde “um homem pode levar uma existência anônima, miserável e sem perspectivas”. Todavia, sinaliza igualmente que “a vida tem suas esquinas, onde as circunstâncias conspiram para mudar os rumos do destino de cada um e de todos nós. Numa dessas, Virgulino Ferreira virou Lampião e fez história”.<sup>336</sup> A seguir, trechos do livro referentes à entrada de Virgulino no cangaço, da vivência bandoleira e do seu inevitável encontro com a morte:

O sertão do Nordeste brasileiro tem sofrido poucas alterações ao longo do tempo, tanto no aspecto climático quanto no social. (...). A índole do nordestino é, normalmente, humilde, pacífica e cordata. Mas, quando resolve dizer não, o nordestino vira leão e grita sua revolta na cara da minoria opressora. (...). Do meio do povo sertanejo rude e maltratado surgiram os cangaceiros mais convictos de que lutavam pela sobrevivência.<sup>337</sup>

Virgulino Ferreira era um trabalhador. Do tratamento duro e injusto que o trabalhador Virgulino Ferreira e sua família receberam surgiu Lampião, o ‘Rei do Cangaço’ (...). Lampião subverteu a ordem imposta, mesmo que não fosse seu objetivo. (...). Onde lutou Lampião ainda estão, nos dias de hoje, as sobras da subserviência, a presença maciça da ignorância, a exploração dos pequenos e dos humildes. E, de forma geral, também a indiferença nacional continua a mesma. (...)<sup>338</sup>

Quase nada mudou desde os tempos em que Lampião decidiu que não seria mais o trabalhador Virgulino Ferreira, já que não valia a pena. E o pouco de paciência que tivera se acabara por causa dos abusos. Se quase nada mudou, se as circunstâncias continuam as mesmas, podemos concluir que o terreno que gerou Lampião ainda está lá, esperando novas sementes.<sup>339</sup>

Tudo nesta vida tem começo, meio e fim. A ninguém é dado escapar dessa inevitável sequência. Com Lampião não poderia ser diferente. (...) A verdade é que Joca Bernardes, o coiteiro que denunciou a presença de Lampião e seu grupo na região, foi o verdadeiro Judas de Angico. Por motivos pessoais, Joca havia denunciado que outro coiteiro, Pedro Cândido, estava escondendo Lampião. (...) Todos os cangaceiros mortos tiveram suas cabeças decepadas. Esses macabros troféus foram levados em cortejo triunfal e exibidos em várias cidades de Alagoas até chegarem a Maceió. Mais tarde, as cabeças de

<sup>335</sup> FERREIRA, Vera; AMAURY, Antonio. **De Virgulino a Lampião**. São Paulo: Ideia Visual, 1999, p. 7.

<sup>336</sup> *Id.*, p. 23.

<sup>337</sup> *Id.*, p. 27-28.

<sup>338</sup> *Id.*, p. 28-29.

<sup>339</sup> *Id.*, p. 29.

Lampião e Maria Bonita foram transferidas para o Instituto Nina Rodrigues, em Salvador, onde permaneceram até 1969. Nesse ano, foram enterradas no cemitério das Quintas. (grifo nosso).<sup>340</sup>

O enfoque da autora é mostrar que, por um lado, Lampião era inicialmente um trabalhador e, por outro, que os motivos da sua entrada no cangaço foram as adversidades do meio natural e as injustiças sociais que lhe atingiram. As arbitrariedades teriam se manifestado igualmente no momento da morte, com a decapitação das cabeças, seguida da exposição pública delas pelos estados nordestinos, ficando por quase três décadas sem sepultamento, sob justificativa de servirem de estudo da criminalidade. Ressalta que o cangaceiro não é nenhum tipo de revolucionário, mas diz que, ainda assim, foi responsável por mudar a ordem de contradições sertanejas, mesmo que esse não fosse seu objetivo. No desenrolar do livro, o cangaceiro vai sendo forjado como indivíduo que é tomado como exemplo de luta contra a subserviência na região nordestina.

\*\*\*

O professor-poeta cearense Abraão Batista tem uma relação ambígua com Lampião nos seus trabalhos em torno da cultura nordestina. Nasceu em 1935, na cidade de Juazeiro do Norte, interior cearense. Embora possua formação acadêmica no curso de Farmácia e tenha sido professor universitário de biofísica na Universidade Regional do Cariri (URCA), ficou conhecido por sua larga produção na seara da literatura de cordel, a qual mais se dedica. Nesse trânsito entre o universo dito erudito e popular, participou indiretamente de iniciativas memoriais de preservação da memória do cangaço. Foi em sua gestão enquanto secretário de Cultura e Turismo de Juazeiro do Norte que, em 1983, criou-se o Centro de Cultura Popular Mestre Noza, destinado a congregar artistas populares em espaço que lhes serve para expor e comercializar suas obras. O poeta não tem tantos cordéis sobre o cangaço, se comparado a outros temas, como os relacionados ao Padre Cícero, devido a sua religiosidade, mas os que produziu tiveram grande circulação.<sup>341</sup> No período do centenário, teve alguns cordéis reeditados, dentre eles o *Imaginário de Lampião sobre seus eleitores, amigos e admiradores*, publicado inicialmente em 1991. Escolhemos esse cordel porque expressa bem a citada relação contraditória que o poeta tem com o cangaceiro.

---

<sup>340</sup> *Id.*, p. 234-235-237

<sup>341</sup> Destacamos o *Lampião contra o Kung Fu* (1975), *João Peitudo, o filho de Lampião e Maria Bonita* (1982) e o *Imaginário de Lampião sobre seus eleitores, amigos e admiradores* (1991). Os três foram reeditados em 1997 por ocasião do “Simpósio 100 anos de Lampião”.

Figura 13 - Cordel “Imaginário de Lampião sobre seus eleitores amigos e admiradores”



Fonte: Abraão Batista

A xilogravura da capa tem a lavra do autor e mostra Abraão e Lampião sentados, frente a frente, numa bancada que tem ao canto a escultura de Padre Cícero. Trata-se de folheto composto de diálogos entre o poeta e o cangaceiro centrados nos polêmicos debates sobre a criação de estátua para o cangaceiro na cidade de Serra Talhada-PE, em 1991, que teve uma grande repercussão. Com retórica literária, elabora um tipo de conversação que combina explicitamente a relação entre imaginação e historicidade em torno dos acontecimentos, uma vez que também baseia-se neste referencial. Para entender seu pensamento, vejamos as primeiras estrofes do cordel:

‘Não matarás’, disse Deus,  
Ama com o teu coração  
Sede justo nos teus dias  
Tenha na mente o perdão  
Ama ao próximo como a ti  
- eis da vida, a razão. (...)

O homem, como o diabo  
A Deus desobedeceu  
Profanou a Sua casa  
E do Criador se esqueceu  
Assassinou seu irmão  
E nas trevas se escondeu <sup>342</sup>

Disso assim eu me lembrei  
Quando soube que Lampião

<sup>342</sup> BATISTA, Abraão. **Imaginário de Lampião sobre seus eleitores amigos e admiradores**. [1991]. 2ª ed. Juazeiro do Norte: Gráfica Mascote Ltda, p. 1.

Ia ter uma homenagem  
Bem no meio do sertão  
Tal a do Cristo Redentor  
E Padre Cícero Romão.

Procurei me transportar  
Como um ser imaginário  
À procura de Lampião  
 Dentro do meu calendário  
 Trazendo seus pensamentos  
 Para este vocabulário.

Ligeira, a Natureza  
Para mim apareceu  
Trazendo, ela, consigo  
Com todo seu apogeu -  
Lampião, todo armado  
Como antes ele viveu. (grifo nosso).<sup>343</sup>

No folheto, a religiosidade de Abraão tem relevado destaque. A evocação do mandamento bíblico “não matarás” prenuncia o julgamento que atribui aos cangaceiros, conhecidos por praticarem o pecado do assassinato. Após destacar as contradições de se construir estátua para Lampião em Serra Talhada, que nem a de Padre Cícero em Juazeiro do Norte ou a de Jesus Cristo no Rio de Janeiro, o poeta se propõe a encontrar imaginariamente o cangaceiro talvez para entender melhor essa história e tirar conclusão mais segura. Levando em consideração sua biografia, a demanda que orienta sua vontade parece decorrer da valorização dos elementos da cultura nordestina; da ideia de que Lampião era devoto de Padre Cícero; e de que o verso “tenha na mente o perdão” é uma variação de outro mandamento religioso. No encontro com o cangaceiro, demais interesses do poeta e as facetas que constrói para Lampião entram em cena:

[Abraão]: Lampião disse para mim:  
 [Lampião]: Estou aqui ó Abraão  
Trago-lhe uma mensagem  
 Quero compreensão  
 Meu pensamento é este  
 Estou lúcido e com razão.

[Lampião]: Na terra eu matei muitos  
Pra isso eu fui forçado  
 O direito que eu tinha  
 Brutalmente foi tirado  
 O sonho de minha vida pro lixo foi jogado.<sup>344</sup>

---

<sup>343</sup> *Id.*, p. 2.

<sup>344</sup> *Id.*, p. 2.

[Abraão] O erro não justifica  
Com outro erro encobrir  
 A violência é má  
 Ela só faz proibir  
 O caminho dado pro homem  
 Para com Deus prosseguir. (...) <sup>345</sup>

[Lampião]: Eu entrei para o cangaço  
por causa da injustiça  
da sociedade perversa  
que o domínio cobiça;  
por causa dos coronéis  
da sua prática e imundaça (...) <sup>346</sup>

[Lampião]: Não mereço a homenagem.  
Diga isso para o povão;  
Se pudesse, eu voltaria  
Para dar uma lição  
 Nos tomadores de terra  
 Que destroem o meu sertão. (...) <sup>347</sup>

[Abraão]: Piores que Lampião  
Palhaceiam em Brasília –  
 Os marajás, os corruptos  
 Que destroem a família  
 Deputado, traficante  
 Na impunidade, vigília. (...) <sup>348</sup>

[Lampião]: Esta estátua que querem  
para me homenagear  
que sirva como lição  
Para quem pensa enganar  
O grande povo brasileiro  
Que se abusa de esperar. (...) <sup>349</sup>

[Lampião]: Perdoe-me ó Jesus Cristo  
E o Padre Cícero Romão -  
Querem acabar com o Brasil!  
Filhos da égua e do cão...  
 [Abraão]: Valei-me Nossa Senhora  
 Aqui assino - Abraão. (grifo nosso). <sup>350</sup>

Nos versos do poeta, em que as contas do passado sombrio de Lampião são cobradas, o seu sentimento ambíguo pelo cangaceiro começa a ser desfeito por sua forte politização. Por um lado, Abraão mostra através da fala imaginária de Lampião que ele não merece a construção da estátua, pois, embora tenha entrado para o cangaço por culpa da

---

<sup>345</sup> *Id.*, p. 3.

<sup>346</sup> *Id.*, p. 4.

<sup>347</sup> *Id.*, p. 5.

<sup>348</sup> *Id.*, p. 6.

<sup>349</sup> *Id.*, p. 7.

<sup>350</sup> *Id.*, p. 8.



“sociedade perversa”, sabe-se que um “erro não pode justificar outro”. Mas, por outro lado, diz que existem “piores que Lampião”, como os “políticos corruptos” do país, dando a entender que a homenagem ao cangaceiro pode “servir como lição” para aqueles que pensam em “enganar o povo brasileiro”. No cordel, Lampião aparece como cangaceiro arrependido e consciente de seus crimes que poderia ser usado para amedrontar ludibriadores.

\*\*\*

A familiar do cangaceiro Vera Ferreira elabora raciocínio que corrobora com a representação de Lampião enquanto um injustiçado com propensão a ser justiceiro. Trata-se de imagem bastante difundida talvez por ser mais fácil de manipular, pois o sentimento de sofrimento tem capacidade de unir simbolicamente as pessoas com propósito de tirar lição de passados que envolvem algum tipo de dor. Por isso que sujeitos mais adversos ao cangaceiro, como o professor-poeta Abraão Batista, tendem a ressignificar Lampião de forma semelhante. A representação é balizada pelo paradigma marxista que é usado para atender demandas de denúncia do abandono, fome e miséria da região nordestina e costuma tomar o cangaceiro como revolucionário por ter idealmente combatido isso. Historicamente, alguns cangaceiros entraram na vida bandoleira em função de quadros de injustiça social, mas os motivos variavam bastante, pois podiam ser por vingança, refúgio e trabalho, visto que o cangaço também era um rendoso meio de vida.<sup>351</sup> Como essas eram suas necessidades básicas, o ser justiceiro dificilmente estaria no horizonte dos cangaceiros.

### 3.2.2. “*Mal-dito*”

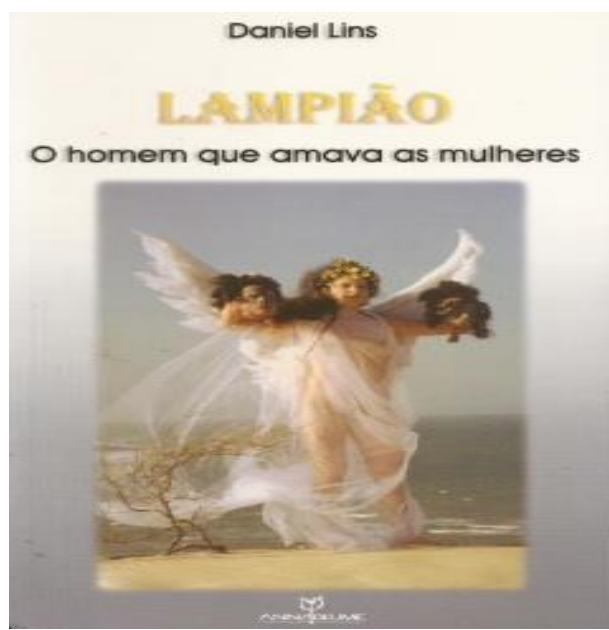
Daniel Lins é um intelectual pernambucano que destinou grande parte de suas pesquisas ao cangaço. Nascido em 1943, Lins foi estudar no exterior ainda jovem. Depois de residir pouco mais de duas décadas na França, onde se formou em sociologia, psicanálise e filosofia na Universidade de Paris, defendeu sua tese de doutorado intitulada “Imaginário da Ordem e Violência no Brasil - estudo de um caso: Lampião e o Cangaço”, em 1990, e voltou em definitivo ao país de origem, uma vez que antes vinha mais para realizar pesquisa de campo. Na volta, estabeleceu-se no estado cearense enquanto professor da Universidade Federal do Ceará, em 1994, articulista do jornal O Povo, em 1995, e de coordenador de editoração da Secretaria de Cultura do Ceará (Secult-CE), em 1996. Nessa posição, ele foi um dos principais mediadores do fortalecimento da memória do cangaço na cena pública

---

<sup>351</sup> Cf. MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

cearense, promovendo exposições e eventos comemorativos, lançando livros, etc. Destaca-se em particular sua curadoria em pioneira exposição exclusiva do tema na capital cearense, “Cangaço: Ética e Estética”, realizada no Palácio da Abolição, sede da Secult-CE, em 1995. No período do centenário, desenvolveu parte de sua tese e a publicou no livro *Lampião, o homem que amava as mulheres*, em 1997.

Figura 14 - Livro “Lampião, o homem que amava as mulheres”



Fonte: Daniel Lins

O livro tem na capa uma fotografia do filme *Corisco e Dadá*, do cineasta Rosenberg Cariry, que recebia grande investimento estatal da Secult-CE, o que mostra a relação de Lins com a Secretaria e a semelhança do livro com a proposta do filme, que dizia ser um contraponto à narrativa “reducionista dos vencedores”. A escolha da cena em que um ser divino ergue as cabeças decepadas dos cangaceiros parece uma analogia a sua tentativa de revisitar a memória do assunto que acreditava ser bastante estigmatizado pelo discurso oficial. A estruturação narrativa do livro é mais temática do que cronológica, e a questão central é perceber como a entrada das mulheres no cangaço, na década de 1930, modificou sua ordem simbólica. O autor busca legitimar-se através da retórica científica à medida que tem, por um lado, constante diálogo entre teoria e evidência e, por outro, não se propõe a desvelar verdade absoluta, mas construir interpretação a partir de determinados problemas. Em certa entrevista, deixa transparecer interesses que nos permitem entender melhor o seu lugar social:

O livro conta uma pequena história, com a presença de Lampião. (...) Quando o leitor já está bem habituado com o personagem, entro em 1930,

quando as mulheres ingressaram no cangaço. É um livro que utiliza muito a psicanálise, é muito antropológico. Não é um livro comum sobre o cangaço. Não é difícil, mas também não é muito fácil. (...) O que eu procurei foi, sobretudo, saber como é que as mulheres vão mudar ou não a ordem do cangaço. (...) Ao conversar com a Sila, com outras mulheres, você só sente que elas têm carinho. A Sila, ainda hoje, quando fala nele [Lampião], se emociona. A Dadá, outra cangaceira, também tem muito carinho por ele. E eu pensei: ‘gente, deve ter alguma coisa nesse homem para que essas mulheres fiquem tão emocionadas’. Deve ter alguma coisa de profunda. E eu fui em busca dessa profundidade, desse corpo amoroso, que é o corpo de Lampião. E é uma coisa inédita, porque todo mundo procura o corpo do diabo. E não o corpo do anjo que ama. E aí a relação com as mulheres, quando algumas ficavam grávidas, o cuidado que ele teve, o amor que teve por Maria, a angústia que ele sentiu quando teve um problema no bando, e a Lígia teve que ser condenada à morte (...). (grifo nosso).<sup>352</sup>

O interesse de Lins surge da percepção de um lado humanizado do cangaceiro que é potencializado no contato que teve com ex-cangaceiras. A demanda do estudo decorre da sua disposição tanto pelo imaginário da dita cultura do pobre quanto pelas relações de gênero. Para o autor, não é apenas o destino do cangaço que vai mudar com a chegada das mulheres, mas o destino de um homem - Lampião. Lins desenvolve a ideia sinalizando que a “violação na cultura brasileira e nordestina, em particular, trouxe consequências muito graves para o destino da mulher”, pois, “além do sofrimento físico e moral, o machismo tradicional no Nordeste deu lugar ao estigma contra a mulher violada pelos cangaceiros ou pelos soldados, através, sobretudo, de repúdio das vítimas”.<sup>353</sup> O debate pode ser aprofundado a partir de algumas questões que coloca relacionadas a essa mutação de Lampião, principalmente da sua parte maldita, sendo uma delas a citada prática da violação, quer dizer, do estupro:

A parte maldita de Lampião causa não apenas o horror ao leitor e ao narrador (...). Independente do voyeurismo de uns e das fantasias de outros, a fascinação de Lampião pela nudez - feminina ou masculina - é um fato comprovado. Ora resultante de uma punição, ora prelúdio de um bacanal imaginário ou real, Lampião demonstrou uma admiração, logo transformada pela ficção, em excitação e ‘instinto’ perverso, tanto pela nudez feminina - nos bailes - quanto masculina, como modelo pedagógico de punição! (...)<sup>354</sup> Apesar do não-dito dos sertanejos, não-dito que provoca mutismo, consequência certamente da cultura da vergonha e da culpa - mas que não justifica por isso a violência dos soldados ou dos cangaceiros contra as

<sup>352</sup> URANO, Eveline. *Lampião, mulheres e violência*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 7 de outubro de 1998. Caderno 3, p. 7. Na ocasião desta entrevista, Lins comentou um pouco mais sobre a relação entre a sua tese de doutorado e o livro ao receber a seguinte pergunta – “O livro é resultado da sua tese de doutorado. Como foi feita a seleção dos capítulos que deveriam entrar na obra?” A resposta foi – “Na verdade, o livro é um capítulo de minha tese, que tinha, mais ou menos, mil páginas. Quando comecei a fazer a tese, pensei em publicar depois esse capítulo, que tinha 40 páginas. Fui fazer a revisão, vi tanta coisa nova, tanta coisa que eu tinha ainda, que resolvi ampliá-lo. Então é isso: o livro vem da tese, mas a ultrapassa completamente.”

<sup>353</sup> LINS, Daniel. **Lampião, o homem que amava as mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997, p. 98

<sup>354</sup> *Id.*, p. 99 e 101.

mulheres -, a responsabilidade das mulheres violadas se conjuga, nesse contexto, em todos os tempos. (...) A emergência de uma nova ordem amorosa, ao contrário de ‘amolecer’ os machos, acrescentou ao corpo guerreiro um elemento de prazer acoplado à consciência, ao pensar-feminino (...).<sup>355</sup>

O papel sociossexual imposto às mulheres pela sociedade brasileira e nordestina, em particular - aprendizado da passividade, da oblatividade e da submissão; priorização da esfera afetiva e doméstica etc. - absolveia, até certo ponto, as práticas criminosas dos cangaceiros contra as mulheres, antes da chegada de Maria Bonita. Gerir a emoção e impor ao espaço masculino a força do diverso feminino, abrindo, embora timidamente, as portas da percepção a uma nova ordem amorosa, eis o papel fundamental desempenhado, no movimento do cangaço, pelas mulheres. Ao transformar o estupro e a prostituição – considerados, insisto, como práticas sexuais correntes, espécie de erotismo masculino, na economia sexual sertaneja e brasileira - em conquista amorosa e império da paixão, as cangaceiras delinearão um momento histórico. Mas não só. Elas acrescentaram ao imaginário da mulher uma força e uma personalidade até então negadas ou repudiadas pela ordem patriarcal, masculina por excelência.<sup>356</sup>

Nesse ponto, os cangaceiros deram um grande exemplo de autonomia, motivados não só pela necessidade de sobrevivência, como também pela própria cultura calcada na independência. (...) A ‘revolução feminina’ no interior do cangaço deixou emergir, do ator cangaceiro, guerreiro e heroico, um momento de profunda jubilação, quando, permeado pela cultura feminina, o ‘monstro’ de ontem se transformou no apaixonado, ‘divino’, de hoje. (grifo nosso).<sup>357</sup>

Apesar da crença de que a entrada das mulheres em bandos enfraquecia o corpo do cangaceiro, Lins ressalta que elas potencializaram mudança ética que teria contribuído para que estes bandoleiros fugissem dos códigos da sociedade tradicionalmente patriarcal, “onde a política do macho organizou, a sua maneira, a morte simbólica da mulher”. Enfatiza que tais ‘homens extraordinários’ - escaparam a qualquer código, inclusive, ‘quando necessário’, ao código masculino de honra, axioma primordial da cultura do sertão”, abrindo-se mais à festa perene do corpo, do gozo, da vaidade, do prazer, da liberdade.<sup>358</sup> Nesse último sentido, convém destacar considerações suas de outro texto da época que ajudam a elucidar o ponto acenado. Em “O corpo do herói - a santa virilidade ou a fraqueza dos fortes”, percebemos que essa mudança de ética também aconteceu porque alguns valores já eram praticados pelos cangaceiros, pois observa-se que o amor de Lampião pelo ouro e pelas joias era visto por alguns não apenas enquanto objetos de adornos guerreiros, mas como um traço marcante de “vaidade feminina”; que, antes da “entrada das mulheres, o desejo homossexual circulava,

<sup>355</sup> *Id.*, p. 103 e 121.

<sup>356</sup> *Id.*, p. 134.

<sup>357</sup> *Id.*, p. 135.

<sup>358</sup> *Id.*, p. 104-5

rondava o universo fechado de homens às voltas com a solidão prolongada, lutando contra a fome de sexo e contra os sonhos eróticos (...); e que depois, sobretudo com a entrada das mulheres, “festejaram através do sexo sua existência dando à fragilidade de seu cotidiano a força necessária para domar a morte presente nos sonhos e poros de todos”.<sup>359</sup> Em resposta aos que exclamam nunca terem escutado “essas conversas”, sugere que elas não teriam sido tão registradas pela história oral semelhante a outras práticas, tornando-se assim uma parte maldita, silenciada por culpa e/ou vergonha.<sup>360</sup> No seu livro, o cangaceiro é visto como referencial que contrapõe uma cultura patriarcal marcada pela figura do cabra-macho. É preciso, entretanto, ter perspicácia analítica com esse ponto devido às banalizações suscitadas de diferentes lugares:

O estado amoroso levou os cangaceiros a afrontarem sua própria ambivalência em relação à mulher, ao sexo, às fantasias. Não se deve esquecer que o cangaço era um ‘clube’ reservado os homens. Por causa de seus códigos masculinos, costumes, culto à estética e, sobretudo, paixão da moda, das cores, dos tecidos finos, ou ainda por necessidades estratégicas, alguns aprendizes de feiticeiro foram levados a apontar, apressadamente, uma homossexualidade latente dos cangaceiros, beirando a passagem ao ato entre os cabras machos. Se, como vimos, o desejo homossexual permeava, eventualmente, os gestos, as brincadeiras ou as danças, em tempo de paz, dos cangaceiros; na fase atual, contudo, de minhas pesquisas, posso apenas falar - e isso com prudência - da existência de uma pedagogia homossexual guerreira mesclada a uma inocência infantil de homens que se recusavam a ‘crescer’. (grifo nosso).<sup>361</sup>

Perdura, todavia, a questão das questões? Quem é mulher? Quem é homem? Quem é o diferente? Quem é o ‘perverso’ de quem? (grifo nosso).<sup>362</sup>

Lampião, herói da virilidade e da força bruta, revela, à medida que percorremos a Saga do Cangaço Independente, narrada tanto pela História Oral, quanto pela escrita triunfante da literatura de cordel, do romance e da profusão de imagens cinematográficas, a relação estreita e multiforme que ele mantém com os atributos e as condutas que são organizadas, classicamente, segundo, uma vez mais, as categorias sociológicas ditas femininas. Herói plural, Lampião não para de nos convidar a desdobrá-lo, até mesmo a desmultiplicá-lo, o que dá ao pesquisador do imaginário o

<sup>359</sup> LINS, Daniel. **O corpo do herói - a santa virilidade ou a fraqueza dos fortes - Estudo sobre Lampião.**

In: (Anpocs), 20, 1996. Disponível em:

<[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=5415&Itemid=361](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5415&Itemid=361)>Acesso em: 17 de julho de 2016. O intelectual entende o herói no sentido grego em que é aquele capaz de realizar grandes façanhas.

<sup>360</sup> Sobre esses não-ditos, o intelectual faz um comparativo à situação contemporânea: “Não se deve esquecer que nos ambientes masculinos - vestiários de estádios de futebol, assembleia de esportistas, saunas, ‘clube do bolinha’, etc. - a mulher é sempre a grande ausente sobre a qual os machos comentam. Uns contam piadas e mentiras escabrosas, outros narram aventuras e conquistas ‘femininas’, muitas vezes, imaginárias. Uns e outros tentam escapar de seus próprios desejos e contornar as ambiguidades de uma homossexualidade latente - geralmente ‘inocente’ - inerente aos jogos e às amizades viris”.

<sup>361</sup> *Id.*, p. 15-16.

<sup>362</sup> *Id.*, p. 16.

sentimento de trabalhar com o sonho ou com o mito. O que significa dizer que, se existe no mito algo equivalente ao ‘coletivo’ de um sonho, não se deve analisar apenas Lampião, mas igualmente os aspectos sócio-históricos, políticos e econômicos do sertão na constituição da sociedade sertaneja e na criação de seu imaginário social. (grifo nosso).<sup>363</sup>

O intelectual Daniel Lins constrói representação da parte mal-dita de Lampião, aquele com uma fascinação pela vida sexual, um forte apego as mulheres, uns ditos traços de feminilidade e que viveu em um ambiente permeado de desejos homossexuais, a qual corrobora com outra imagem de que o cangaceiro poderia ser homossexual, embora o autor não tenha afirmado isso diretamente e conduza seu debate através de problemáticas mais profundas - “o que é ser homem e mulher?” - se somos tão híbridos culturalmente. Tratam-se de imagens com pouca circulação talvez porque sejam vistas justamente como uma faceta maldita que desestabiliza identidades sacralizadas e que exatamente por isso tornaram-se malditas ao fazerem do silêncio o seu lugar cativo.<sup>364</sup> A representação é balizada pelo paradigma pós-moderno por atender à demanda de discussão de gênero que perfura códigos cristalizados e expõe antinomias que cercam as multifaces do ser humano que não se reduzem a algumas idealizações. Assim, toma-se o cangaceiro enquanto representante das contradições culturais da região nordestina, porque não limita sua vivência às atitudes tradicionalistas. Historicamente, compreende-se que essa identidade nordestina do cabra-macho foi inventada através de muitas ações que buscavam afirmar, entre outros aspectos, uma relação de poder calcada na masculinidade encarnada pelo culto ao falo.<sup>365</sup> Em contraponto, a existência de práticas consideradas homoafetivas no sertão nordestino, até entre quem se auto afirma cabra-macho, mas que, por sentimento de culpa ou vergonha, faz seus afetos serem malditos, desvela a fugacidade da identidade idealizada.<sup>366</sup> Como os cangaceiros não estão apartados do contexto histórico em que vivem, sabe-se que eles estavam propensos, semelhante a qualquer indivíduo, a tais circunstâncias. Tentar solucionar o debate na afirmativa do “era” ou “não era” continua sendo, contudo, maneira superficial de lidar com a complexa questão. Ademais, a mudança ética potencializada pelo contato com as mulheres não inibiu completamente atos criminosos entre os cangaceiros.

---

<sup>363</sup> *Id.*, p. 17.

<sup>364</sup> Em alguns momentos Lins utiliza a grafia “mal-dita” possivelmente para enfatizar esse duplo sentido.

<sup>365</sup> Cf. ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

<sup>366</sup> Cf. FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afectos mal-ditos. O indizível nas sociedades camponesas**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008. O autor destaca que a pesquisa foi desenvolvida a partir dos estudos realizados por Daniel Lins referentes às partes mal-ditas do universo sertanejo.

### 3.2.3. “Cruel”

O cearense Hilário Lucetti é um memorialista que tem obra de crítica negativa ao cangaço. Nasceu em 1927, na cidade de Crato, no interior cearense. Por muito tempo, Lucetti foi representante comercial dos negócios de sua família. A profissão parece ter impulsionado a prática da coleta de depoimentos sobre o assunto devido às viagens feitas pelos estados nordestinos. O trabalho escrito que desenvolvia em parceria com o médico cearense Magérbio de Lucena foi tomado diversas vezes em parte da imprensa cearense, especificamente pelo jornal Diário do Nordeste, na editoria Interior, como fonte de desaprovação às iniciativas memoriais que ganhavam a cena pública no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990.<sup>367</sup> A produção foi publicada em 1995 com o título de *Lampião e o Estado Maior do Cangaço*.

Figura 15 - Livro “Lampião e o Estado Maior do Cangaço”



Fonte: Hilário Lucetti e Magérbio de Lucena

Semelhante a outros livros, este traz na sua capa a fotografia de Lampião feita quando esteve no Cariri cearense, nos anos 1920, em função do convite para compor o Batalhão Patriótico que vinha sendo formado para combater a Coluna Prestes. A diferença é que, como o título da obra vem banhado em sangue, atribui-se um sentido de facínora ao cangaceiro. Trata-se de livro memorialista com vinte e quatro biografias de sujeitos envolvidos com o cangaço baseado na bibliografia do tema e em depoimentos de sobreviventes da época do fenômeno, sejam eles ex-cangaceiros, ex-volantes ou ex-coiteiros, os quais são usados para respaldar suposta verdade incontestável através de retórica testemunhal.

<sup>367</sup> Analisamos especificamente Hilário Lucetti por percebermos que deu maior continuidade às pesquisas.

A maioria dos biografados são os próprios cangaceiros. Na introdução do livro, vemos alguns dos motivos que levaram à sua escrita:

(...) lenda não é história. No Brasil, país pobre de heróis, a memória popular dura pouco. Bandoleiros terríveis, desaparecidos há pouco mais de meio século, são hoje louvados por raros atos de benevolência. Valoriza-se muito a lenda do injustiçado que se atirou ao crime como única forma de sobrevivência, sem lembrar que, num imenso país como o nosso, um homem de bem não estaria condenado a fazer do cangaço um rendoso meio de vida, pilhando, torturando e assassinando pessoas inocentes, às vezes por mero sadismo. Com esse propósito, percorremos (...) a verdadeira trilha por onde passaram os cangaceiros. (...). Estivemos em todos palcos entrevistando dezenas de atores aposentados do grande espetáculo que foi o mundo dos cangaceiros (...) (grifo nosso).<sup>368</sup>

A percepção que orienta o escrito parece ter relação com o fato de o autor ser de família abastada de comerciantes que conservou mais a memória de violento dos cangaceiros, já que se constituíam enquanto alvos em potencial deles. Daí a inclinação em afirmar que os cangaceiros não podem ser tomados como heróis por raros atos de bondade; que um homem de bem não entraria na vida bandoleira sob nenhuma circunstância; e que a prática criminosa também era realizada por simples perversão. Na sequência, anuncia que o leitor haverá de concluir que “os cangaceiros, assim como as tropas que os combatiam (com raríssimas exceções), foram excessivamente cruéis com os pobres do campo, os pequenos e médios proprietários e os habitantes das pequenas aldeias”.<sup>369</sup> Outros argumentos que constrói, particularmente ligados à entrada, vida e morte de Lampião, são os seguintes:

(...) E essa é uma história de poucos heróis e incontáveis bandidos. Heroísmo, sim, o daqueles que viviam nos campos, apanhando, à mercê da polícia e dos cangaceiros, morrendo de fome nos anos de seca. Que não passem para a história como ídolos de um povo aqueles que dedicaram toda uma vida à guerrilha, a saques, a estupros e a morticínios, deixando-se de lado os verdadeiros, que dedicaram suas existências à causa do trabalho e da paz.<sup>370</sup>

A cruel verdade principalmente para aqueles que querem transformar Virgulino Ferreira numa espécie de Robin Hood autóctone, nessa terra tão carente de heróis verdadeiros, é que Lampião não se tornou um cangaceiro porque mataram seu pai. Zé Ferreira morreu exatamente porque seus filhos eram cangaceiros num mundo de violência em que a polícia atirava primeiro para perguntar depois.<sup>371</sup>

<sup>368</sup> LUCETTI, Hilário. & LUCENA, Magérbio. **Lampião e o Estado maior do Cangaço**. Crato: Craturismo, 1995, p. 11 e 12.

<sup>369</sup> *Id.*, p. 12.

<sup>370</sup> *Id.*, p. 12.

<sup>371</sup> *Id.*, p. 18.



(...) havia os que eram aliados por nutrirem grande simpatia, dizendo melhor, verdadeira admiração pelo grande chefe cangaceiro, uma espécie de herói que era muito elogiado quando de alguma boa ação geralmente praticada às custas do dinheiro alheio sujo de sangue (...). A moral de Lampião era alguma coisa muito ao sabor da ocasião. Exigia o respeito pela honra das donzelas e senhoras casadas quando por um motivo ou por outro se desejava agradar ou causar boa impressão a uma comunidade. Em se tratando de filha de coiteiro ou de algum amigo rico, redobrava-se o zelo (...). Com a gente miúda das caatingas a coisa era diferente. Os defloramentos e as surras ou ‘gerás’ eram procedimentos frequentes principalmente nas regiões fora de Pernambuco.<sup>372</sup>

Morreu de madrugada, sem heroísmos, no início da luta, sem um tiro sequer, sem ver a correria de seus homens que sem o líder máximo debandavam sem saber o que fazer, assim como um corpo sem cabeça. Não ouviu as gargalhadas fúnebres das ‘costureiras’ do progresso, zombando do último representante maior de um banditismo arcaico que jamais teria lugar nos nossos tempos. (grifo nosso).<sup>373</sup>

O autor continua a crítica afirmando que a ideia do injustiçado é precipitada por diferentes motivos, já que Lampião teria sido o próprio responsável pelo assassinato do pai e que poderia respeitar algumas mulheres, mas dificilmente aquelas pobres. Além disso, coloca que o cangaceiro morreu sem nenhum heroísmo, alvejado por balas de metralhadoras modernas que teriam findado suas práticas arcaicas de banditismo. No cerne do livro, o cangaceiro é visto como um facínora que não pode passar para a história nordestina como herói, porque esse é um lugar para os homens de bem que trabalham em prol da paz.

O memorialista Hilário Lucetti elabora raciocínio que ratifica a representação de Lampião cruel e sem escrúpulos. Trata-se de imagem bastante difundida entre aqueles que costumam fazer qualquer tipo de crítica ao cangaceiro. A representação é marcada pelo paradigma naturalista que pode ser usado para afirmar que as características de “atrasada, primitiva e rústica” atribuídas à região nordestina seriam decorrentes da prática do cangaceiro, por isso o tomam como fera que não teria sido um efeito dessa conjunção, mas uma causa. Historicamente, sabe-se que os cangaceiros foram violentos, que vivenciaram o cangaço como meio de vida e que a ética com as mulheres era seletiva por variar conforme a classe em que elas estavam, mas isso não impossibilita que outras práticas ligadas ao prazer, às festividades e ao respeito às mulheres de classes baixas tenham existido. Além do que notam-se ações que não se enquadram na esfera do dito arcaico, pois alguns dos seus valores podem ser vistos enquanto modernos, como o hábito de adornar a indumentária com objetos de destacado valor, haja vista o chapéu de couro enfeitado com moeda de ouro.

---

<sup>372</sup> *Id.*, p. 22 e 26

<sup>373</sup> *Id.*, p. 42

### 3.2.3. “Assassino”

O cearense Marco Feitosa, nascido no começo da década de 1960, em Juazeiro do Norte, interior cearense, é familiar de vítima do cangaço e teve postura de reprovação ao fenômeno em alguns eventos comemorativos. Ele é funcionário público e advém da família Feitosa, natural de Triunfo, no interior pernambucano, vista como tradicional na política da cidade de Juazeiro, uma vez que o patriarca foi prefeito da cidade por mais de uma ocasião.<sup>374</sup> Feitosa tem interesse nos assuntos culturais sertanejos e chegou a ser presidente da Associação dos Bacamarteiros da Região do Cariri (ABREC), no começo da década de 1990, cuja uma das intenções era “desenvolver o meio cultural e social da região”.<sup>375</sup> Contraditoriamente ou não, a expressão artística dos bacamarteiros, em sua exibição de tiros em festividades, acaba difundindo memória cangaceira, pois uma de suas práticas é trajar-se com a indumentária do cangaço. O certo é que não se envolveu em iniciativas diretas de crítica ao cangaço. Na época do centenário, porém, posicionou-se contra evento do centenário de Lampião, realizado em Juazeiro do Norte, em 1997, na Fundação Memorial Padre Cícero.

Figura 16 - Fotografia “Vítimas do cangaço”



Fonte: Marco Feitosa

<sup>374</sup> O citado patriarca é o médico Antônio Conserva Feitosa que foi para Juazeiro do Norte-CE na década de 1940. “Exerceu três mandatos como prefeito na cidade e um como deputado estadual, entre os anos de 1945 e 1962”. Cf: LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Uma carreira política e vários modos de legitimação*. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (organizadores). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004, p. 247-267.

<sup>375</sup> Cf. Associação dos Bacamarteiros do Cariri. **Livro de Ouro dos Bacamarteiros**. 1º Batalhão Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte: S/I, 1990. In: acervo pessoal de Marco Feitosa.

Na ocasião, Marco Feitosa teve lugar no evento enquanto depoente. Mesmo assim, produziu materiais de protesto, como faixas e panfletos, em ato de desaprovação à efeméride, talvez porque os assuntos que buscava colocar em pauta não tiveram a atenção que almejava. Os atos foram silenciados na maioria dos registros, mas foram capturados pela imprensa dita alternativa de Juazeiro, que tentava registrar o evento sob diversos olhares, até os mais desviantes. Os eventos foram vistos pela família Feitosa como um tipo de afronta aos membros dessa dita família tradicional política que tinha conhecimento de caso de assassinato de seus parentes por cangaceiros, cuja memória foi aflorada no momento. A necessidade da insurgência vem da intenção de reparar a dignidade dos familiares que estaria sendo desprestigiada por ações comemorativas. No panfleto escrito por Feitosa, podemos identificar demais motivações do ato e algumas imagens que constrói dos cangaceiros:

“Para subsídios àqueles participantes do I SIMPÓSIO SOBRE O CENTENÁRIO DE LAMPIÃO, que se realiza no Memorial Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, de 4 a 7 de julho de 1997, seria importante agendar entre os assuntos sobre o tema aquele que se refere às VÍTIMAS DO CANGAÇO, através de depoimentos reais que quase ninguém teve coragem de contar, como testemunha ocular ou depoentes secundários.

Atualmente, podemos apresentar alguns desses depoimentos de vítimas ou familiares delas, ainda existentes, bem como documentos deixados de pessoas falecidas, contando os tipos de violência dos cangaceiros, em forma de atacantes, ladrões, assassinos frios, tocaieiros, defloradores, chantagistas, torturadores e sequestradores, súmula dentro da qual Lampião também deve ser estudado.

O pesquisador juazeirense, filho de família de romeiro do alto sertão pernambucano - Triunfo - PE, Dr. Marco Antônio Assunção Feitosa, detém cerca de 60 depoimentos das vítimas da violência do cangaço, dentre elas Pedro Pereira de Lima (Pedro Feitosa), atualmente aposentado, familiares do saudoso comerciante Manoel Amorim dos Santos, capazes de depor sobre os horrores daquela época de Virgulino Ferreira da Silva.

Parte dessa gente ainda hoje vive traumatizada, por ter, direta ou indiretamente, sido vítima da violência daqueles inquietadores dos sertões nordestinos.

Trata-se de assunto relevante para ser estudado, a fim de se buscar o verdadeiro posicionamento na História do famoso Virgulino Ferreira da Silva”.

Juazeiro, 7 de julho de 1997. (grifo nosso) <sup>376</sup>

Nesse libelo, a tentativa de agendar o tema das vítimas no evento significava ter

---

<sup>376</sup> FEITOSA, Marco. **Vítimas do cangaço**. Panfleto de protesto. Juazeiro do Norte, 7 de julho de 1997. In: acervo pessoal de Marco Feitosa.

“coragem de contar” episódios de acentuada violência dos cangaceiros que teriam acarretado em traumas de suas vítimas. A legitimação do que é narrado advém da retórica testemunhal. Feitosa afirma que possui depoimentos de testemunhas oculares e secundárias que idealmente podem comprovar o que está exclamando. No panfleto, o cangaceiro Lampião figura como representante de fenômeno composto de “ladrões”, “assassinos frios” e “defloradores”.

O familiar de vítima do cangaço Marco Feitosa constrói uma imagem que corrobora com a representação do Lampião enquanto assassino capaz de cometer várias atrocidades. Trata-se de imagem que circula com frequência porque é usada por críticos ao cangaço, de forma às vezes até banalizada, uma vez que as facetas assassinas dos cangaceiros parecem ter ficado bem mais no plano do silêncio por conta dos traumas vivenciados pelas vítimas. A representação é marcada pelo paradigma naturalista que está relacionado à demanda usada para associar o atraso nordestino aos cangaceiros que, por conta do meio em que nasceram, teriam se tornado feras em potencial. Historicamente, sabemos que os cangaceiros cometeram muitos assassinatos, mas não é o caso de considerar que isso fosse um destino natural do indivíduo, já que o ingresso na vida bandoleira poderia ter relação tanto com necessidades de indigentes sem maiores recursos, quanto por conveniência daqueles que buscavam expandir suas propriedades de terras.

\*\*\*

A redução na escala de observação do movimento nordestino de ressignificação da memória cangaceira nas (contra)comemorações ao centenário de Lampião evidencia que o mito nordestino esteve em franca disputa. Os grupos, instituições e governanças articuladas em torno do tema são compostos por indivíduos de diferentes gerações, lugares sociais e posicionamentos políticos, tais como Vera Ferreira, Abraão Batista, Daniel Lins, Hilário Lucetti e Marco Feitosa. Suas produções salientam formas de apreensão de um passado que teima em se fazer presente na região nordestina por motivos diversos e são balizadas por alguns paradigmas de leitura que, entre lembrança, esquecimento e silêncio, podem se apropriar do assunto para denunciar um dito abandono social-histórico da região, transgredir traços cristalizados de sua cultura, negar as próprias associações entre ambos, etc.

Os sujeitos em destaque fazem da memória cangaceira um patrimônio cultural nordestino reivindicado, dissonante e contestado na medida em que a cartografam, inventariam, refletem, transformam, difundem, criticam, questionam e negam. Similar ao mito, o patrimônio tem potencial de mobilização, conforme os usos do passado, as demandas do presente e os vislumbres de futuro de quem o aciona. Os semióforos que carregam, ao

indicarem diferentes estratos de tempo, podem trazer à tona algumas das representações estruturantes do cangaceiro Lampião - o injustiçado, o mal-dito, o cruel e o assassino.

As narrativas entrecruzam memórias e histórias. Em exercício de tentar entender suas interfaces, faremos uma reflexão no final do trabalho sobre isso. Porque agora demais questões serão alçadas à análise. A mais imperativa é refletir sobre o que aconteceu com as disputas da memória após as comemorações do centenário.

#### **4 (O)CULTO DO CALENDÁRIO**

#### 4.1. Calendário: a missa do cangaço e as “vítimas do seu tempo”

(...) a cultura como uma ‘memória da coletividade que não se pode legar como herança’ (...) não dá prosseguimento sozinha a si mesmo, sempre precisa ser renegociada, estabelecida e mediada uma vez mais, readquirida.

(Aleida Assman)<sup>377</sup>

Em 17 de abril de 2002, um pouco depois do Julgamento Simulado de Lampião, no Sítio Passagem das Pedras, localizado onde o cangaceiro nasceu, o jornal *Diário do Nordeste* concede destaque a um jurado do Conselho de Sentença que ficou insatisfeito com o veredito de que o cangaceiro seria "absolvido de todos os crimes praticados ao longo de 20 anos de cangaço". No caso, o jurado era o cearense Hilário Lucetti que questionava “a tese da defesa de que Lampião foi vítima do seu tempo” e pretendia recorrer da decisão.<sup>378</sup>

A colocação é expressiva porque difere do que acontece frequentemente no calendário festivo do fenômeno que tem a Missa do Cangaço como um evento central. Partindo disso, seria relevante indagar: quais as marcas celebrativas desse calendário surgido com o movimento de ressignificação da memória cangaceira? Qual o lugar das práticas litúrgicas nesse circuito? Que resistências mnemônicas emergem em torno das iniciativas? Como os jornais cearenses envolvem-se em tais contendas?

O objetivo desta parte é refletir acerca do calendário festivo do cangaço, especificamente nos anos 2000, criado em torno do assunto após as comemorações do centenário de nascimento e sexagenário de morte de Lampião; analisar o calendário dito oficial através da Missa do Cangaço, tentando compreender a recorrência da imagem do cangaceiro como injustiçado; examinar eventos de calendário alternativo por meio dos jornais cearenses para notar outras vivências que podem se aproximar ou se distanciar dessas práticas; observar os (o)cultos celebrativos figurados em cena, quer dizer, os cultos e o que eles ocultam a fim de problematizar representações dos cangaceiros.

##### 4.1.1. A marca celebrativa

O vagalhão memorial do cangaço, surgido após as comemorações para o centenário de nascimento de Lampião, sobretudo da década de 2000 em diante, instiga reflexão sobre suas marcas celebrativas. As efemérides não foram seus únicos fatores, mas

<sup>377</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2011, p. 23.

<sup>378</sup> *Absolvição de Lampião - escritor vai recorrer de decisão*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 de abril 2002. Regional, p. 1.

tiveram participação crucial na criação de um calendário festivo na cena pública. Vislumbram-se essas marcas como rastros com franca ligação às comemorações precedentes ou vestígios de demais celebrações no período. O movimento de ressignificação do tema, que é nutrido pelo desejo de tradição, dever de memória e consumo cultural, contribuiu com o panorama em circunstância nacional, regional e local, sendo que as conturbações ao seu redor podem ser, às vezes, proporcionais aos seus trabalhos. As sortidas valorações que daí vieram não poderiam torná-lo patrimônio cultural nordestino com qualitativo diferente de reivindicado, dissonante e contestado.

Malgrado a volubilidade, constata-se práticas que têm resultado em trabalho de enquadramento dessa difícil memória.<sup>379</sup> O caso é que um efeito dos imbróglis constatado nos anos anteriores foi a culminância de uma ressaca que abriu perspectiva para certo refluxo. A relativa perda de estranhamento de tais valorações mnemônicas como importantes para a história regional, para discutir problemas sociais e para atração turística, trouxe estabilidade às ressignificações. Essa parece ter sido a oportunidade perfeita para que determinados “empreendedores”<sup>380</sup>, os quais vivem quase exclusivamente e profissionalmente do tema, passassem a atuar de maneira a auxiliarem uma intensa institucionalização, espetacularização e naturalização da memória em relação ao que se via outrora. Evidentemente, as tensões não sumiram, mas passaram a ser cada vez mais alvo de crescente desaprovação, silenciamento e até proibição sob justificativa discutível. Caminho interessante para analisar essas questões é a indagação em torno do seu calendário. Antes, porém, precisa-se entender do que isso se trata, como se constitui e quais são seus usos.

O calendário é um objeto sócio-histórico fundamental para que se compreendam certas experiências. Segundo assinalou Krzysztof Pomian, “nós orientamo-nos de preferência pelos eventos externos, cujo número e complexidade influenciam fortemente ou mesmo determinam o comprimento atribuído a intervalos temporais na ausência de indicações fornecidas por determinados artificios, como os calendários que são “instrumentos de medir e dar a conhecer o tempo”.<sup>381</sup> Para Jacques Le Goff, eles vão “muito além do âmbito do histórico, sendo antes de mais nada o quadro temporal do funcionamento da sociedade” e tendo como um dos seus efeitos a constituição de festas destinadas a “perpetuar-lhe a recordação e a vitalidade”, por isso a importância de atentar para a “escolha dos fatos

---

<sup>379</sup> Cf. Sobre o conceito de enquadramento, ver: POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>380</sup> Cf. JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A. 2002.

<sup>381</sup> POMIAN, Krzysztof. Tempo/Temporalidade. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopedia Einaudi**. Volume 29. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 1 e 7.



recordados, estes curiosos caprichos devidos ou não ao acaso, e também as omissões, os subentendidos”.<sup>382</sup> Paul Ricoeur aproxima-se da concepção ao sugerir que as narrativas criam calendários que condicionam uma “passagem do tempo” por privilegiarem ou rechaçarem elementos nessa composição, quer dizer, causarem ruptura com uma prática enquanto se institui uma outra.<sup>383</sup>

As criações, os usos e as evasões dos calendários, que estão ligados ao universo religioso, político, econômico e possuem características distintas, fazem parte do complexo jogo das relações sociais. A coexistência de diferentes tipos de calendários - oficiais, alternativos, populares - não é algo de difícil constatação na sociedade. Disso tudo interessamos aqueles calendários festivos compostos de confraternizações diversas, práticas fúnebres e eventos culturais. O sagaz é perceber que eles podem fazer parte de programa que tem como função controlar a sinfonia variada de significações sociais abafando notas que destoam da finalidade proposta por quem o cria. Conforme Mona Ozouf sinaliza, as festas surgem da necessidade de alimentar, conservar e perpetuar recordações, mas comportam múltiplas vivências.<sup>384</sup> Podem ser tanto objeto de refutação quanto ter seus pontos de referência disputados. Por conta disso, Aleida Assman mostra como a circulação da memória “não dá prosseguimento sozinha a si mesmo, sempre precisa ser renegociada, estabelecida e mediada uma vez mais, readquirida”.<sup>385</sup> Tratando-se de passados sensíveis cabe ressaltar que Elizabeth Jelin chamou atenção que parte dos empreendedores tentam justamente “promover políticas de esquecimento e/ou reconciliação” nos calendários que fomentam.<sup>386</sup>

O calendário festivo do cangaço é cheio de peculiaridades. Trata-se mais de um aglomerado de práticas recorrentes, sistemáticas e repetitivas realizado de forma paralela em diferentes localidades do que de um conjunto de ações instituídas por alguma legislação aplicada apenas num ambiente específico. Os eventos que o constituem são missas, fóruns de debate, simpósios, apresentações artísticas, exposições de fotografias, etc. que tem como tema central o fenômeno. Qualificar alguns enquanto oficiais no calendário não é tão simples, uma

<sup>382</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas: Unicamp, 2013, p. 14, 447 e 478.

<sup>383</sup> Cf. RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 180. Ricoeur concebe que “o tempo do calendário é a primeira ponte lançada pela prática historiadora entre o tempo vivido e o tempo cósmico. Ele constitui uma criação que não depende exclusivamente de nenhuma das duas perspectivas sobre o tempo: embora participe de uma e de outra, sua instituição constitui a invenção de um terceiro-tempo”. A reflexão é direcionada à narrativa do historiador, mas instrumentalizamos a ideia para analisar como as demais narrativas instituem o tempo do calendário.

<sup>384</sup> Cf. OZOUF, Mona. *A festa Sob a Revolução Francesa*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995.

<sup>385</sup> ASSMAN, *Op. cit.*

<sup>386</sup> JELIN, Elizabeth. *?Quienes? ?Cuándo? Para qué? Actores y escenarios de las memorias*. In: **El Estado y la Memoria**. Barcelona: RBA Libros, 2009, p. 118.

vez que esse quadro é igualmente diverso, mas a critério metodológico acreditamos que os eventos realizados no local de nascimento e no local de morte do cangaceiro podem ser vistos assim, porque têm quantidade excessiva de eventos com relevado capital simbólico sólido por acontecerem em locais cruciais na história do dito Rei do Cangaço.<sup>387</sup> O evento que passou a acontecer em seu local de morte, a Missa do Cangaço, parece ter status oficial ainda maior, por ser realizada na Grotta de Angico, onde Lampião, Maria Bonita e outros nove cangaceiros morreram, o qual é valorado como um dos mais emblemáticos para essa história. Destarte, os eventos situados para além desse circuito podem ser vistos como pertencentes aos ditos calendários alternativos.

Os calendários são, portanto, instrumentos que enquadram memórias e controlam formas de significação da temporalidade. Assim, seria pertinente trazer o seguinte problema - se existe uma pluralidade de sentidos sobre o cangaço - por que somente uma parcela foi privilegiada, legitimada e inserida na seara de caráter institucional? Como seria ingênuo considerar que, por um lado, o calendário se limita às presunções dos seus idealizadores e, por outro, que seus potenciais de persuasão são poucos, o razoável parece ser interpelar as marcas celebrativas em diferentes escalas, notando os efeitos de seus cultos e as peripécias que tentam ocultar, com êxito ou não. Eis uma forma instigante de elucidar as interfaces da rizomática temporalidade nordestina cuja memória do cangaço é fonte vital, que alguns podem usar para tosar seus ramos ou desatar suas amarras.

A priori, a presença da memória cangaceira na monumental exposição “Mostra do Redescobrimento: Brasil + 500”, realizada entre os anos de 2000 e 2002, é marca celebrativa significativa.<sup>388</sup> A inserção no módulo de “Arte Popular” resulta das iniciativas que criaram demanda responsável por colocar o assunto na pauta pública, logo, apto a ser incluído. O pesquisador Frederico Pernambucano de Melo, que detém um dos maiores acervos particulares de objetos do cangaço, composto de armas, indumentárias e utensílios, foi um dos curadores. Em virtude desse contexto de produção, no qual se procurou realçar uma face do fenômeno que fosse capaz de localizá-lo no assunto central, assinalou-se que o cangaço seria

---

<sup>387</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>388</sup> A Mostra, dividida em treze módulos - A primeira Descoberta da América, Artes Indígenas, Carta de Pero Vaz de Caminha, Arte Barroca, Arte Afro-Brasileira, Negro de Corpo e Alma, Arte Popular, Arte do Século XIX, Arte Moderna, Imagens do Inconsciente, Arte Contemporânea, O Olhar Distante e Cine Caverna - contou com dezesseis curadores. O cangaço foi contemplado no módulo Arte Popular, cujo curadores eram Emanuel Araújo e Frederico Pernambucano de Mello. Ficou em exibição em São Paulo até setembro de 2000 e depois teve itinerâncias por cidades brasileiras e internacionais, tais como São Luiz (Brasil), Rio de Janeiro (Brasil), Buenos Aires (Argentina), Santiago (Chile), Lisboa (Portugal), Londres (Inglaterra), Oxford (Inglaterra), Paris (França), Bordeaux (França), Nova York (Estados Unidos da América) e Washington (Estados Unidos da América). Cf. BARROS, Guilherme. *O novo Brasil da Mostra do Redescobrimento*. **Revista Belas Artes**. São Paulo. Ano 5, n. 13, p. 2013.

atravessado pelo que o autor denomina de mito primordial brasileiro de “viver sem lei nem rei e ser feliz”, constatado desde o tempo colonial e que seria produto de um tipo de “insurgência recorrente na história brasileira” “irmã do levante indígena, do quilombo e da revolta social”. Para Mello, o cangaço, “habitando um meio cinzento e pobre”, teria sido o “último a fazer com tanto orgulho. Com tanta cor. Com tanta festa. E com herança visual tão expressiva” cuja marca tornou-se a “própria marca visual do Nordeste”.<sup>389</sup> Apesar de suas críticas às leituras marxistas, a ideia do irredento parece alimentar a circulação da representação do cangaceiro revoltoso.<sup>390</sup> Essa imagem, que parece naturalizar a forjada relação entre Nordeste e cangaço, espetacularizar o tema ao guiar o olhar mais para a beleza dos objetos do que a vivência bandoleira, e silenciar sobre o banditismo, teve grande difusão.

Parte da ressonância deve ser creditada claramente às movimentações que acontecem na região nordestina. Por tocar nesse ponto, convém dizer que o cenário de suas cidades após o centenário tem muitas marcas celebrativas. As governanças - instituições públicas e parceiros privados - formadas enquanto grupos empreendedores foram capitais no processo. A despeito da espetacularização, que ficou cada vez mais nítida, Antônio Fernando de Araújo Sá faz considerações que permitem elucidá-la através de entrevista realizada com um antigo prefeito de Poço Redondo (SE), Alcino Alves da Costa, que tem afeição aos tais investimentos. Na oportunidade, ouviu o seguinte sobre iniciativas e resistências: as famílias de “Poço Redondo, o Povo desse sertão do São Francisco em sua grandiosa maioria, praticamente mais de 95%, eles não gostam da História do Cangaço e nem gostam dos Cangaceiros de Lampião e seu grupo”. Entretanto, o autor enfatiza que, com as comemorações do cangaceiro, a população foi identificando-se aos poucos com a ideia de que o tema “seria importante para a história do Brasil e o desenvolvimento turístico do município”. Nas palavras do entrevistado, salienta-se que “hoje o povo aceita de bom grado essa homenagem que foi feita ao grande bandoleiro da Serra Talhada”.<sup>391</sup>

No local de nascimento de Virgulino, localizado próximo ao município de Serra Talhada (PE), cuja imagem celebrada é a de “Berço de Lampião”, há realização contínua de alguns eventos, como um iniciado durante o centenário do cangaceiro, em 1997, a celebração “Tributo a Virgulino”. Foi na sua imediação que ocorreu, em 2002, um Julgamento Simulado de Lampião a fim de se decidir sobre sua vida de crimes. Apesar dos copiosos delitos

<sup>389</sup> MELLO, Frederico Pernambucano de. **Estrelas de couro: a estética do cangaço**. Escrituras Editora, 2010, p. 194. A trajetória da exposição e, por conseguinte, da formação de tal pensamento podem ser vistas nessa obra.

<sup>390</sup> As críticas à leitura marxista estão presentes na obra: *Idem*. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

<sup>391</sup> ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. **O Cangaço nas batalhas da memória**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011. P. 111. A entrevista foi realizada pelo autor em 13 de junho de 1999.

cometidos e das vozes que evocavam a sua condenação póstuma, o veredito acabou inocentando o cangaceiro sob justificativa de que teria sido “uma vítima do seu tempo”. Na organização dessas iniciativas, encontra-se, dentre outras instituições, a Fundação Cultural Cabras de Lampião, presidida por Anildomá Souza.<sup>392</sup> Em 2008, ano do septuagenário de morte do cangaceiro, a Fundação recebeu a chancela institucional de Ponto de Cultura via o Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura do Brasil (Minc), como forma de reconhecimento da ação cultural desenvolvida pela entidade.<sup>393</sup> Depois, no começo dos anos 2010, o Museu do Cangaço que organiza foi contemplado como um Ponto de Memória, certificação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) amparada pelo Minc, cuja finalidade é “apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social”.<sup>394</sup> Não é preciso muita atenção ao circuito para perceber que uma contumaz representação é a do sertanejo sofredor que caiu no cangaço para sobreviver e virou signo de resistência que, embora não seja consensual, alcança muito espaço com a atuação de grupos que usam-na para denunciar a miséria nordestina.

No local de morte do cangaceiro, situado perto do município de Poço Redondo (SE), cuja imagem de “Capital do Cangaço” ecoa com razoável frequência, um evento realizado no pouco comentado sexagenário de morte de Lampião, em 1998, paralelo ao seu badalado centenário de nascimento, a “Missa do Cangaço”, tornou-se regular com o passar dos anos. A organização é feita por alguns grupos, dentre os quais se têm os frequentados pela neta de Lampião, Vera Ferreira. Nessas redondezas, a Grota de Angico, local onde o cangaceiro morreu e que foi preservada em nível estadual no ano de 1989, continua atraindo interesses diversos. O seu processo de tombamento em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), datado de 1988, foi reaberto em 2007, um ano antes do seu septuagenário de morte, mas ainda não encontrou desfecho, muito possivelmente em virtude da controvérsia em torno do seu valor enquanto bem histórico.<sup>395</sup> Parece que esse foi um dos fatores que fizeram os esforços terem sido direcionados para a preservação ambiental da área. Neste referido ano, o governo de Sergipe transformou o local

---

<sup>392</sup> Sobre os assuntos, ver o *website* da Fundação e o vídeo do julgamento em versão compactada. Disponível em: <<http://cabrasdelampiao.com.br/>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=3bt1Yp6sFuY>> Acesso em 16 ago. 2016. O vídeo integra acervo particular do cearense Aderbal Nogueira, proprietário da produtora “Laser Vídeo Produções”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/laservideoprodutora/>> Acesso em 16 ago. 2016.

<sup>393</sup> Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/apresentacao>> Acesso em 16 ago. 2016.

<sup>394</sup> Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>> Acesso em 16 de ago. 2016.

<sup>395</sup> Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC-SE). *Processo do Tombamento da Grota Angico*. In: Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural de Sergipe (SUBPAC-SE). Foi reaberto em 9 de abril de 2007. Nº do memorando no Iphan: 093/2007 (interno). Div. Técnica. 8ª SR/SE.

em unidade de conservação da natureza atribuindo-lhe o qualificativo de Monumento Natural de Angico.<sup>396</sup> Em sintonia, algumas linhas do Iphan têm atuado em perspectiva parecida. A citada Missa, realizada na Grotta, é certamente um dos principais eventos do tema e a prática fúnebre de tomar a figura do cangaceiro como injustiçado por ter sido alvo de dito massacre na ocasião é uma das mais estáveis. Frequentar a Missa, entretanto, não quer dizer que se concorde totalmente com as ideias que lá se propagam. Por tratar-se de evento basilar, faremos reflexão estendida mais à frente.

Outros estados nordestinos têm igualmente seus eventos regulares. O município de Mossoró (RN), conhecido por ostentar imagem de ter obtido êxito na “Resistência ao Cangaço”, sedia desde o momento do centenário de Lampião, fim dos anos 1990, o “Fórum do Cangaço”. Organizado pela Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC), cujo presidente fundador foi Paulo Gastão, o Fórum geralmente tem programação composta por palestras, minicursos e debates.<sup>397</sup> O seu formato possibilita que demais imagens do cangaço circulem, mas, mesmo assim, elas dificilmente competem com a da resistência, potencializada em 2008 com a inauguração do “Memorial da Resistência” na cidade, ou com a memória do cangaceiro Jararaca, que tem sido objeto de corrente devoção popular.<sup>398</sup>

A SBEC é uma das organizadoras do Congresso Nacional do Cangaço, realizado pela primeira vez em 2009. Essa dilatação memorial, que também tem relação intrínseca com a integração possível por contatos via *internet*, é interessante. A constatação da existência de páginas virtuais para o tema desde a época do centenário, quando esse sistema de comunicação começava a ser timidamente usado no Brasil, já chamava atenção. Em conjunto à criação dessas páginas por memorialistas, percebe-se que, a partir da metade dos anos 2000, surgiram comunidades de discussão em redes sociais. A critério de exemplo, pode-se citar a comunidade “Lampião, o Grande Rei do Cangaço” (2004)<sup>399</sup>, da rede *Orkut*; o blog “Lampião Aceso” (2008),<sup>400</sup> e os grupos “Lampião, Cangaço e Nordeste” (2013)<sup>401</sup> e “O Cangaço” (2013)<sup>402</sup>, da rede *Facebook*, os quais contabilizam juntos atualmente cerca de 40

<sup>396</sup> Disponível em: <[http://www.sergipetec.org.br/biotecnologia\\_noticias/370/Inaugurado-Monumento-Natural-Grotta-do-Angico.htm](http://www.sergipetec.org.br/biotecnologia_noticias/370/Inaugurado-Monumento-Natural-Grotta-do-Angico.htm)> Acesso em 16 ago. 2016.

<sup>397</sup> Disponível em <<https://sbecbr.wordpress.com/>> Acesso em 16 ago. 2016.

<sup>398</sup> Cf. FALCÃO, Marcílio Lima. **Jararaca: memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró**. Mossoró: UERN, 2013.

<sup>399</sup> A comunidade foi criada por Ivanildo Silveira. Disponível em: <<https://orkut.google.com/c624939.html>> Acesso em 16 ago. 2016.

<sup>400</sup> Blog de Kiko Monteiro. Disponível em: <<http://lampiaoaceso.blogspot.com.br/>> Acesso em 16 ago. 2016

<sup>401</sup> Kiko Monteiro parece ter sido o criador desse grupo, embora ele não seja mais seu administrador. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/lampiaocangacoenordeste/>> Acesso em 16 ago. 2016.

<sup>402</sup> O grupo foi criado por Geraldo Júnior. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/ocangaco/>> Acesso em 16 ago. 2016

mil membros. No decorrer dos anos mais recentes, tais mídias fomentaram a partilha, expansão e debate da memória cangaceira nesse espaço capaz de congrega tanto nordestinos quanto interessados naturais de outras localidades que se identificam com o tema. Tratam-se de meios com material cuja potencialidade para pesquisas não pode ser ignorada na análise de valorações mnemônicas variadas no atulhado ambiente virtual.<sup>403</sup>

Nesse período, mais uma ressonância nacional significativa pode ser percebida nas políticas públicas culturais num dos seus pontos de culminância que é a seara educacional. Em 2006, o Ministério da Educação brasileiro (MEC) publicou material didático do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja), como suporte para estudantes interessados em fazer a avaliação do Ensino Médio, a fim de contribuir com seus entendimentos de competências e habilidades das grandes áreas do conhecimento, que, ao tratar da questão das identidades, fazia abordagem diferenciada do cangaço.<sup>404</sup> Aliás, algumas produções baseadas no assunto foram apropriadas com finalidade didática em outro programa vinculado ao MEC. No mesmo ano, quando o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) incorporou as histórias em quadrinhos em sua política de “promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e referência” em escolas públicas, a temática do cangaço foi contemplada.<sup>405</sup> A sua presença nesses programas parece ser forma de destacar as peculiaridades culturais nordestinas através de tema recorrente da região.<sup>406</sup>

A observação do material didático elaborado pelo MEC permite que se entenda melhor a inclusão, a presença e a abordagem do tema nesses produtos. No livro de Ciências Humanas e suas Tecnologias, o primeiro capítulo “Cultura, Memória e Identidade”, escrito

---

<sup>403</sup> As discussões sobre patrimônio digital e o patrimônio digitalizados podem contribuir com tais pesquisas, mas essas categorias não devem ser confundidas. O patrimônio digital é tanto um objeto digital quanto uma ferramenta, que serve para fazê-lo funcionar. Patrimonializar sítios eletrônicos significa construir, de algum modo, uma metarrepresentação digital. Para Cécile Tardy e Vera Dodebei, “o patrimônio digitalizado remete à existência de um objeto original que existe numa materialidade diferente e cuja digitalização permite conservar uma imagem. Portanto, ambos põem em jogo a questão do uso da memória social na qualificação do patrimônio e o próprio estatuto daquilo que se faz patrimônio”. Cf. TARDY, Cécile & DODEBEI, Vera (org.). **Memória e Novos Patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015, p. 10.

<sup>404</sup> Cf. MURRIE, Zuleika de Felice (coord.). **Ciências humanas e suas tecnologias: livro do estudante: ensino médio**. 2ª ed. Brasília: MEC: INEP, 2006.

<sup>405</sup> O PNBE existe desde 1997, mas passou a adotar tais materiais apenas em 2006. Informação disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>> Acesso em 16 ago. 2016.

<sup>406</sup> A história em quadrinhos *Lampião... Era o cavalo do tempo atrás da besta da vida*, produzida pelo cearense Klevisson Viana em 1998, ano de comemorações para Lampião, foi adotada neste mesmo ano. Para pensar sobre limites e possibilidades do uso de quadrinhos do cangaço em sala de aula, sobretudo deste citado, em que se privilegia problematização dos valores cristalizados de identidades nordestinas, ver: RAMOS FILHO, Vagner Silva. **‘Valente mesmo é quem não briga’: história em quadrinho do cangaço e o ensino de história**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Humanidades II, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

por Roberto Catelli Junior e Denise Brandão Almeida, apresenta pensamento acerca de “elementos culturais que constituem as identidades”.<sup>407</sup> Uma das principais questões era trazer o seguinte tipo de indagação: “você tem memória, tem cultura, tem história?”, o que adquiriria mais sentido com alguns tópicos, tal qual o intitulado “A memória que você preserva e valoriza”, em que se ressaltava como “todos nós registramos sentimentos, objetos e eventos que consideramos significativos e deixamos de preservá-lo quando o objeto ao qual eles se referem deixam de ter significado para nós”. Na esteira, vinha a conceituação de bens culturais como toda “produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia”. Para ilustrar a diversidade cultural brasileira, mostravam três imagens de diferentes tipos de bens: um objeto, uma paisagem e um prédio, que eram respectivamente exemplificados por um chapéu de couro nordestino típico do cangaceiro; pela Serra do Curral, da cidade de Belo Horizonte (MG) e pela igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto (MG). Em seguida, vem o comentário sobre o cangaço:

Por último, vamos analisar a imagem em que aparece o chapéu do cangaceiro. Ele pode ser considerado um patrimônio histórico? Sim, ele é um símbolo que nos traz a memória do cangaço. O cangaço teve maior força no Nordeste nas primeiras décadas do século XX. Com a decadência da economia do açúcar, parte da população foi colocada em uma situação de miséria. Como forma de sobrevivência, alguns homens formaram bandos de cangaceiros que roubavam fazendas e armazéns. O mais conhecido desses bandos é o de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que atuou por mais de 20 anos a partir de 1919. Grande parte dos líderes dos bandos eram antigos jagunços (capangas) de fazendeiros, que, para caracterizar a nova situação, quebravam o chapéu de couro na frente, dando-lhe um formato original. Assim, o chapéu do cangaceiro faz referência à estratégia adotada por grupos de homens no Nordeste para lutar contra a fome. Ao mesmo tempo em que causavam medo, eram considerados pelos habitantes de algumas localidades como heróis que lutavam contra aqueles que os exploravam. Para alguns camponeses, entrar para um bando significava também poder acertar contas com aqueles que os oprimiam. (grifo nosso)<sup>408</sup>

<sup>407</sup> Os capítulos são os seguintes: I – Cultura, memória e identidade (Roberto Catelli Junior e Denise Brandão Almeida Villani); II – A construção do território (Oscar Medeiros Filho); III – O que estamos fazendo com a natureza? (Victor William Ummus); IV – Estado e direito (Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron); V – Cidadania (Leandro Karnal); VI – A vida cotidiana e os impactos ambientais (Wagner Costa Ribeiro); VII – O mundo urbano e industrial (José Geraldo Vinci de Moraes); VIII – O trabalhador, as tecnologias e a globalização (Angela Corrêa Krajowski); IX – Os homens, o tempo, o espaço (Paulo Eduardo Dias de Mello). Cf. MURRIE, *Op. cit.*

<sup>408</sup> CATELLI JUNIOR, Roberto; Villani, Denise Brandão Almeida. *Cultura, memória e identidade*. In: MURRIE, *Op. cit.*

A intenção é ressaltar como o chapéu do cangaceiro é um bem cultural para a comunidade da região nordestina refletindo sobre seu sentido. Considerar essa memória como patrimônio em documentos dessa natureza é prática nova e compreensível pela demanda do tema. A abordagem, todavia, incorre em naturalização. A leitura privilegia apenas um dos seus significados, pois a valoração ao dito patrimônio não é realizada somente pela luta contra a fome e, não obstante, o próprio chapéu do cangaceiro, ao ser na maioria das vezes ordenado com objetos de grande valor como o ouro, poderia ser antes de tudo manifestação da riqueza que os bandoleiros conseguiram conquistar em ambiente tão hostil. O destaque ao sentido generalizado no documento acontece, porque integra conjunto de imagens do fenômeno que é intensamente difundido no meio público, o qual tentaremos entender em seguida.

#### *4.1.2. A liturgia*

A Missa do Cangaço, realizada anualmente na Grota de Angico, é um dos eventos mais importantes do calendário festivo em torno do fenômeno no tempo presente. A digressão histórica para entender essa liturgia se faz mais do que necessária. Para completar a conveniência, os calendários constituem-se geralmente como objeto religioso por excelência devido à sua íntima ligação com o universo da crença. Apesar da extensa difusão que a Missa proporciona ao enquadramento da figura dos cangaceiros como injustiçados, não se pode considerar ingenuamente que ela é a única responsável por isso. Um ponto mais pertinente parece ser notar a prática para entender adesões, negociações e rejeições às ações e representações que dão sentido aos seus cultos e ao que eles ocultam.

Figura 17 - “Missa do Cangaço”



Fonte: Sem Identificação



Em termos conjunturais, as celebrações populares têm relações com a revisão feita pela Igreja Católica referente “à religiosidade popular, principalmente depois do Concílio Vaticano II, em 1965, quando surgem, em vários locais do interior do Brasil, as Romarias da Terra que propõem o fim da ruptura entre povo, palavra e altar”. Para Antônio Fernando de Araújo Sá, as romarias “introduziram como componentes centrais a palavra e a vida do povo, denunciando a realidade de opressão vivida pelos trabalhadores do campo e das injustiças que contra eles cometem, e buscando na fé o aspecto religioso de transformação da sociedade”. O autor desvela que, segundo o Secretariado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão surgido na década de 1970, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “elas significam, nos moldes da Teologia da Libertação, o encontro entre uma prática muito arraigada na tradição religiosa do povo do campo – as peregrinações e romarias aos santuários e lugares sagrados – com o conteúdo da luta pela terra”. Além disso, expõe que a prática cotidiana nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi decisiva para a opção pelos pobres por parte da Igreja Católica ao longo dos anos 1970, “especialmente quando estabeleceram a distinção entre a terra para o trabalho, em que as pessoas do campo tiram dela seu sustento em convivência com o meio ambiente, e a terra de exploração que, sob a ótica capitalista”, é vista como reserva de valor e geradora de lucros. Os significados teriam sido incorporados em documentos da CNBB, em 1980, nos quais declara sua condenação ao capitalismo. A ligação entre terra, luta e religião com a rememoração que alguns grupos fazem de fenômenos camponeses com intenção de se apropriar de uma memória da contestação é perceptível em diferentes localidades no país, seja no Nordeste, com indivíduos que visam “resgatar a história da luta heroica dos camponeses da Guerra de Canudos”, ou no Sul, com sujeitos que se identificam enquanto “herdeiros da luta popular da Guerra do Contestado”.<sup>409</sup>

Assim, a Missa do Cangaço, celebrada inicialmente em 1998, pode ser entendida, por um lado, através da prática litúrgica das Romarias da Terra nos sertões nordestinos, datadas da década de 1980, realizada por padres ligados à Teologia da Libertação, e, por outro, enquanto produto das comemorações ao cangaceiro Lampião, do final da década de 1990, época do seu centenário de nascimento e sexagenário de sua morte. Como dissemos antes, a maioria das comemorações estava ligada ao acontecimento secular e não ao evento fúnebre, o que talvez tenha acontecido porque a memória mortuária causaria constrangimento

---

<sup>409</sup> ARAUJO SÁ, Antônio Fernando de. **Filigranas da memória: história e memória nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 200, p. 169-170. As guerras de Canudos e Contestado foram conflitos entre camponeses / sertanejos com o poder institucional pela terra acontecidos, respectivamente, no final do século XIX e começo do século XX.

a iniciativas que tratavam o momento basicamente como uma grande festividade. Se a análise tanto da lembrança quanto do esquecimento contribui com o entendimento dos valores de uma sociedade, seria pertinente pensar no porquê de o calendário festivo criado após tais efemérides não ter sido feito em torno do nascimento, mas da morte.

O fato de o culto ser organizado por familiares do cangaceiro, políticos ligados à prefeitura local e agentes turísticos ajuda a entender os interesses que a substanciam em conjunto com o motivo de ter sido tornado tão importante no calendário. A seguir alguns fatores. Primeiro que a Missa se tornou central em meio às tantas iniciativas, porque é realizada em local que passou a ser valorado como emblemático na história do cangaço; porque seu tombamento em nível estadual possibilitou vários usos públicos; porque recebeu intenso investimento justamente devido ao seu valoroso capital simbólico capaz de congregiar muita atenção. Segundo que, em função de Angico ter a memória da morte lá incrustada, as governanças sergipanas foram umas das poucas que concederam maior valorização ao elemento fúnebre. Terceiro que as práticas litúrgicas reativam constantemente a memória mortuária do local, o que resulta em formas de negociação de conflitos, porque o sentimento do sofrimento tende a unir mais do que outras sensações e também porque sensibilidades dissonantes podem ser acusadas de profanação. Quarto que seu prosseguimento também tem ligação com o consumo cultural, o turismo e a espetacularização que desencadeiam demais ativações da memória que podem servir a outros tipos de interesses. A combinação desses fatores faz com que a Missa tenha um grande porte.

Os acontecimentos da primeira Missa elucidam parte do que foi constatado. Segundo Antônio Fernando, a reunião de ex-volantes, ex-coiteiros e ex-cangaceiros ocupando o mesmo espaço de visibilidade sugere tentativa de apaziguamento das batalhas da memória do fenômeno. Todavia, o autor mostra que os combates se fizeram presentes entre os próprios ex-cangaceiros durante debate no 1º Seminário sobre a História do Cangaço, em 1998, quando “Candeeiro disse que, dias antes do episódio da Gruta dos Angicos, Lampião havia lhe confidenciado que pretendia deixar o cangaço”. Inconformada, Sila afirmou que “Lampião não contaria um segredo desses para um homem que não era de sua maior confiança”. Para além disso, as tentativas de negociação dessa memória conflituosa, através das celebrações, são nítidas. Alguns dizeres do padre Eraldo Cordeiro que a celebrou foram:

“Aqui, em Angico, terminou um movimento social que abalou o país por muitos anos. O cangaço não existia (sic), se houvesse justiça no país e agora, neste lugar onde Lampião foi morto há 60 anos, vamos pedir a Deus, que ilumine os homens poderosos do Brasil de hoje, para haver bom senso nas

decisões políticas, pois em cada nordestino, pulsa um Virgulino sentindo falta de luz”. (grifo nosso).<sup>410</sup>

A crença de que o cangaço é fruto da injustiça é o tom da sua fala, mas convém pontuar que as práticas em torno do local não se limitam ao martírio. Antônio Fernando destaca igualmente outros investimentos que a contornam: a “formação da mão-de-obra local para atender demanda turística de jornalistas, pesquisadores e curiosos”; a “valorização da produção do artesanato local e incentivo de atividades folclóricas”; a “promoção de pacotes turísticos para seguir as trilhas do cangaço na região onde Lampião morreu”; e que a “tentativa do apagamento das divergências entre memória do cangaço e memória da polícia” tem relação com a tentativa de estabelecimento de consenso sobre a importância da apropriação turística para o desenvolvimento socioeconômico da região”.<sup>411</sup>

Apesar de existirem diferentes reativações memoriais, a Missa é atravessada pela representação de Lampião como um injustiçado com luz potencial de justiceiro, porque teria sido levado para o cangaço pelas adversidades do sertão e lutado contra abusos que o acometeram. Eis o sentido que parece ter prevalecido na temporalidade nordestina nesse calendário festivo. O cenário é semelhante ao de outras localidades, como no seu local de nascimento que, em Julgamento Simulado do cangaceiro, em 2002, corroborou com essa imagem através do veredito de que ele “teria sido vítima de seu tempo”. É assim que a memória vai sendo aos poucos institucionalizada.<sup>412</sup> Isso não quer dizer que esse significado, usado por vezes estrategicamente, seja hegemônico. Ademais, dificilmente tais aparatos conseguem abafar, silenciar e neutralizar totalmente aquelas imagens dissonantes que podem estar somente no aguardo do momento adequado para renascer nas batalhas da memória. Com algumas variações de escala na observação elas ficam mais patentes.

#### 4.1.3. *O imbróglio periódico cearense*

Na década de 2000, o estado cearense passou por mudanças nas políticas públicas culturais que demarcaram sua tônica nos anos vindouros. A Secretaria de Cultura do Ceará (Secult-CE) foi gerenciada por Nilton Melo Almeida (1999 - 2002), Cláudia Souza Leitão

<sup>410</sup> Cf. ARAÚJO SÁ, 2011, *Op. Cit.*, p. 112.

<sup>411</sup> *Ibidem, passim.*

<sup>412</sup> A institucionalização foi se construindo parcialmente. O caso do volante Adrião Pedro de Souza, falecido no mesmo conflito em Angico que resultou na morte de Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros, que recebeu celebração efetiva no local apenas em 2012 com a colocação de placa em sua memória, parece ser indício da relativa estabilidade da memória do cangaço, pois só depois de longa negociação de contendas em prol do seu uso que a expansão de iniciativas desse tipo foi possível.

Mais informações disponíveis em: <<http://cariricangaco.blogspot.com.br/2012/04/angico-historia-revisitada-porjoao-de.html>> Acesso em 16 de ago. 2006.

(2003 - 2006) e Francisco Auto Filho (2007 - 2010). Como Almeida representava uma continuidade da gestão anterior de Paulo Linhares (1993-1998), uma vez que foi seu subsecretário, percebem-se maiores singularidades na gestão posterior de Cláudia Souza Leitão. Foi neste governo que, em 2003, houve o badalado “Seminário Cultura XXI” cujo objetivo era projetar um grande plano de meta.<sup>413</sup> O seminário estava estruturado em torno de cinco temas basilares: política e gestão cultural, legislação cultural, economia da cultura, municipalização da cultura e patrimônio cultural. A partir das observações de Leitão, vislumbram-se certas manutenções e modificações em relação às políticas anteriores:

Falo de cultura não no sentido das concepções acadêmicas ou dos ritos de uma ‘classe artístico-intelectual’. Mas, em seu sentido pleno, antropológico. Vale dizer: cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Como usina e conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor de nossas identidades, construções continuadas que resultam dos encontros entre as múltiplas representações do sentir, do pensar e do fazer brasileiros e a diversidade cultural planetária. Como espaço de realização da cidadania e de superação da exclusão social, seja pelo reforço da auto-estima e do sentimento de pertencimento, seja, também, por conta das potencialidades inscritas no universo das manifestações artístico-culturais com suas múltiplas possibilidades de inclusão socioeconômica. Sim. Cultura, também, como fato econômico, capaz de atrair divisas para o país - e de, aqui dentro, gerar emprego e renda. (grifo nosso)<sup>414</sup>

O sentido antropológico de cultura visto na sua dimensão simbólica, configurada como fundamental para a prática da cidadania e estratégica na gerência econômica articulada entre o cenário local e global, tem nítida proximidade com políticas precedentes. A maior peculiaridade da gestão foi, por seu turno, o fortalecimento da municipalização das ações pelo Estado. O fomento dos projetos continuou sendo incrementado com parceiros privados através das leis de incentivo à cultura que, em contrapartida, recebiam abatimento de impostos e legitimavam-se como incentivadores culturais. A seara é composta de empresas de diferentes matrizes, como os grupos de comunicação vinculados à imprensa, que atuam mobilizando a opinião pública inclusive para ratificar tais parcerias perante à sociedade. Todavia, a nossa intenção com os jornais é mais específica, uma vez que também está inserida no âmbito das atuações das governanças cearenses, pois seu uso continua sendo instrumentalizado para se analisar como abordam a temática do cangaço, o que tem relação com suas articulações institucionais. Antes disso,

<sup>413</sup> Cf. LEITÃO, Cláudia Sousa e SANTOS, Fabiano dos (org.). **Seminário Cultura XXI: seleção de textos**. Fortaleza, Coleção Nossa Cultura, Série Documenta, Secult-CE, 2006.

<sup>414</sup> *Ibid*, p.15.

contudo, façamos um mapeamento das iniciativas em torno da memória cangaceira durante esses anos no estado.

As marcas celebrativas do cangaço estão dispersas pelo estado cearense. Para vislumbrar parte das inúmeras apropriações, inserções e institucionalizações no interior e na capital, convém pontuar algumas que se situam no seu calendário festivo. No interior, a construção de monumento no local chamado Alto do Leitão (1999), como homenagem fúnebre a cangaceiros que lá teriam sido mortos, é significativa, bem como a implantação do Mural Ceará Terra da Luz (2003) em vários locais de expressão da capital por trazer a figura dos cangaceiros como signos da dita cearensidade.<sup>415</sup> A Secult-CE contemplou muitos projetos sobre o tema por meio das parcerias privadas, dentre os quais temos: o filme curta-metragem de animação “Alien do Cangaço” (1998), cujo objetivo era apresentar de forma bem humorada o tema;<sup>416</sup> a “Quadrilha Lampião Júnior” (1999), que visava integrar crianças de periferia às atividades culturais;<sup>417</sup> o projeto “Cangaceiros” (2006), elaborado por Ricardo Albuquerque em parceria com Vera Ferreira, que pretendia divulgar memória iconográfica do cangaço através de publicação de livro ilustrado, exposição e construção de memorial;<sup>418</sup> o projeto do filme “O Altar do Cangaço (2007), de Wolney Oliveira, cuja proposta era evidenciar o tema por meio de debate entre estudiosos, ex-coiteiros, ex-volantes e ex-cangaceiros, com atenção especial ao casal de ex-cangaceiros Moreno e Durvinha, que havia reaparecido publicamente há pouco tempo, após longos anos de sumiço, até da própria

---

<sup>415</sup> O Alto do Leitão é onde os cangaceiros conhecidos como os irmãos Marcelino foram mortos no fim da década de 1920. O local, localizado na cidade de Barbalha, cariri cearense, ficou esquecido durante muito tempo antes dessa valorização. Cf. Lacerda, A. *Monumento “Fuzilados do Leitão” é inaugurado em Barbalha. Jornal do Cariri*, Juazeiro do Norte, 23 junho 1999, p. 6. O citado Mural Ceará Terra da Luz foi elaborado pelo artista Mino Castelo Branco, enquanto “mural-síntese dos 400 anos de história do Ceará” que contempla “fatos importantes, figuras emblemáticas, tipos humanos e a natureza agreste”, como signos que passam pela chegada dos portugueses através de narrativas de José de Alencar, Confederação do Equador, Dragão do Mar, Padre Cícero, Antônio Conselheiro, Lampião, beato José Lourenço, maracatu, mulher rendeira, forró e as jangadas, vistas como promessas de partida e regresso. O grande mural está, desde então, exposto em Fortaleza, no Aeroporto Internacional Pinto Martins, com o intuito de ser uma “saudação de boas-vindas e um convite a se conhecer melhor a história deste povo combativo e alegre”. Cf. CARVALHO, Eleuda. *O Ceará condensado em painéis. O Povo*, Fortaleza, 16 dezembro 2003. Vida & Arte, p. 6.

<sup>416</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará - Intermediário (AINT-CE). **Projeto - Alien do Cangaço**. Fundo Secult/Siec/Cadine, caixa 2, nº do projeto 98033173-0, de Ricardo Oliveira Juliani, valor: 83 mil reais.

<sup>417</sup> *Idem*. **Projeto - Quadrilha Lampião Júnior**. Fundo Secult/CAP/Projetos diversos, data limite 2003, caixa 176, nº do projeto 99041243-1, de Francisca Jacqueline da Rocha, valor: 7 mil reais.

<sup>418</sup> *Idem*. **Projeto - Cangaceiros**. Fundo Mecenato, 2006/2007, caixa 2, nº do projeto 06180747-8, do Instituto Cultural Chico Albuquerque, valor: 170 mil reais. Financiado pela Secult, o projeto é fruto de parceria entre Ricardo Albuquerque, neto de Ademar Albuquerque, fundador da Abafilm, que concedeu material ao libanês Benjamin Abrahão Botto, o qual conseguiu fazer registros audiovisuais de Lampião e demais cangaceiros na década de 1930, e a Vera Ferreira, neta deste cangaceiro. Dessa parceria, surgiu a publicação em 2006 do livro “Cangaceiros”, de Élise Gruspan Jasmin; a exposição “Cangaceiros” realizada neste mesmo ano no Museu da Imagem e do Som no Ceará (MIS-CE), bem como no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura no septuagenário de morte do Lampião no ano de 2008, e o projeto de construir um Memorial do Cangaço no centro da cidade. Informação importante para entendermos certos desdobramentos.

família.<sup>419</sup> Além disso, destaca-se a formalização do Grupo de Estudos do Cangaço no Ceará - GECC (2007) e a criação do Instituto Cariri do Brasil (2009) que deu origem ao evento “Cariri Cangaço”.<sup>420</sup> A listagem possibilita vislumbrar a variedade das iniciativas.

Diante desse cenário, a proposta é continuar investigando somente as instituições, grupos e indivíduos que formaram, nos anos 1990, a governança cearense empreendedora da memória do cangaço, composta sobretudo pela Secult-CE e o jornal O Povo, visando entender seu lugar nessa ampla movimentação. A priori, percebe-se que as mudanças das políticas culturais fizeram com que sua atuação direcionada ao cangaço perdesse centralidade na década de 2000, se comparado à intensidade das iniciativas de outrora, quando o secretário Paulo Linhares estava à frente da Secretaria, muito provavelmente porque outros temas se mostraram mais oportunos para seus projetos.<sup>421</sup> Há fatores específicos também. A critério de exemplo, ressalta-se a situação de Daniel Lins, intelectual pesquisador do cangaço e peça-chave dessa governança por integrar as duas instituições, que não está mais tão presente no estado, em função sobremaneira de sua atuação como professor-visitante em outras universidades brasileiras e internacionais, além de não ter apenas tal temática em seu horizonte de atuação.

Sugerimos apenas o abrandamento da ação da governança no decorrer desses anos porque percebe-se que parte da inclinação, da predisposição e do olhar sobre o assunto criado anteriormente continua perceptível em algumas situações. A marca celebrativa do cangaço que decorre de suas articulações podem ser identificadas nos eventos realizados em espaços gestados ou reorganizados pela Secult-CE naquele período, como a Bienal Internacional do Livro, o Cine Ceará - Festival Ibero-americano de Cinema e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. A diminuição da atuação abriu prerrogativa, contudo, para que outros grupos fossem, aos poucos, assumindo o caminho que essa governança contribuiu para expandir no palco público do interior e da capital.

A análise particular dos enquadramentos e dos imbróglis periódicos em cena no estado cearense, principalmente doravante os anos 2000, acontece novamente a partir da

---

<sup>419</sup> *Idem*. **Projeto – O Altar do Cangaço**. Fundo Mecenato, 2007, caixa 6, 07272743-8, valor: 600 mil reais. Wolney Oliveira é um cineasta responsável pela Casa Amarela Eusélio de Oliveira - equipamento cultural vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC) que é um dos promotores do evento Cine Ceará - Festival ibero-americano de Cinema

<sup>420</sup> O Grupo de estudo, que tem como presidente Angelo Osmiro Barreto, foi criado na cidade de Fortaleza informalmente em 1999, mas formalizado apenas por volta de 2007 com reuniões regulares, atas dos encontros e demais características que o tornam sistemático. O Instituto foi criado em 2009 por Manoel Severo e o evento “Cariri Cangaço” foi iniciado neste ano no estado cearense, mas se expandiu pelo interior nordestino. Mais informações em: <<http://cariricangaco.blogspot.com.br/>> Acesso em 16 ago. 2016.

<sup>421</sup> Paulo Linhares continuou atuando na política cultural à medida que se tornou presidente do Instituto Cultural Dragão do Mar que gerencia o Centro Cultural homônimo.

seara jornalística em que se busca examinar as informações de acontecimentos que escolhem noticiar e as formações de significado sobre eles. Assim, a pesquisa com o jornal O Povo e Diário do Nordeste continua crucial no exame da memória do cangaço. Ressalta-se que as articulações institucionais das quais fazem parte balizam as suas políticas editoriais, incidindo na forma de abordagem do tema. Particularidade ainda recorrente é que enquanto o primeiro tem mais relação com empreendimentos da capital, o segundo está mais envolvido com iniciativas do interior, e ambos costumam abordar o cangaço pelo viés cultural através de suas respectivas editorias para tal, o “Vida & Arte”, do O Povo, e o “Caderno 3 - Estilo de Vida, Cultura e Lazer”, do Diário do Nordeste, apesar de o assunto também aparecer neste por vezes de forma crítica no “Regional”. A característica pode ser um ponto constante, mas é preciso atentar à incógnita variante oriunda de cada ocasião. Não poderíamos deixar de comentar que, à medida em que algumas governanças da capital vão deixando de atuar tanto quanto algumas outras formadas por entidades do interior do estado no final da década em relevo, vai havendo uma mudança significativa de abordagem nos periódicos.

A questão vital é interpelar a operação midiográfica de revisão memorial do tema colocada em funcionamento no calendário festivo criado após as comemorações a Lampião, problematizando marcas celebrativas que permitam-nos pensar variações do seu lugar na temporalidade nordestina. Nessa parte, analisamos ressignificações da memória do cangaço em três momentos a partir de matérias respectivamente do O Povo e Diário do Nordeste: no momento do sexagenário de morte de Lampião através da coluna opinativa *o Santo e o Cangaceiro* (1998), bem como das notícias *O entrevero final de Lampião* (1998) e *Angico, o último combate de Lampião* (1988); no momento do Julgamento Simulado de Lampião e da 13ª edição do Cine Ceará, com as notícias *Absolvição de Lampião* (2002) e a *neta de Virgulino e o filho de seu Chico* (2003); no momento de eventos com iniciativas que permitem vislumbrar institucionalizações através das notícias *Livro aborda lado cruel do cangaço* (2004), *Prédio da Estação* (2005) e *A vida toda e mais seis meses* (2006).

\*\*\*

No ano de 1998, os eventos cearenses comemorativos para Lampião continuaram. A Secult-CE estava na articulação e/ou organização de, no mínimo, dois deles. O primeiro aconteceu no litoral, em 20 de janeiro, no município de Aracati, como parte de evento realizado centralmente para comemorar o dia de São Sebastião, o padroeiro da cidade, em que se optou por incluir celebração ao cangaceiro através de lançamento de livros, exibição de filmes e apresentações artísticas por grupo de teatro da cidade. O segundo foi realizado na capital do estado, em 10 de outubro, município de Fortaleza, da III Bienal Internacional do

Livro no Ceará, que contou com programa semelhante ao anterior, o qual se pode detalhar melhor, pois sabe-se que alguns dos livros lançados foram o da ex-cangaceira Sila, “Angico: eu sobrevivi”, e do intelectual Daniel Lins, “Lampião, o homem que amava as mulheres”; um dos filmes exibidos foi “Baile Perfumado”, de Lírio Ferreira e Paulo Caudas; além de ter exposição de fotografias, apresentação de violeiros e grupos de teatro de Aracati.

A proximidade entre os eventos é evidente e o suporte institucional tinha intenção basilar de valorizar o aspecto local como forma de se situar no circuito político, marqueteiro e econômico global. Daniel Lins, coordenador de editoração da Secult-CE e articulista do jornal O Povo, estava nos dois, afinal de contas, era uma peça fundamental dessa governança, composta pelas duas instituições. Um dia antes do episódio no litoral, em 19 de janeiro, o intelectual publicou artigo em sua coluna opinativa intitulado *O santo e o cangaceiro*, no qual dizia o seguinte:

Com acoplar, contudo, são Sebastião com Lampião? A popularidade do santo, no contexto brasileiro, assim como o fenômeno de ‘adoração’ de Lampião, no ano de comemoração do centenário de seu nascimento, corresponde à universalidade das fantasias místicas, guerreiras e eróticas que, apesar da recusa de confissão, alimentam fieis e mídia. Poço de desejos, são Sebastião cristaliza um imaginário do gozo divino através do sofrimento e martírio. Por sua vez, o Rei do Cangaço, sua presença no teatro, na televisão, no cinema, nas universidades, na literatura, no comércio e na moda, suscita uma retórica do incrível ou do fenômeno, do maravilhoso real que procede por raptos e por admiração e que garante, assim, o encontro do objeto de amor, sua realidade e sua ficção, sua invenção e possessão. Ao engendrar esse ‘encontro marcado’, Zé Tarcísio realiza a subversão da calma, ao vincular o sagrado com o profano, ele cria a poesia e abre espaços para que cada um, terça-feira à noite, seja por um lapso de tempo o artista de sua própria vida. Além do lançamento de nosso livro *Lampião, o homem que amava as mulheres* (pretexto para se encontrar e fazer a festa), serão apresentados filmes sobre o cangaço, teatralização de textos pelo grupo de teatro de Aracati, sob a direção de Júnior, que contam o amor em tempo de guerra, entre Maria Bonita e Lampião. (grifo nosso).<sup>422</sup>

Escrito às vésperas da festividade para legitimar a iniciativa, o texto é suficiente para tratarmos alguns problemas. Interessante constatar bem no princípio que a nuance celebrativa segue circundando o centenário de nascimento do cangaceiro e não o seu sexagenário de morte. Para Lins, o encontro improvável entre o santo e o cangaceiro fazia pleno sentido, porque os dois estavam conectados pela popularidade que os envolvia, embora existisse diferença na forma como alcançaram-na, pois, enquanto São Sebastião teria obtido adesão pelo sofrimento vivido e o martírio em sua volta, Lampião seria mais valorizado por

<sup>422</sup> LINS, Daniel. *O santo e o cangaceiro*. O Povo, Fortaleza, 19 de janeiro 1998. Opinião, 6A.



conta de meios culturais que suscitam admiração pelas suas façanhas. No caso, o sentimento de sofrimento colocado sob os ombros do cangaceiro, como passou a ocorrer em outros eventos nordestinos, está longe dessa homenagem marcada pela festa das “fantasias místicas, guerreiras e eróticas”, que permitiam identificar o cangaceiro sob outros enfoques.

O sexagenário de morte de Lampião só passou a ser mais noticiado na metade de 1998. Havia motivo lógico já que o cangaceiro foi morto num dia de 28 de julho. Próximo da data, o jornal *O Povo* dedicou algumas páginas ao assunto. Em 26 de julho, a notícia *O entrevero final de Lampião*, escrita por Eleuda de Carvalho, no caderno *Vida & Arte*, vem à tona com texto que apresentava a biografia do cangaceiro em conjunto com relato de intelectual e popular sobre a sua trajetória. No início, a jornalista dá o tom da abordagem comentando que:

Na próxima terça, completam-se 60 anos de morte de Lampião. Após décadas de sedição e rebeldia, com armas defasadas e perseguido mais por cobiçosos de sua riqueza do que pelos crimes no que cometeu, capitão Virgulino é morto na madrugada de 28 de julho de 1938 pela volante comandada por João Bezerra. Maria Bonita e outros nove são metralhados e suas cabeças cortadas viraram atração de feira. O sertão tinha mudado e o tempo do cangaço nômade passou. Mas deixou rastros. *Vida & Arte* hoje lembra a figura do herói/bandido da caatinga. “O cantador José Pacheco foi quem deu notícias em verso sobre o destino do Rei do Cangaço. ‘No inferno não ficou / no céu também não chegou / por certo está no sertão’”. (grifo nosso)<sup>423</sup>

A reminiscência fúnebre fez com que o cangaceiro aparecesse com outras facetas. O texto vislumbra-o como rebelde sertanejo perseguido em vida por indivíduos de moral duvidosa e maltratado após a morte por ter sua cabeça decapitada usada como objeto de atração macabra. O uso da poesia popular para tentar explicar o destino de Lampião, que não estaria nem no céu e nem no inferno, mas no sertão, foi talvez uma forma de sinalizar que se trata de um passado presente, cuja discussão suscita os problemas sociais de um sertão nordestino do qual este cangaceiro seria símbolo de insurgência. A abordagem do jornal *Diário do Nordeste* teve aspectos similares. No dia exato da morte, em 28 de julho, na notícia *Angico, o último combate de Lampião*, publicada no Caderno 3 sem assinatura, lemos:

Há exatos 60 anos, os sertões nordestinos perdiam um dos principais símbolos, ao lado de Antônio Conselheiro, de um questionamento messiânico ao “poder constituído” pelas ‘repúblicas’. As mortes de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, e de seu ‘bando’ interromperam a saga do cangaço, uma manifestação de sérios reflexos sociológicos em nosso

<sup>423</sup> CARVALHO, Eleuda. *O entrevero final de Lampião*. *O Povo*, Fortaleza, 26 de julho de 1998. *Vida & Arte*, p. 1B

continente. (...). Após os anos de ditadura, a história desses personagens brasileiros que abalavam e aterrorizavam os povoados nordestinos recebeu um reconhecimento que terminou criando uma mitificação até pouco tempo inimaginável. Inúmeras publicações, acadêmicas e biográficas, produções cinematográficas de diretores consagrados e aspirantes e até uma mini-série global, ‘Lampião e Maria Bonita’, de 82, confirmaram o interesse contínuo em torno desse período conturbado da história brasileira. (...). As dissertações acerca desse episódio como manifestação de alguns dos traços culturais inquestionáveis dos nordestinos poderão ser constatadas através de histórias como essas, que rondam o mito do cangaço. Da última sexta-feira, dia 24, até hoje, esta tem sido uma das preocupações do I Seminário sobre a História do Cangaço que tem como tema “O Cangaço como Movimento Social”, promovido pela família de Lampião e Maria Bonita, em Sergipe. Todos buscam desvendar um pouco mais o lado humano desse pedaço estilhaçado da nossa história.<sup>424</sup>

O cangaceiro é visto novamente como signo de contestação de um sertão que teria sido negligenciado pelo poder institucional republicano. Porém, a sua faceta dita aterrorizante é destacada de forma mais incisiva e, não obstante, o comentário de que sua parte mitificada decorre de produções culturais recentes concede relevo à tal imagem por afirmar que a figura do bandoleiro passou por intensa transmutação. Além disso, o destaque à realização de seminário sobre o assunto em outro estado pelo Diário é interessante, porque percebemos que eventos assim dificilmente são divulgados pelo O Povo, muito provavelmente para não deixar em segundo plano aqueles que ajuda a promover junto com a Secult-CE. Essas articulações institucionais devem ser consideradas, pois implicam diretamente na construção de significados que os jornais produzem.

Após o sexagenário de morte de Lampião, um evento realizado especificamente alguns anos depois teve destacada ressonância na discussão pública. Trata-se do Julgamento Simulado de Lampião, feito em 13 de abril de 2002, próximo ao município de Serra Talhada, na propriedade em que se localiza a casa onde Lampião nasceu. O polêmico acontecimento foi organizado pela Prefeitura de Serra Talhada, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC), Fundação Cultural Cabras de Lampião, dentre outras instituições. O jornal Diário abordou-o nos dias 16 e 17 de abril nas respectivas notícias *Júri simulado inocenta Lampião* e *Absolvição de Lampião - escritor vai recorrer da decisão*, publicadas sem assinatura no caderno “Regional”, em que apresenta o que aconteceu na situação, anotando a participação de um cearense que iria recorrer da decisão apregoada na sentença. Vejamos trechos de cada uma delas:

<sup>424</sup> *Angicos, o último combate de Lampião. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 28 de julho de 1998. Caderno 3, p. 5.

A sessão do Tribunal Popular do Júri foi instalada de acordo com o que preceitua o Código de Processo Penal: o sorteio dos 21 jurados, a recusa dos suspeitos, a presença do réu e os advogados de defesa e acusação com direito aos tempos regulamentares. A acusação, representada pelo historiador Luiz Lorena Conrado, não entrou no mérito dos crimes cometidos por Lampião. Defendeu a tese de que inocentar Lampião seria assassinar a história do cangaço e de Serra Talhada, enquanto o advogado de defesa, Franklin Maxado, apresentou Lampião como símbolo da resistência dos sertanejos, comparando-o com o mandacaru que resiste às adversidades. (...) O conselho de sentença formado por intelectuais, historiadores e advogados de vários Estados do Nordeste, inocentou o réu por quatro votos a três. O veredito foi recebido com aplausos e revolta por parte do público presente. A neta de Lampião, Vera Ferreira, que veio de Sergipe para assistir o julgamento, disse que qualquer que fosse o resultado não seria surpresa. Ela tem opinião formada sobre o avô. ‘Ele foi um grande líder, vítima da injustiça social que ainda hoje predomina no sertão’, afirma ela, acrescentando que ‘o Brasil de Lampião está precisando de homens honestos que defendam, com firmeza, os interesses do povo’. (grifo nosso)<sup>425</sup>

O escritor cearense Hilário Lucetti, autor do livro ‘Lampião e o Estado Maior do Cangaço’, vai recorrer da sentença do tribunal popular do júri (...) Para Hilário Lucetti, que participou do corpo de jurados, o veredicto não corresponde à realidade dos fatos. A tese da defesa de que Lampião foi vítima da sociedade do seu tempo, não tem fundamento. Lampião, segundo Hilário, foi um criminoso comum que espalhou o medo e o terror pelo sertão afora. Hilário defende a realização de outro julgamento para que não seja repassada à opinião pública a idéia de que o chamado Rei do Cangaço, foi uma espécie de ‘Robin Hood’ do sertão que tomava dos ricos para dar aos pobres. Lampião deixou cicatrizes indeléveis no sertão. Basta conversar com as famílias que foram vítimas do seu ódio. (...) (grifo nosso)<sup>426</sup>

A inclinação na abordagem não é tão difícil de ser identificada. Ela figura cristalina após o esclarecimento da composição do evento, do desenrolar das atividades e do veredito de que Lampião teria sido uma “vítima da sociedade do seu tempo” com o realce à participação do cearense Hilário Lucetti. O pesquisador, que teve sua principal obra, escrita em parceria com o médico Magérbio de Lucena, anunciada várias vezes no periódico em outros momentos, integrou o corpo de jurados, votou contra a absolvição do cangaceiro e pretendia recorrer da decisão. Recebeu um espaço específico no jornal sobre isso, no qual dizia que o resultado não procedia, porque Lampião foi um “criminoso comum que espalhou medo e o terror pelo sertão afora”. Pode-se dizer que o Diário não parece ter constrangimento em mostrar essa faceta do cangaceiro em certas ocasiões, mas não é possível afirmar o mesmo em relação ao O Povo, que se mantém mais cético quanto à difusão de algumas imagens

<sup>425</sup> *Júri simulado inocenta Lampião. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 17 de abril 2002. Regional, p. 2.

<sup>426</sup> *Absolvição de Lampião - escritor vai recorrer da decisão. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 17 de abril 2002. Regional, p. 2.

porque podem causar embaraço às suas iniciativas em volta do tema, o que parece ter relação com o silêncio acerca desse caso. O seu maior interesse reside sobre outras situações.

Um evento cearense que conclamou atenção em torno do cangaço aconteceu no ano seguinte. Tratava-se da 13ª edição do Cine Ceará, realizada em maio de 2003, no município de Fortaleza, que homenageava antecipadamente os 40 anos do filme “Deus e Diabo na Terra do Sol” (1964), do cineasta Glauber Rocha. A Secult-CE é a organizadora central deste festival através, em particular, de um equipamento cultural ligado à área do audiovisual da Universidade Federal do Ceará (UFC), a Casa Amarela Eusélio de Oliveira, cujo diretor é o cineasta Wolney de Oliveira.

Figura 18: 13ª edição do “Cine Ceará”



Fonte: Casa Amarela Eusélio de Oliveira

O Cine congregou muitas pessoas e o jornal O Povo noticiou um encontro em particular que é significativo para notarmos a conservação da memória iconográfica do cangaço. Foi entre Vera Ferreira e Ricardo Albuquerque, que pode ser acompanhado através da notícia *A neta de Virgulino e o filho de seu Chico*, publicada em 20 de março de 2003, por Eleuda de Carvalho, no caderno Vida & Arte. Vejamos o que se comenta dessa reunião e a entrevista com Vera, ressaltando sua resposta acerca da herança familiar e das mudanças de imagem do avô cangaceiro:

A partir de agora, a memória iconográfica de Lampião tem dono: o acervo fotográfico feito por Benjamin Abrahão e o direito sobre a imagem do cangaceiro pertencem, legalmente, à Abafilm e à família Ferreira. Celebrando a paz, estiveram na cidade Vera Ferreira e Ricardo Albuquerque

(...) Vera Ferreira, neta de Lampião e Maria Bonita, e Ricardo Albuquerque, filho do fotógrafo Chico Albuquerque e neto do pioneiro Adhemar Bezerra Albuquerque, entraram em acordo sobre o uso da imagem de Lampião e seu bando, após mais de uma década de litígio judicial. Para marcar a paz e reafirmar seus direitos, ambos estiveram em Fortaleza na semana que passou. Como novidade, o restauro de 50 fotografias, sendo 24 delas totalmente inéditas ainda (como as que publicamos nesta edição). Com o acordo entre as partes, a exclusividade do direito autoral é da Abafilm – que forneceu o material a Benjamin Abrahão, e a exclusividade do direito de imagem é da família Ferreira. (...) Ricardo Albuquerque luta agora para montar o Memorial Chico Albuquerque, com o acervo de seu pai e da Abafilm. E Vera batalha para concretizar o Museu do Cangaço em Aracaju, sua terra natal. (...).

(...) OP [O Povo] – E como foi conviver com o peso desta herança? VF [Vera Ferreira] – Quando eu era criança, ninguém brincava com a gente. Os filhos dos vizinhos eram proibidos de brincar conosco porque era da raça de Lampião. A gente ouvia muito, ‘raça de Lampião não presta’. (...). OP – Por ser jornalista também, você já fez uma análise de como a imprensa foi mudando ou não a ótica sobre o cangaço? Lampião foi morto há 65 anos... VF – Esta mudança a gente sente. No início, ele era o bandido. Primeiro, por causa da imprensa, na época em que ele atuava – este papel não mudou muito. A partir deste trabalho que estamos fazendo, homeopático, de formiguinha, as pessoas começaram a perceber o fenômeno do cangaço. Lampião não era um fator isolado, ele não surgiu de paraquedas naquele momento, alguma coisa o impeliu. Aí começa toda uma revisão da história e não só a do cangaço, mas das nossas revoluções sociais, Antônio Conselheiro e Lampião começam a entrar nos livros história, que até então você não encontrava (...). (grifo nosso).<sup>427</sup>

O encontro entre esses dois empreendedores que, após anos de disputas judiciais, assinam acordo na tentativa de se firmarem como guardiões da memória do cangaço interessa ao jornal, porque ele próprio participa desse jogo de empreendimento. Não seria demais levantar a hipótese de que o jornal teria contribuído na promoção dessa reunião. Mas a questão é observar que a predisposição abre caminho para que determinadas imagens prevaleçam em detrimento de outras. Um exemplo é que as facetas que Vera, preocupada em eliminar o estigma da “raça ruim de Lampião”, põe em difusão são as do cangaceiro situado em quadros de “revoluções sociais” que têm alcançado espaço em meios nos quais não se encontrava antes. A nível de comparação, nota-se que o Diário aborda pautas ligados ao evento do Cine Ceará, mas não tanto quanto O Povo, e, quando apresenta algo sobre o cangaço, enfatiza mais críticas em torno disso, porque não há mal-estar, já que está à parte da maioria das iniciativas, pelo menos referentes ao tema.

<sup>427</sup> CARVALHO, Eleuda. *A neta de Virgulino e o filho de seu Chico*. O Povo, Fortaleza, 20 de março de 2003. Vida & Arte, p. 1.

Nos anos seguintes, em 2004, 2005 e 2006, alguns acontecimentos noticiados são interessantes para notarmos como os jornais reforçam certas memórias. Tratam-se de três episódios. O primeiro é o lançamento da segunda edição do livro de Hilário Lucetti e Magérbio de Lucena, “Lampião e o Estado Maior do Cangaço”, divulgado no Diário do Nordeste através da notícia *Livro aborda lado cruel e violento de Lampião e do cangaço*, presente no caderno “Regional” sem assinatura, publicada em 16 de novembro de 2004. O segundo é a proposta de revitalização do centro histórico de Fortaleza, por meio de novos usos para alguns espaços, no qual um contemplaria memorial para o cangaço, exposta pelo O Povo na notícia *Prédio da Estação sediará Centro da Memória Ferroviária*, de Rosa Sá na parte “Cotidiano”, no dia 2 de março de 2005. A terceira aborda o lançamento do livro “Cangaceiros”, de Élise Gruspan-Jasmin, na VII Bienal do Livro do Ceará, que contém um amplo registro visual do fenômeno viabilizado em parte pela parceria entre Vera Ferreira e Ricardo Albuquerque, o qual foi anunciado no O Povo com a notícia *A vida toda e mais seis meses*, de Eleuda de Carvalho no Vida & Arte, publicada em 23 de agosto de 2006. A seguir alguns dos seus trechos:

A 2ª edição do livro ‘Lampião e o Estado Maior do Cangaço’, de autoria dos escritores Magérbio Lucena e Hilário Lucetti, foi lançada no Crato. A solenidade ocorreu no auditório da Câmara Municipal, no último domingo. Ao contrário da maioria dos escritores que apresenta o cangaço como um movimento social e Lampião como um verdadeiro ‘Robin Hood’ que tomava dos ricos para distribuir com os pobres, o livro mostra o lado violento e cruel do cangaço, protagonizados por ‘bandoleiros que não tinham nenhuma motivação ideológica ou social’, afirmam os autores. (grifo nosso) <sup>428</sup>

O edifício sede da Estação Engenheiro João Felipe irá sediar um Centro da Memória Ferroviária do Ceará. Já os prédios anexos, deverão concentrar duas secretarias estaduais, o memorial do Cangaço e a Estação Caatinga, esta última uma iniciativa da Fundação O Boticário (...). A Secretária da Cultura do Estado, Cláudia Leitão, disse que a negociação para a aquisição destes imóveis se estende há anos. A compra é encarada como fundamental para a requalificação do Centro de Fortaleza. A Estação, que é tombada pelo Estado por ser um imóvel de grande valor turístico cultural, necessita de uma reformulação no seu uso, diz a secretária, acrescentando que os prédios adquiridos vão sediar um grande complexo cultural. (grifo nosso) <sup>429</sup>

Há cerca de três anos, Ricardo Albuquerque e Vera Ferreira – ele, filho de Ademar Albuquerque, da Abafilm, e ela, neta de Maria Bonita e Lampião – lutavam para resgatar as fotos que o libanês Benjamin Abrahão fez de Virgulino e seu grupo, nos anos 30. Ontem à noite, na Bienal do Livro do

<sup>428</sup> *Livro aborda lado cruel e violento de Lampião e do cangaço*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 16 de novembro 2004. Regional.

<sup>429</sup> SÁ, Rosa. *Prédio da Estação sediará Centro da Memória Ferroviária*. **O Povo**, Fortaleza, 2 de março 2005. Cotidiano, p. 3.

Ceará, os dois, mais Expedita Ferreira, filha do Rei do Cangaco, lançaram o livro *Cangaceiros*, da historiadora francesa Élise Jasmin, um estudo a partir das imagens que eternizaram à posteridade um pedaço da história do Brasil (...) Antes da apresentação do livro, uma conversa com Expedita Ferreira, uma senhora muito elegante, 74 anos incompletos. (...) Por causa da discriminação, Expedita não deixava os seus filhos brincarem fora. (...) ‘Porque era só o que diziam, raça de Lampião não presta! Ele era um cara muito inteligente, muito cheio de arquitetura. Me choca um pouco ver que ele foi morto covardemente, pelas costas. Podia estar vivo, poderia estar velhinho... Lampião representa uma história viva, um mito que não sai nunca da cabeça das pessoas. Passa uma vida inteira e mais seis meses, e esta história não se acaba não’. (grifo nosso) <sup>430</sup>

Na primeira notícia, tem-se nítido exemplo de memória que o Diário privilegia com frequência em suas páginas, o que é feito através, sobretudo, da apropriação de produções que ressaltam a faceta do Lampião assassino, como a escrita por Lucetti e Lucena, como forma de se situar criticamente nas disputas mnemônicas. Na segunda notícia, importa observar como O Povo tem interesse contínuo sobre alguns casos que envolvem apropriação do tema na cena pública, como esse do memorial do cangaco que, se fosse construído, destacaria possivelmente concepções de certos guardiões da memória que o jornal, por sua vez, concede relevado destaque. A terceira notícia indica parte disso ao privilegiar ponto de vista da filha de Lampião, Expedita Ferreira, que o contempla enquanto um mito que, apesar das adversidades, teria sido sagaz o suficiente para deixar marcas no sertão que não se apagam facilmente. Convém destacar que o livro, financiado pela Secult-CE e parceiros privados, fazia parte desse projeto de construção do memorial, o qual era vislumbrado como “museu permanente que se propõe a não somente preservar a história do cangaco, mas a expor a influência dos cangaceiros na cultura, na arte e no artesanato brasileiros”. <sup>431</sup>

Em suma, algumas questões ganham destaque. No primeiro momento, com o sexagenário de morte de Lampião em 1998, os jornais se aproximam por difundirem imagem do cangaceiro injustiçado, mas se distanciam porque O Povo concede espaço à imagem festiva do cangaceiro, já que também se comemorava o seu centenário neste ano, e o Diário do Nordeste sugere crítica à popularidade do bandoleiro, que afirma decorrer de produções culturais. No segundo momento, com o Julgamento Simulado de Lampião e o 13<sup>a</sup> Cine Ceará realizados em 2002 e 2003, observa-se como os periódicos lembram ou silenciam a partir de demandas específicas, uma vez que O Povo não trata do Julgamento para talvez não

<sup>430</sup> CARVALHO, Eleuda de. *A vida toda e mais seis meses*. O Povo, Fortaleza, 23 de agosto 2006. Vida & Arte, p. 14.

<sup>431</sup> Cf. JASMIN, Élise Gruspan. *Cangaceiros*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006. O memorial não foi construído, mas a vontade está por aí, talvez esperando o momento mais propício para ser concretizada. Caso venha a ser feito, quais memórias serão privilegiadas e rechaçadas?

secundarizar iniciativas nas quais está mais envolvido, como o Cine Ceará, possibilitando assim que a face do injustiçado com aura justiceira prevaleça, e o Diário, que não formula tais empreendimentos, apresenta o julgamento destacando depoimento de quem iria recorrer da decisão por entrever o cangaceiro como cruel que não merece perdão. No terceiro momento, com o lançamento de livros e outras iniciativas no meio público em 2004, 2005 e 2006, fica nítido como eles corroboram para a cristalização mnemônica, à medida em que O Povo, enquanto empreendedor, costuma privilegiar apropriações de guardiões da memória que trazem imagem mitificada do cangaço, e o Diário, que não se isola da pauta, tende a priorizar memorialistas que carregam imagem cética do fenômeno.

\*\*\*

O movimento de ressignificação da memória cangaceira fomentou calendário festivo para o fenômeno que, apesar da infinidade de sentidos que o tema recebe, é demarcado por institucionalizações, naturalizações e sacralizações. Destacam-se os (o)cultos celebrativos, porque de um lado reside o enquadramento mnemônico e do outro resiste a disputa de significado. Os eventos ditos oficiais, como o culto da Missa do Cangaço, fortalecem a representação do cangaceiro injustiçado, ocultando imagens que só ficam mais evidentes em eventos alternativos. Destarte, o calendário pode ser disputado tanto no âmbito da discórdia dos seus pontos de referência quanto da refutação de sua própria prática celebrativa.

Particularmente, o estado cearense passou por mudanças nesses anos que incidiram na atuação da governança empreendedora da memória do cangaço formada pela Secult-CE e o jornal O Povo. Com o surgimento de temas provavelmente mais pertinentes às ocasiões de cada momento, o jornal não priorizou o cangaço como antes, embora muitas inclinações anteriores tenham se conservado. Suas marcas celebrativas podem ser vistas, sobretudo, no Cine Ceará, um evento central do calendário festivo cearense. Não se pode deixar de observar que outros grupos foram se formando, atuando e se apropriando dessa memória. O tratamento dos jornais O Povo e Diário do Nordeste ao tema continua possuindo estreita relação com articulações institucionais, circunstâncias e indivíduos, o que implica diretamente em suas significações.

No campo do patrimônio, a memória foi bastante sacralizada por alguns indivíduos que se colocam como guardiões e/ou atuam como empreendedores preocupados em manter seus capitais, demandas e projetos. Os conflitos percebidos no calendário mostram que os esforços contínuos de exaurir desse patrimônio cultural nordestino reivindicado a sua dimensão dissonante e contestada não são capazes de fazer com que o dilema do lembrar ou esquecer deixe de ser uma de suas marcas. Apesar dos esforços de enquadramento, pode-se



continuar notando valorações mnemônicas que circulam em torno do cangaceiro “injustiçado” merecedor de perdão, do “mal-dito” que festejou a poesia da vida, do “cruel” que não pode ser tão celebrado e do “assassino” que não merece nenhum tipo de valorização.

Depois dessas ponderações, a análise do septuagenário de morte de Lampião pode ser um mote instigante para pensarmos o calendário em tempo de comemoração.

#### 4.2. Septuagenário de morte: memória enquadrada

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. (...) Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. Mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada.

(Michel Pollak)<sup>432</sup>

Em meados de 2008, época do septuagenário da morte de Virgulino, a exposição “Cangaceiros” era uma das atrações da comemoração. A mostra resultava de desdobramento de articulações entre governança formada pela Secretaria de Cultura do Ceará (Secult-CE), Instituto Cultural Chico Albuquerque e familiares deste cangaceiro. Na justificativa do projeto enviado à Secretaria para captação de recurso, os organizadores indicavam enfaticamente que o dualismo do “herói ou anti-herói” não tinha resposta definitiva, mas declaravam que Lampião e os cangaceiros “foram, no mínimo, lutadores”.

A afirmativa é intrigante por evidenciar como os empreendimentos do tema são seguidos de enquadramentos necessários às suas execuções, muito embora o que digam não seja tão consensual quanto postulam. As indagações que vêm ao caso são as seguintes: como foram essas comemorações? Serviram apenas para enquadrar memórias? Não foram também usadas para desafiar cerceamentos? Como os jornais se remodelam diante disso? E quais são os problemas que tiveram maior destaque no período contemporâneo?

O objetivo desta parte é analisar o septuagenário, notando seus (o)cultos celebrativos para perceber como as comemorações são usadas para fins diversos; investigar, através da imprensa cearense, a celebração a partir de olhares de empreendedores, jornalistas,

---

<sup>432</sup> POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 9.

intelectuais e leitores que mostrem enquadramentos e disputas de significado em jogo no momento; problematizar as ressonâncias de questões relacionadas ao modo como essa memória é situada na temporalidade nordestina, principalmente no tocante às tentativas de proibição de representações do fenômeno que desestabilizam as idealizações que nutrem algumas das idealizadas identidades regionais.

#### *4.2.1. A derradeira celebração*

No calendário festivo do cangaço, as práticas fúnebres são recorrentes. Os acontecimentos que aludem aos 70 anos de morte de Lampião integram a derradeira celebração aqui analisada. Como indicamos antes, o fato de a maior parte dos caminhos festivos oficiais conduzirem à imagem do cangaceiro injustiçado não significa evidentemente que não se possa notar várias outras formas de concebê-lo. A tônica conflitiva fica evidente sobretudo em comemorações que, a despeito das restrições agenciadas por empreendedores, são caracterizadas por disputas. Afinal de contas, elas costumam se transformar em palco de eclosão de “memórias subterrâneas” que continuaram seus trabalhos de subversão mesmo que no silêncio. Por isso Michael Pollak disse que nenhuma forma de enquadramento está totalmente estabilizada. A interpelação desta ocasião não pode ser, portanto, deixada à margem. Alguns indícios são oportunos para refletirmos sobre esses problemas.

O caso do programa *70 anos da morte de Lampião*, do jornalista sergipano Ancelmo Gois, vinculado ao periódico do O Globo, é expressivo. O roteiro de apresentação visava abordar o cangaceiro através de diferentes olhares e contou com indivíduos conhecidos na seara de debate em torno do assunto, a exemplo da neta de Virgulino, Vera Ferreira, do pesquisador Frederico Pernambucano de Melo e da socióloga Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O nosso destaque chama atenção apenas para a naturalização da efeméride, pois se uma das questões anteriormente colocada era o porquê de se comemorar, esta especificamente parece ser o porquê de não comemorar. Por um lado, a sensação transmitida é de que a pauta tem importância independentemente de qualquer objeção às suas contradições. As próprias contendas não têm lugar efetivo no programa, já que só aparecem de forma incisiva com aqueles que guardam reminiscências dolorosas, tal qual a referida socióloga, que teve familiares sequestrados pelo cangaceiro. Os dizeres questionadores de sua face heroificada costumam ser relegados porque não seriam convenientes à ocasião fúnebre. Por outro lado, a impressão que fica ao observar tensões como essas é de que a necessidade de valorização do

tema a qualquer custo é, por conseguinte, um falso consenso.<sup>433</sup>

Nessa altura da pesquisa, está evidente que as tentativas de enquadramento são efetuadas por componentes de organizações, clubes e células de reflexão que elaboram tanto discursos sistematizados quanto incrustam seus rastros em monumentos, museus, bibliotecas, etc. Pelo que foi visto, pode-se imaginar que os demais eventos ligados ao septuagenário contaram com a organização de certas pessoas, tais quais, Anildomá Souza, com o “Tributo a Virgulino”, no local de nascimento do cangaceiro, e Vera Ferreira, com a Missa do Cangaço, no seu local de morte. As imagens que mais constroem de Lampião como injustiçado certamente foram postas em circulação, mas aqui o caso é atentar para um outro aspecto: o de que esses eventos mobilizam vários grupos em sua programação, logo, uma ampliação do debate poderia ser perceber as dissonâncias de concepções sobre o tema nesses ambientes que dificilmente são homogêneos.

No estado cearense, a Secult-CE, juntamente com seus parceiros privados e outras instituições, estiveram inseridos na organização de basicamente dois eventos. O primeiro foi a 18ª edição do Cine Ceará, realizado no mês de abril, em Fortaleza, que teve como tema “Nordeste, Cinema e Cangaço”, o qual também trazia homenagem antecipada aos 40 anos do filme “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro”, do cineasta Glauber Rocha, com uma programação de atividades no Cine Teatro São Luiz e na Universidade de Fortaleza (Unifor), com a realização do simpósio “Cangaço - A Parte Maldita”. O segundo foi a exposição “Cangaceiros”, que esteve em cena na capital entre maio e agosto, no Centro de Cultura do Dragão do Mar, mas também foi para o interior, onde ficou em exibição no Centro Cultural Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em particular, ressalta-se a participação do cineasta Wolney Oliveira, da Casa Amarela Eusélio de Oliveira, que é responsável pelo Cine e vinha produzindo um documentário sobre os ex-cangaceiros Moreno e Durvinha, os quais haviam reaparecido após décadas de sumiço; do intelectual Daniel Lins, conhecido pela extensa pesquisa em torno do tema e que, embora não residisse mais nessa cidade, manteve ligação com a Secretaria e o Jornal O Povo, bem como esteve na organização do referido simpósio; de Vera Ferreira e Ricardo Albuquerque, através do Instituto Cultural Chico Albuquerque, que eram alguns dos responsáveis pela citada exposição.

---

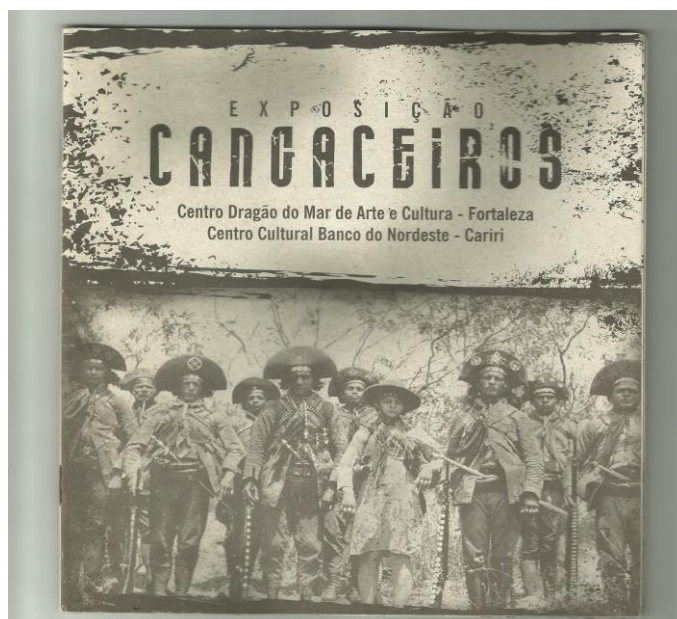
<sup>433</sup> Cf. GOIS, Ancelmo. *70 anos de morte de Lampião*. Programa Ancelmo Gois. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mHFu8mHaNOA>> Acesso em 18 de agosto de 2016.

Figura 19 – 18ª edição do “Cine Ceará”



Fonte: Casa Amarela Eusélio de Oliveira

Figura 20 – Catálogo da exposição “Cangaceiros”



Fonte: Secretaria de Cultura do Ceará (Secult-CE)

A exposição “Cangaceiros” merece destaque para tratarmos de alguns dos enquadramentos que estavam no projeto que possibilitou sua concretização no estado.<sup>434</sup> Além da sua justificativa de afirmar que “chegar a uma resposta definitiva do que representou Lampião na história do Nordeste brasileiro - para dar uma localização geográfica mais exata -

<sup>434</sup> Uma exposição semelhante com as mesmas fotografias havia acontecido na França e São Paulo.

não é tão simples como o conceito destas palavras”, lançavam-se os seguintes dizeres:

Lampião e seu bando de cangaceiros foram, no mínimo, lutadores. Homens destemidos que trilharam as mal traçadas estruturas sociais e econômicas do sertão nordestino na primeira metade do século XIX, em busca de uma sobrevivência mais justa para os trabalhadores da região. Os meios para se chegar a isso é que não foram bem aceitos pelas autoridades e grandes fazendeiros da época. Um consenso que há entre historiadores e pesquisadores é em relação à riqueza histórica do cangaço. Importância reconhecida dentro e fora do Brasil. (grifo nosso)<sup>435</sup>

O texto constrói duas figuras: a do cangaceiro lutador destemido que atuava por sobrevivência em região marcada pela falta de oportunidade e a de que há concordância de que o tema é rico por si só tanto no país quanto fora dele. A constatação de outras vivências nessa efeméride nos leva a pensar diferente. Convém pontuar que as valorações em torno dos ex-cangaceiros reaparecidos, os quais eram tomados por alguns como “histórias vivas”, parecem ter reacendido impasses que aparentavam certa estabilidade. Para compreender isso, basta recapitular o estranhamento entoado em pleno Jornal Nacional que destacamos no início do trabalho: “quem foi considerado fora da lei há décadas hoje é memória da cultura brasileira”. Observando essa celebração, vemos como “o sentido das datas muda ao longo do tempo, a medida que alguma das diferentes visões cristaliza e institucionaliza-se com seus sentidos e rituais, para logo ser desafiada por novas gerações e novos atores que tratarão de impor novos sentidos”.<sup>436</sup> A variação na escala de análise refina as percepções.

#### 4.2.2. O noticiário local

As comemorações foram noticiadas diferentemente pelos jornais cearenses. O estudo das ressignificações do assunto colocadas em funcionamento com suas operações midiográficas são notadas por dois conjuntos de matérias. O primeiro apenas com publicações do O Povo, a partir do artigo opinativo *Cangaço – a parte maldita* (2008) e de duas opiniões de leitores que são *Lampião e o cangaço: entre a mitologia e a história* (2008) e *Absurdos* (2008). O segundo contendo o caderno especial do O Povo *Lampião, o mito 70 anos depois* (2008) e a notícia do Diário do Nordeste *70 anos da morte de Lampião* (2008).

Na esfera do 18º Cine Ceará, alguns dos debates mais acalorados do tema aconteceram no simpósio “Cangaço - a Parte Maldita”, realizado entre 12, 13 e 14 de abril, no

<sup>435</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará - Intermediário (AINT-CE). **Projeto - Cangaceiros**. Fundo Mecenato, 2006/2007, caixa 2, nº do projeto 06180747-8, do Instituto Cultural Chico Albuquerque, valor: 170 mil reais.

<sup>436</sup> JELIN, Elizabeth. *¿Quiénes? ¿Cuándo? Para qué? Actores y escenarios de las memorias*. In: **El Estado y la Memoria**. Barcelona: RBA Libros, 2009, p. 126.

auditório da biblioteca da Unifor. O evento reuniu alguns pesquisadores acadêmicos, como Daniel Lins, Márcia Tiburi, Eduardo Diathay Menezes, Marcelo Dídimo, e também memorialistas, como Ângelo Osmiro Barreto e João de Souza de Lima, este último um dos responsáveis por ter localizado os ex-cangaceiros Moreno e Durvinha. No segundo dia dos trabalhos, Daniel Lins, então articulista esporádico do O Povo, publicou extenso artigo com título homônimo ao encontro. Vejamos alguma de suas partes.

Começou ontem, e prossegue até amanhã, dia 14, no Auditório da Biblioteca da Unifor, o Simpósio Nordeste, Cangaço e Cinema – Cangaço: a parte maldita. O personagem torna-se conceito e como tal, deve ser não só comentado, narrado, mas pensado. (...) O desejo, deseja a vida e a morte. Como compreender a estética do cangaço, fora da estética do horror?

Para tentar perceber um mal-estar que se ignora, cabe superar os discursos técnico ou clínico, e chegar a uma confrontação com a história do Brasil, convocada a escrever as mais terríveis páginas. (...) Lampião e o cangaço, resquícios de uma ‘cultura do pobre’, objetos ‘não históricos, por excelência?

Ora, cangaceiros e volantes repetem um fenômeno ‘universal’ e trans-histórico inserido em práticas abjetas: (...) Mas, o que há de comum entre práticas sacrificais dos místicos mediáveis e atentado suicidas dos terroristas? Entre a ferocidade de Lampião e a selvageria das volantes? Entre o imaginário sexual do Marquês de Sade e as fantasias, ou uso de cadáver como objeto libidinoso, denunciado nos primeiros textos e narrativas sobre o cangaço, usos e abusos da ‘força e práticas perversas’ de soldados das volantes? Quem é o bárbaro? Quem é o civilizado?

Perigo maior: na ausência de rigor histórico ou de pesquisa universitária ampliada, tanto o bandido contra o Estado como o bandido ilegítimo tornam-se objeto de admiração, após terem sido objeto de horror. A glamourização ocupa o lugar da pesquisa e da história, e o contrabandista-mor da memória ofusca a própria história.

Cabe revistar a parte maldita do cangaço: cangaceiros, volantes, coronéis, políticos, clérigos e poder patrimonial dos incluídos, pois uma sociedade que presta um culto ao controle e a abolição de sua parte maldita é uma sociedade perversa. (grifo nosso)<sup>437</sup>

A atribuição da expressão “maldita” nas ações em torno do evento deve-se à interpretação de que o assunto é rejeitado e condenado por grupos elitistas. O esforço do escrito é significar a efeméride para que seja percebida como ocasião oportuna para que se aproprie do cangaço, abordando sua multiface para além de preferência da estética do horror. Lins pondera que, para lidar com o mal-estar que a trama gera, é preciso mexer com a “cultura do pobre envolta numa das páginas mais terríveis da história brasileira”. A prerrogativa ganha

<sup>437</sup> LINS, Daniel. *Cangaço – a parte mal-dita*. O Povo, Fortaleza, 13 de abril. 2008. Opinião, p. 5.

entonação de dever mnemônico ao sinalizar que uma sociedade que não ruma sua parte maldita é perversa. O pensamento tem semelhança com seus raciocínios de outros momentos, mas existem alguns novos elementos. Por um lado, ele não aborda tanto algumas figuras malditas feminilizadas do cangaceiro, e, por outro, enfatiza nítida preocupação com o “perigo que é o efeito da glamourização acionada por contrabandistas-mor da memória que ofusca a própria história”.<sup>438</sup> Intrigante que o direito à memória preconizado pelo pesquisador parece ter tido um efeito reverso em função dos enquadramentos que aumentaram paralelamente à valorização do tema.

No domínio da exposição “Cangaceiros”, realizada entre 29 de maio e 3 de agosto, destacamos agora outros tipos de percepção que advêm não de organizadores de eventos, mas de leitores do jornal *O Povo*. A primeira está no artigo *Lampião e o cangaço: entre a mitologia e a história*, escrito por Bric do Vale, no “jornal do leitor”, em 26 de julho, que trata em particular da exposição. A segunda é a opinião intitulada *Absurdos*, redigida por Gerardo Valdisio Rodrigues Viana, na seção “Fala, Cidadão”, em 13 de agosto, o qual embora não aborde a exposição diretamente, possibilita vislumbrar parte do clima comemorativo que estava no ar. Na ocasião, eles disseram, respectivamente, o seguinte:

Ao observar as roupas, fotografias, recortes de jornais, armas e alguns pertences pessoais de Lampião, no Centro Dragão do Mar, adquirimos uma ótica romântica sobre o cangaço. (...) A dúplice e controvertida trajetória de Lampião e do cangaço pode ser compreendida por intermédio de uma visita a exposição dos vaqueiros, também sediada no Dragão do Mar. A região Nordeste sempre foi qualificada como uma terra oligárquica e sem leis. Tais circunstâncias determinaram o cangaço (...). Através do roubo, do homicídio, do estupro e outras atividades relacionadas ao banditismo, os cangaceiros, conforme eles acreditavam, foram fazendo justiça. Como é possível fazer justiça aderindo à criminalidade? (...) Aqueles que aderiram ao cangaço se igualaram aos coronéis no quesito de pegar em armas e impor o respeito junto à sociedade. (grifo nosso)<sup>439</sup>

A história brasileira é estranha. Resgatar a memória dos cangaceiros, com fascinação, é bizarro. Todos sabemos que eles foram facínoras atuantes na região nordestina no início do século XX. (...) mesmo assim, recentemente proliferam ‘homenagens’ por ocasião de centenários (de nascimento de Lampião, do cangaço.) Daqui a pouco poderão ser homenageados, o Bandido da Luz Vermelha, o Maníaco do Parque, o Fernandinho Beira-Mar, políticos inescrupulosos, mensaleiros, sanguessugas etc. Causa também estranheza o fato de que antigos baderneiros da ordem pública, alguns

<sup>438</sup> A referida faceta é a da parte mal-dita da subjetividade feminina de Lampião que não foi muito abordada. Mas não é o caso de considerar que o intelectual a abandonou na contemporaneidade, pois continua colocando para circulação em outras circunstâncias. Cf. LINS, Daniel. *A paixão segundo Lampião*. In: André Queiroz. (Org.). **A reinvenção do Nordeste**. Fortaleza: SESC, 2010, p. 30-42.

<sup>439</sup> VALE, Bric do. *Lampião e o cangaço: entre a mitologia e a história*. **O Povo**, Fortaleza, 21 de julho de 2008. *Jornal do Leitor*, p. 2.

sequestradores, outros assassinos, antes exilados, hoje recebam do erário polpudas pensões afora as altíssimas indenizações já pagas. (grifo nosso).<sup>440</sup>

Antes de serem publicados, os materiais passaram por triagem. Seria o caso de pensar que a seleção talvez não fosse possível se o periódico estivesse diretamente envolvido em alguns empreendimentos, como aconteceu em outras ocasiões. Fazer com que tais visões venham à tona através dos leitores parece ser uma forma de não se comprometer tanto com tema que passou a ser uma pauta importante na sua linha editorial. A situação abre perspectiva para que outras representações figurem, num contraponto às imagens ditas românticas, como as do cangaceiro enquanto facínora, que não teria como ser justiceiro aderindo à criminalidade. A repulsa à celebração seria também originada do receio de que ela incentivasse culto para ditos bandidos contemporâneos, sejam os criminosos comuns ou políticos acusados de corrupção.

Em momento próximo à data efetiva do septuagenário, os jornais mobilizaram diferentes mananciais em suas abordagens. O Povo promoveu um caderno comemorativo, intitulado *Lampião, o mito 70 anos depois*, com coordenação do jornalista Pedro Rocha e fotografia de Evilázio Bezerra, da editoria Vida & Arte, publicado entre 20 e 26 de julho. As matérias eram compostas de artigos, opiniões e entrevistas vindas de intelectuais, tais quais Luitgard Oliveira Barros, Eduardo Diathay Menezes, Régis Lopes, Durval Muniz de Albuquerque e Elise Gruspan Jasmin, bem como de populares que entrevistaram na viagem realizada à região onde Lampião morreu. Daí surgiram algumas temáticas, como: “Mataram Lampião?!”, sobre sua morte; a relação entre “Lampião e a invenção do Nordeste”; “A mulher do capitão”, em reflexão sobre Maria Bonita; “Entre mitos”, para tratar de sua proximidade com padre Cícero; e “A palavra de Lampião” sobre as poucas entrevistas concedidas pelo cangaceiro em vida. Diante da pluralidade, interessa só pontuar como divulgam e finalizam o caderno para notar inclinações editoriais e os seus efeitos:

**O POVO aproveita a efeméride dos 70 anos do fato para contar e refletir sobre essa história em um caderno especial na edição de amanhã.** O caderno ainda dá início a uma série de reportagens sobre o assunto na próxima semana no caderno Vida & Arte. (...) **Entre os depoimentos ouvidos está o de Elias Marques Alencar, policial presente na fatídica manhã, e os de Vera e Expedita Ferreira, respectivamente neta e filha de Lampião e Maria Bonita, também morta na emboscada, que ainda vitimou outros nove cangaceiros. (...) Conteúdo O caderno ainda traz entrevistas com pesquisadores do tema e algumas das diversas controvérsias sobre o fato.** (grifo sublinhado nosso).<sup>441</sup>

<sup>440</sup> VIANA, Geraldo Valdisio Rodrigues. *Absurdos*. O Povo, Fortaleza, 13 de agosto de 2008. Fala Cidadão, p. 5.

<sup>441</sup> ROCHA, Pedro; BEZERRA, Evilázio. *Lampião, o mito 70 anos depois*. O Povo, Fortaleza, 19 de julho de 2008. Vida & Arte, p. 11.



A série de reportagens sobre os 70 anos de morte de Lampião termina hoje com a republicação de uma entrevista com o próprio Virgulino, veiculado pelo O Povo em 1928. (...) Os pontos altos dessa exibição de Lampião na imprensa nordestina foram as poucas entrevistas que concedeu, uma delas publicada no próprio **O POVO** em 4 de junho de 1928, simultaneamente ao jornal pernambucano *A Noite*, veículo para o qual a entrevista foi originalmente oferecida por José Alves Feitosa. Virgulino tinha 30 anos, já possuía fama e parecia saber que a vingança da morte dos pais era um bom motivo a ser dado para sua vida no cangaço. Abaixo a entrevista, reproduzida aqui com a grafia original utilizada na época. (...) Disse-me, há pouco, que se pudesse abandonaria o cangaço... – ‘Sim. Porque não vivo a vida do cangaço por maldade minha. É pela maldade dos outros’. (...) (grifo nosso sublinhado) <sup>442</sup>

O investimento considerável nessa produção tem relação com a intenção do O Povo em contemplar as “diversas controvérsias sobre o tema” e continuar colocando-se com legitimidade perante o assunto. No decorrer do caderno, são lançados inúmeros olhares, mas o encerramento vem com a “palavra de Lampião”, retirada de entrevista que o jornal publicou no longínquo ano de 1928, algo também feito para trazer-lhe algum respaldo. Ao fechar a investida jornalística com o dizer do cangaceiro de que “vivia o cangaço não por maldade dele e sim por maldade dos outros”, a sua faceta do injustiçado é fortalecida. A retraída sugestão de que isso tratava-se de estratégia retórica de Virgulino em certo ponto da matéria não tem a mesma expressividade da sua palavra que fizeram questão de destacar.

O Diário do Nordeste foi, por seu turno, mais modesto. Publicou basicamente a notícia *70 anos da morte de Lampião*, com Antonio Vicelmo, na editoria Regional, em 28 de julho. O texto é estruturado em alguns tópicos principais, tais como: “História”, “Entrada definitiva”, “Cangaceiros”, “Cabeças macabras”, “Comemorações e “Imagem”, nos quais tratam respectivamente da trajetória de Virgulino no cangaço, dos outros cangaceiros que morreram ao seu lado em Angico, do destino das suas cabeças decepadas, que passaram décadas para serem sepultadas, das celebrações na ocasião e as das idealizações da sua imagem. Nesse caso, convém destacar trechos destes dois últimos:

**Comemorações** A epopeia de Angicos, que marcou o fim do cangaço, está sendo lembrada nesta segunda-feira, em várias cidades do Nordeste. Em Serra Talhada, terra natal de Lampião, os 70 anos de morte do filho ilustre estão sendo comemorados desde o último sábado (...) Em Sergipe, onde Lampião morreu, ocorrerá uma missa no dia 28 de julho, na Grota de Angico. (...) Em Poço Redondo, Sergipe, será realizado um encontro de autores que escreveram sobre o cangaço, entre os quais, Antônio Aumary, João de Souza Lima, Alcino Alves da Costa e o cearense Magérbio de

<sup>442</sup> *Id.*, *A palavra de Lampião*. **O Povo**, Fortaleza, 26 de julho de 2008, p. 7.

Lucena, autor do livro ‘Lampião e o Estado Maior do Cangaço’. Também estarão presentes nas atividades, Expedita e Vera Ferreira, filha e neta de Virgulino Lampião e Maria Bonita. (...) **Imagem.** A imagem de herói e justiceiro com que se idealizou os cangaceiros em nosso folclore não corresponde à realidade. Assim como os outros cangaceiros, Lampião era cruel, sanguinário e agia em benefício próprio e de seus compadres. Nesse sentido, ele pode ser comparado a bandidos atuais que também ganham essa aura de heróis postulares, como Escadinha ou Fernandinho Beira-Mar, para alguns moradores do Rio de Janeiro. (grifo nosso sublinhado).<sup>443</sup>

O enfoque aos eventos realizados onde Lampião nasceu e morreu tem relação com o privilégio que o Diário concede aos municípios do interior nordestino em sua linha editorial. Em particular, ressalta-se o encontro dos escritores lampiônicos, que tinha a presença do cearense Magérbio de Lucena, que aparece com frequência em suas páginas, juntamente com Hilário Lucetti, o qual havia falecido no ano anterior por complicações de saúde decorrentes da avançada idade. A face contemplada na notícia de que Lampião era cruel, sanguinário e atuava em benefício próprio tem nítida semelhança com as que compõem a obra destes escritores. Interessante notar que a comparação entre cangaceiros e bandidos contemporâneos, que passa a ser bem recorrente na ocasião, também figura neste periódico.

#### 4.2.3. *As ressonâncias contemporâneas*

As ressonâncias contemporâneas dos imbrólios em torno do cangaço são muitas. Os rastros mais generalizados de encandeamento e atravanco no cenário público podem ser observados através das situações de governanças que continuam, por um lado, fomentando demandas que fazem o tema ficar em evidência, e, por outro, envolvidas em casos que suscitam como o assunto é cercado de contendas que não costumam passar.

O destaque a determinados aspectos de governanças cearenses formadas ao longo dos anos analisados, sobretudo no tocante ao uso do tema no âmbito das políticas culturais, talvez esclareça o que estamos tentando enfatizar. Na capital, a Secult-CE e o jornal O Povo buscaram promover suas modernizações culturais no tempo presente, usando o cangaço numa “valorização de tema local que inserissem-nos em circuito econômico global”. Já a parceria entre a Secretaria e o Instituto Cultural Chico Albuquerque tem como uma de suas metas construir memorial para o cangaço em Fortaleza que está relacionado a um projeto maior de “revitalização do centro histórico da cidade” como um atrativo para o turismo. No interior, as

---

<sup>443</sup> VICELMO, Antônio. *70 anos da morte de Lampião*. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 28 de julho de 2008. Regional, p. 1.

ações realizadas pelo Instituto Cariri do Brasil, em cooperação com prefeituras de municípios nordestinos, também são justificadas centralmente pela capacidade de incremento econômico que eventos em torno do assunto podem ter, tal qual o evento itinerante “Cariri Cangaço”, que busca se afirmar como o lugar “onde o Brasil de alma nordestina se encontra”. Em síntese, o que se observa são diferentes atuações permeadas de velhas vontades e repletas de novos slogans. Partir do cangaço para tratar o Nordeste como produto histórico, complexo e múltiplo continua sendo um desafio em que muitos se debruçam na teoria, malgrado algumas ilusões identitárias inventadas, mas não na prática.

Paralelamente, alguns outros indícios que envolvem a Secult-CE e os jornais cearenses *O Povo* e o *Diário do Nordeste* permitem pensar em motivos de inclinações atuais para o assunto e suas implicações nas construções mnemônicas. Chama-se atenção para o projeto do filme de Wolney Oliveira, até então batizado *O altar do cangaço* (2007), mas que se tornou o documentário “Os últimos Cangaceiros” (2011), que teve significativo suporte estatal através dos recursos privados oriundos da captação feita por lei de incentivo cultural; o livro comemorativo intitulado “O Povo 80 anos” referente ao octogenário de criação deste periódico, coordenado por Regina Ribeiro, na parte que remete à sua ligação com o cangaço, denominada *A primeira edição - Lampião* (2008); e uma notícia do *Diário do Nordeste*, escrita por Antônio Vicelmo, sobre o evento “Cariri Cangaço” denominada *O Roteiro de Lampião é feito por pesquisadores* (2009). Vejamos respectivamente:

O Cangaço, fenômeno histórico-social único no mundo, tem como referência iconográfica mais marcante onze cabeças decepadas (entre as quais as de Lampião e Maria Bonita), cercadas de chapéus, punhais, fuzis, e bornais enfeitados, adornando uma escadaria. Este é o ‘altar do cangaço’. Mas o filme se propõe a ir além, pondo o cangaço no altar, como objeto de estudo. A riqueza sociológica e cultural, ainda pouco avaliada desse fenômeno, vai muito além dos fatos violentos, sendo, hoje, objeto de pesquisa em conceituadas universidades do exterior. Com roteiro ágil, a saga dos cangaceiros e seus perseguidores é narrada por estudiosos do assunto (inclusive com imagens de aulas na Sorbonne, em Paris), ex-coiteiros, ex-volantes (macacos) e ex-cangaceiros, tendo como personagens principais o casal Durvinha (92 anos) e Moreno (97 anos), recém-descobertos. Este casal de cangaceiros, remanescentes do grupo de Lampião permaneceram incógnitos por quase 70 anos, escondendo sua verdadeira identidade inclusive dos próprios filhos. (grifo nosso).<sup>444</sup>

O primeiro tema que passa a habitar sistematicamente as páginas do jornal é o ‘banditismo’ de Virgulino Ferreira, “vulgo Lampeão”. Temática que também rende a primeira bandeira ideológica do jornal: contra a ação truculenta da polícia. É que, em 11.1.1928, cinco cangaceiros haviam sido

<sup>444</sup> AINT-CE, *op. cit.* Em 2007, o filme estava em produção. O lançamento foi feito no circuito internacional de festivais em 2011, mas só entrou em circulação aberta em 2015.

fuzilados, pela polícia, no Cariri. Dois dias depois, o editorial: ‘Partidários de ação ponderada e inflexível da Justiça, limitada pelos dispositivos legais (sic), jamais havemos de bater palmas à ferocidade levada aos seus mais abomináveis requintes’. No dia seguinte, a primeira foto publicada no **O POVO** traz os cinco cangaceiros: ‘A fotografia foi tirada antes da partida para o Alto do Leitão, onde foram os criminosos fuzilados (sic) e sepultados’. Em 4.7.1928, o jornal traz entrevista de Lampião concedida ao jornal Pernambucano A Noite: ‘Não sou cangaceiro por maldade minha, mas pela maldade dos outros’. Justifica-se. Até o fim de sua vida, quando vira manchete de capa, em 29.07.1938: ‘Decapitados Lampeão, sua mulher e nove comparsas’ -, Virgulino Ferreira vai habitar as páginas do jornal regularmente, ora com façanhas monumentais, ora com cobrança dirigidas aos governantes, ora com boatos e factoides de sua morte. (grifo nosso sublinhado).<sup>445</sup>

Estudiosos do cangaço fazem o mesmo roteiro seguido por Lampião e seus comandados na região do Cariri. Crato. O Seminário ‘Cariri Cangaco’ será encerrado amanhã, com uma palestra no salão paróquia de Missão Velha, seguida por um almoço de confraternização entre os escritores, pesquisadores, professores e ensaístas que participaram do evento. Foi uma semana de estudos, debates e polêmicas sobre lampião e seus cangaceiros. Os pesquisadores definiram o evento como o maior acontecimento do gênero realizado no Nordeste. (...) Uma das vertentes importantes do seminário foi a inclusão do Cariri no ‘roteiro turístico’ do cangaço. Participantes do evento percorreram os caminhos trilhados por Lampião e seu bando na região. Os pesquisadores seguiram as pegadas de Lampião apontadas pelo escritor Napoleão Tavares Neves, que lançou o livro ‘Cariri, Cangaco, Coiteiros e Adjacências’, revelando fatos que foram apagados pela poeira do tempo e rastejando as pegadas de Lampião, quando da sua visita à Juazeiro do Norte à procura das bênçãos do Padre Cícero. (grifo nosso).<sup>446</sup>

Referente à descrição do projeto resumido do filme, nota-se como o alto investimento captado possibilitou que os seus produtores conseguissem alcançar um dos propósitos iniciais de abordar várias facetas do fenômeno através de sujeitos de diferentes campos de atuação, mas que o enfoque mudou com o aparecimento de Moreno e Durvinha, e, não por acaso, recebeu o título de “os últimos cangaceiros”. A questão pautada é que, apesar da vontade de privilegiar a memória conflitiva, “a memória viva” é que tem um maior poder de congregação, o que implica muitas vezes em naturalização do assunto. Em relação ao O Povo, observa-se que as celebrações aos seus 80 anos foram aproveitadas para tentar se legitimar mais uma vez como autoridade do assunto. Fez isso pinçando fragmentos jornalísticos de décadas passadas para criar a ideia de que o tema sempre foi regular em suas páginas, embora saibamos que a intensidade das iniciativas em torno do assunto não é tão

<sup>445</sup> RIBEIRO, Regina (Coord). *O mundo pelo o Povo em oito décadas: 1928 - A primeira edição - Lampião. Edição Especial do O Povo 80 anos.* Fortaleza, O Povo: 2008

<sup>446</sup> *Roteiro de Lampião é feito por pesquisadores. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 26 de setembro de 2009. Regional.

antiga assim, já que é sobretudo na metade dos anos 1990 que o jornal se torna um empreendedor efetivo da memória cangaceira. Sobre o Diário, constata-se que o crescimento das iniciativas pelo interior cearense, onde o periódico tem muitas filiais, incide em mudança de abordagem que parece ser responsável pelo fato de não expor a imagem do cangaceiro cruel, recorrente outrora em seus olhares, porque causaria embaraço à importância que tentava atribuir ao evento interiorano que noticiava.

Nesse período mais recente, os problemas em torno do tema que causaram maior alarde aconteceram, contudo, nos locais de nascimento e morte do cangaceiro, os quais podem ser refletidos a partir de situações que vimos no território cearense. As contendas tratam-se de tentativas de proibição da circulação de algumas representações do cangaço. No centro dessa polêmica, está o grupo *Canga-gay* (2009), cujo um dos organizadores é Hélio Nascimento, e o livro *Lampião, o Mata-sete* (2011), do juiz Pedro Moraes. A semelhança entre as ações é que, cada um a seu jeito, ironiza, critica e questiona a representação do cangaceiro como ícone do nordestino cabra-macho. Elas são vistas, amiúde, como suposta “desmoralização” à memória do fenômeno e, conseqüentemente, da identidade regional.

Por um lado, sabe-se que no local de nascimento de Virgulino é comum encontrar o grupo artístico “Cabras de Lampião”, ligado à Fundação homônima, que, com suas práticas de valorização, enaltece uma dita cultura tradicional, representa o cangaceiro como valente e evoca a identidade do nordestino cabra-macho. Todavia, surgiu em 2009 o grupo artístico homoafetivo *Canga-Gay*, que, durante certos eventos, costuma interpelar essa suposta cultura tradicional com suas práticas de, por exemplo, vestir-se com indumentária do cangaceiro em cor de rosa, representando o cangaceiro como um afeminado em ato de ironia à tal identidade viril.<sup>447</sup> O presidente da Fundação Cultural “Cabras de Lampião”, Anildomá Souza, faz severas críticas ao grupo. Sob justificativa de “deturpação do patrimônio”, existem tentativas de impedir a prática que, embora não rompa a vinculação identitária entre o cangaço e a região, atribui valorização que desestabiliza identidade nordestina estereotipada.

---

<sup>447</sup> Cf. **Canga-Gay em Serra Talhada**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BU9Py-5DiI>>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

Figura 21 - “Cabras de Lampião”



Fonte: Fundação Cultural Cabras de Lampião / Foto - Carlos Silva

Figura 22 - “Canga-Gay”



Fonte: Helio Nascimento

Por outro lado, destaca-se que o livro *Lampião, o Mata Sete*, publicado em 2011 pelo juiz Pedro Moraes, mas escrito nos anos 1990, quando o autor residia na região próxima ao local de morte do cangaceiro, apresenta uma tese de que Lampião era homossexual e Maria Bonita adúltera. A investida memorialista de Moraes enfrentou a ira dos familiares de Virgulino, a exemplo de Vera Ferreira, que foi uma das responsáveis pela ação judicial que proibiu a circulação pública do livro por três anos. Um dos argumentos usados pelo autor em sua defesa foi o de que tem até tese na Sorbonne pontuando a acentuada feminilidade de Lampião - “ela também já foi publicada em várias revistas de circulação nacional. Por que somente eu? Eu o chamo de ladrão, assassino e canalha, mas apenas a parte que toca na homossexualidade é a que

ofende a família.”<sup>448</sup> Certamente, o juiz referia-se ao intelectual Daniel Lins que refletiu sobre as relações entre o imaginário, a subjetividade feminina e o cangaço.

Além disso, vieram críticas de outros lados. O memorialista sergipano Alcino Alves da Costa foi um dos que questionou a obra fazendo provável menção à Daniel Lins ao sinalizar que “quanto a Lampião ser um estilista, afirmação de um dos maiores pesquisadores da história cangaceira, eu contestei essa esdrúxula afirmativa”, pois já teria dito que o que “Lampião fazia, e muitos sertanejos também faziam, era pelejar com couro, fazendo selas, perneiras, gibão e outros acessórios puramente sertanejos. Ser um estilista, bordar peças e indumentárias do cangaço, isto jamais aconteceu.”<sup>449</sup> Outro memorialista sergipano, o delegado de polícia Archimedes Marques, deu o seu depoimento contra a obra em livro intitulado “Lampião contra o Mata Sete” (2012). Na parte “Mata Sete e a misteriosa Tese da Universidade de Sorbonne”, em que Marques busca a origem deste estudo, chega a afirmar que Lins não é o autor da obra que “comprova a homossexualidade de Lampião, até porque, se assim fosse, certamente ele daria detalhes no seu lindo e eloquente livro ‘Lampião, o homem que amava as mulheres’”.<sup>450</sup> Não obstante, o delegado utiliza trechos desta obra para legitimar sua crítica ao escrito de Moraes quando pontua em certo momento que o intelectual “busca no real as suas ideias imaginárias, mas não incorporando-as no contexto do seu livro como se verdade fosse”.<sup>451</sup>

Por já termos realizado debate exaustivo relativo à linha tênue entre memória e história, bem como sobre o itinerário da obra “Lampião, o homem que amava as mulheres” (1997), de Daniel Lins, que é o desenvolvimento de uma parte específica da sua tese escrita em universidade situada no sítio histórico de Sorbonne, convém apenas ressaltar o quanto a faceta mal-dita do cangaceiro causa intenso incômodo. Sobre as contendas, o intelectual não parece ter se manifestado diretamente em torno delas. Pelo que analisamos, pode-se inferir que o autor talvez não “aprove” nenhum dos extremos que usam sua pesquisa, pois uma das

---

<sup>448</sup> Cf. FONTENELE, Mariana; SOARES, Daniel. **Justiça libera a venda de livro que questiona a sexualidade de Lampião**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2014/10/justica-libera-venda-de-livro-que-insinua-sexualidade-de-lampiao.html>> Acesso em 18 de agosto de 2016.

<sup>449</sup> Cf. COSTA, Alcino Alves da. **Lampião e o Mata Sete**. Disponível em:

<<http://cariricangaco.blogspot.com.br/2011/11/lampiao-o-mata-sete-poralcino-alves.html>> Acesso em 18 de agosto de 2016. No tocante ao citado “grande pesquisador”, acreditamos que também possa ser uma menção ao pesquisador Frederico Pernambucano de Mello, embora as ideias se encaixem no pensamento de Daniel Lins.

<sup>450</sup> MARQUES, Archimedes. **Lampião contra o Mata Sete**. Aracaju: Info Graphics, 2012, p. 303. O autor cita igualmente que não pode ser a obra porque Lins teria feito o estudo na universidade de Diderot e não na de Sorbonne. A critério de informação, cabe citar que Sorbonne é um sítio histórico. Após as reformas estudantis geradas no final dos anos 1960, a antiga Universidade de Paris foi desmembrada em cerca de treze universidades públicas autônomas, sendo que quatro delas receberam o nome Sorbonne. A Universidade de Paris VII – Denis Diderot é uma das que está situada neste sítio.

<sup>451</sup> *Ibid.*, p. 29.

suas principais questões no debate ligado à subjetividade categorizada como feminina de Virgulino não se tratava de forma de encerrar o tema no desfecho do “era ou não era”, mas de ser ponto de partida para diálogos mais complexos acerca da hibridização social de cada indivíduo, já que as padronizações “homem” e “mulher” não contemplam suas respectivas heterogeneidades. De todo modo, fica evidente que essa representação mal-dita do cangaceiro, além de ser mal compreendida, não é igualmente bem consumida.

Para findar essas ressonâncias, algumas das espetacularizações forjadas em torno do tema podem até causar estranhamento, mas não a ponto de serem proibidas. Em alguns momentos, elas são tão nítidas que num dos passeios turísticos pelo local de morte de Lampião pode ser que se encontre a própria “morte à venda” através de *souvenir* das cabeças decepadas dos cangaceiros banhadas em sangue. No caso, o que importa é, literalmente, a “beleza do morto”.<sup>452</sup>

Figura 23 – *Souvenir* das cabeças decepadas dos cangaceiros



Fonte: Angelo Osmiro Barreto / Foto - Kiko Monteiro

\*\*\*

Na ocasião do septuagenário de morte de Lampião, a quantidade excessiva de enquadramento do tema do cangaço na temporalidade nordestina com o calendário festivo praticado por diversas frentes do seu respectivo movimento de ressignificação não impediu que as comemorações deste ano fossem demarcadas por disputa de significados. Os (o)cultos celebrativos que circundam essa memória na sua interface com a identidade nordestina e o patrimônio são marcas constantes de assunto tão controverso.

<sup>452</sup> CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.



Especificamente, as diferentes governanças cearenses formadas tanto na capital, pela Secult-CE e seus parceiros, quanto no interior, por grupos diversos em parcerias com prefeituras locais, atuam com base em demandas que valorizam o tema, mas acabam suscitando imagens que não condizem tanto com um debate efetivamente pluralizado. Nesse jogo, os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* vão se adaptando conforme as mudanças em cena de modo que usam certas imagens dos cangaceiros a partir das suas necessidades, como aquelas que alimentam a representação do injustiçado que parece ser uma das mais fáceis de lidar, embora existam outras que façam emergir a figura do mal-dito silenciado, do cruel bandoleiro e do assassino que não merece celebração.

Na contemporaneidade, observa-se como conflitos desencadeados em função da tentativa de desestabilização da representação do cangaceiro cabra-macho nordestino geraram inclusive censura de algumas memórias. Assim, parece ter chegado a parte de pensar os usos e abusos desse passado com intuito de vislumbrar formas justas de tratá-lo.

### 4.3. O mito “é imagem de cada um”

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

(Jacques Le Goff)<sup>453</sup>

Em abril de 2008, no transcurso das correntes alterações acerca do cangaço no Simpósio “Cangaço, Nordeste e Cinema: Cangaço - a parte maldita”, que fazia parte do septuagenário de morte de Virgulino, muitas questões vieram à tona. Pouco antes da sua realização, o intelectual Daniel Lins expressava em divulgação do evento uma ideia que bem caracteriza o seu pensamento: “Lampião, antes tudo, é imagem e imagem de cada um”.<sup>454</sup>

O dizer parece ser um mote instigante para evocar algumas indagações que pontuaremos a seguir: como tratar os (o)cultos celebrativos do cangaço sem cair na armadilha da falsidade ou autenticidade? Quais são os excessos que se insinuam nesse complexo terreno? Como fazer uma justa crítica ao assunto?

O plano desta parte é destacar algumas variações da memória do cangaço na temporalidade nordestina ressaltando dilemas em torno do debate das representações de

<sup>453</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas: Unicamp, 2013, p. 390.

<sup>454</sup> *Cangaço nas telas*. **O Povo**, Fortaleza, 4 de abril de 2008. Vida & Arte.

Lampião; pontuar os seus usos e abusos, vislumbrando possibilidades de construção de uma política da justa memória; analisar algumas entrevistas com sujeitos que apareceram frequentemente no estudo para elucidar tais problemas.

#### 4.3.1. *As remodelações do movimento*

O movimento de ressignificação da memória cangaceira modificou o lugar do tema por variadas vezes na temporalidade da comunidade imaginada nordestina através, sobretudo, de certos paradigmas de explicação que demarcam a leitura desse mito. São eles o naturalista, o sociológico, o marxista, o antropológico e o pós-moderno. Não seria o caso de tratar as remodelações pela concepção, um tanto superficial, mas nada ingênua, da distinção da falsidade ou autenticidade, por inculcar a ideia de que existem algumas mais reais do que outras em detrimento do fértil debate sobre as maneiras como são imaginadas. A reflexão acerca das suas variações traz intrigantes percepções.

Nessa perspectiva, é significativo notar que se pode comentar muito do Lampião injustiçado com propensão a justiceiro, mas não tanto do cangaceiro da parte mal-dita feminina que vivia em ambiente onde circulavam desejos homossexuais; que se pode comentar muito do Lampião cruel com alta capacidade estratégica que permitia-lhe realizar grandes façanhas no campo do combate, mas não tanto do cangaceiro assassino que vitimou muitos indivíduos, pois não conseguiria estar em todos os lugares do sertão ao mesmo tempo; que se pode comentar muito do cangaço enquanto um mito representativo para os nordestinos, mas se costuma proibir certos sentidos que alguns dos próprios nordestinos atribuem.

Para além da defesa de suposta história totalmente verídica que, às vezes, tem mais relação com a proteção das demandas de quem mobiliza essa retórica, está nítido que os jogos da memória indicam valores dos indivíduos que acionam suas engrenagens. Contudo, livrando-se das carências e dos excessos de cada representação entoada, é possível, à revelia dos que costumam enquadrar o cangaço em redomas, escrever não somente a história dos que lembram, silenciam e esquecem o tema, mas também do fenômeno em si através das múltiplas facetas em cena que permitem construir, a saber, uma representância da vida de Lampião que, malgrado toda a manipulação da qual é objeto, deixou ao longo de sua trajetória indícios suficientes para que se possa abordá-lo em sua individualidade complexa.

#### 4.3.2. *Os usos e abusos da memória do cangaço*

Sabemos que o uso da memória implica na possibilidade de se operar o abuso. A partir das tipologias de análise elencadas por Paul Ricoeur referente, sobretudo, aos passados que não passam, torna-se possível instrumentalizá-las em reflexão sobre o cangaço que explicita alguns dos seus usos e abusos.<sup>455</sup> A intenção é igualmente tentativa de pensar numa “política da justa memória”, isto é, uma política sem excessos e/ou relativismos que permita construir diálogo democrático efetivo com o outro.<sup>456</sup>

No plano “patológico-terapêutico”, a prática do martírio envolta na memória do cangaço vem revisitando-a de modo que se possa conviver com ela no presente, o que vem bastante acompanhado da representação do cangaceiro injustiçado por ser uma das menos complicadas de lidar, usar e abusar. No plano “propriamente prático”, as ações são realizadas com muitos interesses ideológicos e podem forjar as mais diversas representações do cangaceiro. A espetacularização é crucial nesse processo, porque tem a capacidade de negociar conflitos ao condicionar certos simulacros que, apesar de não serem tão verossímeis com o passado do fenômeno, são interessantes para alguns pela possibilidade de uso ético, político e econômico que os tornam mais atraentes num mundo saturado de imagens. No “plano ético-político”, a prática do dever de memória alerta para um descaso do Estado, que teria sido o principal responsável pelos sertanejos terem se tornado cangaceiros, e uma denúncia da violência estatal cometida após a morte dos cangaceiros, por terem feito das cabeças decepadas troféus macabros da repressão e não terem cobrado uma sepultura devida. Nesse âmbito, os sujeitos tentam extrair alguma lição do passado, por isso discutem os fatores como latifúndio, seca e fome que teriam dado origem ao cangaço, para que casos assim não mais aconteçam. Há crença de que tais atitudes seriam o pagamento de dívida simbólica para os cangaceiros, porque eles teriam supostamente feito esse combate anterior contra injustiças, ou seja, seriam predecessores, o que faz alguns serem seus devedores. Contraditoriamente, as vítimas que os cangaceiros fizeram não figuram muito nos debates.

Para compreender como alguns abusos da memória se insinuam nesse circuito é necessário trazer mais notas sobre o citado plano “propriamente prático”. Segundo Ricoeur, existem três níveis de análise que, numa perspectiva crescente, ilustram a transformação do uso em abuso. São eles: a “integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos

---

<sup>455</sup> RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 72

<sup>456</sup> *Ibid.*, p. 17.

iminentes à ação”; a “legitimação do sistema de poder”; e a “distorção da realidade”.<sup>457</sup> Em suma, pode-se sinalizar que as manipulações da memória desembocam em excessos quando há uma ideologia buscando legitimar sua autoridade através de distorções da realidade. Baseado nos imbróglis do cangaço que vimos, caberia ressaltar que um abuso quase nunca comentado que se insinua com frequência é o de se tentar impor uma visão que busca legitimar identidade nordestina estereotipada, a qual pode funcionar como instrumento de poder simbólico de uns sobre outros, fazendo com que o terreno imaginário das identidades adquira contornos de prisão.

O primeiro passo na construção de uma política da justa memória do cangaço é a interpelação de pensamentos agenciados por aqueles indivíduos com manias de senhores da memória que limitam formas de pensar o assunto sob justificativa discutível. Além disso, os debates sobre as memórias difíceis que conformam os patrimônios dissonantes, como os feitos por John Tunbridge, Gregory Ashworth e Cristina Meneguello, trazem caminhos instigantes para se refletir de maneira crítica e ética a dimensão conflitiva desse campo minado de abusos. Em torno dele, observa-se possibilidade de se incorrer em “graves riscos, como na escolha errada na musealização que pode transformar o vivido em encenação e as simulações da dor em espetáculo”, bem como outros excessos que circundam passados sensíveis, no qual se constata tanto clamor por preservação quanto por condenação ao esquecimento.<sup>458</sup> Enfrentar esse debate, inclusive no tocante aos exageros advindos da crença em identidades míticas que resultam em negação dos que não se enquadram em suas máximas, “é uma condição básica para construção de sociedades democráticas pluralistas”.<sup>459</sup>

#### 4.3.3. *O justo contrassenso do mito*

A pesquisa realizada sobre o cangaço como mito nordestino tem seus recortes analíticos. A tentativa de variar as escalas de análise entre: a dimensão abstrata do dito movimento de ressignificação do tema no debate público a partir de diversas fontes; a dimensão contextualizada da atuação de instituições como a Secult-CE, o jornal O Povo e o jornal Diário do Nordeste através, sobretudo, da grande imprensa; e a dimensão encarnada com a análise de indivíduos de diferentes áreas, tais quais, Vera Ferreira, Abraão Batista,

<sup>457</sup> *Ibid.*, p. 95.

<sup>458</sup> MENEGUELO, Cristina. *Patrimônios sombrios, memórias difíceis*. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos & PETERLE, Patricia (org). **História e arte: herança, memória e patrimônio**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014, p. 59.

<sup>459</sup> Cf. ASHWORTH, G.J., GRAHAM, Brian, TUNBRIDGE, J.E. **Pluralising Pasts: Heritage, Identity and Place in Multicultural Societies**. London: Pluto Press, 2007.

Daniel Lins, Hilário Lucetti e Marco Feitosa, a partir de suas produções culturais, visava repensar as questões do trabalho por outras perspectivas. Com intuito semelhante, modificamos, mais uma vez, a escala em torno da vivência desses sujeitos, baseados em entrevistas que realizamos com eles ao longo desse estudo e em algumas que concederam a outros no período recente.

Depois do exaustivo debate realizado até aqui, convém ressaltar que essa última variação de escala para mostrar, em parte, outras possibilidades de percurso da análise não é uma forma de relativizar totalmente o que já foi dito baseado em rigorosa operação historiográfica. Além de ser uma continuidade da pesquisa, é uma maneira de enfatizar como funciona a discussão acerca da produção do conhecimento adequado à exigência do discurso histórico. Dizemos isso, porque o problema escolhido para esse estudo foi desenvolvido buscando atender a tais critérios, mas devido à natureza controversa do tema que aborda, ele talvez possa ser visto também como um problema para alguém. Assim, enfatiza-se que um justo contrassenso do mito poderia ser a abertura do diálogo fundamentado e não o evasivo recurso ao grito precipitado.

Destarte, as entrevistas não têm como serem analisadas fora do problema colocado, até porque se tem a clareza de que essa fonte é condicionada por quem a concede, realiza e seleciona. Enquanto vestígio histórico, as entrevistas devem ser entendidas como “relato da ação” e “resíduo da ação”.<sup>460</sup> Ou seja, elas falam tanto diretamente sobre o assunto que se reporta quanto implicitamente sobre os seus enunciadores na circunstância em que são concedidas. A questão que guia a interpelação objetiva situar melhor esses sujeitos após o centenário, percebendo que outras leituras podem emergir das suas respectivas falas e notando como o mito de que tratam, além de ser uma imagem, é a imagem de cada um.

A familiar Vera Ferreira continuou seus trabalhos após o centenário dedicando-se quase exclusivamente ao cangaço e ainda tem como uma de suas principais metas a construção de um memorial em torno do tema.<sup>461</sup> Em seus diálogos, costuma apresentar algumas queixas com certa regularidade. Em entrevista de 2008, concedida ao jornal *O Povo*, ao ser motivada a relatar “qual era sua opinião sobre a crueldade praticada pelos cangaceiros”, respondeu o seguinte: “não quero fazer apologia, transformar meu avô em herói. Eu quero que as pessoas conheçam a história. Eles praticaram atrocidade? Praticaram. Mas você tem que entender e procurar saber o porquê dessa ação”. Além disso, comentou que “a própria

---

<sup>460</sup> ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 168.

<sup>461</sup> Há pouco tempo, Vera publicou o seguinte livro em parceria com pesquisadora acadêmica. Cf. FERREIRA, Vera; ARAÚJO, Germana Gonçalves de. **Bonita – Maria do Capitão**. Salvador: Eduneb, 2011.

volante praticava atrocidades e colocava nas costas do meu avô. Tudo era Lampião”.<sup>462</sup> Essa é a fala da uma neta preocupada com a imagem do avô cangaceiro que acredita receber acusações para além da conta de seu passado polêmico, mas que não deixa de reivindicar sua centralidade em outras pautas que fazem Virgulino receber a alcunha de “Rei do Cangaço”.

O professor-poeta Abraão Batista não costuma participar de eventos do cangaço e nem escreve tanto quanto talvez se possa imaginar sobre o assunto.<sup>463</sup> Na época do centenário, ele foi um dos organizadores do Simpósio sobre Lampião em virtude, sobretudo, de ser o presidente na ocasião da Fundação Memorial Padre Cícero que tem como um dos objetivos basilares realizar eventos referentes à cultura nordestina. Em 2014, quando o entrevistamos, uma das perguntas foi: “o que significou comemorar Lampião e qual o significado do centenário?”. Sem titubear, o poeta logo respondeu que “não foi uma comemoração. Foi uma oportunidade para se analisar o fenômeno Lampião”. Continuou dizendo o seguinte: “Porque, a princípio, Lampião foi, é, cangaceiro, assassino, estuprador, pela razão de que, naquela época, como hoje, a justiça não existe. Ela existe para quem pode, não é para quem necessita”. Eis aqui a fala de um professor que se fez poeta defensor da cultura regional e que por isso trata de temas correlatos. A sua firme religiosidade o faz ter certa repulsa por Virgulino que, porém, parece ser negociada quando se convence de que sua entrada no cangaço advém de fatores que combate em função da sua forte politização.<sup>464</sup>

O intelectual Daniel Lins produziu trabalhos sobre uma série extensa de assuntos após o centenário do cangaceiro. Embora não tenha deixado de abordar o cangaço, as suas iniciativas em torno dessa memória se tornaram esporádicas em comparação a momentos precedentes quando era uma pauta central na sua atuação.<sup>465</sup> Em entrevista de 2010, cedida à Revista *Cult*, relatou algo sobre a impressão que tem das leituras feitas de sua obra. No caso, a pergunta foi: “você escreveu filosoficamente sobre Lampião e sobre Sila. Tomou temas não comuns como objeto de análise. Você acredita que foi compreendido no contexto brasileiro?”. Lins tratou de responder que ao escrever sobre Ayrton Senna, Artaud, Lampião, a ex-cangaceira Sila, foi metodologicamente “motivado por sua formação em filosofia escolástica, mas também pelo desejo de responder ao silêncio do historiador, no caso do cangaço, por meio de um texto inserido na filosofia e na antropologia, sem negligenciar a história e a

<sup>462</sup> FERREIRA, Vera. *Você sabe quem é ela?! O POVO*, Fortaleza, out. 2008. Entrevista concedida a Pedro Rocha.

<sup>463</sup> Um dos cordéis escritos após o período foi: BATISTA, Abraão. **A chegada de Lampião no congresso nacional**. [2006] 3ª ed. Juazeiro do Norte: Gráfica Mascote Ltda, 2014.

<sup>464</sup> BATISTA, Abraão. Entrevista concedida ao autor. Juazeiro do Norte-CE. Novembro de 2014.

<sup>465</sup> Exemplo de publicação é uma obra escrita em parceria com a ex-cangaceira Sila: SOUZA, Ilda Ribeiro de (SILA); LINS, Daniel. **Sila, uma cangaceira no divã**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

sociologia”. Em seguida, indica algo em relação a ser ou não compreendido: “essa questão não me preocupa. É preciso fazer o elogio da ignorância (...) e da fragilidade da escrita que não aspira à Escritura, à verdade, ao dogma, à camisa de força ou à canonização dos filósofos do Estado, solitários e reconhecidos por aqueles que sabem ler”.<sup>466</sup> Tem-se aqui a fala de um intelectual com pensamento afiado que, por ter abordado a parte mal-dita de Lampião, foi tornado um mal-dito para muitos. Desvela pouco se importar com as sinuosas interpretações da sua pesquisa, mas a menção ao elogio da ignorância não deixa de ser ironia disparada a alguns desafetos.

O representante comercial Hilário Lucetti continuou participando de eventos após o centenário e publicou mais um livro acerca do cangaço.<sup>467</sup> Numa de suas vindas a Fortaleza, com intenção de realizar exames de saúde, por conta da idade avançada, escolheu como guardião da sua coleção de obras do assunto o funcionário público Ângelo Osmiro Barreto, fundador do Grupo de Estudos do Cangaço no Ceará, que recebeu oficialmente o material após o falecimento deste seu amigo em 2007. Entrevistamos o memorialista Barreto em 2015, a fim de entender pouco mais a trajetória de pesquisa do também memorialista Lucetti. Perguntado sobre a posição dele no tocante ao tema e sua relação com o citado grupo, Barreto ressalta que ele era “bem radical quanto a crueldade de Lampião e a escritores que por algum motivo tentavam fazer ou transformar o cangaceiro num herói” e também que “quando ele estava aqui, por conta dos exames que vinha fazer, eu procurava marcar reunião, porque antes não tinha uma data certa”. A partir dessa fala, uma possível imagem de Lucetti é a de que provavelmente continuaria participando de eventos ligados ao cangaço, reuniões de estudos e iniciativas memoriais recentes que acabam corroborando com algumas impressões do fenômeno que contraditoriamente foram seu alvo de crítica por décadas.<sup>468</sup>

O parente de vítima do cangaço Marco Feitosa não se envolveu com praticamente nenhum evento relacionado ao cangaço após o centenário. A sua insurgência na época parece ter sido mais uma motivação decorrente da ocasião relacionada à defesa da honra de sua família dita tradicional do que parte de algum projeto sistemático de crítica ao assunto. Em 2015, durante nossa entrevista com Feitosa, um ponto chamou bastante atenção. Após perguntarmos “quais eram as origens da tradição da sua família”, ele comentou que os Feitosas tinham um grau de parentesco com a família de Lampião, os Ferreiras, em virtude de ambas serem oriundas do interior pernambucano: “O bisavô de Lampião veio na mesma

---

<sup>466</sup> LINS, Daniel. *O pensamento interdisciplinar*. **Revista Cult**, São Paulo, jul. 2010. Entrevista concedida a Marcia Tiburi.

<sup>467</sup> LUCETTI, Hilário. **Histórias do cangaço**. Crato: Gráfica Encaixe Ltda, 2001.

<sup>468</sup> OSMIRO, Angelo de Barreto. Entrevista concedida ao autor. Junho de 2015. Fortaleza-CE.

época que meu tataravô para a região da Serra Grande [faz referência ao século XVIII]. Que é Triunfo em cima da Serra e Serra Talhada é embaixo. Era a terceira geração da família”.<sup>469</sup> A fala apresentada é de um membro de família que reivindica uma longa tradição histórica e que por isso foi contrário ao centenário de Lampião, uma vez que era visto como uma ofensa à dignidade da sua linhagem, a qual havia sido vítima de ataques cangaceiros, mas que por essa mesma lógica tradicional ressalta, com certa pompa, que há uma ascendência em comum entre o seu tataravô e o bisavô do afamado Lampião.

\*\*\*

A análise desse movimento a partir dos (o)cultos celebrativos relacionados aos diferentes estratos na temporalidade nordestina, aos abusos que se insinuam nos usos dessa memória e aos justos contrassensos que podem ser feitos demonstra que esses aspectos são fundamentais para se entender os imbrólios do mito em relevo. Desse debate, poderiam surgir mudanças no calendário festivo do tema. Como disse Jacques Le Goff, “uma reforma do calendário, para ser bem sucedida, deve antes de mais nada respeitar a história, porque o calendário é a história”.<sup>470</sup> Sendo assim, está obviamente perpassado por disputas de significado abertas e veladas, as quais o historiador precisa ter sensibilidade na reflexão, na interpelação e na proposição que faz baseadas em lógica histórica que, ao tentar se situar à revelia dos abusos, pode lograr êxito em suas incursões.

---

<sup>469</sup> FEITOSA, Marco. Entrevista concedida ao autor. Junho de 2015. Baturité-CE.

<sup>470</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas: Unicamp, 2013, p. 482.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### “Banditismo por necessidade, por pura maldade e por uma questão de classe”?

Longe de toda a nostalgia e das afirmações peremptórias, minha ambição era dedicar-me (...) a passar, segundo a bela fórmula de Michel de Certeau, da ‘estranheza do que se passa hoje’ à ‘discursividade da compreensão’.

(Francois Hartog) <sup>471</sup>

Perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso da memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros da memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos.

(Paul Ricoeur) <sup>472</sup>

E com o bucho mais cheio comecei a pensar. Que eu me organizando posso desorganizar. Que eu desorganizando posso me organizar.

(Chico Science e Nação Zumbi) <sup>473</sup>

O caráter derradeiro das partes anteriores possibilita que as efetivas considerações finais soprem as brasas de vestígios que elucidam os propósitos vitais do renascimento da efeméride na busca de uma saída mínima da “estranheza do que se passa à discursividade da compreensão” referente à memória cangaço e à temporalidade do Nordeste brasileiro, ou seja, desse mito nordestino. A priori, trata-se de indício com dupla função, porque, além de ser evidência do período em que as comemorações estavam fortemente cintilantes, em meados da década de 1990, trouxe vários “insights” cruciais para o desenvolvimento da pesquisa. Não obstante, o traço figurou diante do dilema lembrar ou esquecer que demarca este passado que não quer passar regional. Tem relação com o título dessas ponderações, afinal, qual o sentido de usar agora tais expressões após termos circulado por tantas palavras?

No caso, o indício é o álbum musical *Da Lama ao Caos*, de Chico Science e Nação Zumbi, de 1994. Nesse trabalho, as suas cinzas se assemelham a uma memória subterrânea que poderia não estar evidente, mas estava presente, devido aos estranhamentos que instigaram parte das concatenações realizadas. Por conta disso, usaremos algumas de suas imagens como ponto de partida para sintetizar o estudo. O uso vem, sobretudo, na forma de analogia e tal destaque é feito para não se considerar o fragmento como suposto presságio de “alguém à frente do seu tempo”, o que seria um ato de anacronismo flagrante. Apesar de ser

<sup>471</sup> HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 15.

<sup>472</sup> RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 17.

<sup>473</sup> Chico Science & Nação Zumbi. **Da Lama ao Caos**. Rio de Janeiro: Sony Music (Chaos), 1994.

vestígio da época, a apropriação trata-se mais de percepções aguçadas em função da relação entre a memória musical de quem vos escreve e a linha de inteligibilidade que perpassa a estrutura da pesquisa. A síntese é realizada, então, a partir de três figuras que aparecem, respectivamente, em três músicas: “Monólogo ao pé do ouvido”, “Banditismo por uma questão de classe” e “Da Lama ao Caos”.

A primeira figura é uma ideia que surge na faixa de abertura do disco quando se diz: “São demônios os que destroem o poder bravio da humanidade. Viva Zapata. Viva Sandino. Viva Zumbi. Antônio Conselheiro. Todos os Panteras Negras. Lampião, sua imagem e semelhança. Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia”. A imagem é pertinente, porque nos permite ressaltar aspectos da cultura mnemônica, principalmente, após a redemocratização política brasileira, em que uma das características basilares foi a prática do direito à memória que possibilitou a emergência de memórias outrora excluídas em contraponto aos marcos da memória dominante no país. As marcas disso ficaram evidentes nas comemorações aos centenários da Abolição da Escravidão (1988) e da Proclamação da República (1989), bem como do tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares (1995) e dos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997) e de nascimento do cangaceiro Lampião (1997-1998). Destarte, vimos como o movimento de ressignificação da memória do cangaço advém de fatores que circulam entre o desejo de tradição, o dever de memória e o consumo cultural, mobilizados por diferentes instituições, grupos e indivíduos ao longo do tempo.

A segunda figura desponta na faixa seguinte do álbum, no momento em que são entoados o dizeres: “banditismo por necessidade, banditismo por pura maldade e banditismo por uma questão de classe”. As expressões merecem destaque, porque ajudam a ressaltar objetivos estruturantes da investigação. Desse modo, a expressão do banditismo “por uma questão de classe” contribui para enfatizar o cangaço como um mito nordestino; do “por pura maldade” serve para sinalizar as (con)fusões da memória em torno deste mito; e do “por necessidade” porque ajuda a destacar que Lampião é manipulado conforme os usos do passado, as demandas do presente e os vislumbres de futuro daqueles que acionam os jogos da memória. Por isso que a memória cangaceira tomada enquanto patrimônio cultural nordestino é simultaneamente reivindicada por ser significativa para alguns; dissonante porque o significado do seu valor não é consensual; e contestada pela razão de existir negação às forjadas ligações identitárias. A recorrência de alguns paradigmas de leitura do fenômeno, como o naturalista, o sociológico, o marxista, o antropológico e o pós-moderno, faz com que essa memória patrimonializada produza semióforos que indicam diferentes estratos temporais, sejam eles de ruptura, de continuidade ou de demais ramificações das ditas identidades

nordestinas cristalizadas. Nesse jogo, existem representações recorrentes de Lampião, como a do “injustiçado”, a do “mal-dito”, a do “cruel” e a do “assassino”. Livrando-se das carências e excessos que circundam cada uma delas torna-se possível construir uma representância do próprio fenômeno e dos cangaceiros.

Retornando à sequência inicial em que aparecem as expressões, alguns autores já disseram que elas tratam, respectivamente, de uma tese, uma antítese e uma síntese do pensamento sobre o tema incrustado no citado álbum.<sup>474</sup> Dizemos isso, porque é como se fossem o dever de memória comprometido em lembrar o cangaço, o dever de esquecimento empenhado em olvidar o fenômeno e a saída encontrada para este corrente impasse - o seu uso como reafirmação identitária dos grupos envolvidos. Não por coincidência, a última expressão é repetida várias vezes após as primeiras citadas. Na época, parece ter sido a mais pertinente às demandas políticas dos sujeitos que as evocavam. Mas, atualmente, a ênfase na palavra “necessidade” pode ser pertinente para lançar uma reflexão deveras necessária: em tempos de mnemotropismo massivo, nos quais se vive entre a “amnésia e a vontade de nada esquecer”, quais seriam as necessidades de se mobilizar tantos trabalhos de memória, esquecimento e silêncio em torno do cangaço?

A terceira figura emerge em faixa posterior do disco na parte em que se pronuncia: “E com o bucho mais cheio comecei a pensar. Que eu me organizando posso desorganizar. Que eu desorganizando posso me organizar.” A ideia é válida de realce, porque os estudos ligados ao dito regime de historicidade presentista visam trazer reflexões que possam conjecturar possíveis saídas para alguns dos seus impasses, como os suscitados por François Hartog, de que o “futuro não é mais um horizonte luminoso rumo ao qual caminhamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em nossa direção, enquanto parecemos patinar no campo do presente e ruminar um passado que não passa”.<sup>475</sup> Assim, não poderíamos deixar de apresentar ideias em caráter propositivo que contribuam ao menos para tentar entender um tema tão controverso de forma mais justa.

Antes disso, contudo, convém ressaltar que sabemos como a apropriação dessas expressões, na parte final do trabalho, pode resultar em algum tipo de naturalização do assunto, devido aos usos que podem ser realizados em seu circuito externo, apesar do claro relevo que atribuímos à sua dimensão dissonante. O risco está sendo assumido por motivos pragmáticos, pois, de maneira ou outra, conseguimos identificar rizomas brotados no corpo

---

<sup>474</sup> SOUZA, Paulo Henrique Vieira de. *Caminhos para uma análise de Chico Science & Nação Zumbi*. In: **Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais da Humanidade, Palavra e Cultura na América**. Brasília, nº 16, 2013. “

<sup>475</sup> HARTOG, *op. cit.*, p. 245.

das raízes de ação que caracterizam o perfil da banda em questão. A aposta talvez seja uma forma de proceder a política da justa memória, uma vez que praticá-la também significa não negligenciar certos debates, malgrado os seus muitos imbróglis. Mas, que possível caminho rizomático seria esse? O grupo é conhecido pela mistura de ritmos variados, como os “regionais-tradicionais” com os “globais-modernizados”, um meio de reivindicar cultura democraticamente híbrida. A premissa é simbolizada, em geral, pelo próprio nome do movimento do qual fazem parte - *manguebeat* - e, em específico, pela combinação sonora do batuque enérgico das alfaias/tambores do Maracatu com os *riffs* nervosos da guitarra elétrica. Por falar nisso, o princípio democrático continua gerando atualmente frutos na banda que, neste ano do pouco comentado cinquentenário de nascimento de Chico Science, o qual faleceu precocemente em 1997, manifestou-se sagazmente há poucos dias num megaevento de proporção internacional em protesto aos intensos retrocessos políticos em curso no Brasil, oriundos de governo executivo ilegítimo, por ter rasgado os princípios da constituição federal em função de um dito impeachment usado para mascarar um golpe de Estado.<sup>476</sup>

A digressão é igualmente uma reafirmação do nosso lugar social comprometido com valores democráticos que, de modo consequente, origina produção de conhecimento atento às suas peculiaridades. Nessa direção, o que se observa com a dissertação é que, em suma, no cenário da redemocratização política brasileira surgiu uma infinidade de batalhas da memória do cangaço, bastante perceptíveis nas comemorações acerca do tema, que foram sendo, aos poucos, objetos de enquadramento, sobretudo, através do calendário festivo criado após o centenário de nascimento de Lampião, apesar de existirem muitas disputas do seu significado. Interessante que uma reflexão de Maria Célia Paoli, realizada em 1992, quando o debate sobre o retorno das memórias silenciadas estava a todo vapor, é extremamente esclarecedora: “trazê-las à luz deve também implicar não sacralizar a sua presença: uma história ‘dos vencidos’ não pode ser a construção de novas mitologias, mas a produção de um direito ao passado que se faz como crítica e subversão constantes das versões instituídas”.<sup>477</sup> No caso do cangaço, houve monumentalização, espetacularização e sacralização, a ponto de se gerar práticas que resultaram em censuras de algumas facetas do dito “Rei do Cangaço” sob a questionável retórica de defesa de uma suposta história verdadeira, bem como contra uma presumida “deturpação do patrimônio do cangaço”, que mais parecem ser a defesa dos

---

<sup>476</sup> **Do palco, Nação Zumbi protesta contra Temer durante a festa de encerramento da Paralimpíada.** Disponível em: <<http://extra.globo.com/esporte/do-palco-nacao-zumbi-proteta-contr-temer-durante-festa-de-encerramento-da-paralimpiada-20135485.html>> Acesso em 25 de setembro de 2016.

<sup>477</sup> Cf. PAOLI, Maria Célia. In: SÃO PAULO (cidade). **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania.** São Paulo: DPH, 1992.

valores de quem mobiliza este discurso.

A despeito disso, uma questão pertinente seria a seguinte: “a representação do patrimônio está se sobrepondo a seu sentido e conteúdo?”<sup>478</sup> Particularmente, a lembrança de entrevista feita durante essa pesquisa tem ajudado a pensá-la. Evoca-se novamente o diálogo com o professor-poeta Abraão Batista, organizador do Simpósio “100 anos de Lampião”, em 1997, na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Perguntado sobre o porquê da comemoração a Virgulino, logo no início da conversa, foi enfático ao afirmar pausadamente e com todas as letras que: “Não foi uma comemoração... Foi uma oportunidade para se analisar o fenômeno Lampião!”.<sup>479</sup> Embora nossa proposta tenha sido considerar o ato de comemorar como uma prática de rememoração coletiva, a sua aversão ao sentido mais enaltecido do termo abre terreno para muita indagação.

Assim, acreditamos que toda busca de sentido sobre o cangaço em sua sobrevida no campo mnemônico precisa ter noção de algumas (con)fusões da memória acerca do fenômeno. Primeiro, é necessário perceber que os nordestinos convergem por compartilharem a memória do cangaço em suas faculdades mentais, mas divergem nas representações que fazem; que existe uma diferença entre a prática de comemorar e a representação construída com a comemoração; que é preciso distinguir ações de valoração da memória que a tornam patrimônio das representações que engendram. Segundo, os acordos e conflitos da memória do cangaço podem dizer, em alguns casos, mais sobre os sujeitos que constroem seus significados do que o próprio significante que é o fenômeno do cangaço. Terceiro, memória e história se entrecruzam e qualquer tentativa de separação total parece temerária, pois dependendo do objeto de estudo, tanto a história pode elucidar a memória quanto a memória pode elucidar a história, contribuindo assim para a produção de conhecimento das verossimilhanças do nosso futuro passado que esteja adequado às exigências epistemológicas do saber histórico crítico aberto ao diálogo democrático com o outro.

Destarte, os esforços que mobilizamos visam uma mudança no cenário do debate público, sobretudo, na política cultural, que muito aborda o tema, mas não reflete tanto sobre suas incógnitas. Campo movediço, minado e arisco: onde um fenômeno controverso é lembrado, silenciado e esquecido por alguns indivíduos igualmente complexos. Os problemas gerais colocados no estudo foram, como tudo na pesquisa deve ser, elucidados por olhares

---

<sup>478</sup> Provocação lançada durante a 11ª “Conferência internacional de Jovens Pesquisadores em Patrimônio - O Espetáculo do Patrimônio”, realizada em novembro de 2015, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), aos pesquisadores que participavam do evento. Mais informações disponíveis em: <[https://patrimoine.uqam.ca/upload/files/Jeunes\\_chercheurs/2015/PT-Call\\_for\\_Papers.pdf](https://patrimoine.uqam.ca/upload/files/Jeunes_chercheurs/2015/PT-Call_for_Papers.pdf)> Acesso em 25 de setembro de 2016.

<sup>479</sup> BATISTA, Abraão. Entrevista concedida ao autor. Juazeiro do Norte-CE. Novembro de 2014.

particulares. Certamente há mais rumações entre as memórias do cangaço e as temporalidades nordestinas do que manifestam as que foram aqui redigidas. De todo modo, o ensinamento de que a “memória deve servir para a libertação e não para a servidão”<sup>480</sup> das pessoas continua sendo essencial na tentativa de construção democrática de uma “política da justa memória”, da identidade e do patrimônio.

\*\*\*

## FONTES

**DOCUMENTOS HEMEROGRÁFICOS:** [acervo: Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel]

### • O POVO (1980 - 2010)

- ALMEIDA, Fenelon. *Lampião agora é mito: Parte I - Falar em cangaço também virou moda*. **O Povo**, Fortaleza, 19 de julho 1982. Caderno 2, p. 1b.
- PINHEIRO, Humberto. *Lampião: a luz da revolta social*. **O Povo**, Fortaleza, Caderno 2, 28 de julho 1988.
- QUEZADO, Rozanne. *Conferência encerra jornada sobre Lampião*. **O Povo**, Fortaleza, 12 de agosto de 1988. p. 20.
- CARVALHO, Eleuda. *Dossiê Lampião*. **O Povo**, Fortaleza, 11 de dezembro 1993. Vida & Arte, p. 4, 7 e 8b.
- GALVÃO, Lucia Helena. *Elegância no Cangaço*. **O Povo**, Fortaleza, 8 de maio 1995. Vida & Arte, p. 1b.
- MONTEIRO, Cláudia. *Memória de Lampião no chão*. **O Povo**, Fortaleza, 6 de março 1996. Vida & Arte, p. 1B.
- VIANA, Christiane. *Luz, Câmera e Ação*. **O Povo**, Fortaleza, 25 de maio 1996. Vida & Arte, p. 1B.
- PAULA, Ethel. *Bandido e Herói. Há 99 anos nascia Virgulino Lampião, rei do cangaço, cuja imagem transita entre o humano e o mitológico*. **O Povo**, Fortaleza, 15 de junho 1996. Sábado, p. 6 e 7.
- LINS, Daniel. *Feliz aniversário, capitão Virgulino!* **O Povo**, Fortaleza 16 de junho 1996. Opinião, p. 6A.

---

<sup>480</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

- \_\_\_\_\_. *Declínio do imaginário colonizado*. **O Povo**, Fortaleza, 24 de junho 1996. Opinião, p. 6A.
- COE, Walter. *Século Virgulino*. **O Povo**, Fortaleza, 5 de julho 1997. Sábado, editorial, p. 2.
- CARVALHO, Eleuda. *Virgulino no Nordeste*. **O Povo**, Fortaleza, 7 de julho 1997. Vida & Arte, p. 1b.
- LINS, Daniel. *Lampião em Juazeiro*. **O Povo**, Fortaleza, 14 de julho 1997. Opinião, p. 6A.
- *O Povo vai ao encontro da tradição popular*. **O Povo**, Fortaleza, 31 de agosto 1997. Economia, p. 4E.
- *Aberta exposição sobre os cem anos de Lampião*. **O Povo**, Fortaleza, 3 de setembro 1997. Últimas, p. 2A.
- *Caixa para guardar cordéis*. **O Povo**, Fortaleza, 12 de setembro 1997. Capa.
- LINS, Daniel. *O santo e o cangaceiro*. **O Povo**, Fortaleza, 19 de janeiro 1998. Opinião, 6A.
- CARVALHO, Eleuda. *O entrevero final de Lampião*. **O Povo**, Fortaleza, 26 de julho de 1998. Vida & Arte, p. 1B
- \_\_\_\_\_. *A neta de Virgulino e o filho de seu Chico*. **O Povo**, Fortaleza, 20 de março de 2003. Vida & Arte, p. 1.
- \_\_\_\_\_. *O Ceará condensado em painéis*. **O Povo**, Fortaleza, 16 de dezembro 2003. Vida & Arte, p. 6.
- SÁ, Rosa. *Prédio da Estação sediará Centro da Memória Ferroviária*. **O Povo**, Fortaleza, 2 de março 2005. Cotidiano, p. 3.
- CARVALHO, Eleuda de. *A vida toda e mais seis meses*. **O Povo**, Fortaleza, 23 de agosto 2006. Vida & Arte, p. 14.
- *Cangaço nas telas*. **O Povo**, Fortaleza, 4 de abril de 2008. Vida & Arte.
- LINS, Daniel. *Cangaço – a parte mal-dita*. **O Povo**, Fortaleza, 13 de abril. 2008. Opinião, p. 5.
- ROCHA, Pedro; BEZERRA, Evilázio. *Lampião, o mito 70 anos depois*. **O Povo**, Fortaleza, 20 a 26 de julho de 2008. Vida & Arte, p. 11.
- VALE, Bric do. *Lampião e o cangaço: entre a mitologia e a história*. **O Povo**, Fortaleza, 21 de julho de 2008. Jornal do Leitor, p. 2.
- VIANA, Geraldo Valdisio Rodrigues. *Absurdos*. **O Povo**, Fortaleza, 13 de agosto de 2008. Fala Cidadão, p. 5.

• **DIÁRIO DO NORDESTE (1980-2010)**

- *A cozinheira de Lampião. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 4 de fevereiro 1982. Caderno B, Variedade, p. 28.
- VICELMO, Antonio. *Pesquisador cearense relata a face cruel de Lampião. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 28 de julho 1988. Segundo caderno, variedades, p. 6.
- PAULA, Ethel de. *Cangaço: Ética e Estética. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 2 de maio 1995. Caderno 3, Variedades, p. 7.
- *Livro desmitifica lendas do cangaço. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 18 de junho 1995. 1º Caderno, Interior, p. 16.
- DEBS, Sylvie. *Por uma retomada do cinema no Brasil? Estudo de um caso particular: o retorno do cangaço no Nordeste. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 2 de junho 1996. Cultura, p. 4 e 5.
- AMORIM, Edgar Carlos. *Vamos esquecer Lampião. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 13 de julho 1997. Opinião, p. 2.
- *Nova rota turística. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 13 de julho 1997.
- FERREIRA, Vera; LINS, Daniel; RIPARDO, Sérgio; *Vida sexual no cangaço gera polêmica e contestações. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 16 de julho 1997. Caderno 3, p. 6.
- RIPARDO, Sérgio. *Indústria Cultural explora filão do cangaço. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 22 de julho 1997. Caderno 3, p. 1.
- *Data falsa. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 1º de setembro 1997. Política, comunicado, p. 4.
- *Angicos, o último combate de Lampião. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 28 de julho de 1998. Caderno 3, p. 5.
- *Júri simulado inocenta Lampião. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 17 de abril 2002. Regional, p. 2.
- *Absolvição de Lampião - escritor vai recorrer da decisão. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 17 de abril 2002. Regional, p. 1 e 2.
- *Livro aborda lado cruel e violento de Lampião e do cangaço. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 16 de novembro 2004. Regional.
- *Marco na imprensa cearense. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 30 de dezembro 2006.
- VICELMO, Antônio. *70 anos da morte de Lampião. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 28 de julho de 2008. Regional, p. 1.
- *Roteiro de Lampião é feito por pesquisadores. Diário do Nordeste*, Fortaleza, 26 de setembro de 2009. Regional.



• **PERIÓDICOS VARIADOS (1980-2010)**

- *Incidente em Angico*. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 12 de maio 1982. Editorial, p. 2.
- MILLARCH, Aramis. *Cinema cearense mostra a guerra do caldeirão*. **Estado do Paraná**, Curitiba, 7 de novembro 1986. Almanaque, Tablóide, p. 13.
- *Teste genético identifica novo filho de Lampião*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Cotidiano, 14 de abril 1994.
- CALIL, Ricardo *et al.* *Lampião volta como dândi do cangaço*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 de junho 1995. Ilustrada, redação.
- NESTLEHNER, Wanda. *O bandido mais amado do Brasil*. **Superinteressante**, São Paulo, nº 117, junho de 1997. Capa e reportagem, p. 44.
- DEMONTIEUX, Francisco. *100 anos de Lampião*. **Folha da manhã**, Juazeiro do Norte, 7 de julho 1997, .1.
- \_\_\_\_\_. *Amor e ódio por Lampião*, no Simpósio. **Folha da manhã**, Juazeiro do Norte, 8 de julho 1997, p. 2.
- Lacerda, A. *Monumento “Fuzilados do Leitão” é inaugurado em Barbalha*. **Jornal do Cariri**, Juazeiro do Norte, 23 de junho 1999, p. 6.
- *O Brasileiro do Século*. **Isto é**. 22 de dezembro 1999.

**DOCUMENTOS OFICIAIS:** [acervo: Fundação Memorial Padre Cícero / Arquivo Público do Ceará (setor intermediário) / Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural de Sergipe (SUBPAC-SE) / alguns estão disponíveis na internet]

- Processo **tombamento da Gruta de Angico**. (1982-1996)
- Lei municipal n. 7535 - **Dia da cidade** [Fortaleza]. (1994)
- Projeto exposição **Cangaço: ética e estética** (1995)
- Material de **divulgação da Lei de Incentivo à Cultura / Lei Jereissati** (1995 - 2000)
- Carta patrimonial do IPHAN - **Carta de Fortaleza** (1997)
- Projeto **Simpósio 100 anos de Lampião** (1997)
- Projeto - **Apoio à Fundação Memorial Padre Cícero** (1997)
- Projeto - **Lampião, o Homem que amava as mulheres – o Imaginário do Cangaço** (1997)

- Projeto - **São João dos Cangaceiros** (1997)
- Projeto - **Simpósio Canudos – 100 anos de Destruição** (1997)
- Projeto **Alien do Cangaço** (1998)
- Projeto - **Quadrilha Lampião Junior** (1999)
- Projeto - **Cangaceiros** (2006)
- Projeto – **O Altar do Cangaço** (2007)

### **DOCUMENTOS ESCRITOS – LIVROS, ARTIGOS, CORDEIS** [acervo do autor]

- BATISTA, Abraão. **Imaginário de Lampião sobre seus eleitores, amigos e admiradores.** [1991]. 2ª ed. Juazeiro do Norte: Gráfica Mascote Ltda, 1997.
- LUCETTI, Hilário. & LUCENA, Magérbio. **Lampião e o Estado Maior do Cangaço.** Crato: Craturismo, 1995.
- LINS, Daniel. **O corpo do herói - a santa virilidade ou a fraqueza dos fortes - estudo sobre Lampião.** In: (Anpocs), 20, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lampião, o homem que amava as mulheres.** São Paulo: Annablume, 1997.
- FEITOSA, Marco. **Vítimas do cangaço.** Panfleto de protesto. Juazeiro do Norte, 7 de julho de 1997.
- ANTUNES, Gibson. **Guia de Redação e Estilo.** [1998] 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- FERREIRA, Vera; AMAURY, Antonio. **De Virgulino a Lampião.** São Paulo: Ideia Visual, 1999.
- LINS, Daniel. **O dedo no olho: micropolíticas do cotidiano.** São Paulo: Annablume, 1999.
- AMORIM, Edgar Carlos. **Crônicas da vida.** Fortaleza: Editora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 2000.
- JASMIN, Élise Gruspan. **Cangaceiros.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.
- MURRIE, Zuleika de Felice (coord.). **Ciências humanas e suas tecnologias: livro do estudante: ensino médio.** 2ª ed. Brasília: MEC: INEP, 2006.
- RIBEIRO, Regina (org.). **O Povo 80 anos.** Fortaleza: Grupo de Comunicação O Povo, 2008.
- LINS, Daniel. *A paixão segundo Lampião.* In: André Queiroz. (Org.). **A reinvenção do Nordeste.** Fortaleza: SESC, 2010.

- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Estrelas de couro: a estética do cangaço**. Escrituras Editora, 2010.

### **MATERIAL ESCRITO E ICONOGRÁFICO DE EVENTOS, EXPOSIÇÕES E**

#### **COMEMORAÇÕES:** [acervo digitalizado] \*

- **Cangaço: Ética e Estética** (1995) - Centro Cultural do Palácio da Abolição. (Fort.-CE)
- **99 anos de Lampião** (1996) - Casa de Cultura Francesa / Reitoria UFC. (Fort.-CE)
- **Simpósio 100 anos de Lampião** (1997) - Fundação Memorial Padre Cícero. (Juaz.-CE)
- **Projeto 100 anos de Lampião** (1997) - exposição na sede do jornal O Povo (Fort.-CE)
- **Cine Ceará** (2003) - celebração aos 40 anos do filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, produção do cineasta Glauber Rocha.
- **Cine Ceará** (2008) - Seminário Nordeste, Cangaço e Cinema.
- **Cangaceiros** (2008) - Exposição no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (Fort.-CE); Centro Cultural do Banco do Nordeste (Juaz.-CE).

### **DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS**

- SILVA, Aguinaldo. **Lampião e Maria Bonita**, ficção, seriado da Rede Globo, 1982.
- CARIRY, Rosemberg. **O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto**, não ficção, cor, 16mm, 78 min, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A Saga do Guerreiro Alumioso**, ficção, cor, 35mm, 94min, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Corisco e Dadá**, ficção, cor 35mm, 96 min, 1996.
- Chico Science & Nação Zumbi. **Da Lama ao Caos**. Rio de Janeiro: Sony Music (Chaos), 1994.
- WOLNEY, Oliveira. **Os últimos cangaceiros**. Documentário. 79 min. 2011.

## ENTREVISTAS

- FERREIRA, Vera. *Você sabe quem é ela?! O POVO*, Fortaleza, outubro de 2008. Entrevista concedida a Pedro Rocha.
- LINS, Daniel. *O pensamento interdisciplinar*. **Revista Cult**, São Paulo, julho de 2010. Entrevista concedida a Marcia Tiburi.
- BATISTA, Abraão. Entrevista concedida ao autor. Juazeiro do Norte-CE. Novembro de 2014.
- OSMIRO, Angelo de Barreto. Entrevista concedida ao autor. Junho de 2015. Fortaleza-CE.
- FEITOSA, Marco. Entrevista concedida ao autor. Junho de 2015. Baturité-CE.

## DOCUMENTOS ON-LINE

- **Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço**. [1993]. Disponível em: <<https://sbecbr.wordpress.com/>> Acesso em: 16 agosto de 2016.
- **Grito dos/as Excluídos/as – a vida em primeiro lugar**. [1994]. Disponível em: <http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>. Acesso em: 15 de julho de 2016.
- **Fundação Cultural Cabras de Lampião**. [1995]. Disponível em: <<http://cabrasdelampiao.com.br/>> Acesso em: 16 de agosto de 2016.
- **Comunidade no Orkut “Lampião, o Grande Rei do Cangaço”**. [2004]. Disponível em: <<https://orkut.google.com/c624939.html>> Acesso em: 16 de agosto de 2016.
- **Monumento Natural da Grota de Angico**. [2007]. Disponível em: <[http://www.sergipetec.org.br/biotecnologia\\_noticias/370/Inaugurado-Monumento-Natural-Grota-do-Angico.htm](http://www.sergipetec.org.br/biotecnologia_noticias/370/Inaugurado-Monumento-Natural-Grota-do-Angico.htm)> Acesso em: 16 de agosto de 2016.
- **Ex-cangaceiros se reencontram no Ceará**. [2008]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL51292-5598,00-EXCANGACEIROS+SE+REENCONTRAM+NO+CEARA.html>> Acesso em: 18 de agosto de 2016
- **Blog “Lampião Aceso”**. [2008]. Disponível em: <<http://lampiaoaceso.blogspot.com.br/>> Acesso em: de 16 agosto de 2016.
- GOIS, Ancelmo. *70 anos de morte de Lampião. Programa Ancelmo Gois*. [2008]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mHFu8mHaNOA>> Acesso em: 18 de agosto de 2016.
- **Blog Cariri Cangaço**. [2009]. Disponível em: <<http://cariricangaco.blogspot.com.br/>> Acesso em: 18 de agosto 2016.

- **Canga-Gay em Serra Talhada.** [2009]. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=BU9Py-5DiI>>. Acesso em 18 de agosto de 2016.
- TAVARES, Roberta. **O que é o ‘novo cangaço’?** [2013]. Disponível em:  
<<http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/novo-cangaco/o-que-e-o-novo-cangaco/>> Acesso em: 18 ago. 2016.
- **Grupo no Facebook “Lampião, Cangaço e Nordeste”.** [2013]. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/groups/lampiaocangacoenordeste/>> Acesso em 16 ago. 2016
- **Grupo no Facebook “O Cangaço”.** [2013]. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/groups/ocangaco/>> Acesso em 16 ago. 2016
- FONTENELE, Mariana; SOARES, Daniel. **Justiça libera a venda de livro que questiona a sexualidade de Lampião.** [2014]. Disponível em:  
<<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2014/10/justica-libera-venda-de-livro-que-insinua-sexualidade-de-lampiao.html>> Acesso em 18 de agosto de 2016.
- **Do palco, Nação Zumbi protesta contra Temer durante a festa de encerramento da Paralimpíada.** [2016]. Disponível em: <<http://extra.globo.com/esporte/do-palco-nacao-zumbi-protesta-contratemer-durante-festa-de-encerramento-da-paralimpiada-20135485.html>> Acesso em 25 de setembro de 2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da história.* In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940).** Maceió: Edições Catavento, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional.** Recife: Bagaço, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região.* In: **Fronteiras:** Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 - 1950).** São Paulo: Intermeios, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Ritual de Aurora e de Crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória.* **Rev. Bras. Hist.** Vol., 33, n. 65, p. 385-397, 2013.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Origem e difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. **Combates entre história e memórias**. São Cristovão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Filigranas da memória: história e memória nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. *Puzzel entre história e memória*. Aracaju, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Cangaço nas batalhas da memória**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

ASHWORTH, G.J., GRAHAM, Brian, TUNBRIDGE, J.E. **Pluralising Pasts: Heritage, Identity and Place in Multicultural Societies**. London: Pluto Press, 2007.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões*. **Dimensões**, Vitória, vol., 24, 2010.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund et al. **Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.

BARBALHO, Alexandre. **A modernização da cultura. Políticas para o Audiovisual nos Governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (Ceará, 1987 - 1998)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.

BARROS, Guilherme. *O novo Brasil da Mostra do Redescobrimento*. **Revista Belas Artes**. São Paulo. Ano 5, n. 13, p. 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BURKE, Peter. *A história como memória como social*. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. *Produção e circulação do jornal Gazeta de Sergipe - uma página da imprensa sergipana*. In: **Fato & Versões**, Uberlândia, v. 3, n. 6, 2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2011.

CANDAU, Jöel. *Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade*. In: **Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, jan/jul. 2009.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. – 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. In: \_\_\_\_\_. (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CEZAR, Temístocles. *Tempo presente e usos do passado*. VARELLA, Flávia Florentino (org.)... [et al]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 31 - 50.

CHAUÍ, Marilena. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

CISNEYROS, Mariana. **Lampião, a marca que vende o Nordeste**. Olinda: Luci artes gráficas Ltda, 2007.

CLEMENTE, Marcos Edilson de. **Lampiões acesos: o cangaço na memória coletiva**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ordem e desordem: campanhas de repressão ao cangaço e as formas de poder republicano na década de 1920*. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia (49): 135-174, jul./dez., 2013.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Oleiras: Celta Editora, 1993.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEBORD, GUY. **A Sociedade do Espetáculo**. (1967). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DELEUZE, Gilles; FÉLIX, Guatarri. *Introdução: Rizoma*. In: *Id. Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DIDI-HUBERBAN, Georges. *Quando as imagens tocam o real*. **Pós**: Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 216, nov. 2012.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FALCÃO, Marcílio Lima. **Jararaca: memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró**. Mossoró: UERN, 2013.

FARIA CRUZ, Heloisa de & CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. In: **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

FARIA PEREIRA, Matheus Henrique; MATA, Sérgio da. *Introdução: transformações da experiência do tempo*. In: VARELLA, Flávia Florentino (org.). [et al]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

FERRAZ DE LIMA, Solange e CARNEIRO DE CARVALHO, Vânia. *Fotografias – usos sociais e historiográficos*. In: PINSK, Carla Bassanezi; REGINA DE LUCA, Tania. **O historiador e suas fontes** (org.). São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral, comemorações e ética*. **Projeto História**. Ética e História oral, São Paulo, nº 15, p. 157-164, abr. 1997.

FERREIRA JÚNIOR, José. **A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada – PE**. Campina Grande – PB. Dissertação de Mestrado. UFCG/PPGCS. 2010.

\_\_\_\_\_. **Serra Talhada x Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano**. Tese de doutorado. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2014.

FERREIRA NETO, Cicinato. **A misteriosa vida de Lampião**. Fortaleza: Premium, 2010.

FICO, Carlos. *História que temos vivido*. VARELLA, Flávia Florentino (org.)... [et al]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 67-100.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Janice. *Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural*. **Historiae**, Rio Grande, v.3, n.3, p. 27-28, 2012.

GRUSPAN, Elise Jasmin. **Lampião, senhor do sertão: vidas e mortes de um cangaceiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. *Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio*. In: \_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERMANN, Jaqueline. *Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado*. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). **Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – Da proclamação da República à Revolução de 1930**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 121-161.

HEYMANN, Luciana & ARRUTI, José Mauricio. *Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e Brasil*. In: ROCHA, Helenice et. al (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, [1969] 2010.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 8ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A. 2002.

\_\_\_\_\_. *?Quiénes? ?Cuándo? Para qué? Actores y escenarios de las memorias*. In: **El Estado y la Memoria**. Barcelona: RBA Libros, 2009.

KARNAL, Leandro e TATSCH, Flavia. *Documento e História: A memória evanescente*. In: PINSK, Carla Bassanezi e REGINA DE LUCA, Tania. **O historiador e suas fontes** (orgs.). São Paulo: Contexto, 2012.

KOSSELEK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins. *Tenentismo e crises políticas na Primeira República*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano 1: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 314 – 350.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LEITÃO, Cláudia Sousa e SANTOS, Fabiano dos (org.). **Seminário Cultura XXI: seleção de textos**. Fortaleza, Coleção Nossa Cultura, Série Documenta, Secult-CE, 2006.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

MENEGUELO, Cristina. *Patrimônios sombrios, memórias difíceis*. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos & PETERLE, Patricia (org.). **História e arte: herança, memória e patrimônio**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014, p. 46-66.

MENEZES, Sônia. *A operação midiográfica; da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo - a mídia, a memória e a história*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *Terra do sol entre deus e diabo*. In: **Trajetos - revista de História UFC**, Fortaleza, vol. 4, n. 8, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *Fontes audiovisuais: A história depois do papel*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NEVES, Frederico de Castro. “Nordeste em disputa: imprensa e construção de territórios regionais”. In: MATOS, Geisa. et. al. (org). **Nordeste, Memórias e Narrativas da Mídia**. Fortaleza: Edições Iris / Expressão Gráfica Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Nordeste e a historiografia brasileira*. In: **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr. – out. 2012.

NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). **Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – Da proclamação da República à Revolução de 1930**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos - Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: HUCITEC\FAPESP, 2005.

\_\_\_\_\_. *SP: 450 anos: a cidade aniversariante e o patrimônio*. 2005/6, p. 160. In: **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História**. UNESP-Assis. SP. 2005;2006, v.13 e 14.

\_\_\_\_\_; CHUVA, Márcia (Org.) **Patrimônio Cultural: Políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2012.

\_\_\_\_\_. *Tempo, patrimônio e políticas de preservação no Brasil*. In: *Id.*; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo (org.). **História e Historiografia. Perspectivas e Abordagens**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

\_\_\_\_\_. *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação*. **Antíteses**, v.7, n.14, Londrina, 2014, p. 45-67.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; RAMOS FILHO, Vagner Silva. *Intelectuais, Patrimônio e o Centro de Referência Cultural do Ceará – CERES*. In: SCHIAVON, Carmem G. Burgert; PELEGRINI, Sandra de Cássia A. (Org.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

NORA, Pierre. *L'ère de la commémoration*. In:\_\_\_\_. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1992a. v.3: *Les France*.

\_\_\_\_\_. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. **Pierre Nora em Les Lieux de mémoire**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.

OLIVEIRA, Alex de. **Representações da passagem da Coluna Prestes no sertão cearense**. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza, Universidade do Estado do Ceará (UECE), 2011.

OLIVEIRA, Israel Carvalho de. **Entre a cultura e o espírito: domínios da intelectualidade cearense na política cultural (1996 - 1980)**. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2014.

OZOUF, Mona. *A festa Sob a Revolução Francesa*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995.

PAOLI, Maria Celia. In: SÃO PAULO (cidade). **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

PASSOS, Lucas Santos; NASCIMENTO, Maíra Ielena. *Elite intelectual e patrimônio cultural no Conselho Estadual de Cultura de Sergipe*. In: **IV Seminário Internacional – Políticas Culturais – 16 a 18 de outubro/2013 (anais)**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Setor de Políticas Culturais, 2013.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Cidadania ampliada - lutas contemporâneas*. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco & PATRIOTA, Rosângela. (org.) **Escritas e Narrativas Históricas na Contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A história do tempo presente: do futurismo ao presentismo?* In: **Humanidades**, v. 58, Brasília, 2011.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *O cangaço desmistificado*. In: GAMA, Aldo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 mai. 2011. Cultura. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/6182>> Acesso em: 05/07/2016.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. *Memória e Identidade Social*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POMIAN, Krzysztof. *Tempo/Temporalidade*. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Volume 29. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

PRIGOL, Valdir. **Leituras do presente – narrativas da comemoração no Mais! da Folha de São Paulo**. Chapecó: Argos, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os Cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

RAGO, Margareth. *O Historiador e o Tempo*. In: DE ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta (org.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas: Editora Alínea, 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O verbo encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998

\_\_\_\_\_. *Narrativas em fogo cruzado: Padre Cícero, Lampião e a Guerra de 14*. In: **Trajetos** – Revista de História UFC, Fortaleza, vol. 2, n. 3, 2002.

\_\_\_\_\_. *A peleja do tempo nas memórias do Caldeirão*. In: **Cadernos do CEOM** (UNOESC), Chapecó-SC, v. 21, p. 111-145, 2005. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2274>

\_\_\_\_\_. *Posfácio*. In: XAVIER, Patrícia Pereira. **Dragão do mar: a construção do herói jangadeiro**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2011.

\_\_\_\_\_. **O fato e a fábula: O Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. **‘Valente mesmo é quem não briga’: história em quadrinho do cangaço e o ensino de história**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

REGINA DE LUCA, Tania. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-155.

REGIS, Iza Luciene Mendes. **Luz, Câmera, Sertão: bravura e fé na cinematografia de Rosemberg Cariry (1986-1996)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará.

REIS, José Carlos. **Teoria & História. Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RENAN, Ernest. **Que é nação**. In: Conferência, Paris, Sorbonne, 1882. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2016.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *‘Rememoração’ / ‘Comemoração’: as utilizações sociais da memória*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 433-434, 2002.

ROSENTAL, Paul-André. *Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’*. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína(orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso*. In: AREND, Silvia Maria Fávero & MACEDO, Fábio. **Tempo e Argumento**, v.1, n.1, Florianópolis, 2009.

SAMUEL, Raphael. *Teatro da memória*. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Paulo Henrique Vieira de. *Caminhos para uma análise de Chico Science & Nação Zumbi*. In: **Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais da Humanidade, Palavra e Cultura na América**. Brasília, nº 16, 2013.

TARDY, Cécile & DODEBEL, Vera. **Memória e Novos Patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VARELLA, Flávia Florentino (org.)... [et al]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

WINTER, Jay. *A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006, p. 67-90.

WIESEBRON, Marianne L. *Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre o banditismo a nível nacional e internacional*. In: **Coleção Mossoroense** (Fundação Vingt-un Rosado), Série “A”, nº 90, Mossoró, 1997.